

Moisés de Lemos Martins, Rosa Cabecinhas e Lurdes Macedo (eds.)

ANUÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO LUSÓFONA 2010 LUSOFONIA E SOCIEDADE EM REDE

LUSOCOM Federação Lusófona de Ciências da Comunicação
SOPCOM Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
CECS Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



Grácio Editor

Moisés de Lemos Martins, Rosa Cabecinhas e Lurdes Macedo (Eds.)

ANUÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO LUSÓFONA 2010 LUSOFONIA E SOCIEDADE EM REDE

LUSOCOM Federação Lusófona de Ciências da Comunicação
SOPCOM Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
CECS Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



Grácio Editor

ANUÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO LUSÓFONA 2010 LUSOFONIA E SOCIEDADE EM REDE

Uma publicação da LUSOCOM – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação
Com a SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação/CECS – Centro de Estudos de
Comunicação e Sociedade

Entidades Associadas

AMESCOM – Associação Moçambicana de Estudos da Comunicação
ANGOCOM – Associação Angolana de Estudos de Comunicação
AGACOM – Asociación Galega de Investigadores en Comunicación
INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação

Director

Moisés de Lemos Martins

Editores

Moisés de Lemos Martins
Rosa Cabecinhas
Lurdes Macedo

Conselho Editorial

Eduardo Namburete (AMESCOM, Moçambique)
Joaquim Paulo da Conceição (ANGOCOM, Angola)
António Hofeldt (INTERCOM, Brasil)
Margarita Ledo Andión (ASGIC, Galiza)
Moisés de Lemos Martins (SOPCOM, Portugal)

Conselho de Redacção

Aníbal Alves (Universidade do Minho – Portugal)
António Fidalgo (Universidade da Beira Interior – Portugal)
César Bolaño (Universidade Federal de Sergipe – Brasil)
Cicília Maria Krohling Peruzzo (Universidade Metodista de S. Paulo – Brasil)
Isabel Ferin da Cunha (Universidade de Coimbra – Portugal)
José Benedito Pinho (Universidade Federal de Viçosa – Brasil)
José Bragança de Miranda (Universidade Nova de Lisboa – Portugal)
José Manuel Paquete de Oliveira (Professor jubilado do ISCTE – Portugal)
José Wagner Ribeiro (Universidade Federal de Alagoas – Brasil)
Manuel Carlos da Conceição Chaparro (Universidade de S. Paulo – Brasil)
Pedro Jorge Braumann (Instituto Politécnico de Lisboa – Portugal)
Sónia Virgínia Moreira (Universidade do Estado de Rio de Janeiro – Brasil)

Grafismo: Grácio Editores
Impressão: Tipografia Lousanense
ISBN: 978-989-8377-13-5
Depósito legal:

Índice

Nota dos Editores

<i>Lusofonia na era digital – novos fluxos e redes cruzam-se com velhos emaranhados</i>	7
Moisés de Lemos Martins, Rosa Cabecinhas e Lurdes Macedo	

PARTE I – SOCIEDADE EM REDE NO ESPAÇO DA LUSOFONIA

<i>“Por mares nunca dantes navegados” – Contributos para uma cartografia do ciberespaço lusófono</i>	11
Lurdes Macedo, Moisés de Lemos Martins e Isabel Macedo	

<i>Políticas Públicas de Comunicação: Desafios brasileiros na era digital</i>	41
José Marques de Melo	

<i>Desafios das redes de comunicação e de educação no espaço lusófono: Da blogosfera cabo-verdiana à cidadania global</i>	51
Silvino Lopes Évora e Albino Luciano Tavares Silva	

<i>Cartografia do ciberespaço dixital e indicadores mediáticos da lusofonia</i>	71
Francisco Campos-Freire e Xosé Pereira-Fariña	

<i>Identidades na Goanet – Estudando uma Mailing List Diaspórica com o Text Mining e a Análise de Redes</i>	99
António Rosas	

<i>O desenvolvimento da Sociedade da Información en Galicia. Aplicación do Índice Localcom</i>	123
Berta García Orosa e Xosé López García	

<i>Iniciativa de pesquisa no ciberespaço lusófono</i>	137
Xan Gómez Viñas, Amanda Paz Alencar, Silvia Roca Baamonde, Ana Isabel Rodríguez Vázquez e María Salgueiro Santiso	

PARTE II – POLÍTICAS DA LÍNGUA

<i>Políticas de língua e lusofonia: aspectos culturais e ideológicos</i>	159
Vera Lúcia Harabagi Hanna, Regina Helena Pires de Brito e Neusa Barbosa Bastos	

<i>Que lusofonía para a Galiza?</i>	177
Henrique Monteagudo e Serafín Alonso Pintos	

<i>O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e a percepção de ameaça à identidade portuguesa.....</i>	189
Michelly Carvalho e Rosa Cabecinhas	

PARTE III – IDENTIDADE, MEMÓRIA E SÍMBOLOS NACIONAIS

<i>Memória colectiva e identidade nacional: jovens angolanos face à História de Angola</i>	205
Júlio Mendes, Eugénio Silva e Rosa Cabecinhas	

<i>Desportista africano ou símbolo de uma nação europeia? – Media, desporto e guerra colonial nos anos 60</i>	223
José Ricardo Carvalheiro	

<i>Da lanza ao portátil. Ao redor de certas estratexias de representación na fotografia galega</i>	245
Vítor Vaqueiro	

<i>Aquilo de que não se fala, não existe. Um estudo de caso sobre a Censura ao teatro no período salazarista</i>	259
Carla Risso	

PARTE IV – ENTREVISTA

<i>“A lusofonia é uma ave migratória” – Entrevista a Olinda Beja, escritora e poetisa são-tomense</i>	283
Lurdes Macedo e Jorge Adolfo Marques	

PARTE V – RECENSÕES

<i>Castells, Manuel, Fernández-Ardèvol, Mireia, Qiu, Jack Linchuan & Sey, Ara (eds.) (2009) Comunicação Móvel e Sociedade. Uma Perspectiva Global, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 393 pp.</i>	295
Vítor de Sousa	

<i>História da África Lusófona de Armelle Enders</i>	301
João Rocha Nunes	

Agradecimentos aos revisores	304
---	-----

Nota dos Editores

Lusofonia na era digital — novos fluxos e redes cruzam-se com velhos emaranhados

Moisés de Lemos Martins*

Rosa Cabecinhas**

Lurdes Macedo***

Subordinado ao tema “Lusofonia e Sociedade em Rede”, este Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010 analisa de forma crítica alguns dos desafios que se colocam aos processos de comunicação e às práticas culturais no espaço lusófono contemporâneo, constituído não só pelo conjunto de nações e de comunidades de língua portuguesa, mas também — e cada vez mais — por um conjunto de fluxos e de redes que se configuram no ciberespaço.

A complexa construção da(s) identidade(s) lusófona(s) é, desta vez, trazida à luz e discutida em textos de investigadores que tomam como ponto de partida os desafios da sociedade em rede e das políticas da língua, bem como as questões da memória e dos símbolos nacionais. Empenhados em aprofundar o conhecimento sobre o impacto destes fenómenos na (re)configuração da comunidade lusófona, os autores apresentam-nos artigos nos quais as perspectivas teóricas e as propostas metodológicas se multiplicam.

É assim que se discute o passado e se procura clarificar o presente do espaço lusófono — disperso por várias latitudes e longitudes geograficamente distantes entre si e habitado por cidadãos de diversas culturas e grupos étnicos — através de trabalhos de investigação e de reflexão que nos permitem, ao mesmo tempo, perspectivar o seu futuro.

A sociedade em rede no espaço da lusofonia abre esta edição, com um conjunto de artigos que abordam os processos de comunicação na era digital. A problematização em torno das políticas públicas levadas a cabo nos países de língua oficial portuguesa neste domínio e a caracterização dos fluxos e das redes estabelecidos no ciberespaço lusófono — em alguns casos apresentada sob a forma de cartografia —

* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho moiseslmartins@gmail.com

** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho cabecinhas@ics.uminho.pt

*** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho mlmacedo71@gmail.com

representam, deste modo, temas chave que inspiraram a investigação de cientistas interessados na compreensão de uma realidade ainda pouco conhecida. De referir, como especial contributo neste sentido, um artigo que nos apresenta algumas questões em torno da blogosfera cabo-verdiana.

No segundo capítulo são analisados os efeitos das políticas da língua, nomeadamente do Acordo Ortográfico, nas práticas quotidianas e nas dinâmicas identitárias dos cidadãos lusófonos. É possível observar que o propósito bem intencionado de preservar o principal factor identitário desta *comunidade imaginada* tem sido acolhido de forma diversa, representando hoje uma das mais acaloradas discussões no espaço da lusofonia. De salientar que, nesta edição, os artigos publicados respeitam os textos apresentados pelos autores, independentemente da aplicação do Acordo Ortográfico. Entendemos que, num tempo de transição quanto a esta matéria, esta seria a opção natural de uma publicação que pretende tratar a lusofonia na sua diversidade e na sua pluralidade.

Questões relacionadas com identidade, memória colectiva e símbolos nacionais são analisadas e debatidas no terceiro capítulo, num conjunto de textos que se debruçam sobre temáticas tão distintas como as representações da história colonial e pós-colonial, a censura durante o Estado Novo em Portugal, o teatro, o futebol ou a fotografia, todavia sempre na perspectiva da cultura e dos media.

A entrevista à escritora e poetisa Olinda Beja, de São Tomé e Príncipe, e duas resenhas críticas — a primeira a uma obra sobre comunicações móveis e a segunda a uma obra sobre história da presença portuguesa em África — encerram esta edição do Anuário Internacional de Comunicação Lusófona.

Uma nota especial para o facto de, nesta edição, contarmos com contributos raros. Com efeito, de São Tomé e Príncipe, de Angola e de Goa são-nos dadas pistas para uma compreensão mais englobante e mais plural do espaço lusófono.

Organizado conjuntamente pela Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (LUSOCOM) e pela Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), o Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010 pretende constituir, assim, mais uma oportunidade para se reflectir sobre a relação entre comunicação, cultura e lusofonia na contemporaneidade.

PARTE I: SOCIEDADE EM REDE NO ESPAÇO DA LUSOFONIA

“Por mares nunca dantes navegados”: contributos para uma cartografia do ciberespaço lusófono¹

Lurdes Macedo*

Moisés de Lemos Martins**

Isabel Macedo***

Resumo

Este artigo tem por objectivo apresentar os resultados de uma investigação sobre o papel do ciberespaço na (re)construção da identidade lusófona. Procurando dar um primeiro passo para a compreensão do processo de estabelecimento de relações, no espaço virtual, entre cidadãos que pensam, sentem e falam em português, serão aqui apresentados e discutidos os resultados da análise e da monitorização realizadas, durante um período de três meses, a 348 páginas Web do ciberespaço lusófono. Esses resultados constituem os contributos para uma cartografia deste espaço virtual da língua portuguesa.

Para uma melhor interpretação desta cartografia, apresenta-se também uma breve análise das políticas para a Sociedade da Informação e dos indicadores de desenvolvimento deste paradigma nos oito países que constituem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Palavras-chave: Ciberespaço, Lusofonia, Identidade, Blogosfera, Sociedade da Informação

Abstract

This article aims to present the results of an investigation about the role of cyberspace in the (re) construction of the lusophone identity. Looking to take a first step toward understanding the process of establishing relationships in virtual space, between people who think, feel and speak in Portuguese, the results of the analysis and monitoring conducted during a period of three months, to 348 web pages of lusophone cyberspace will be presented and discussed. These results constitute a contribution to this Portuguese language virtual space cartography.

¹ Artigo desenvolvido no âmbito do projecto de investigação “Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da lusofonia em contextos interculturais”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CCI-COM/105100/2008).

* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho mlmacedo71@gmail.com

** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho moiseslmartins@gmail.com

*** Bolseira do projecto “Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da lusofonia em contextos interculturais”, CECS, Universidade do Minho isabelmaced@gmail.com

For a better interpretation of this mapping, it is also presented a brief analysis of the Information Society policies and of the development indicators of this paradigm in the eight countries forming the Community of Portuguese Language Countries (CPLP).

Keywords: Cyberspace, Lusophony, Identity, Blogosphere, Information Society

I. Introdução

A aposta no paradigma da Sociedade da Informação tem vindo a tornar-se numa prioridade política na maioria dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, sendo este considerado a base para uma sociedade competitiva. Todavia, trata-se de um paradigma complexo e, por vezes, de difícil apreensão. Os fenómenos de descentralização e de deslocalização da indústria para outros países, a flexibilidade nas técnicas de produção, o estímulo ao consumo, a efemeridade das relações, o individualismo, a importância dada ao material e ao capital económico, bem como as constantes migrações que caracterizam a contemporaneidade, afectam, inevitavelmente, o modo como é perspectivada a Sociedade da Informação nos nossos dias (Harvey, 1995; Bauman, 1995; Santos, 2001).

Também Castells, na trilogia *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, descreve a sociedade *informacional* como um paradigma cuja flexibilidade permite a sua própria reconfiguração, já que este caracteriza uma sociedade em permanente mudança (Cardoso, 1998; Sousa, 2004; Macedo, 2005). Apesar da dificuldade em definir este paradigma, há que reconhecer um denominador comum no pensamento de todos os autores que dele se têm vindo a ocupar: o papel determinante que o desenvolvimento e a proliferação das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) assumem no advento da Sociedade da Informação.

Todos assistimos nos últimos anos, conforme nos recorda Webster (1999), à acentuada redução dos preços do material electrónico e informático, ao mesmo tempo que nos fomos rendendo às suas indiscutíveis capacidades de processamento, armazenamento e transmissão de informação. Aqui parecem residir as razões que conduziram à rápida aplicação destes dispositivos em todos os domínios da experiência humana.

Paralelamente, a convergência de redes informáticas e de telecomunicações permitiu o desenvolvimento de meios de gestão da informação e a sua distribuição extensiva, bem como a possibilidade de estabelecer ligação directa entre espaços físicos longínquos. O modo como procedemos à integração desta nova realidade evidencia a emergência de novas estratégias de organização e de apropriação do binómio espaço/tempo na nossa contemporaneidade²: a comunicação entre cidadãos

² Webster apresenta cinco definições, que configuram dimensões analíticas, para a compreensão do paradigma de organização social que se desenha em torno da introdução das tecnologias de informação e comunicação na nossa experiência. Apresenta-se, por ora, o entendimento do autor no que respeita à definição tecnológica e à definição espacial.

residentes nos mais diversos pontos do planeta passou a realizar-se, em tempo real e a baixo custo, por via das tecnologias que determinam o paradigma comunicacional da Sociedade da Informação.

A este propósito Lawson-Borders & Kirk (2005) referem que as novas tecnologias, nomeadamente a Internet, permitem aos utilizadores o desenvolvimento de comunidades virtuais que comunicam entre si através de múltiplos canais tais como chats, grupos de trabalho, páginas Web pessoais e blogues. Na opinião de Mitra (2008: 470), os mesmos “blogues e o espaço que estes criam, podem oferecer uma sensação de conforto e segurança que o espaço real pode não garantir”.

Se relacionarmos esta nova realidade comunicacional com o poderoso factor identitário que uma língua em comum pode constituir, estaremos em condições de reflectir sobre o contributo do ciberespaço para a aproximação entre cidadãos falantes de um mesmo idioma. E se pensarmos numa língua falada por muitos milhões de cidadãos, dispersos por todos os cantos do mundo, pertencentes às mais diversas etnias e culturas, esta reflexão afigura-se ainda mais pertinente. Trata-se do caso da língua portuguesa.

Segundo a *Internet World Stats*, em Junho de 2010, este dispositivo era utilizado por 1 966 514 816 de pessoas em todo o mundo. Os utilizadores lusófonos eram, aproximadamente, 82 548 200, representando a quinta comunidade linguística com maior representatividade no ciberespaço, como é possível verificar no gráfico que a seguir se apresenta.

Dez línguas com maior presença na Internet (em milhões de utilizadores) — 2010

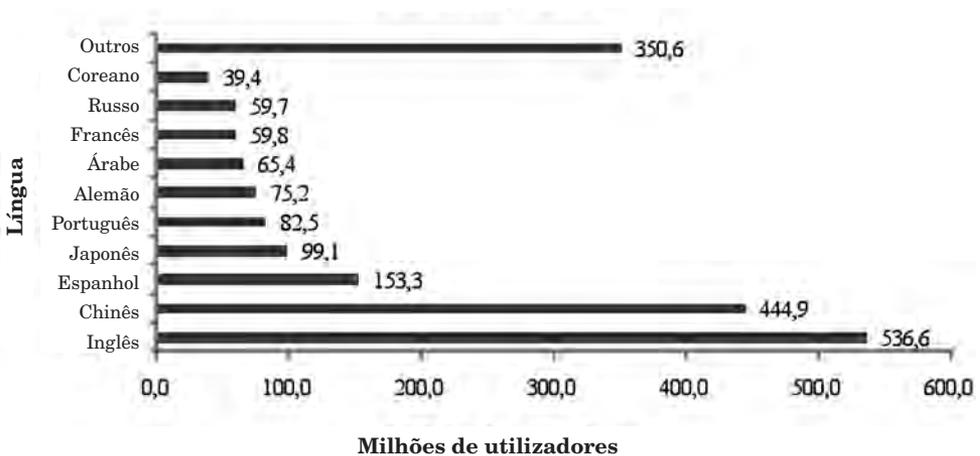


Gráfico I: Representatividade das dez línguas com maior presença na Internet, em milhões de utilizadores (Junho de 2010)³

³ Fonte: Internet World Stats (www.internetworldstats.com/stats7.htm).

É um facto que, em poucos anos, milhares de sites, de blogues e de fóruns escritos em português inundaram a Internet, tornando a língua de Camões numa das mais influentes na *World Wide Web*. Assim, o novo paradigma comunicacional baseado na convergência e na ampla utilização de infotecnologias — a Sociedade da Informação — parece convocar o ciberespaço enquanto um novo lugar da lusofonia, no qual se estabelecem redes virtuais de comunicação entre cidadãos que pensam, sentem e falam em português.

Contudo, para que conheçamos melhor esta nova realidade, há que lançar algumas questões e procurar dar-lhes resposta de uma forma fundamentada. O modo como os falantes de língua portuguesa utilizam a Internet conduz, de facto, à sua aproximação? Os conteúdos escritos em português que se encontram acessíveis na Web fomentam a consciência colectiva de uma comunidade lusófona? O que é que o ciberespaço acrescenta à experiência da lusofonia?

Partindo do pressuposto que para compreender o papel do ciberespaço na (re)construção da identidade lusófona seria necessário proceder à sua caracterização, propusemo-nos à tarefa de elaborar uma primeira cartografia do ciberespaço de língua portuguesa. E para melhor podermos interpretar esta cartografia, fizemos, a montante, uma análise ao estado das políticas para a Sociedade da Informação nos oito países que constituem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁴, bem como aos seus indicadores de desenvolvimento deste paradigma.

II. Políticas para a Sociedade da Informação nos Países Lusófonos

A capacidade de utilização das TIC, bem como o acesso aos fluxos de informação e de comunicação que cruzam o mundo, definem, na actualidade, as condições de existência de cada país e de cada região na Sociedade da Informação. É deste modo, que o poder das organizações e dos indivíduos fica dependente do seu posicionamento face às redes e aos fluxos de informação e de conhecimento, enquanto que o poder dos Estados é determinado, em boa parte, pela importância estratégica atribuída ao desenvolvimento das TIC (Bóia, 2003).

Interessa, por isso, perceber qual o posicionamento dos países da CPLP em relação a esta matéria e quais as políticas que implementaram, até ao momento, para o desenvolvimento da Sociedade da Informação. Tratando-se de países com diferentes paradigmas e diferentes graus de desenvolvimento, bem como de países tradicionalmente considerados periféricos, importa compreender os seus esforços de inclusão na Sociedade da Informação, confrontando-os com o facto de a língua portuguesa

⁴ De acordo com o sítio oficial da CPLP, esta “assume-se como um novo projecto político cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Oito — que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum. A CPLP tem como objectivos gerais a concertação política e a cooperação nos domínios social, cultural e económico” (<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=241>, acedido em 10.09.2010).

se assumir como uma das mais representativas na Internet. No quadro seguinte, é possível observar, de forma sistematizada, os instrumentos de política que cada um destes países promoveu, nos últimos anos, neste sentido.

País	Políticas para a Sociedade da Informação	Data
Angola	Plano de Acção para a Sociedade da Informação	2005
	Plano de Acção para a Governação Electrónica	2005
	Anteprojecto da Lei das Tecnologias de Informação da República de Angola	2007
Brasil	Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde	2000
Cabo Verde	Plano de Acção para a Governação Electrónica	2005
	Programa Estratégico para a Sociedade da Informação	2005
Guiné-Bissau	Lei de Base das Telecomunicações	1999
Moçambique	Política de Informática	2000
	Estratégia de Implementação da Política de Informática	2002
	Lei de Base das Telecomunicações	2004
Portugal	Livro Verde para a Sociedade da Informação	1997
	Plano de Acção para a Sociedade da Informação	2003
	Programa Ligar Portugal	2005
	Plano Tecnológico	2005
S. Tomé e Príncipe	Lei das Telecomunicações	2004
Timor-Leste	Lei de Base das Telecomunicações	2003

Quadro I: Políticas implementadas nos oito países da CPLP para o desenvolvimento da Sociedade da Informação.

a) Angola

A promoção da inserção de Angola na Sociedade da Informação é um projecto liderado pela Comissão Nacional de Tecnologias de Informação. Este projecto encontra-se estruturado através de dois planos: o PASI — Plano de Acção para a Sociedade de Informação — e o PAGE — Plano de Acção para a Governação Electrónica.

Em 2007 foi aprovado o Ante-projecto da Lei das Tecnologias de Informação da República de Angola. Tratou-se do primeiro passo, neste país africano, no sentido

da criação de uma legislação que contemple “a protecção jurídica de matérias como o comércio electrónico, os documentos electrónicos e a assinatura digital, a protecção jurídica de dados pessoais, a protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas, a protecção jurídica de programas de computador, a protecção jurídica de bases de dados e a criminalidade informática.”⁵

O desenvolvimento assente no paradigma da Sociedade da Informação em Angola é encarado como uma prioridade para o governo, estando consagrado no Plano de Acção aprovado em 2005 pelo Conselho de Ministros. De acordo com José Eduardo dos Santos (2005:4)⁶, quer o Plano de Acção para a Governação Electrónica, quer o Plano de Acção para a Sociedade de Informação “constituem duas provas cabais da nossa ambição, no nosso interesse e da nossa visão e futuro, para a concretização de uma Estratégia para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação até ao ano de 2010”.

O Plano de Acção para a Sociedade de Informação encontra-se estruturado em dez pilares: construir uma infra-estrutura digital para o futuro; governação orientada para o desenvolvimento; desenvolver as competências para o futuro; dinamizar uma economia competitiva; assegurar saúde para todos; garantir o desenvolvimento sustentado; promover um ambiente estimulante; assegurar capacidade organizacional; financiar e medir a Sociedade da Informação⁷.

b) Brasil

No que se refere ao Brasil, em 2000 é publicado o Livro Verde para a Sociedade da Informação, documento que enuncia as metas de implementação do Programa Sociedade da Informação. Este livro contempla um conjunto de acções para o desenvolvimento deste paradigma no Brasil no que se refere à ampliação do acesso, aos meios de conexão, à formação de recursos humanos, ao incentivo à pesquisa e desenvolvimento, ao comércio electrónico e ao desenvolvimento de novas aplicações.

Apesar das acções desenvolvidas pelo Governo Brasileiro para ampliar a inclusão digital e o acesso às Tecnologias da Informação pelas classes economicamente menos favorecidas da população, ainda há grandes lacunas nessa área que reforçam a exclusão social no país, como será analisado posteriormente neste trabalho.

c) Cabo Verde

As acções e projectos oficiais de Cabo Verde, assim como todas as políticas especificamente elaboradas para a Sociedade da Informação, são postas em prática pelo NOSI (Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação), oficialmente apresentado em 2004. Segundo a sua própria apresentação, o NOSI tem como objectivo principal “o estabelecimento de um novo paradigma cultural de inclusão digital, focado

⁵ Excerto do Ante-projecto da Lei das Tecnologias de Informação da República de Angola.

⁶ Excerto do PASI - Plano de Acção para a Sociedade de Informação (2005).

⁷ Objectivos do PASI - Plano de Acção para a Sociedade de Informação (2005).

no cidadão/cliente, com a redução de custos unitários, a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços públicos, a transparência e a simplificação de processos”⁸. Apesar criação desta entidade em 2004, de acordo com Tavares (2007), a realidade Cabo-verdiana é ainda caracterizada por uma falta de regulamentação a nível das TIC.

d) Guiné-Bissau

A Lei de Base das Telecomunicações, de 1999, é a política do Governo da Guiné-Bissau relativa às telecomunicações e tem como objectivos: promover o desenvolvimento das telecomunicações na Guiné-Bissau mediante a definição de um quadro jurídico adequado de acordo com as exigências da liberalização; promover e dar ênfase ao papel das telecomunicações como instrumento fundamental do desenvolvimento económico e social; criar as condições favoráveis à emergência e desenvolvimento dum sector concorrencial das telecomunicações a fim de facilitar o acesso dos utentes aos serviços novos e a melhores preços; desenvolver e melhorar o serviço de telecomunicações de uso público perspectivando uma melhor cobertura nacional em termos de acesso universal das telecomunicações⁹.

e) Moçambique

Em Moçambique, a implementação das TIC teve início na década 90 com os primeiros serviços de Internet *dial-up* fornecidos pelo Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM), a partir de 1993. Este centro foi estabelecido como unidade autónoma da Universidade Eduardo Mondlane em 1983 e, juntamente com o Centro de Processamento de Dados (CPD) do governo, constituiu a base para as iniciativas posteriores nesta matéria.

Em 1998, foi criada a Comissão para a Política de Informática (CPI), com o objectivo de desenvolver e supervisionar a elaboração da mesma. Esta comissão era presidida pelo Primeiro-Ministro e pelos ministros das Finanças, Educação, Ciência e Tecnologia, Transportes, Comunicações e Educação, bem como por representantes de outras entidades tais como a empresa Telecomunicações de Moçambique (TDM) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Depois da aprovação da Política de Informática em 2000, a Comissão para a Política de Informática supervisionou a preparação e aprovação da respectiva Estratégia de Implementação, assegurando as tarefas de coordenação e direcção global da aplicação da mesma. Foram também criadas Comissões Provinciais de Informática que funcionam actualmente a partir dos Gabinetes dos Governadores Provinciais.

A Unidade Técnica de Implementação da Política de Informática (UTICT) foi criada em 2002 como órgão de apoio técnico ao Governo na implementação da Política de Informática, subordinada inicialmente à CPI.

⁸ NOSI - Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação de Cabo Verde.

⁹ Lei de Base das Telecomunicações de Guiné-Bissau (1999).

A Política de Informática aprovada em 2000, tem a seguinte missão: contribuir para o combate à pobreza e melhoramento das condições de vida dos moçambicanos; assegurar o acesso dos cidadãos aos benefícios do saber mundial; elevar a eficácia e eficiência das instituições do Estado e de utilidade pública na prestação dos seus serviços; melhorar a governação e a administração pública; fazer de Moçambique um produtor e não mero consumidor das tecnologias de informação e comunicação e elevar Moçambique ao nível de parceiro relevante e competitivo na Sociedade Global de Informação¹⁰.

f) Portugal

Em Portugal, o Livro Verde para a Sociedade de Informação (1997), define um conjunto de objectivos perseguidos no âmbito da Sociedade da Informação: apetrechar os Estabelecimentos Escolares para a Sociedade da Informação; equipar as Bibliotecas e Arquivos Públicos com Computadores Multimédia; promover Programas de Informação ao Cidadão; apoiar as Associações Culturais, Centros de Juventude e Colectividades de Cultura e Recreio; fomentar Iniciativas de Autarquias Locais para a Democratização do Acesso à Sociedade da Informação; dar Prioridade a Programas de Integração na Sociedade da Informação dos Cidadãos com Deficiências.

A escola assume um destaque especial no desenvolvimento da Sociedade da Informação, sendo considerada um meio privilegiado de actuação para combater a desigualdade de condições de acesso às tecnologias de informação. De acordo com o Livro Verde “As escolas do ensino básico e secundário terão de desempenhar um papel fundamental na eliminação de assimetrias com origem em diferentes condições de acesso no lar, que são uma função do estrato económico da família” (1997:16).

Também a iniciativa *Ligar Portugal (2005)*, integrada no Plano Tecnológico do XVII governo, alarga o âmbito de intervenção do Estado ao desenvolvimento da Sociedade de Informação, tendo como objectivo a generalização do acesso à Internet e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Este programa assume como prioridades a “ampla apropriação social destas tecnologias, a sua difusão nos vários sectores de actividade, o combate à infoexclusão, a exploração de novos produtos e serviços, o desenvolvimento das capacidades de investigação e formação em domínios emergentes”, para um mercado nacional de telecomunicações mais competitivo.

g) São Tomé e Príncipe

Quanto a S. Tomé e Príncipe, a Lei das Telecomunicações de 2004, refere que “a legislação sectorial, herdada do período colonial, é incompleta e inadequada”, pelo que se procedeu à elaboração da Lei das Telecomunicações que “tem como objecto constituir a base de uma regulamentação adaptada à modernização das redes e dos serviços de telecomunicações e à abertura progressiva do mercado das telecomunicações à concorrência”¹¹.

¹⁰ Política de Informática de Moçambique (2000).

¹¹ Excerto da Lei das Telecomunicações de S. Tomé e Príncipe (2004).

h) Timor-Leste

Em Timor-Leste, a Lei de Bases das Telecomunicações (2003), tinha como objectivo a promoção e crescimento da economia do país e desenvolvimento do seu tecido social. Além disso, este documento define que se deve “garantir aos cidadãos o acesso às comunicações e à informação através de uma multiplicidade de meios, corrigindo as assimetrias regionais e atenuando o isolamento geográfico das populações”¹².

Esta análise aos instrumentos de política implementados para o desenvolvimento da Sociedade da Informação nos oito países da CPLP permite concluir que estamos perante realidades muito diversas.

O país que mais cedo iniciou este investimento, em 1997, e que mais instrumentos de política implementou, até ao momento, foi Portugal. Seguiu-se-lhe o Brasil que em 2000 lança o seu primeiro e determinante instrumento de política nesta matéria. Quanto aos restantes países, poderemos apontar dois grupos distintos: um primeiro grupo, constituído por Angola, Cabo Verde e Moçambique que, durante a última década, implementaram instrumentos de política activa para a Sociedade da Informação e um segundo grupo, constituído pela Guiné-Bissau, por São Tomé e Príncipe e por Timor-Leste, cujos instrumentos de política se resumem a uma lei para as telecomunicações.

No próximo capítulo, procuraremos, através da apresentação dos indicadores de desenvolvimento da Sociedade da Informação nos oito países da CPLP, analisar os efeitos dos instrumentos de política implementados.

III. Indicadores de desenvolvimento da Sociedade da Informação nos Países Lusófonos

Uma grande parte dos benefícios da actual revolução tecnológica ainda não chegou a algumas regiões do mundo em desenvolvimento. Esta era a opinião do secretário executivo da CPLP em funções em 2003, que referia ainda que “num mundo de 5,6 bilhões de habitantes, apenas 150 milhões são usuários de computador. Menos de 1% da população mundial tem acesso à Internet e 91% dos seus usuários estão concentrados nos países desenvolvidos.”¹³

Esta nova ordem social — que gravita em torno de mecanismos de inclusão e exclusão ditados pelo acesso às TIC e à informação — tem vindo a merecer a atenção de alguns dos pensadores mais influentes do nosso tempo.

A *infoexclusão* — conceito proposto por Castells (2004: 288) para descrever uma nova forma de agudização da exclusão das franjas das sociedades desenvolvidas,

¹² Excerto da Lei de Bases das Telecomunicações de Timor-Leste (2003).

¹³ Excerto do discurso proferido pelo ex-secretário executivo da CPLP, Embaixador João Augusto de Medicis, durante a Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação — WSIS, 2003.

bem como do colectivo das sociedades menos avançadas — configura, assim, uma das preocupações a ter em conta no desenvolvimento da Sociedade da Informação. A antevisão de um mundo dividido entre os “inforricos” — aqueles que podem aceder às novas infotecnologias — e os “infopobres” — aqueles que, por razões económicas e culturais, não lhes podem aceder — coloca-nos perante a questão económica que constitui a generalização do acesso às TIC e à informação por parte das populações mais desfavorecidas, bem como perante a questão educativa e cultural que representa a sua sensibilização e o treino das suas competências para a utilização destes novos dispositivos (Macedo, 2005).

Afigura-se, deste modo, pertinente analisar alguns indicadores relativos à utilização da Internet nos oito países que integram a CPLP. Tendo presente a anterior apresentação das políticas para o desenvolvimento da *Sociedade de Informação* nos mesmos países, pretende-se fazer um cruzamento de informação que nos permita perceber os efeitos destas políticas, que se situam no plano das intenções, no acesso à Internet por parte dos cidadãos, que se situa no plano dos resultados.

País	População (M)	Subscrições (000s)	Subscrições por 100 habitantes	Utilizadores (000s)	Utilizadores por 100 habitantes
Angola	18,50	107,00	0,59	550,00	3,05
Brasil	193,73	11401,90	5,94	72027,70	37,52
Cabo Verde	0,51	9,20	1,85	102,80	20,61
Guiné-Bissau	1,61	0,70	0,04	37,10	2,35
Moçambique	22,89	---	---	350,00	1,56
Portugal	10,71	1675,40	15,69	4711,80	44,13
S. Tomé e Príncipe	0,16	2,50	1,60	24,80	15,48
Timor-Leste	1,13	0,70	0,07	1,80	0,16

Ano de referência dos dados: 2008

Fonte: International Telecommunication

Quadro II: Indicadores de utilização da Internet nos países lusófonosUnion

Angola, com uma população de cerca de 18 milhões de habitantes, é um país de 1240 000 Km², com milhares de minas anti-pessoais implantadas nas áreas agrícolas (Narciso, 2004). Desde que foi decretado o cessar-fogo em 2002, que pôs termo a mais de 25 anos de guerra civil, Angola tem vindo a canalizar fundos para a reconstrução das infra-estruturas. Trata-se de um país que dispõe apenas de uma rede fixa de telefones públicos que não se estende a todo o país. Possui apenas duas empresas de telecomunicações móveis, uma privada e outra pública, instaladas nas principais cidades e, além disso, debate-se com problemas de energia e de água (Narciso, 2004). No que se refere ao acesso às novas tecnologias, nomeadamente à Internet, apenas 3,05% da população o consegue fazer e desses, só 0,59% subscrevem o

serviço. Estes indicadores realçam os desafios que Angola enfrenta no que diz respeito à integração na Sociedade da Informação, apesar de alguns instrumentos de política terem sido implementados nesta matéria.

Na opinião de Wagner (2010:47), o Brasil tem “experimentado inegáveis avanços no acesso da população à Internet, embora os números ainda revelem fortes disparidades, conforme as regiões do país, as classes sociais e o nível de escolaridade das pessoas”. Ainda de acordo com este autor, esses avanços ocorrem devido ao aumento do número de famílias que possuem computadores e de pessoas que têm acesso à Internet. No Brasil, 37,52% da população é utilizadora de Internet, mas apenas 5,94% subscreve o serviço. Esta baixa percentagem de subscrições tem a ver com a proliferação das *lanhouses* — espaços colectivos de utilização de Internet a baixo custo — quer nas regiões mais desfavorecidas, quer nas grandes cidades.

Os dados da recente Pesquisa TIC Domicílios 2009 revelam que, embora tenha havido um crescimento no uso da Internet junto à população mais pobre, o acesso a este dispositivo continua concentrada nas classes mais ricas, as quais apresentam um desempenho semelhante à media dos países desenvolvidos. De acordo com Santos (2009:55), a Internet no Brasil “é ainda um fenómeno urbano, sobretudo devido ao desinteresse das operadoras que, hoje, concentram os seus negócios nas áreas de maior rendimento e densidade populacional”.

Em Cabo Verde, 20,61% da população utiliza a Internet e 1,85% subscreve este serviço. Num trabalho realizado em 2010 pela *International Telecommunication Union* (ITU), é analisada a evolução da penetração da Internet neste país, que aumentou de 8% em 2007 para aproximadamente 21% em 2008, alcançando o maior aumento registado em África nesse ano. Um dos factores que contribuiu para este aumento de utilizadores teve a ver com a entrada de um segundo fornecedor de serviços de Internet (Cabocom) em 2008, terminando com o monopólio da Cabo Verde Multimedia (ITU, 2010). Poder-se-á também atribuir a rápida evolução deste indicador a certas características específicas do país que, normalmente, se encontram associadas a uma maior apetência para a procura de serviços de Internet: a insularidade, a ultraperifricidade e a fragmentação do território, bem como a dimensão e a dispersão geográfica da sua diáspora.

Quanto ao acesso aos serviços de Internet na Guiné-Bissau, 2,35% da população utiliza a Internet e apenas 0,04% subscreve o serviço. Há um enorme *deficit* no fornecimento deste serviço quer ao nível de administração pública, quer no sector privado. Seidi (S/D), refere que se pode “percorrer quase uma dezena de quilómetros para aceder ao precioso serviço cujo funcionamento requer muita paciência do utilizador”. Ainda na opinião deste autor, “para muitos cidadãos Guineenses as tecnologias de informação e das comunicações fazem parte da ficção científica”.

Por sua vez, em Moçambique, 1,56% da população é utilizadora da Internet, não tendo a ITU disponibilizado os dados relativos à percentagem de subscrições. Um dos factores subjacentes ao limitado acesso a este dispositivo em Moçambique resulta de estarmos na “presença de infra-estruturas (energia, telecomunicações), equipamento

e a capacidade de usá-lo”, extremamente reduzidos (Gaster, Cumbana, Macueve, Domingos e Mabila, 2009:4). Segundo os mesmos autores, a introdução das TIC deveria constituir uma acção estratégica, que permitisse a melhoria da vida dos cidadãos em todos os aspectos. De facto, parece haver alguma lentidão no processo de implementação do acesso generalizado às TIC, apesar dos instrumentos de política implementados neste país.

Em Portugal, 44,13% da população utiliza a Internet e 15,69% subscreve este tipo de serviço, havendo cada vez mais famílias com computador e acesso à Internet no domicílio. Comparativamente aos outros países que compõe a CPLP, Portugal teve condições mais favoráveis à implementação da Sociedade da Informação. Por um lado, contou com o apoio financeiro da União Europeia para o desenvolvimento inspirado neste paradigma; por outro lado — e comparativamente ao Brasil, por exemplo — trata-se de um país de pequena extensão territorial, com pouco mais de 10 milhões de habitantes, sendo mais fácil a sua administração (Rodrigues, Simão e Andrade, 2003). Estes factores colocaram Portugal num patamar de desenvolvimento mais elevado no acesso à informação e ao conhecimento, no conjunto dos oito países da CPLP.

No que se refere a São Tomé e Príncipe, 15,48% da população utiliza a Internet e 1,60% subscreve este serviço. Fall (2007), refere que a Companhia Santomense de Telecomunicações é o principal fornecedor de serviços de Internet e que o governo não considera as TIC como sector prioritário de intervenção, embora reconheça que estas tecnologias são um instrumento essencial de partilha de informação e de conhecimento e uma mais-valia para a gestão eficiente e para o desenvolvimento dos recursos do país. Os objectivos estratégicos delineados para São Tomé e Príncipe têm como principal prioridade a redução da pobreza da população e, neste contexto, as TIC seriam um instrumento que contribuiria para alcançar esse objectivo. É curioso perceber como este pequeno país, mesmo sem ter implementado qualquer política activa para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, apresenta indicadores mais favoráveis do que outros países em que esse tipo de política conhece instrumentos específicos. Mais uma vez, poderemos propor a insularidade, a ultraperifericidade e a fragmentação do território, bem como a dimensão e a dispersão da diáspora como factores explicativos para a procura de serviços de Internet acima do expectável.

No que se refere a Timor-Leste, apenas 0,16% da população utiliza a Internet e destes apenas 0,07% subscreve o serviço. Para compreendermos esta baixa percentagem de utilizadores é relevante considerarmos que Timor-Leste viveu longos períodos de ocupação e conflito como os “dias anteriores e posteriores ao referendo celebrado naquele território a 19 de Agosto de 1999” (Pena, 2009:26), que resultaram na devastação das infra-estruturas sociais e de comunicação. Como referimos anteriormente, a limitada legislação nesta área, apresenta como objectivo o acesso de toda a sociedade civil à Internet, contudo “os preços elevados, infra-estruturas deficientes e o monopólio das telecomunicações significam que existe ainda um longo

caminho a percorrer antes que as tecnologias digitais tenham um impacto generalizado positivo para o acesso ao conhecimento, ao emprego e ao desenvolvimento económico daquele país” (Moreira, 2010)¹⁴.

Poderemos concluir que, embora as políticas para a Sociedade da Informação estejam directamente correlacionadas com os indicadores de desenvolvimento nesta matéria, nem sempre estas políticas produzem resultados ao nível das expectativas. Factores como a extensão territorial do país, a concorrência no sector das telecomunicações, a taxa de cobertura dos serviços e, eventualmente, a própria condução da implementação dessas políticas, condicionam os resultados alcançados ao nível dos indicadores.

IV. A blogosfera como oportunidade de participação no ciberespaço

No entendimento de Lévy (2003), a propagação do ciberespaço à escala planetária criou, no nosso tempo, condições favoráveis à liberdade criativa. Este é um fenómeno que se deve às múltiplas vantagens que a Internet apresenta enquanto sistema de comunicação: baixo custo, interacção em tempo real e, sobretudo, liberdade de expressão. O ciberespaço é, por isso, considerado por este autor como um lugar de emancipação, uma nova *ágora* para a deliberação política, um terreno propício para o desenvolvimento de uma inteligência colectiva capaz de englobar a diversidade, um território configurador do espaço público necessário à intervenção de uma sociedade civil com consciência global.

Dentro do ciberespaço, a blogosfera — ou seja, o espaço ocupado por blogues — parece ser aquele que mais potencial apresenta para a intervenção directa dos cidadãos.

Na perspectiva de Alvim (2007:1), “O blogue é uma página na Web, com um endereço atribuído, suportado por um software de acesso livre e que pode ser gratuito ou não, com ou sem fins lucrativos, em que o seu criador/autor (individual, grupo de pessoas ou uma instituição) coloca entradas individuais, escreve um *post*, com frequência variada, sobre um tema do seu interesse, de forma livre e independente.”

Os sites diferenciam-se dos blogues, basicamente, porque aqueles são páginas feitas em HTML ou outra linguagem de programação, com parte ou todo o conteúdo fixo ou actualizado esporadicamente. Além disso, não existe a possibilidade de o visitante associar um comentário próprio a determinado conteúdo do site.

Por sua vez, Fox, Willie e Maciel (2009: 89) consideram que um blogue é uma página de Internet “constantemente actualizada com textos apresentados em ordem cronológica reversa, que permitem a interacção dos internautas que os visitam”. Os mesmos autores acrescentam que se trata de espaços que podem ser utilizados como “instâncias de definição de uma identidade virtual”, correspondendo a alguém que geralmente existe no mundo físico. É neste sentido que os autores argumentam que

¹⁴ Disponível em <http://pt.globalvoicesonline.org/2010/07/22/timor-leste-ligando-a-sociedade-civil/>.

os blogues “convertem-se em linguagens digitais, que tornam possível a construção de um novo tipo de identidade”.

A função atribuída aos blogues é exposta por Drezner e Farrell (2004: 5) os quais referem que estes podem “funcionar como diários pessoais, colunas de conselhos técnicos, chats de desporto, informação sobre celebridades, comentários políticos, ou todas as anteriores”. Para estes autores um blogue pode ser definido como “uma página Web com o mínimo de edição externa, fornecendo comentários online, actualizado periodicamente e apresentado em ordem cronológica inversa, com links para outros blogues”.

Talvez a diferença mais importante entre os blogues e os media tradicionais é que os blogues são fenómenos Web que contam com redes de hiperlinks. Alguns blogues são basicamente uma compilação de hiperlinks, outros incluem comentários. Todos os blogues, por definição, possuem ligações para outras fontes de informação, incluindo outros blogues (Drezner e Farrell, 2004).

Os mesmos autores referem ainda que muitos bloguistas mantêm um «blogroll», ou uma lista de blogues que eles frequentemente lêem ou seguem, com links clicáveis para o geral URLs (endereços Web) dos blogues, acrescentando que estes blogrolls costumam ocupar uma posição permanente na página do blogue, fornecendo informações sobre os interesses do bloguistas e sobre as suas preferências dentro da blogosfera. Para Drezner e Farrell (2004) é evidente que os bloguistas tendem a utilizar os seus blogrolls para se ligarem com outros com os quais partilham interesses comuns. Há também bloguistas que escrevem mensagens específicas que contêm links para outros blogues. Ao contrário dos links no blogroll, os links dentro de *posts* são arquivados como mensagens novas substituindo as antigas ao longo do tempo.

Normalmente, esses *posts* ligam directamente para um *post* específico dentro de outro blogue, fornecendo também alguns comentários sobre esse *post*. Os autores realçam também que a publicação de *posts* comentando outros *posts* são uma forma de intercâmbio de informação na blogosfera. A este propósito, Drezner e Farrell (2004:7) indicam que “os debates na blogosfera podem, muitas vezes, assemelhar-se a uma câmara de eco — bloguistas que comentam sobre bloguistas, o que pode também tornar-se um meio de informação e de filtragem”.

Na opinião de Blood (2000), com a introdução da Blogger em 1999, dá-se uma transformação na blogosfera. Enquanto, inicialmente, os blogues eram uma mistura de links, comentários e notas pessoais, com a introdução da Blogger, passa a existir um número considerável de blogues em forma de jornal ou diário. Estes blogues, frequentemente actualizados, passaram a constituir um espaço de publicação dos pensamentos e vivências dos bloguistas (Blood, 2000).

De acordo com Blood (2000), a “promessa da Web é que todos poderiam publicar, que mil vozes poderiam florescer, comunicar, conectar-se”. Ainda na opinião da autora, efectivamente, passamos de uma fase em que só aquelas pessoas que sabiam

como elaborar códigos de uma página web poderiam fazer ouvir a sua voz, para uma nova fase em que pessoas com pouco conhecimento de construção de páginas na Internet passaram a ter a possibilidade de publicar na web. Para esta autora, é interessante analisar o modo como os novos bloguistas se posicionam na comunidade, analisar as referências e reacções aos blogues que lêem mais, bem como analisar a barra lateral do blogue enquanto “afirmação da tribo à qual ele deseja pertencer” (Blood, 2000).

Drezner e Farrell (2004:6) corroboram esta perspectiva sobre o crescimento do número de blogues, referindo que a “grande transformação no seu crescimento dá-se em 1999 quando Pyra Labs desenvolve o software Blogger tornando disponível gratuitamente aos usuários online”.

Os autores acrescentam que

“À medida que a blogosfera foi crescendo, uma variedade de instituições adoptou a forma. Vários jornais de opinião — inclusive *The New Republic*, *Slate*, *Salon*, *New Criterion*, *The American Prospect*, *Reason*, *The Washington Monthly*, e *The National Review* — patrocinaram bloguistas individuais ou desenvolveram o seu próprio espaço de blogues. Exemplo de jornais com blogues são o *San Jose Mercury News*, o *Christian Science Monitor*, o *Chicago Tribune*, e o *Guardian*. Também os Web sites da Fox News, ABC News e MSNBC alojam blogues” (Drezner e Farrell, 2004:6).

Em Portugal, a título de exemplo, o semanário *Expresso* desenvolve o mesmo tipo de política, alojando vários blogues sobre temáticas diversas.

Por sua vez, Serra (2006) considera que esta transformação terá emergido pela tomada de consciência de uma nova forma de reportagem e de produção das notícias, pela própria audiência, e não apenas pelos jornais oficiais. Exemplos disso foram o 11 de Setembro, o maremoto no Sudeste Asiático ou a II Guerra do Golfo. Na opinião do autor, estes momentos constituíram ocasiões em que os blogues demonstraram todo o seu potencial “jornalístico” e, conseqüentemente, a sua relevância para o próprio trabalho dos meios de comunicação dominantes.

A questão, de acordo com o autor, é sabermos se

“ao fazerem assentar os seus *posts* e comentários em temas e notícias dos meios de comunicação dominantes — que são dominantes, também, por imporem determinados temas e notícias de acordo com valores-notícia que obedecem à lógica dominante —, os blogues não põem em risco a pluralidade e a polifonia informativa que, temos de reconhecer, foi, é e será, precisamente, uma das suas características distintas” (Serra, 2006:6).

Blood (2000) considera que actualmente nos vimos envolvidos por uma quantidade tão elevada de dados que não temos tempo para reflectir, mas apenas para reagir face a essa informação. A autora refere ainda, “acredito firmemente no poder dos

weblogs para transformar ambos, escritores e leitores, de *audiência* para *público* e de *consumidor* para *criador*".

Segundo Lawson-Borders & Kirk (2005: 548), uma parte considerável dos blogs colocam ênfase, fundamentalmente, em conteúdos relacionados com os "assuntos da actualidade" sendo o bloguista "o autocrítico que divulga essa informação" e a blogosfera "o universo cada vez maior de bloguistas que têm ligações para sites, notícias e outros". Esta pista foi um dos pontos de partida para o desenho metodológico do estudo que aqui apresentamos.

V. Para uma cartografia do ciberespaço lusófono: abordagem metodológica

A propósito de tudo o que até ao momento foi abordado, pretendemos agora apresentar alguns resultados da monitorização e da análise realizadas a páginas Web sobre temas relacionados com o mundo lusófono, durante um período de 3 meses (entre Julho e Setembro de 2010)¹⁵.

Embora os blogs constituam conteúdos provenientes de uma multiplicidade de vozes, quando se trata de identificar, caracterizar e seleccionar fontes, o processo torna-se mais complexo (Mautner, 2005). O próprio dinamismo da Web colocou-nos a primeira grande dificuldade a nível metodológico, uma vez que todo o material aí contido muda constantemente. No caso concreto desta investigação, durante o período de três meses dedicado à identificação, consulta e monitorização de uma amostra de blogs e sites, de entre os blogs inicialmente seleccionados, três cessaram a sua actividade, enquanto milhares de outros, com potencialidades para integrarem o nosso *corpus*, apareceram. Daí que tenhamos que considerar a nossa análise e as conclusões que daí advenham circunscritas ao período de tempo dedicado a esta investigação.

Num trabalho sobre a presença feminina na blogosfera, Cerqueira, Ribeiro e Cabecinhas (2009:123), referem a importância de se proceder à caracterização de quem participa neste espaço virtual. Questionar "quem participa, quais as modalidades dessa participação, quais as motivações e quais as condições culturais, sociais e económicas que lhe são subjacentes", revela-se fundamental para compreendermos o modo como se estabelecem as relações no ciberespaço lusófono. As autoras acrescentam que "num meio tão heterogéneo, importa também fazer uma análise qualitativa do conteúdo dos contributos, de forma a definir se há traços de identificação das vozes que se perfilam nas diferentes áreas".

Concordamos com Mautner (2005) quando este refere que, ao contrário de uma ida a uma livraria, em que a informação disponibilizada é seleccionada, passando por edi-

¹⁵ Os dados apresentados remetem para a análise realizada neste período temporal, sendo importante salientar que se trata de uma cartografia que pode sofrer novas introduções de blogs/sites que se revelem pertinentes no âmbito do ciberespaço lusófono.

tores e académicos, na Internet, encontramos-nos num espaço aberto, desestruturado e anárquico. Este facto constituiu uma segunda dificuldade metodológica, uma vez que os dados de caracterização sociodemográfica dos autores dos blogues (por exemplo, origem geográfica, género, idade, profissão) são muitas vezes difíceis de obter.

Uma outra dificuldade, que já havíamos antecipado, diz respeito à enorme quantidade de blogues e sites em língua portuguesa que se encontram na Internet. Por este motivo, não foi possível, no âmbito desta investigação, proceder a uma cartografia completa do ciberespaço lusófono. Teríamos, então, que restringir a nossa cartografia a uma amostra representativa de blogues e de sites em língua portuguesa.

Tendo em consideração estas dificuldades específicas, iniciamos a constituição da nossa amostra, começando por definir as temáticas sobre as quais deveriam versar os blogues e os sites a seleccionar. Ficou também definido que apenas os blogues e sites não institucionais¹⁶ nos interessariam para a constituição da nossa amostra, uma vez que a nossa questão científica se prende com o contributo do ciberespaço para a (re)construção da identidade lusófona entre os cidadãos. Assumimos também que as temáticas a definir deveriam relacionar-se directamente com a procura de respostas para a nossa questão. Assim, foram definidas as seguintes temáticas: Cultura, Diáspora, Economia, Educação, História, Lusofonia, Memória Social, Política e Sociedade/Actualidade.

A identificação de blogues e de sites sobre estas temáticas, em língua portuguesa, teve por base a inserção em motores de busca (Google e Sapo) de um conjunto de palavras-chave relacionadas com as temáticas definidas: lusofonia, memória social/colectiva/cultural, relações histórico-culturais, colonialismo, diáspora, migrações, redes de sociabilidade, acordo ortográfico, língua portuguesa, identidade e diversidade cultural. Estas palavras-chave foram introduzidas em simultâneo com o nome dos países que constituem o espaço da CPLP. Identificamos, tanto quanto possível¹⁷, todos os sites/blogues lusófonos, não-institucionais, em todos os países da CPLP, criando de seguida categorias de acordo com as origens, temas específicos e estilos dos sites e blogues, bem como analisando o seu conteúdo.

Na identificação dos dispositivos que constituem a primeira cartografia do ciberespaço lusófono, fomos confrontados com inúmeros blogues/sites, que surgiam com base nas palavras-chave introduzidas nos motores de busca e que, várias vezes, remetiam para conteúdos que não eram os que pretendíamos estudar. Efectivamente, foram necessárias várias horas de leitura para filtrarmos os blogues que de alguma forma iam ao encontro dos objectivos definidos inicialmente. Por exemplo, pudemos constatar a existência de blogues com o título “lusofonia”, nos quais o objectivo não era discutir a identidade criada em torno da língua portuguesa, mas sim

¹⁶ Embora não sejam objecto de análise neste artigo, também foram recolhidos os principais sites institucionais, relativos às temáticas da investigação, existentes no ciberespaço da CPLP, por considerarmos que será pertinente compreender e analisar os discursos institucionais no que se refere aos temas da lusofonia e da memória social.

¹⁷ Referimo-nos, obviamente, à dificuldade metodológica relacionada com as dinâmicas incessantes de aparecimento e desaparecimento de material na internet.

divulgar conteúdos musicais de autores provenientes dos países da CPLP. Estes blogues foram, naturalmente, eliminados da nossa amostra, por não cumprirem os critérios pré-estabelecidos para a selecção. No final deste procedimento, foram seleccionados 348 blogues existentes no ciberespaço lusófono.

A informação recolhida sobre esta amostra de blogues e sites seleccionados foi estruturada numa base de dados de acordo com as seguintes categorias: designação, link, país a que se refere, temática abordada, profundidade de abordagem à temática, autor, residência do(s) autor(es), idioma, contacto, data de início do blogue, data da última actualização e a descrição resumida do conteúdo do blogue.

Para o tratamento estatístico desta informação utilizamos o programa SPSS, que permitiu cruzar algumas variáveis como, por exemplo, a residência dos autores com o país sobre o qual escrevem. Este cruzamento permitiu perceber se os autores escrevem sobre os países a partir dos mesmos ou do exterior. O tratamento estatístico desta informação possibilitou também o cruzamento, entre outras categorias, das temáticas abordadas com o país sobre o qual se escreve, de modo a reflectirmos sobre as temáticas que predominam em cada um dos oito países que constituem o ciberespaço lusófono. Mais elementos sobre o tratamento estatístico realizado serão apresentados no próximo capítulo.

VI. Para uma Cartografia do Ciberespaço Lusófono: contributos para uma reflexão

Como salientam Reese, Rutigliano, Hyun e Jeong (2007:243), “cada nó na Internet existe porque liga com outro ou ligam com este, ou ambos. A Internet é dinâmica, à medida que novas ligações se formam, outras morrem, e o tráfego move-se rapidamente à volta das localizações mais populares do momento”. Compreender como se formam estes elos e o modo como estes contribuem para a (re)construção da lusofonia é um dos principais objectivos deste trabalho de investigação.

Os blogues e as redes sociais de uma forma geral “ilustram a fusão de elementos-chave do desejo humano — a expressão de identidade, a criação de comunidades, a estruturação temporal das experiências passadas e do presente — com as potencialidades das tecnologias da comunicação digital do século XXI (rapidez, alcance, anonimato, interactividade, banda larga)” (Gurak, 2008: 67).

Até que ponto estas potencialidades são mobilizadas pelos cidadãos da CPLP, que utilizam a sua voz, através dos textos e discursos que criam, para produzir uma identidade própria? Na opinião de Mitra (2008: 458), “para muitos leitores, encontrar estes espaços pode ser crucial, porque os espaços criados pelos blogues podem ser aqueles com os quais os leitores estavam familiarizados mas tornaram-se distantes, por exemplo, devido a um processo migratório”. Neste sentido, os blogues podem desempenhar um papel crucial na experiência da diáspora, possibilitando às pessoas que estão longe de lugares familiares a recriação do espaço que foi abandonado.

a) Início da actividade dos blogues analisados

Os blogues e sites analisados foram criados entre 1998 e 2010 (gráfico II). Como podemos comprovar pela análise do gráfico que a seguir se apresenta, o pico da criação de blogues nos países lusófonos dá-se em 2007, podendo observar-se uma continuidade no desenvolvimento da blogosfera ao longo dos anos seguintes, embora com uma menor frequência. Alguns dos dispositivos analisados não possuem dados relativos à data de início de actividade, estando por isso referenciados “sem informação”. Nestes casos, trata-se fundamentalmente de sites que, ao contrário dos blogues, não possuem referência à data de início, dado que a sua estrutura é organizada de modo diferente.

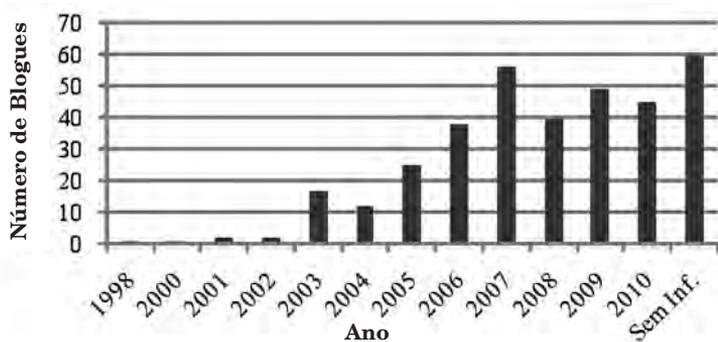


Gráfico II: Data de início da actividade dos blogues

Se analisarmos a data de início de actividade dos blogues recolhidos por país, verificamos que o Brasil foi o país lusófono que iniciou a actividade no ciberespaço mais cedo, em 1998 (quadro III). No que se refere a Portugal, podemos constatar que foi em 2003 se deu o maior crescimento de criação de blogues, sendo o ano de início da maioria dos blogues portugueses analisados. Como referimos anteriormente, os dados que constituem a categoria “sem informação” referem-se maioritariamente a sites que habitualmente não possuem estes dados disponíveis. Contudo, é importante salientar que os dados relativos a “Outros” englobam os dispositivos que se debruçam sobre mais do que um país da CPLP.

PAÍS	ANO												
	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Sem Inf.
Angola						2	1	6	10	8	8	3	5
Brasil	1	1	2	2	2	2	4	1	10	3	11	12	8
Cabo-Verde						1	2	2	3	4	8	15	4
Guiné-Bissau						1		2		1	1		5
Moçambique					1	1	5	6	14	6	3	1	2
Portugal					14	4	13	10	8	9	6	5	11
São Tomé									3	1	1	1	
Timor-Leste								6	6	6	5	7	7
Outros						1		5	2	2	6	1	18

Quadro III: Ano de início da actividade dos blogues por país

b) Actualização dos sites/blogues

Dos 348 blogues/sites analisados, 296 foram actualizados em 2010. Os restantes foram integrados na base de dados por conterem notícias e discutirem temáticas relacionadas com as palavras-chave objecto desta investigação. Mais uma vez, aqueles que estão integrados na categoria “sem informação” referem-se a sites que, ao contrário da estrutura dos blogues, não possuem informação sobre a data de actualização dos conteúdos disponibilizados online.

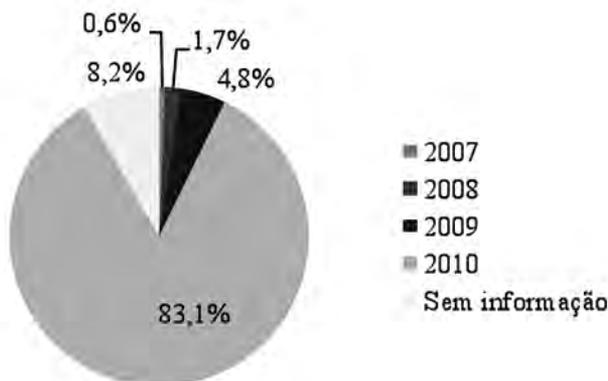


Gráfico III: Data da última actualização dos blogues/sites

c) Temáticas abordadas

A maioria dos sites/blogues analisados discute questões de ordem política e social, com reflexões que permitem analisar as representações sociais e as opiniões individuais sobre a actualidade do respectivo país.

Observa-se uma grande variedade de temáticas quando analisamos os conteúdos dos blogues/sites. Contudo, a maioria destes debruça-se sobre questões sociais, políticas e culturais. A temática Sociedade/Actualidade é aquela que integra um maior número de sites/blogues (46,8 %). Isto significa que uma grande maioria dos sites/blogues analisados discutem questões da actualidade (confrontos, problemas sociais, dinâmicas políticas, etc.). Consideramos também importante referir que uma grande parte dos blogues/sites analisados não trabalham só uma temática, mas possuem *posts* mais generalistas. Estes estão também integrados na temática Sociedade/Actualidade. Pudemos verificar que existem, no ciberespaço lusófono, várias redes de sociabilidade e fóruns que permitem o contacto e a partilha de opiniões e experiências sobre os problemas sociais, económicos e políticos vividos em alguns dos países da CPLP.

Como podemos verificar pela análise do quadro IV, as temáticas mais presentes nos blogues/sites são as relacionadas com a Sociedade/Actualidade (163 blogues), Política (62 blogues), Lusofonia (29 blogues) e Cultura (24 blogues).

País	Temáticas (mais de 5 blogues com a mesma temática)								
	Cultura	Diáspora	Economia	Educação	História	Lusofonia	Memória Social	Política	Sociedade/ Actualidade
Angola	5	2			2	2	4	7	18
Brasil	3	1	1	1	1	5		10	32
Cabo-Verde	5			2			1	3	24
Guiné-Bissau					1		3	1	4
Moçambique	1		2	1	1		1	15	16
Portugal	7			1	1	5	1	15	42
São Tomé							2		4
Timor-Leste	2		1	3	1	1		8	16
Outros	1	2	1			16	2	3	7

Quadro IV: Principais temáticas abordadas por país

Face à variedade das temáticas abordadas pelos blogues/sites analisados, consideramos pertinente integrá-los em categorias que permitissem uma leitura da sua aproximação às temáticas/palavras-chave da investigação.

Neste sentido, pela análise do gráfico IV, podemos observar que a maioria dos blogues/sites analisados possuem *posts* com temas relacionados com as temáticas do projecto (44,9%), embora 39,3 % introduza as temáticas de modo indirecto. Apenas 12,7% dedicam o seu espaço à discussão de assuntos relacionados com as temáticas do projecto.

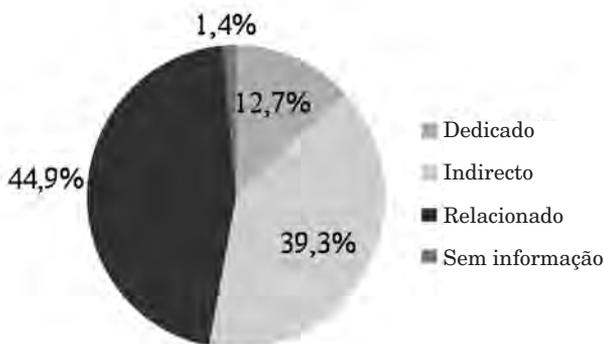


Gráfico IV: Abordagem às temáticas do Projecto

Se analisarmos a abordagem às temáticas estudadas, tendo em consideração o país sobre o qual se debruça o blogue/site, constatamos que a maioria dos blogues que abordam estas temáticas de modo indirecto, não aprofundando as temáticas relacionadas com a lusofonia e a diáspora, discutem aspectos da realidade brasileira e portuguesa. Uma grande maioria dos blogues de Moçambique, Angola, Cabo Verde e Timor-Leste estão directamente relacionados com as temáticas seleccionadas. Angola possui o maior número de blogues/sites dedicados a estas temáticas. O campo “todos” corresponde aos blogues/sites que se debruçam sobre mais do que um país, ou que se dedicam à discussão de temáticas sobre todos os países da CPLP, sendo a maioria destes dedicados aos temas centrais da nossa investigação.

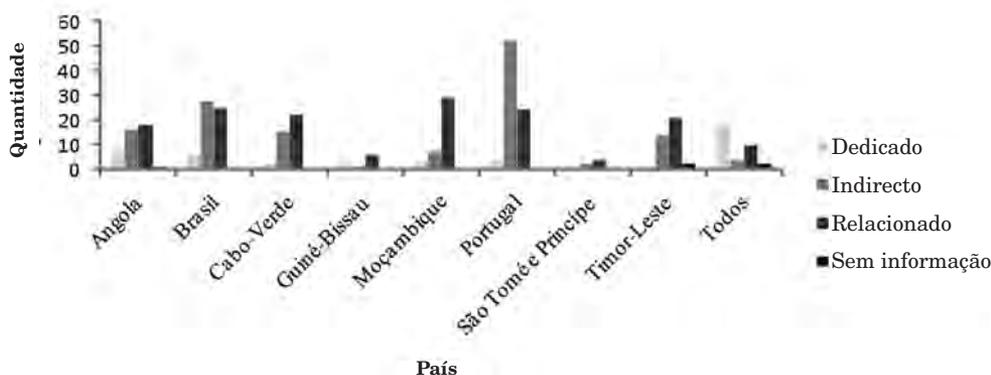


Gráfico V: Tipo de abordagem às temáticas do projecto por país

d) Identificação dos autores

Relativamente aos autores dos blogues/sites, não foi recolhida a informação sobre a profissão, pelo facto de ser um dado que raramente consta do perfil do autor. No entanto, pudemos constatar que a maioria dos autores que fazem referência à sua actividade exercem funções na área do jornalismo, literatura, economia e ensino. Também verificamos que existem espaços criados por estudantes, nomeadamente, estudantes universitários.

Muitos dos autores dos sites/blogues não disponibilizam os seus contactos ou o seu perfil, pelo que foi necessário fazer uma pesquisa profunda para obtermos estes dados.

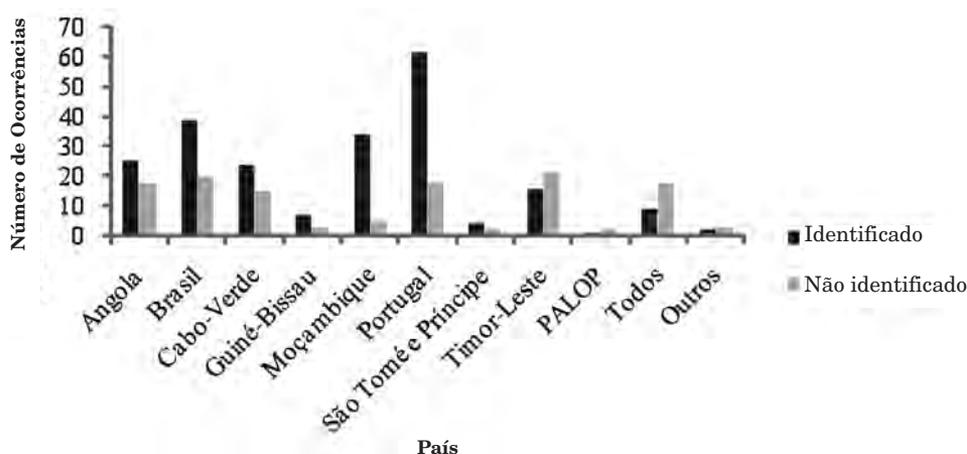


Gráfico VI: Identificação do autor por país

e) Idioma

Relativamente ao idioma (quadro V), a maioria dos blogues/sites utiliza como língua única, ou principal, o português (88,7 %). Pudemos também verificar que Cabo Verde é o país que possui maior número de blogues/sites escritos em outros idiomas além do português (crioulo, inglês, italiano). Em relação a Timor-Leste, observa-se uma variedade de blogues/sites desenvolvidos unicamente em tétum e outros que contêm *posts* em tétum e em português.

Idioma do blogue	Percentagem de blogues
Francês	0,3
Inglês	1,4
Inglês/Italiano	0,3
Português	88,7
Português/Crioulo	0,6
Português/Francês	0,3
Português/Inglês	0,8
Português/Inglês/Alemão	0,3
Português/Inglês/Tétum	0,9
Português/Tétum	2
Sueco/Inglês/Português	0,3
Tétum	1,4
Tétum/Inglês	0,6

Quadro V: Idioma dos blogues/sites

f) Residência dos autores

A residência do autor diz respeito à localização do blogue/site no momento em que foi criado. Em alguns casos, constatamos que o país onde estava localizado o blogue/site não era a residência actual do autor. Por exemplo, em relação a Timor-Leste, verificamos que uma parte dos blogues/sites sobre este país são escritos a partir de Portugal e Inglaterra. É importante referir que todos os países da CPLP, com a excepção de São Tomé e Príncipe, possuem blogues/sites escritos e desenvolvidos a partir de Portugal. Estes dados remetem-nos para a importância da intervenção das diásporas no ciberespaço lusófono.

Residência	Países a que se referem os blogues										
	Angola	Brasil	Cabo-Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	Portugal	São Tomé	Timor-Leste	PALOP	Mais de 1 país	Todos
Alemanha					1						
Angola	25								1		
Brasil	5	51					1			2	3
Cabo-Verde			29								
E.U.A											1
França						1					
Guiné-Bissau				4							
Itália			1								
Moçambique					28						1
Nova Zelândia		1									
Portugal	7	4	6	4	2	79		6			7
Reino Unido								2			
São Tomé							5				
Suécia					1						
Timor-Leste								19			
Outros								1			1
Sem Inf.	6	4	3	2	7			9	2	2	14

Quadro VI: Residência dos autores dos blogues/sites por país a que se referem

VII. Discussão dos resultados

Examinamos, neste artigo, alguns blogues/sites existentes no ciberespaço lusófono, tendo por base um conjunto de palavras-chave, já referenciadas, directamente rela-

cionadas com as temáticas seleccionadas para esta investigação, elaborando a primeira aproximação a uma cartografia do ciberespaço lusófono.

Começamos por analisar as políticas para a Sociedade da Informação, o que proporcionou a compreensão, entre outros aspectos, da diferença do seu desenvolvimento nos oito países da CPLP. Verificamos que, quer no Brasil, quer em Portugal, a Sociedade da Informação teve um desenvolvimento considerável a partir da década de 90, quer através de iniciativas mais espontâneas e avulsas, quer através das políticas implementadas com o objectivo de promover o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação. Nos restantes países que constituem o espaço da CPLP, o arranque rumo à Sociedade de Informação foi mais tardio. Em casos específicos, como o de Timor-Leste, este desenvolvimento foi impossibilitado pelos confrontos de 1999, que destruíram parte do sistema de telecomunicações no país.

Verificamos que os sites/blogues analisados foram criados entre 1998 e 2010, tendo a maioria sido actualizados neste último ano. Também é importante termos em atenção que a análise dos dados recolhidos indica que o Brasil é o país lusófono que inicia a actividade no ciberespaço mais cedo, em 1998. No que se refere às temáticas, os blogues analisados debruçam-se maioritariamente sobre questões da realidade social, política e cultural dos países que constituem a CPLP, tendo como temática predominante a que designamos de Sociedade/Actualidade e que integra um maior número de sites/blogues (46,8 %) analisados. Como referimos anteriormente neste trabalho, temas como, por exemplo, confrontos, problemas sociais e questões políticas constituem predominantemente o campo de intervenção e discussão no ciberespaço lusófono. A maioria dos blogues/sites analisados possuem *posts* com temas relacionados com as temáticas seleccionadas para esta investigação, mas só um número reduzido se dedica a discutir assuntos directamente relacionados com as questões da lusofonia.

Quando cruzamos os dados da identificação dos autores com o país, verificamos que os autores dos blogues/sites relativos a Portugal, Moçambique e Brasil se identificam através de perfil ou de outro modo, enquanto que os autores dos blogues/sites relativos a Timor-Leste, na sua maioria, não se identificam. Embora alguns autores não possuam perfil público, procuramos, no discurso, pistas que nos indicassem a sua localização. Este aspecto revela-se pertinente, porque os dados relativos à identificação do autor revelam a identidade espacial do mesmo (Mitra, 2008).

Relativamente ao idioma, a maioria dos blogues/sites utiliza como língua única, ou principal, o português. Pudemos também verificar que Cabo Verde é o país que possui maior número de blogues/sites escritos em outros idiomas além do português (crioulo, inglês, italiano). Em relação a Timor-Leste, observa-se uma variedade de blogues/sites desenvolvidos unicamente em tétum e outros que contêm *posts* em tétum e em português. É importante referir que todos os países da CPLP, com a excepção de São Tomé e Príncipe, possuem blogues/sites escritos e desenvolvidos a partir de Portugal, o que indica que os seus autores se encontram neste país.

VIII. Conclusões

A Sociedade da Informação representa, nos nossos dias, o paradigma de desenvolvimento que inspira uma parte significativa da intervenção política e económica no mundo global, transformando os modos de vida dos cidadãos de forma acelerada. Entre as novas realidades criadas pela Sociedade da Informação, interessou-nos, neste artigo, perceber como se encontra organizado o ciberespaço, nomeadamente aquele que é construído e animado por cidadãos que pensam, sentem e falam em português.

Apresentando os países da CPLP paradigmas e níveis de desenvolvimento tão diversos, afigurou-se fundamental analisar o estado da Sociedade da Informação em cada um deles, de modo a melhor compreender os resultados obtidos na investigação empírica.

Efectivamente, parece existir uma correlação entre implementação de instrumentos de política e acesso à rede. Outra correlação possível de observar é a existente entre acesso à rede e a produção de conteúdos. É possível verificar que nos países que mais cedo arrancaram para a Sociedade da Informação a percentagem de utilizadores e subscritores de serviços de Internet é maior. Por conseguinte, são também estes países os que oferecem mais contributos ao nível de conteúdos colocados na internet e, no caso particular da nossa investigação, os que mais blogues colocam no ciberespaço. Mas esta correlação não é directa, nem linear: variáveis de natureza distinta influenciam também os resultados de cada país em matéria de Sociedade de Informação. A extensão e a fragmentação territorial, a posição geoestratégica (insularidade ou ultraperifericidade, por exemplo), a concorrência no mercado das telecomunicações, ou a cobertura dos serviços são factores que se configuram, muitas vezes, como facilitadores ou dificultadores da concretização dos instrumentos de política em resultados concretos.

No plano da investigação empírica, na qual se pretendeu apontar alguns contributos para uma primeira cartografia do ciberespaço lusófono, foi possível perceber que, de facto, o espaço virtual reflecte muitas das características do espaço real. A investigação empírica indica, também, que este espaço virtual constitui-se como um local de partilha de ansiedades entre bloguistas e entre estes e outras vozes que revelam preocupações semelhantes, criando uma identidade virtual, produto da sua relação no ciberespaço (Mitra, 2008). Esta conclusão responde, em parte, às questões lançadas nesta investigação: de facto, é possível identificar um esboço, no ciberespaço, de uma nova identidade lusófona, construída por cidadãos pro-activos que representam a diversidade e a pluralidade de culturas que caracterizam o mundo de língua portuguesa.

Todavia, há que ter em conta as elevadas taxas de infoexclusão em muitos dos países que constituem a CPLP e as consequências que daí advêm: as vozes silenciadas e as realidades ausentes do espaço virtual, e que também são parte da lusofonia, encontram-se excluídas desta nova dimensão da identidade lusófona.

Será, por isso, pertinente que investigações futuras venham esclarecer as novas questões que este estudo trouxe à luz. Uma compreensão mais fina do papel que os blogues, enquanto “forma singular de discurso que representa a voz dos corpos no espaço” (Mitra, 2008:1), desempenham na vida individual e colectiva de bloguistas, seus colaboradores e seguidores, a interacção e as redes de sociabilidade entre cidadãos lusófonos no ciberespaço, bem como as consequências da infoexclusão nos países da CPLP serão questões às quais deveremos dar atenção daqui em diante.

Referências bibliográficas

- Bauman, Z. (1995) *Life in fragments: essays in postmodern morality*, Blackwell: Oxford.
- Bóia, J.M.P. (2003) *Educação e Sociedade: Neoliberalismo e os desafios do futuro* (1.ª Ed.), Lisboa: Edições Sílabo.
- Castells, M. (2004) *A Galáxia Internet — Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cerqueira, C., Ribeiro, L. e Cabecinhas, R. (2009). “Mulheres & blogosfera: contributo para o estudo da presença feminina na ‘rede’”. *Ex Aequo*, 19, 111-128. <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aeq/n19/n19a10.pdf>
- Fall, B. (2007) *ICT in Education in São Tomé and Príncipe*, Survey of ICT and education in Africa: São Tomé and Príncipe Country Report.
- Fox, V., Willie, L. e Maciel, B. (2009) Informação e denúncia no ciberespaço: análise de conteúdo do blog Pebodycount, Comunicação apresentada no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, PR, 4 a 7 de Setembro de 2009.
- Gaster, P., Cumbana, C., Macueve, G., Domingos, L., Mabila, F. (2009) *Inclusão digital em Moçambique: um desafio para todos*, Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM): Moçambique.
- Gurak, L. e Antonijevic, S. (2008) The Psychology of Blogging: You, me and everyone in between, *American Behavioral Scientist*, vol. 52(1): 60.68, SAGE: London.
- Harvey, D. (1995) *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*, Blackwell; Cambridge.
- Lawson-Borders, G. & Kirk, R. (2005), Blogs in Campaign Communication, *American Behavioral Scientist*, vol. 49(4): 548-559. SAGE: London.
- Lévy, P. (2003) *Ciberdemocracia*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Macedo, L. (2005) Políticas para a Sociedade da Informação em Portugal: da concepção à implementação, *Comunicação e Sociedade*, nº 7, pp. 71-93.
- Mautner, G. (2005) Time to get wired: using web-based corpora in critical discourse analysis, *Discourse and Society*, vol. 16(6): 808-828. SAGE: London.
- Measuring the Information Society (2010). International Telecommunication Union, Geneva, Switzerland.
- Mitra, A. (2008) Using Blogs to Create Cybernetic Space: Examples from People of Indian Origin, *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, vol. 14(4): 457-472. SAGE: London.
- Narciso, V. (2004) *Angola e as novas tecnologias de informação*, Observatório da Sociedade da Informação, UNESCO, Brasil.
- Pena, A. (2009) Comunicação e Liberação — A representação mediática da loita pola autodeterminación timorense, In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (Memória Social e Dinâmicas Identitárias), Martins, M. L. e Cabecinhas, R. (Eds.), Grácio Editores: Braga.
- Reese, S., Rutigliano, L., Kideuk, H., Jeong, J. (2007) Mapping the Blogosphere: Professional and citizen-based media in the global news arena, *Journalism*, vol. 8(3): 235-261, SAGE: London.

- Rodrigues, G., Simão, J., Andrade, P. (2003) Sociedade da Informação no Brasil e em Portugal: um panorama dos Livros Verdes, *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 89-102.
- Santos, B.S. (org.) (2001) *Globalização : fatalidade ou utopia?*, Afrontamento: Porto.
- Seidi, U. (S/D) *Guiné Telecom: a parceria*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- Sousa, H. (2004) Recensão da trilogia «A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura» de Manuel Castells, *Comunicação e Sociedade*, nº 5, pp. 168-171.
- Tavares, M.A. (2007) *Sociedade de Informação em Cabo Verde: metas e desafios*, Monografia, Universidade Jean Piaget: Cabo Verde.
- Wagner, F. (2010) Habilidades e inclusão digital: o papel das escolas, in *Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil TIC Domicílios e TIC Empresas 2009*, Vieira e Santos (coord.), Comitê Gestor da Internet no Brasil: São Paulo.
- Webster, F. (1999) *Theories of Information Society* (4.^a ed.), London: Routledge.

Webgrafia

- Alvim, L. (2007) *A avaliação da qualidade de blogues*, [Disponível em <http://badinfo.apbad.pt/ Congresso9/COM105.pdf>, acessado em 18.08.2010].
- Blood, R. (2000) *Weblogs: A History and Perspective*, *Rebecca's Pocket*, [Disponível em http://www.rebecca-blood.net/essays/weblog_history.html, acessado em 18.08.2010].
- Cardoso, G. (1998). *A causa das questões ou o estado à beira da sociedade de informação* [Disponível em <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/837/1/4.pdf>, acessado em 18.08.2010].
- Drezner, D. e Farrell, H. (2004) *The power and politics of blogs*, [Disponível em <http://www.utsc.utoronto.ca/~farrell/blogpaperfinal.pdf>, acessado em 17.09.2010].
- Moreira, S. (2010) Timor-Leste: ligando a sociedade civil, [Disponível em <http://pt.globalvoicesonline.org/2010/07/22/timor-leste-ligando-a-sociedade-civil/>], acessado em 18.08.2010]
- Serra, P. (2006) *A relação entre os blogs e os outros media: o caso da blogosfera portuguesa*, [Disponível em <http://www.bocc.uff.br/pag/serra-paulo-blogs-outros-media.pdf>, acessado em 18.08.2010].

Outros documentos consultados

- Ante-projecto da Lei das Tecnologias de Informação da República de Angola (2007). [<http://www.angolanaInternet.ao/cnti/blog/anteprojecto.pdf>, acessado em 19.07.2010].
- Estratégia de Implementação da Política de Informática (2002), [Disponível em http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/estrategia/tecInfo/estrateg_impl_pol_inf/estg_pt.pdf, acessado em 19.07.2010]
- Lei das telecomunicações de S. Tomé e Príncipe (2004). [Disponível em <http://www.juristep.com/legis/telecom.pdf>, acessado em 19.07.2010]
- Lei de Base das telecomunicações de Guiné-Bissau (1999). [Disponível em <http://www.arctel-cplp.org/app/uploads/membros/6689450024abcfcdce9536.pdf>, acessado em 19.07.2010].
- Lei de Base das Telecomunicações de Moçambique (2004), [Disponível em <http://www.incm.gov.mz/Documentos/Legislacao/Lei%20de%20Telecomunicacoes.pdf> acessado em 19.07.2010]
- Lei de Bases das Telecomunicações (2003). [Disponível em http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/DL_2003_11_lei_bases_telecomunicacoes_1.pdf, acessado em 19.07.2010].
- Ligar Portugal (2005)*, integrada no Plano Tecnológico do XVII governo. [Disponível em <http://www.ligarportugal.pt/pdf/ligarportugal.pdf>, acessado em 19.07.2010].
- Livro Verde para a Sociedade da Informação Brasil (2000). [Disponível em http://www.inst-informatica.pt/servicos/informacao-e-documentacao/biblioteca-digital/gestao-e-organizacao/BRASIL_livroverdeSI.pdf, acessado em 19.07.2010]

Livro Verde para a Sociedade de Informação Portugal (1997). [Disponível em <http://www.posc.mctes.pt/documentos/pdf/LivroVerde.pdf>, acedido em 19.07.2010].

NOSI - Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação de Cabo Verde. [Disponível em http://www.nosi.cv/index.php?option=com_docman&Itemid=113&lang=pt, acedido em 19.07.2010].

PASI — Plano de Acção para a Sociedade de Informação Angola (2005). [Disponível em http://www.angolanaInternet.ao/cnti/blog/pt_completo.pdf, acedido em 19.07.2010].

Plano de Acção para a Governação Electrónica (2005), [Disponível em http://www.nosi.cv/index.php?option=com_docman&Itemid=114&lang=pt, acedido em 19.07.2010]

Plano de Acção para a Governação Electrónica de Angola (2005), [Disponível em <http://www.angolanainternet.ao/cnti/pagedoc.htm>, acedido em 19.07.2010]

Plano de Acção para a Sociedade da Informação em Portugal (2003), [Disponível em http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/I_Plano_Accao_SI.pdf, acedido em 19.07.2010]

Plano Tecnológico de Portugal (2005), [Disponível em http://www.unic.pt/images/stories/legislacao/RCM_190_2005.pdf, acedido em 19.07.2010]

Política de Informática Moçambique (2000). [Disponível online em http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/fold_politicas/tecInform/politica_informatica.pdf, acedido em 19.07.2010]

Programa Estratégico para a Sociedade da Informação Cabo Verde (2005) [Disponível em http://www.nosi.cv/index.php?option=com_docman&Itemid=113&lang=pt, acedido em 19.07.2010]

Políticas Públicas de Comunicação: Desafios brasileiros na era digital

José Marques de Melo*

Resumo:

Reflexões sobre os desafios da sociedade digital, na geografia brasileira, que demanda políticas integradas de comunicação, educação e cultura, numa conjuntura de crise internacional.

Palavras-chave: Políticas de comunicação, Sociedade digital, Brasil.

Abstract:

Brain storm on the Brazilian challenges to integrate communication, education and culture into national policies shaped by digital society on the framework of international crisis.

Keywords: Communication policies, Digital society, Brazil.

1. Debate cíclico

A questão das políticas públicas de comunicação ficou ausente da agenda nacional dos países latino-americanos, com raras exceções, durante o ciclo autoritário dos anos 60-70 (Marques de Melo, 1983: 196). Ela reaparece com vigor nas décadas de 80-90, pautada pelos movimentos populares, nos processos de redemocratização negociada (Marques de Melo, 1998: 354-372).

Esse debate tornou-se cíclico, refletindo as conveniências políticas das forças que lutam, no Brasil, pela hegemonia dentro do aparato estatal. A comunidade acadêmica de comunicação tem privilegiado conjuntamente a sua revisão (Fadul, 1986, Marques de Melo, 1989; Lopes & Marques de Melo, 1997). Neste liminar da sociedade digital, figurou como tema central do congresso de Brasília (2006), cujos participantes reivindicaram do Estado a formulação de “estratégias de comunicação que fortaleçam o sistema democrático pluralista frente ao poder econômico liberal” (Ramos & Bianco, 2008: 15).

Retornando à arena, durante o ano de 2009, os congressos da INTERCOM — Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (regionais: Tere-

* Universidade Metodista de São Paulo - marquesmelo@uol.com.br

sina, Blumenau, Brasília, Rio de Janeiro, Porto Velho / nacional: Curitiba), focalizaram-se na “idade digital” e promoveram o debate integrado no campo simbólico. Privilegiando o trinômio “comunicação — educação — cultura”, a INTERCOM ofereceu oportunidade singular para repensar quais as demandas da nossa sociedade. Como a posse do(a) futuro(a) presidente da República do Brasil coincide com o início do próxima década (2011), as políticas públicas devem ser orientadas para fortalecer a experiência democrática testada na período FHC-Lula.

Na tentativa de corresponder a esse desafio, julgo conveniente discutir o conceito de sociedade digital, fazendo o resgate do imaginário a ela referente e o inventário da fortuna acumulada pela academia, antes de apresentar idéias sobre o que o convém ao Brasil.

2. Conceito ambíguo

Se as políticas devem ser repensadas para vigência no alvorecer da sociedade digital, torna-se indispensável precisar o seu conceito, para saber exatamente de qual sociedade estamos falando.

A peregrinação lexical feita através dos dicionários não ajuda muito o entendimento. O adjetivo digital aparece registrado em sentido estrito, relativo a dígito, número, intervalo, quase sempre em oposição a analógico. Aurélio (1999: 681) faz associações com o universo simbólico, mencionando o som digital, a imagem digital.

Nos glossários de ciências da comunicação sua presença é mais freqüente.

Em língua inglesa, nota-se evidente evolução conceitual no correr do tempo. Ellmore (1990), Watson & Hill (1993) e Weiner (1996) restringem o conceito ao universo tecnológico, mas Abbercrombie & Longhurst (2007) alargam o sentido, apreendendo sua extensão ao âmbito social, incluindo verbetes sobre comunidade digital, revolução digital e brecha digital.

Em francês, a tendência é semelhante. Balle (1998) faz concessão ao anglicismo, no plano tecnológico — imagem e som —, porém advertindo seus leitores para a expressão francófona equivalente — *numerique*. Cabin (1998) ignora completamente o vocábulo digital, embora contemple conceitos correlatos: ciberespaço ou espaço virtual.

Em língua portuguesa, a situação é consensual em Portugal, pois Rodrigues (2000), Szymaniak e colaboradores (2000), Cascais (2001) se limitam a registrar o adjetivo *digital* e o substantivo *digitalização* com sentidos tecnologicamente circunscritos. No Brasil, o quadro não é destoante. Katz, Doria & Costa Lima (1971) já dimensionavam o fenômeno digital no momento em que o campo da comunicação florescia no Brasil. O autor do verbete é Francisco Antonio Doria (1971: 91-92), que possui formação na área de ciências exatas, explicando sua significação cibernética. Se Rabaça & Barbosa (1978) já incluem o adjetivo em sua significação numérica, tendo Doria como fonte, Erbolato (1985) sequer fez referência. O reducionismo tecnológico vai prevalecer também nos dicionários mais recentes: Mello (2003) inclui o

adjetivo digital e o verbo digitalizar, enquanto Pizotti (2003) incorpora dez vocábulos — todos com significação técnico-operacional.

Embora ignorem o adjetivo digital, Queiroz e Silva e colaboradores (1983), da INTERCOM, introduzem o universo onde a digitalização se processou, através dos verbetes relativos a informática, telecomunicações e novas tecnologias da comunicação.

Logo a seguir, aparece o conceito de *sociedade digital*, legitimado pela revista científica da INTERCOM. Quem inova é Berta Sichel, sócia atuante da INTERCOM, na década de 80. Autora do artigo “A Sociedade Digital”, ela explica que a sociedade contemporânea é uma “sociedade da informação” ou “sociedade do conhecimento”, advertindo: “a digitalização da sociedade é um processo irreversível”. Sua previsão é no sentido de que “talvez demore meio século”, mas “nada deterá nem domínio, nem mesmo uma guerra”. (Sichel, 1984: 20)

As previsões de Sichel estão se confirmando velozmente, mas ainda não podemos caracterizar o Brasil como “sociedade digital”. Estamos no limiar dessa sociedade, já que persistem no arquipélago brasileiro ilhas “analógicas” cuja transformação não se dará por obra e graça da tecnologia. Elas compõem aquele pólo nutrido pelo “déficit de pensamento” que mantém suas populações analfabetas do ponto de vista democrático, como Nosty (2005 : 283) descreve contundentemente.

3. Euforia digital

O advento da sociedade digital vem suscitando uma euforia coletiva neste final da primeira década do século XXI. Temos a sensação de estar vivendo um novo milenarismo, baseado na crença de que a revolução tecnológica contém a solução para todos os problemas da humanidade.

Esse deslumbramento povoa o imaginário das faculdades de comunicação, onde a temática digital predomina em congressos, seminários, cursos de extensão, ensinando dossiês nas revistas científicas. Matérias especiais em jornais laboratório, bem como em projetos experimentais, privilegiam o universo digital na forma ou no conteúdo. Coincidentemente, começam a entrar em quarentena ou a ser congeladas aquelas manifestações comunicacionais cujos suportes ainda estão ancorados nas velhas tecnologias. (Schmidt, 2007: 29-42)

Preferindo batizar como “espaço pervasivo”, que se infiltra pelas “dobras e fretas” do tecido social, Lemos & Palácios (2001: 7) apreenderam a essência do fenômeno. “O milênio termina marcado por uma Revolução Tecnológica Informacional que está reconfigurando o conjunto das sociedades humanas em todos os seus aspectos, implodindo barreiras de Tempo & Espaço e colocando a Informação como elemento central de articulação das atividades humanas”.

Dois indicadores permitem compreender melhor a situação:

- 1) A velocidade com que a internet vem se expandindo em todo o planeta, fomenta decisivamente esse tipo de percepção. Se em 1995, ano do seu des-

lanche, a rede mundial de computadores — www – world wide web — beneficiava 16 milhões de usuários, em 2001 a cifra havia pulado para 400 milhões, alcançando 1 bilhão em 2005, havendo estimativas de que duplicará no próximo ano, totalizando 2 bilhões de internautas (Castels, 2003: 8);

- 2) O interesse crescente da audiência midiática pelas formas digitais de comunicação reflete o impacto daquela tendência. Para melhor aferir essa variável, fizemos um teste comparativo, através do Google, a bases de dados de maior difusão nacional. Teclando as palavras-chave *mídia digital* e *mídia impressa*, encontramos resultados surpreendentes. O estoque acumulado de referências à *mídia digital* atingia o patamar de 87.100.000 unidades de informação, enquanto as menções à *mídia impressa* chegavam ao limite de 404.000 unidades.

No contra-fluxo da euforia digital, os movimentos populares reivindicam políticas públicas capazes de reduzir ou eliminar as barreiras que dividem grupos, comunidades ou até mesmo nações, em ambiente conflituoso. Elas identificam claramente a raiz do problema, ou seja, a criação de um “fosso digital”, fenômeno mais conhecido pelas denominações em língua inglesa — *digital divide* — ou espanhola — *brecha digital*.

4. Fortuna cognitiva

De que forma a comunidade acadêmica tem enfrentado essa questão? Trata-se, ainda, de objeto a ser mais explorado, desafiando o talento dos nossos pesquisadores.

Nesse sentido, a situação brasileira tem certas analogias com o panorama espanhol, onde o reduzido compromisso acadêmico se reflete na escassa “ação política” e participação na “gestão pública” (Nosty, 2005: 161). Trata-se de peculiaridade que Bustamante atribui à falta de sensibilidade política do empresariado, enfatizando que “as lacunas da pesquisa integral das indústrias culturais” decorrem do “escasso compromisso cultural das empresas e fundações privadas”. (Bustamante, 2002: 29)

A revisão da bibliografia brasileira sobre a sociedade digital mostra que o conhecimento produzido é bastante fragmentado, descontínuo, em processo de sistematização orgânica.

Sem pretender abarcar toda a nossa fortuna cognitiva, identificamos o que traz contribuições relevantes para balizar o debate sobre a questão digital. Dois conjuntos se destacam. O primeiro constituído pelas explorações precoces (década de 80). O segundo pelos aportes em circulação na passagem do século.

a) Pioneiros

Cronologicamente, a primeira incursão foi promovida pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, ao realizar em 1981 o seminário “Quem tem medo do computador?”. Estimulando o diálogo entre jornalistas e especialistas em informá-

tica, dirimiu dúvidas que inquietavam a categoria, à véspera e durante o processo de informatização das redações de jornais.

Esse evento histórico gerou um livro coletivo, *Que é isso, computador?*, cujo título foi engenhosamente criado por José Hamilton Ribeiro. Seu organizador se inspirou no livro-reportagem de Fernando Gabeira — *Que é isso, companheiro?*. Suas teses circularam amplamente durante o auge dos conflitos entre jornalistas e empresas, pavimentando o processo de substituição das velhas máquinas de escrever pelos novos terminais de computadores (Ribeiro, 1998: 158).

Episódio controvertido da revolução digital brasileira, sua compreensão pode ser enriquecida pela leitura de dois livros contextuais, escritos originalmente como teses de pós-graduação, no Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP: *Mil dias — os bastidores da revolução em um grande jornal*, escrito por Carlos Eduardo Lins da Silva (São Paulo, Trajetória Editorial, 1985) e *Informatização da imprensa brasileira* de autoria de Ruth Penha Alves Vianna (São Paulo, Loyola, 1992).

Aliás, as pesquisas de Lins da Silva e de Alves Vianna estão ancoradas na agenda precoce que o Departamento de Jornalismo da ECA-USP esboçou, confrontando as reflexões de profissionais e pesquisadores dedicados à problemática das novas tecnologias. Tais debates foram resgatados pela Editora-laboratório COM-ARTE nos opúsculos: *Comunicação e Novas Tecnologias* (1982) e *Adeus a Gutenberg? A editoração diante das novas tecnologias* (1983).

Mas o conceito de *sociedade digital* ganhou notoriedade, no país, por iniciativa da INTERCOM, figurando como tema de capa do *Boletim Intercom*, n. 48 (São Paulo, 1984) que publicou um dossiê com artigos de três especialistas: Berta Sichel, José Hamilton Ribeiro e Letícia Faria. No ano anterior, eles haviam participado do VI Congresso da INTERCOM, na cidade paulista de Bertioga. Anamaria Fadul, sua coordenadora, assumiu publicamente a liderança da interlocução entre intelectuais, empresários e governantes sobre as políticas nacionais de informação e comunicação. A polêmica lei da reserva de mercado da informática para as indústrias estrangeiras catalisou o interesse coletivo.

Por isso mesmo, Fadul organizou um debate aberto ao público no auditório do jornal Folha de S. Paulo, na véspera do congresso INTERCOM 1983. Ali, um produtivo e rico colóquio sobre a sociedade digital contou com a participação de personalidades como William Melody (Austrália), Marike Pelinshi (Canadá), Emile McAnany (EUA), Giuseppe Richeri (Itália), Vilém Flusser (França), Adriano Duarte Rodrigues (Portugal), bem como dos latino-americanos Hector Schmucler (Argentina), Jesus Martin Barbero (Colômbia), Ligia Fadul (México) e dos brasileiros Milton Vargas, Shozo Motoyama, Walter Garcia e Ana Mae Barbosa. A memória do evento foi recuperada e publicada sob a forma de livro (Fadul, 1986).

Apareceu, na seqüência, a primeira obra brasileira que explica em detalhes “a revolução do computador, das comunicações e do robôs”, produzindo a “sociedade inteligente”. Siqueira (1987: 6) diz que “além de documentar jornalisticamente uma

amostra internacional do que acontece no âmbito das novas tecnologias da informação, *A Sociedade Inteligente* traz uma proposta de mudança apaixonada da realidade brasileira.” Expondo a tese central do livro, o autor adverte: “nós, brasileiros, podemos transformar profundamente este País” mas, a “disponibilidade dessas tecnologias, por si só, não operará nenhum milagre, nem bastará para produzir a tão sonhada metamorfose nacional, se o homem brasileiro não estiver preparado para usá-las, para absorvê-las, para desenvolvê-las e para criá-las incessantemente”. Trata-se de lição até agora não inteiramente assimilada pela nossa vanguarda, política ou intelectual...

b) Contemporâneos

Mais complexa, enfeixando a resposta da comunidade acadêmica às inquietações provocadas pela euforia digital inicialmente referida, a safra atual pode ser reunida em quatro grupos: 1) descrições panorâmicas; 2) análises específicas; 3) estudos empíricos; 4) reflexões teóricas.

As descrições abrangentes privilegiam questões atuais e cenários futuros da sociedade digital, tendo como foco as políticas públicas ou suas interfaces com o mercado e a sociedade civil. Lemos & Cunha (2003) aglutinam os “olhares” dos programas brasileiros de pós-graduação, na tentativa de apreender as expressões da “cultura contemporânea” no espectro digital. Barbosa Filho, Castro & Tome (2005) apresentam um balanço da “convergência tecnológica” no Brasil, destacando projetos de “inclusão social” respaldados pelo governo Lula. Bolaño (2007) elege a “economia política da internet”, contestando seu papel como “instrumento de integração mundial” e mostrando as “contradições nele presentes”, determinadas por “assimetrias” entre os seus participantes quanto ao “capital político, econômico e simbólico” disponível. Por sua vez, Marques de Melo & Moraes (2008) discutem nuances peculiares ao mercado na sociedade digital, averiguando de que forma a “convergência midiática” se materializa na internet e questionando o “fosso entre as demandas profissionais e as ofertas acadêmicas” para finalmente identificar quais as inovações processadas nos “gêneros, formatos e conteúdos” que dissemina cotidianamente.

Através de análises específicas, pesquisadores vinculados a distintas gerações e originários de várias disciplinas, trazem contribuições relevantes. Pfromm Neto (1998) resgata historicamente as apropriações das novas tecnologias da comunicação pelas ciências da educação para otimizar os processos de aprendizagem à distância. Squirra (1998) descreve o itinerário percorrido pelo jornalismo para lograr interação dinâmica no ciberespaço. Moraes (2001) enfatiza a dimensão política, revelando o “poder dos conglomerados transnacionais” nas mutações da “comunicação virtual”. Baldessar (2003) investiga o “cotidiano dos jornalistas com o computador na redação”. Lemos (2004) inventaria o impacto da cibercultura no espaço urbano, antecipando as “cibercidades” emergentes no Brasil e Portugal Machado (2006) preocupa-se com os “modos de enunciação do cinema no ciberespaço”. Bolaño & Britos (2006) constroem um caleidoscópio da “televisão brasileira na idade digital”. Trivi-

nhos (2007) questiona a “lógica da vida humana” no interior da “democracia ciber-cultural”.

Apesar de escassas, as observações empíricas enriquecem o conhecimento sobre os usos e aplicações das inovações digitais nas corporações profissionais. Pinho (2000) descobriu o potencial da internet para difundir estratégias de publicidade e vendas. Machado (2003) descortinou o ciberespaço como fonte para os jornalistas. Essa área também se beneficiou das contribuições propiciadas por Machado & Palácios (2003), que selecionaram “modelos de jornalismo” experimentados no espaço digital construído pelo laboratório de jornalismo on-line para testar inovações e consolidar métodos de trabalho. Numa outra direção, Pinho (2003a) diagnosticou pragmaticamente os espaços ocupados pelo jornalismo na rede mundial de computadores, com a finalidade de embasar o “planejamento e produção da informação on-line”. Pinho (2003b) também enveredou pela área de Relações Públicas, observando as “técnicas e estratégias para informar e influenciar públicos de interesse”.

As reflexões teóricas são mais valorizadas pelos pesquisadores gaúchos (Rudiger, Martins & Silva, Primo) e paulistas (Santaella).

Rudiger (2002) começa a pensar os “processos de informatização”, explicando como as “novíssimas formas dessas tecnologias” podem servir de pretexto para “elaboração das diversas teorias da tecnocultura contemporânea”.

Depois de fazer a “crítica da cibercultura”, Rudiger (2004) elabora um instigante roteiro para compreender e analisar as “teorias da cibercultura”. Intenção semelhante é a de Martins & Silva (2004), que organizaram uma antologia de textos indispensáveis ao entendimento da “genealogia do virtual”.

Nessa linha também se perfila Santaella (2004), propondo uma metodologia para “navegar no ciberespaço”, embasada nas observações que fez sobre os “traços específicos que caracterizam o leitor que navega através das arquiteturas líquidas do ciberespaço”. Santaella (2007) complementa sua proposta com uma reflexão teórica sobre as “linguagens líquidas na era da mobilidade”.

Merece destaque, ainda, a contribuição de Primo (2007), focalizando a “cognição mediada pela interatividade”. Sua hipótese de trabalho é a de que nem tudo que o computador reproduz tem potencialidade interativa. Durante a pesquisa ele encontrou evidências consistentes, mas não suficientes para transformar em conhecimento. Daí a postura humilde que assume publicamente o autor, recomendando novas investigações, para não correr o risco de construir teorias destituídas de suporte empírico.

5. Ação, intervenção

O balanço do conhecimento estocado sobre a sociedade digital ainda não permite generalizações capazes de inspirar ações concretas na realidade brasileira.

Todavia, algumas pistas podem ser úteis para esboçar as políticas públicas demandadas pela sociedade.

Vamos anotar as contribuições que sinalizam estratégias de intervenção no cenário nacional.

1. Não basta a universalização do acesso às tecnologias digitais, através das políticas de “inclusão social” (Barbosa Filho, Castro & Tome, 2005), para construir um sistema de comunicação “democrático e pluralista” (Ramos & Bianco, 2008).
2. A interatividade mediada pelo computador pressupõe um “emissor interagente” (Primo, 2007) e um “leitor imersivo” (Santaella, 2004).
3. Tanto a formação de um, quanto do outro, depende de fatores institucionais: ultrapassar o “fosso entre as demandas profissionais e as ofertas acadêmicas” (Marques de Melo & Moraes, 2007), bem como agilizar mudanças comportamentais, oxigenando a mentalidade dos educadores, nem sempre propensos a valorizar a os processos de educação a distância” (Pfromm Neto, 1998).
4. De natureza estrutural, a barreira mais importante foi enunciada claramente por Siqueira (1987): “a tão sonhada metamorfose nacional” não vai prosperar enquanto “o homem brasileiro não estiver preparado para usá-las, para absorvê-las, para desenvolvê-las e para criá-las incessantemente”.

Trata-se, a rigor, de um plano de ação política que precisa retroagir no tempo para enfrentar o problema crucial da sociedade brasileira. Paulo Freire (1967) o rotulou apropriadamente como “mutismo” congênito, gerador da nossa sistêmica “cultura do silêncio”.

Mas esse tipo de fenômeno não é exclusivamente brasileiro. Ele corresponde ao que o Nosty define como “deficit midiático” no panorama hispano-europeu, precedendo a “brecha digital” do novo século. Enraizado no “fosso midiático-cultural” que determina o “metabolismo da recepção” vai inibir o fluxo das mensagens, pois, em situações dessa natureza, “a audiência está condicionada pela psicologia, cognição e entorno cultural do indivíduo” (Nosty, 2005: 14).

A verdade é que estamos frente àquele desafio que generalizamos como “exclusão comunicacional”, também perceptível num grande número de países, justamente “aqueles que ainda não lograram construir democracias estáveis, onde todos os cidadãos poderiam usufruir os benefícios da modernidade”. (Marques de Melo & Tosta, 2008: 83).

A construção das políticas de comunicação para a sociedade digital, em qualquer país, não pode prescindir da experiência mundial acumulada. Até mesmo porque a “sociedade em rede está se constituindo em torno do planeta” (Castels, 2003: 225).

Os obstáculos que o Brasil deve ultrapassar, nesta conjuntura, são os mesmos que atemorizam as sociedades periféricas. Pela incerteza que trazem “em termos de emprego, educação, proteção social e estilos de vida”, eles provocam uma “sensação de desconforto com os processos atuais de mudança”. (Castels, 2003: 225-226).

Ungido como a maior autoridade no conhecimento da sociedade digital, o sociólogo espanhol destaca três variáveis que não podem ser esquecidas pelos estrategistas das políticas nacionais de comunicação, educação e cultura:

1. Liberdade — As redes digitais propiciam “comunicação livre e global”, mas sua “infra-estrutura” corre o perigo de ter “donos”, que podem controlar seu “uso” em função de “interesses” comerciais, ideológicos e políticos;
2. Marginalidade — O risco oposto é o da “exclusão” por motivos institucionais, mas também pela incapacidade educacional e cultural ou pela precariedade da infra-estrutura tecnológica;
3. Competência — A capacidade de processar informação e gerar conhecimento deve ser universalizada, começando pelas crianças. Isso implica em fazer uma autêntica revolução cultural: mudar a tecnologia, reconstruir escolas, reciclar professores, instituir a pedagogia da interatividade e fortalecer a cidadania, capacitando cada pessoa para aprender e pensar de forma autônoma.

Esta é a pauta que devemos incluir nas atividades de ensino e pesquisa. Sua composição não se esgota no terreno exclusivo da Comunicação, pressupondo interação orgânica com a Educação e a Cultura. Enfim, um desafio que remete à própria denominação da nossa principal entidade do mundo acadêmico, historicamente constituída como “sociedade interdisciplinar”.

Referências bibliográficas

- Abercrombie, N. & Longhurst, B. (2007) *Dictionary of media studies*, Londres: Penguin.
- Baldessar, M. J. (2003) *A mudança anunciada*, Florianópolis: Insular.
- Balle, F. (1998) *Dictionary des medias*, Paris: Larousse.
- Barbosa, A., Castro, C. & Tome, T. (2005) *Mídias digitais*, São Paulo: Paulinas.
- Boczkowski, P. (2004) *Digitilizing the news*, Cambridge: MIT Press.
- Bolaño, C. (2007) *Economia política da internet*, Aracaju: Editora UFS.
- Bolaño, C. & Brittos, V. (2006) *A televisão brasileira na era digital*, São Paulo: Paulus.
- Bustamante, E. (2002) *Comunicación y cultura en la era digital*, Barcelona: Gedisa.
- Cabin, P. (1998) *La communication*, Paris: Édition Sciences Humanes.
- Cascais, F. (2001) *Dicionário de Jornalismo*, Lisboa: Verbo.
- Castels, M. (2003) *A Galáxia da Internet*, Rio: Jorge Zahar.
- Dizard Jr., W. (1994) *A nova mídia*, Rio: Zahar.
- Ellmore, R. T. (1996) *NTC's Mass Media Dictionary*, Lincolnwood: NTC Publishing.
- Erbolato, M. (1985) *Dicionário de Propaganda e Jornalismo*, Campinas: Papirus.
- Fadul, A. (1986) *Novas Tecnologias da Comunicação*, São Paulo: Summus.
- Ferreira, A. B. de H. (1999) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio: Nova Fronteira.
- Katz, C., Doria, F. & Costa Lima, L. (1971) *Dicionário Crítico da Comunicação*, Rio: Paz e Terra.
- Lemos, A. (2004) *Cibercidade*, Rio: Epapers.
- Lemos, A. & Palácios, M. (2001) *Janelas do ciberespaço*, Porto Alegre: Sulina.
- Lemos, A. & Cunha, P. (2003) *Olhares sobre a cibercultura*, Porto Alegre: Sulina.
- Lins da Silva, C. E. (1985) *Mil dias — os bastidores da revolução em um grande jornal*, São Paulo: Trajetória Editorial.
- Lopes, M. I. & Marques de Melo, J. (1997) *Políticas regionais de comunicação*, Londrina: UEL.

- Machado, A. (2006) *O sujeito na tela*, São Paulo: Paulus.
- Machado, E. (2003) *O ciberespaço como fonte para os jornalistas*, Salvador: Calandra.
- Machado, E. & Palácios, M. (2003) *Modelos de jornalismo digital*, Salvador: Calandra.
- Marques de Melo, J. (1998) 'Políticas de Comunicação no Brasil: transição sem mudança', in *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*, Petrópolis: Vozes, p. 354-372.
- Marques de Melo, J. (1983) 'Políticas Nacionais de Comunicação' in Queiroz, R. (1983) *Temas básicos de comunicação*, São Paulo: Paulinas / Intercom, pp. 193-196.
- Marques de Melo, J. (1989) — *Comunicação na América Latina*, Campinas: Papirus.
- Marques de Melo, J. & Morais, O. (2008) *Mercado e Comunicação na Sociedade Digital*, São Paulo: INTERCOM.
- Marques de Melo, J. & Tosta, S. (2008) *Mídia & Educação*, Belo Horizonte: Autêntica.
- Martins, F. M. & Silva, J. M. (2004) *A genealogia do virtual*, Porto Alegre: Sulina.
- Mello, J. G. (2003) *Dicionário Multimídia*, São Paulo: Arte&Ciência.
- Moraes, D. de (2001) *O concreto e o virtual*, Rio: DP&A.
- Nosty, B. (2005) *El déficit mediático*, Barcelona: Bosch.
- Pinho, J. B. (2000) *Publicidade e vendas na internet*, São Paulo: Summus.
- Pinho, J. B. (2003a) *Jornalismo na internet*, São Paulo: Summus.
- Pinho, J. B. (2003b) *Relações Públicas na internet*, São Paulo: Summus.
- Pfromm Neto, S. (1998) *Telas que ensinam*, Campinas: Alínea.
- Pizzotti, R. (2003) *Enciclopédia básica da mídia eletrônica*, São Paulo: Senac.
- Primo, A. (2007) *Interação mediada por computador*, Porto Alegre: Sulina.
- Queiroz e Silva, R. (1983) *Temas básicos em comunicação*, São Paulo: Paulus
- Rabaça, C. A. & B. Guatavo (2001) *Dicionário de Comunicação*, Rio: Campus.
- Ramos, M. C. & Bianco, N. (2008) *Estado e Comunicação*, Brasília: Casa das Musas / INTERCOM / UnB
- Ribeiro, J. H. (1998) *Jornalistas, 1937-1997*, São Paulo: Imprensa Oficial.
- Rodrigues, A. D. (2000) *Dicionário Breve da Informação e da Comunicação*, Lisboa: Presença.
- Rüdiger, F. (2003) *Introdução às teorias da cibercultura*, Porto Alegre,: Sulina
- Rüdiger, F. (2002) *Elementos para a crítica da cibercultura*, São Paulo: Hackers.
- Santaella, L. (2004) *Navegar no ciberespaço*, São Paulo: Paulus.
- Santaella, L. (2007) *Linguagens líquidas na era da mobilidade*, São Paulo: Paulus.
- Schmidt, C. (2007) 'A reprodutibilidade digital na folkcomunicação' in *Comunicação & Sociedade*, 47, S. B. do Campo, Metodista, p. 29-42.
- Siqueira, E. (1987) *A Sociedade Inteligente*, São Paulo: Bandeirantes.
- Squirra, S. (1998) *Jornalismo on line*, São Paulo: Arte&Ciência.
- Szymaniak, W. (2000) *Dicionário de Ciências da Comunicação*, Porto: Porto Editor.
- Trivinho, E. (2006) *A democracia cibercultural*, São Paulo: Paulus.
- Vianna, R. P. A. (1992) *Informatização da imprensa brasileira*, São Paulo: Loyola.
- Watson, J. & Hill, A. (1993) *Dictionary of Communication and Media Studies*, London: Edward Arnold.
- Weiner, R. (1996) *Dictionary of media and communications*, New York: Webster's.

Desafios das Redes de Comunicação e de Educação no Espaço Lusófono: Da blogosfera cabo-verdiana à “cidadania global”

Silvino Lopes Évora*

Albino Luciano Tavares Silva**

Resumo

O espaço público tornou-se um conceito importante para estudos científicos, na medida em que, se por um lado, nos permite compreender a organização da sociedade, por outro, facilita-nos o entendimento sobre o exercício da cidadania activa. Desde a organização do espaço público no modelo que Habermas catalogou como esfera pública burguesa, o mundo conheceu uma diversidade de fenómenos sociais, políticos e tecnológicos que contribuíram para a reorganização do espaço público. Com a introdução da internet nas relações sociais, novos caminhos foram ‘desbravados’ e novos espaços se tornaram públicos. Estes espaços, situados no universo simbólico, foram ocupados pelos fenómenos do nosso mundo real, criando uma espécie de mundo-sombra que, primeiro, passou a viver à sombra do nosso universo e, depois, passou a ditar tendências.

Palavras-Chave: Comunicação, Cidadania, Educação, Blogosfera, Lusofonia.

Abstract

The public space has become an important concept for scientific studies, in that, on one hand, allows us to understand the organization of society on the other and makes us the understanding of active citizenship. Since the organization of public space in the model that Habermas catalogued as bourgeois public sphere, the world experienced a variety of social phenomena, political and technological factors contributed to the reorganization of public space. With the introduction of the Internet on social relations, new ways have been ‘pioneered’ and new spaces were made public. These spaces, located in the symbolic universe, were occupied by the phenomena of our real world, creating a sort of shadow world that first came to live in the shadow of our universe, and then proceeded do dictate trends.

Keywords: Communication, Citizenship, Education, Blogosphere, Lusophony.

* Universidade Jean Piaget de Cabo Verde; Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho - silvevora@hotmail.com

** Universidade de Cabo Verde - albino.silva@adm.unicv.edu.cv

1. Do espaço público burguês ao espaço público virtual: velhas e novas formas de exercer a cidadania

Ao longo da história da Humanidade, as questões do público e do privado têm sido tema recorrente de reflexão. As duas esferas (pública e privada) apresentam diferentes níveis de interacção entre o indivíduo e os demais membros da sociedade. O espaço privado consiste num perímetro da realização individual de cada ser humano. O espaço público assume-se como um território colectivo onde os cidadãos podem pôr em comum com os demais membros da sua comunidade os diferentes elementos considerados de interesse público. Para Santos (1998: 9), “a esfera pública constitui-se como o domínio da vida social — os cidadãos reúnem-se e associam-se para discutir assuntos de interesse político”.

No domínio da comunicação social, o espaço público assume-se como uma fronteira importante em relação à esfera privada, reservando, aos actores mediáticos, um terreno de actuação que permite responder às necessidades públicas de informação. Entretanto, o debate sobre a construção do espaço público moderno tem raízes mais profundas, reportando-se à concepção habermasiana, que comporta diferenças substanciais em relação às noções actuais do público e do privado. Neste sentido, Cornu (1999: 188) observa que

A existência de uma esfera pública burguesa assentava-se numa separação nítida entre a esfera privada, incluindo as actividades económicas, e a esfera política do poder. Conduzia a uma distinção entre a sociedade civil e o Estado. Mas esta distinção tornar-se-á cada vez mais confusa devido à extensão da soberania a todo o povo, por efeito do sufrágio universal, e pelas intervenções cada vez mais frequentes do Estado, como agente regulador nos mecanismos da economia.

Neste quadro, Habermas (1981) concebe o espaço público como a formação de uma instância crítica, na modernidade, em que o exercício da razão serve para legitimar as opções da classe política e as acções dos dirigentes. Por este prisma, o espaço público comporta restrições consideráveis, circunscrevendo a actuação à acção política e à crítica ao sistema de governação. Olhando para esses fenómenos sociais, Cornu (1999) sustenta que, na perspectiva habermasiana, a origem do intervencionismo estatal está no facto de os conflitos de interesses se converterem em conflitos políticos, quando não há a possibilidade de serem regulados na esfera estritamente privada.

Assumindo-se, no período Iluminista, como uma esfera mediadora entre os cidadãos e o Estado, “a esfera pública constitui-se como o domínio da vida social — os cidadãos reúnem-se e associam-se para discutir assuntos de interesse político” (Santos, 1998: 9). Nos dias que correm, os espaços públicos são outros. Já não são tanto os populares cafés do séc. XVIII, que tinham os seus círculos íntimos de clientes que consumiam cafés, chás, chocolates e produtos culturais, permitindo um clima de

debate entre homens livres, mas mais um espaço virtual suportado pelas redes sociais na internet que promovem a interacção entre pessoas de diferentes proveniências, diluindo as fronteiras terrestres e confluindo os interesses culturais. O aparecimento da internet contribuiu, em grande medida, para o nascimento de um espaço público, que comporta dimensões tanto de público como de privado. Essa constatação leva-nos a estabelecer comparação entre o surgimento dos dispositivos electrónicos e os *media* audiovisuais. Com a capacidade de reunir um grande número de pessoas à volta de uma emissão, Wolton (1993) já tinha identificado — na televisão — a possibilidade de promover uma multidão dispersa. Com as novas ferramentas de comunicação, suportadas pelas plataformas digitais, os cidadãos inter-relacionam-se com os demais, podendo envolver-se num processo interactivo em que o alocutor e o alocutário se encontram tão próximos quanto distantes, podendo responder aos desafios que lhes são colocados em tempo real. Neste sentido, as zonas de proximidade entre o público e o privado encurtam-se de tal forma que podem pôr em perigo a própria esfera da vida privada, que pode encontrar-se ameaçada devido à excessiva exposição de elementos da vida de pessoas comuns em espaços interactivos frequentados por um grande número de cibernautas.

Do espaço público burguês ao espaço público virtual, muitas foram as conquistas da Humanidade no exercício da cidadania e na defesa dos direitos humanos. Desde logo, os assuntos que mereciam espaço para debate na esfera pública burguesa teriam de ser do interesse colectivo. Era o que se verificava em todos os cafés. As mulheres eram afastadas dos debates porque, para além de desempenharem um papel secundarizado, estavam financeiramente dependentes do homem para garantir a sua sobrevivência. Da mesma forma, os homens não livres, pela ausência da liberdade de pensar, também estariam vedados à participação nos debates públicos. O objectivo central dessa política de restrições, que marcou o modelo de funcionamento da esfera pública burguesa, consistia em evitar que os elementos que participavam nos fóruns de debate levantassem questões de natureza pessoal, fugindo assim à matriz do espaço público que pretendia ser um terreno de reivindicação e de defesa dos interesses dos cidadãos perante o poder governante. No entanto, com o surgimento da internet e a conquista de um novo espaço público para os cidadãos, muitas das antigas restrições deixaram simplesmente de existir.

Como observa Lévy (2000: 53-54)

A expansão do ciberespaço acompanha e acelera uma virtualização geral da economia e da sociedade. Substâncias e objectos, regressa-se aos processos que os produzem. Territórios, pensa-se a montante nas redes móveis que os valorizam e desenham. Processos e redes, passa-se às competências e aos cenários que os comandam ainda mais virtuais. Os suportes de inteligência colectiva do ciberespaço desmultiplicam e põem em sinergia as competências. Do desenho à estratégia, os cenários são alimentados por simulações e os dados postos à disposição pelo universo numérico.

Devemos considerar, antes de mais, o facto de a era da internet ter surgido num tempo histórico muito posterior ao conjunto de revoluções liberais que marcou o mundo e contestou, não só as pertenças sociais, como também o equilíbrio na distribuição de poderes e de direitos no seio da sociedade. Tanto a Europa como os Estados Unidos tiveram papéis importantes nessa tarefa de luta em prol da reconfiguração da organização do poder na sociedade. Com as revoluções francesa, inglesa e a Constituição norte-americana (e a conseqüente introdução da Primeira Emenda, que interdita o Congresso de produzir qualquer legislação contrária à protecção dos direitos de liberdade), novas perspectivas se abriram no terreno da protecção dos direitos dos cidadãos. Entre os séculos XVIII e XIX, foram muitas as conquistas da Humanidade a favor das liberdades individuais e dos direitos humanos. O século XX veio consubstanciar muitos dos ganhos dos séculos anteriores. Daí que, quando surgiu a internet, o seu acesso foi logo incluído dentro de um catálogo de direitos considerados essenciais para o exercício da cidadania: o direito de informação.

De qualquer forma, se o espaço público virtual assume-se como uma esfera de ampla liberdade, a verdade é que constrangimentos vários levam a que, no seu âmbito, surjam outras exclusões: por um lado, deixa de fora as pessoas que não têm condições financeiras ou outras que lhes assegurem o acesso à internet (questões de acessibilidade) e, por outro lado, excluem também os cidadãos que não possuem competência tecnológica que lhes possibilitem tirar proveito dos recursos informáticos (questões de competência digital).

Excluindo as questões de acessibilidade, as de competência digital e algumas outras a elas associadas, o espaço público virtual apresenta-se como um território democrático, promovendo o acesso dos cidadãos de diferentes zonas do planeta a conteúdos diversos e a sua interacção com diferentes palcos de acontecimentos. Esta leitura converge com o pensamento de Lévy (2003: 53), para quem “a opinião pública moldar-se-á cada vez mais em listas de discussões, fóruns, salas de conversações, redes de sítios interligados e outros dispositivos de comunicação próprios para as comunidades virtuais, dos quais alguns *media* ‘clássicos’ serão, quando muito, pontos de reunião”.

Olhando para o modelo de funcionamento da esfera pública burguesa, Santos recorda que, só em Londres, havia, na primeira década do século XVIII, “mais de 3.000 cafés, cada um com o seu círculo íntimo de clientes, onde se bebia chá, chocolate e café” (1998: 10). A par desse consumo, desencadeava-se um intenso debate, que possibilitava o surgimento de algumas publicações, de circulação restrita entre os elementos da discussão. Porém, nos dias que correm esses espaços foram gradualmente substituídos por outros recursos de aproximação dos cidadãos como a blogosfera e as redes sociais (Twitter, Facebook, Hi5, Youtube, Msn, etc.) que, além de aproximarem as pessoas, ampliaram o debate através da democratização do acesso.

Se o espaço público burguês tinha por trás uma burguesia rica que promovia um espírito de crítica ao poder governante no seio dos livres pensantes e que contestavam algumas posições hegemónicas do Estado, da classe política e da Igreja, em

nome da defesa do interesse colectivo, a verdade é que, tendo em conta a amplitude do espaço público virtual, a heterogeneidade dos actores conduziu a uma heterogeneidade dos temas em debate, permitindo, inclusive, a projecção para o espaço público de assuntos de foro privado.

Outra questão de grande importância a ter-se em conta é a forma como os meios de comunicação social interagem com cada um desses modelos de configuração do espaço público. Se, na esfera pública burguesa, os meios de comunicação social foram muito importantes para a própria afirmação dos fóruns de debate, veiculando grande parte dos conteúdos das discussões, no processo actual regista-se um aproveitamento mútuo entre a comunicação social dita tradicional e a internet. Desde logo, a internet precisou da comunicação social para divulgar as suas potencialidades, da mesma forma que, ainda hoje, precisa dela para publicitar os seus conteúdos. Por outro lado, a própria comunicação social dita tradicional serve-se dos recursos da internet para ampliar o acesso aos seus produtos, promovendo os seus serviços e potenciando novos nichos de mercado.

Olhando para a ampliação dos debates públicos de há três séculos, Santos (1998: 10) salienta que,

como produto subjectivo desta actividade, o século XVIII é uma época de expansão das cartas, em que as notas íntimas, relatos de viagem ou mera cortesia passam a ser essenciais na troca da informação. Por outro lado, as revistas, anteriormente correspondências escritas, tornam-se documentos críticos e publicitários impressos mensal ou semanalmente. Em menos de um quarto de século duplica a circulação de revistas e jornais consagrados à arte e à crítica cultural, ao passo que a leitura de romances tende a ser um hábito.

Hoje, o número de presenças nas redes sociais multiplica-se diariamente, nascem novos blogs e criam-se novas contas no Youtube, contribuindo para o aparecimento de um número indiscriminado de conteúdos destinados a uma audiência vastíssima. Tudo isso contribui para uma mudança do próprio paradigma do espaço público. Por isso, Lévy (2003: 53) defende que “a esfera pública está em crescimento e em reorganização continuados. Ela desdobra-se, particulariza-se em pequenas e médias comunidades, cola-se aqui e acolá, floresce noutra ponto, reconstitui uma singularidade nesta ou naquela área do espaço semântico”.

Analisando a arquitectura da esfera pública burguesa, Habermas (1981) põe a tónica no papel da classe burguesa que arrastou a imprensa para um domínio de ‘intercâmbio de mercadorias’. Num contexto de mercado, as orientações da comunicação social, por vezes, deixam de estar no serviço público — entendido como substrato que fundamenta os critérios de noticiabilidade —, passando para o valor comercial. Lendo a trajectória do mercado das ideias, Habermas acaba por concluir que, “quanto maior se tornou a sua eficácia jornalístico-publicitária, tanto mais vulneráveis se tornaram à pressão de interesses privados, sejam individuais, sejam

colectivos” (1981: 221). Esta perspectiva analítica é subscrita por Sousa (2003) que, da análise aos teoremas habermasianos, acaba por concluir que a figura do cidadão, sobejamente cultivada nos estados liberais do século XIX, gradualmente, cedeu espaço às figuras do consumidor e do contribuinte. Neste sentido, a própria relação humana tende a ser menos afectuosa, ao ponto de, muitas vezes, as pessoas deixarem de ser vistas como cidadãos para passarem a ser ‘números’. É neste contexto que surge a mercantilização das notícias e de outros bens tangíveis, adulterando a própria essência da cultura (que passa a ser muito mais mercadológica do que identitária), transformando o espaço público num espaço comercial e a sociedade num mercado gigante.

Acolhendo as preocupações de Habermas dentro das suas análises, Sousa (2003: 126) faz anotar que “o espaço público se tem pulverizado numa pluralidade de espaços públicos em concorrência, onde se desenvolvem conflitos de opinião, mediados quer pelos meios de comunicação social, quer pelas restantes instâncias mediadoras, nomeadamente as organizações ambientalistas, as associações cívicas, os grupos políticos, etc. A pulverização do espaço público tem por consequência a pulverização da própria ideia de comunidade e está na génese de muitos conflitos que marcam as sociedades avançadas contemporâneas”.

Quase três séculos separam a versão ‘analógica’ do espaço público (esfera pública burguesa) da versão ‘digital’ (virtual). Com a expansão das redes de comunicação digital, registou-se uma modificação da própria natureza das relações humanas. Neste sentido, Lévy (2000: 51) considera como virtuais as entidades ‘desterritorializadas’, capazes de engendrar um conjunto de manifestações concretas em diferentes momentos e lugares, sem que elas próprias estejam ligadas a um local ou a um período determinado de tempo. Para Lévy (2000: 35), “as tecnologias do digital apareceram então como a infra-estrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transacção, mas também novo mercado da informação e do conhecimento”.

A partir dos anos 80 do século passado, registaram-se aceleradas transformações no domínio da electrónica, da micro-electrónica, da informática e da telemática. Essas mudanças radicais acabaram por ampliar o espaço das relações virtuais entre o ser humano, ao ponto de permitir, primeiro, a facilitação do uso da expressão ‘realidade artificial’ para, depois, se convencionar chamá-la de ‘realidade virtual’. “Por realidade virtual entende-se a experiência provocada por dispositivos informáticos que fazem o utilizador penetrar numa experiência a três dimensões que é produzida pelo próprio dispositivo” (Rodrigues, 1999: 137). A própria realidade virtual acabou por mudar a natureza da interacção humana e, por conseguinte, a própria configuração do espaço público. De um processo interactivo em que o contacto entre os actores do espaço público se torna presencial, passamos a uma interacção simbólica em que os actores lidam com as imagens do outro. É o que acontece nos casos das interacções através da blogosfera (através do discurso de um indivíduo cria-se uma imagem psicológica sobre o mesmo) ou através dos outros recursos que compõem as

redes sociais — Hi5, Facebook, Twitter, etc. — que funcionam como montras de imagens pessoais, de natureza muitas vezes privadas ou até íntimas. É notória, hoje mais do que em muitas épocas passadas, uma excessiva invasão dos assuntos privados ao espaço público. Imagens de homens e mulheres, que não são figuras públicas nem pessoas conhecidas na sociedade ou reconhecidas pela mesma invadem as redes sociais na internet. Nota-se, hoje, uma grande apetência pela exposição do corpo e associado a ele, da beleza, pelo que a linha divisória entre o público e o privado está cada vez mais desvanecida. Esses novos recursos de comunicação e interação social acabaram por tornar mais ténues as fronteiras territoriais, estando hoje presentes por todo o mundo. Cabo Verde não passa alheio ao fenómeno das redes sociais e da blogosfera, até porque a população cabo-verdiana caracteriza-se por uma comunidade de cidadãos diaspORIZADOS, em que a proporção dos que vivem fora do país é maior do que a dos residentes. Neste sentido, a blogosfera e as redes sociais têm sido instrumentos importantes na aproximação de cidadãos entre o país e a diáspora, mas também entre diferentes ilhas que compõem o arquipélago. A descontinuidade territorial constitui um entrave no conhecimento mútuo entre pessoas de diferentes ilhas. Outrossim, as dificuldades no sistema de transporte inter-ilhas vêm agudizar esse problema. As ilhas de Maio e Brava são as mais isoladas, sendo que a primeira só recentemente voltou a receber as pequenas aeronaves da TACV Cabo Verde Airlines (transportes aéreos de Cabo Verde). A ilha de Brava nem sequer possui um aeródromo, estando dependente das ligações marítimas com a ilha de Fogo e das ligações (marítima e aéreas) desta com a ilha de Santiago. Nesta situação, a internet poderia ser uma ferramenta muito importante para o conhecimento mútuo entre pessoas de diferentes ilhas, já que, para muitos, é difícil uma deslocação física a uma outra ilha. Um bom uso dos dispositivos electrónicos poderia facilitar a criação de blogues. Assim, pessoas de diversas ilhas poderiam partilhar com os demais cidadãos imagens e conteúdos distintos que, muitas vezes, passam à margem do alinhamento noticioso dos órgãos de comunicação social nacionais. Como frisa Évora (2010: 240), na sua tese de doutoramento, essa ausência de muitas regiões do país na comunicação social tem catalisado as rivalidades entre o Barlavento e o Sotavento:

A predominância de Santiago na informação da televisão nacional tem criado incómodo no seio da população de São Vicente que não se revê na estação pública, porque considera que não dá resposta às suas necessidades e não reproduz a vivência da ilha. Por esta razão, reclama uma televisão regional que, nessa óptica, ajudaria a libertar a ilha da tentativa de ‘colonização cultural’ por parte da Praia. Daí Eduíno Santos falar nessa imagem que alimenta um imaginário são-vicentino da existência de uma grande ‘mão misteriosa’ da Praia que quer controlar São Vicente, impedindo a sua emancipação ideológica, cultural e política. Isso mostra-nos que a ausência de uma política estratégica para a comunicação social pode levar a determinados ‘equivocos sociais’. O encerramento da ‘TVP’ foi interpretado, em São

Vicente, como a extensão das esferas de controlo que os badius querem ter sobre os sampadjudus. Para evitar fenómenos comparáveis, é preciso uma política para a imprensa regional, mesmo sendo subvencionada pelo estado, porque a comunicação social ajudaria a abrir horizontes, desfazendo preconceitos e quebrando mitos. A situação actual mostra-nos que os governos ainda não compreenderam que a comunicação social pode ser um importante factor de unidade nacional. Um melhor conhecimento sobre o outro poderia desfazer preconceitos e levar a uma melhor compreensão da idiossincrasia cabo-verdiana, sustentada na sua descontinuidade territorial e harmonização cultural.

Neste sentido, também os blogues poderiam constituir um elemento importante no conhecimento mútuo entre pessoas de diferentes ilhas, permitindo uma maior interacção entre os cidadãos.

2. Da blogosfera como uma reinvenção do espaço público em Cabo Verde

Tendo sido descobertas pelos navegadores ao serviço da marinha portuguesa no ano de 1460, as ilhas de Cabo Verde começaram a ser povoadas em 1462. Porém, a independência efectiva só se conheceu quase cinco séculos após a sua descoberta, mais concretamente, em 1975. Instala-se então um regime de Partido Único, dominado pelo então partido da luta pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde — o PAIGC — seguido pelo seu dissidente cabo-verdiano, o PAICV. Durante todo esse tempo, o espaço para o exercício da cidadania foi limitado, na medida em que as vozes discordantes tinham pouca margem de manobra. A abertura política de 1990 provocou muita expectativa no seio da sociedade cabo-verdiana como se a democracia multipartidária (que começou a ser implementada no país a partir de 1991) pudesse corrigir as insuficiências da democracia revolucionária (iniciada em 1975 e interrompida em 1990), suportada pelo sistema monolítico vigente durante a segunda metade da década de 70 e toda a década seguinte. Entretanto, muitos laivos do Partido Único foram reproduzidos em pleno regime democrático, muito por causa da falta de uma experiência democrática intermédia entre os regimes fechados que vigoraram no país (Évora, 2010). Neste sentido, o espaço para o exercício da cidadania activa não tem sido muito amplo. Tanto é que, na própria cultura cabo-verdiana, perdura um espírito de pouca reivindicação, transformando os partidos políticos nos únicos intérpretes legítimos das expectativas dos cidadãos e da sociedade. Neste quadro, Évora (2010) realça que, no entendimento de Leão Lopes, ex-Ministro da Cultura e da Comunicação Social de Cabo Verde, a expressão mais acintosa da cultura cabo-verdiana não é tanto a democracia, mas sim a ditadura. Isto porque o país viveu durante meio milénio sob o controlo de um sistema colonialista. Quando, em 1975, o povo cabo-verdiano sonhou com uma ampla abertura do sistema político e das mentalidades, a independência apenas deu possibilidade a uma elite muito

ligada à luta pela libertação para alcançar o poder. Textualmente, ficou plasmado na Constituição de 1980 que Cabo Verde se tratava de um regime de ‘Democracia Revolucionária’, mas, como observa Évora (2010), a vertente revolucionária sobrepôs-se à democrática, levando o regime a recuperar alguns laivos do sistema que lhe antecedeu, restringindo o espaço da opinião e da crítica. Aliás, como advoga Leão Lopes, no trabalho desenvolvido por Évora (2010), a própria crítica ganhou uma catalogação com nuances negativistas na sociedade e na cultura cabo-verdianas. Desta feita, criticar não é entendido como um acto de quem pretende contribuir com opiniões, análises e interpretações, no sentido de promover o desenvolvimento da nação e o avanço em determinados sectores da sociedade, mas, antes, uma atitude de um cidadão assumidamente opositor, movido pela vontade de derrubar a obra alheia.

Analisando o papel do jornalismo, dos jornalistas e dos jornais em Cabo Verde, podemos dizer que poucos são os seus contributos na criação de uma consciência democrática e de uma consciência participativa no arquipélago. Como observa Évora (2010) na sua tese de doutoramento, os órgãos de comunicação social estão directa ou indirectamente vinculados aos dois maiores partidos políticos com maior expressão na sociedade cabo-verdiana, pelo que os seus contributos para a veiculação de uma informação de interesse público tem deixado a desejar. É neste quadro que o aparecimento dos recursos da blogosfera pode afigurar-se como uma alternativa a esta situação. A possibilidade de acesso aos recursos informáticos e a disponibilização gratuita dos suportes comunicativos da blogosfera eliminam as barreiras económicas no acesso a essa ferramenta de comunicação e renovam as possibilidades do exercício da cidadania. Não precisando de uma autorização para editar os seus blogues, os cidadãos ficam dependentes apenas do acesso à internet. Assim, torna-se mais fácil empreender o processo comunicativo, uma vez que, num espaço temporal de 24 horas diárias, o cidadão goza de um canal aberto para a sociedade, onde os fluxos opinativos acabam por provocar um efeito positivo no próprio incremento do processo interactivo. Normalmente, quando um cidadão actualiza regularmente o seu blogue, consegue cativar e fidelizar a sua audiência, que passa a interagir com maior regularidade.

Antes de uma abordagem mais específica sobre o papel da blogosfera cabo-verdiana na ampliação do espaço de cidadania devemos anotar que, em Cabo Verde, os *media* electrónicos só começaram a surgir neste novo milénio. Porém, nos finais da década de 90 do século passado, começaram a surgir, nos EUA, *media* digitais viabilizados por cidadãos cabo-verdianos residentes naquele país. Esses dispositivos de comunicação tratavam essencialmente a informação sobre Cabo Verde, apesar de não terem ignorado completamente as notícias internacionais com interesse para o país. Primeiro, surgiu a ‘Cabonet’, muito popular nos finais dos anos 90, seguida da ‘Visão On-line’. Posteriormente, outros órgãos de comunicação social seguiram-lhes os passos.

A partir do início do novo milénio, a imprensa digital cabo-verdiana conheceu um novo alento, traduzido em duas orientações essenciais: surgimento de jornais eminentemente digitais [primeiro, surgiu o ‘Paralelo 14’ (www.paralelo14.cv), viabi-

lizado pela TudoDirecto (empresa que tinha na sua estrutura accionista a Cabo Verde Telecom e outras empresas do ramo da informática), depois o 'Liberal On-line' (da empresa Media Plus, S.A., criada por Apolinário Neves, antigo director do semanário 'Expresso das Ilhas' e ex-administrador da agência noticiosa cabo-verdiana); migração dos jornais impressos para a internet: o jornal 'A Semana' cria a sua correspondente *on-line* entre os finais de 2003 e início de 2004 e o semanário 'Expresso das Ilhas', posteriormente, seguiu-lhe os passos. A partir de 2010, numa parceria entre o 'Liberal On-line' e o semanário gratuito 'Já', o conteúdo deste passou a ser disponibilizado na plataforma digital da Media Plus, S.A., quer no formato Adobe.Pdf, que permite consultar a disposição dos artigos nas páginas do jornal, na sua versão original, quer através da adaptação dos conteúdos do semanário gratuito aos recursos do 'Liberal On-line', colocando as notícias do referido jornal na página principal do diário electrónico.

O surgimento dos jornais electrónicos veio ampliar o espaço do exercício da cidadania, através da participação de um maior número de pessoas no debate público. Muitos cidadãos cabo-verdianos, que antes não tinham espaço para emitir as suas opiniões, passaram a ter direito a colunas de opinião nos diários digitais. Outrossim, as caixas dos comentários revolucionaram, de alguma forma, o processo de interacção entre o alocutor e o alocutário. A comunicação deixa de ser unidireccional e passa a ser multidireccional, uma vez que uma única notícia pode suscitar a reacção de dezenas ou até centenas de pessoas que, usando as caixas de comentários, reagem aos acontecimentos. Por um lado, o surgimento de espaços interactivos na internet (em que uma informação depois de noticiada é seguida de um conjunto de comentários) constituiu um passo importante na democratização da esfera pública mediática. Por outro lado, os novos espaços interactivos constituem um enorme desafio para os órgãos de comunicação social tradicionais e para os próprios cidadãos visados nas notícias, que passaram a ser alvos de ataques sistemáticos de cidadãos protegidos pelo anonimato. Como estratégia de protecção, os cidadãos que usam o espaço público virtual optam por escolher pseudónimos, não assumindo a sua verdadeira identidade. Para lá dessa questão que nos remete para a própria ética da participação no espaço público, a democratização deste espaço encerra um conjunto de vantagens para a ampliação da esfera da cidadania. Associado a todos esses fenómenos, surgiram os blogues, que empreenderam uma revolução no processo comunicativo, democratizando o acesso ao espaço público e reconfigurando a noção da esfera pública. Foi entre 2003 e 2004 que começaram a surgir os blogues com mais expressividade na sociedade cabo-verdiana. Porém, nos anos 2004 a 2007 registou-se uma profusão de debates na blogosfera, com o envolvimento de novos actores. Este novo fenómeno é importante porque, tal como sustenta Lévy (2003: 81),

As comunidades virtuais locais, que reúnem membros que habitam a mesma zona geográfica, estão prometidas a um futuro brilhante. Citemos algumas das apostas ligadas às comunidades virtuais territoriais: democracia local, vida associativa e

comunitária, entreadjudada, educação, desenvolvimento económico e comercial, preservação do meio-ambiente, cultura, tempos livres, desportos, vitalização da vida social em geral.

Inicialmente, os jornalistas começaram a desempenhar um papel importante neste processo. Desde logo, em Cabo Verde, tivemos activos e com muito vigor os blogues das jornalistas Margarida Fontes (www.odiaquepassa.blogspot.com) e Matilde Dias (www.lantuna.blogspot.com). Esses dois blogues tiveram um papel muito importante na sociedade cabo-verdiana, pelo facto de se centrarem na cultura nacional, num país que tem uma riqueza cultural extraordinária. Este elemento é muito importante porque, embora existam dois blogues alimentados por profissionais da comunicação social, ao contrário do que acontece noutros países, não se dedicaram a analisar temáticas ligadas à comunicação social. Com a análise dos aspectos culturais da sociedade cabo-verdiana, as duas profissionais de comunicação ampliaram o seu espaço de debate. Numa entrevista, realizada em 2005 — à jornalista Matilde Dias —, sobressaiu a ideia de que o blogue facilitava a comunicação com a sociedade sobre determinados assuntos que não têm espaço na televisão para a qual trabalha (TCV). Assim, o recurso à blogosfera traduz-se numa ampliação da esfera pública, alargando o debate sobre os temas que marcam a sociedade. Artemisa Ferreira (Entrevista: 30.12.2010), docente da Universidade de Santiago, defende que “a criação de blogues veio apimentar cada vez mais a democracia visto que, através deles, os internautas podem divulgar as suas opiniões, exprimir os seus desejos e apresentar as suas visões do mundo. É um instrumento à disposição da sociedade para tecer críticas negativas ou positivas, consoante os casos. Os blogues ampliam a própria liberdade de expressão, assim como outros dispositivos de comunicação”.

Um outro blogue que surgiu com muita popularidade, em 2004, foi o SoPaFla (www.sopafla.blogspot.com), de Chissana Magalhães. Tratando-se de um espaço que se dedicava à crítica ligeira sobre os assuntos que afligem a capital cabo-verdiana, podemos assumir que esse blogue seria enquadrável naquilo que classificamos de ‘especialistas em generalidades’, uma vez que, assumindo a Cidade da Praia como o foco da sua atenção, abordava temáticas diversas. Durante alguns anos, SoPaFla cumpriu o seu compromisso com a sua audiência, mas acabou, tal como o Lantuna de Matilde Dias, por suspender as suas actividades e encerrar. Da mesma forma, Nós Media, viabilizado a partir de Novembro de 2004, por um dos autores deste artigo (Silvino Lopes Évora) também acabou por assumir o caminho da suspensão. Criado a meio de um percurso de mestrado em Ciências de Comunicação na Universidade do Minho, o blogue Nós Media — começando nos suportes da Blogger e depois migrando para a plataforma da Wordpress — assumiu-se, desde a primeira hora, como um espaço de análise dos *media*, com foco para a paisagem mediática cabo-verdiana. Tentando ampliar as suas potencialidades, no blogue criou-se um espaço de divulgação e catalogação de artigos científicos sobre o campo mediático, de forma a se tornar numa ferramenta útil para os pesquisadores e estudantes de Ciên-

cias da Comunicação. Ainda — no campo dos blogues temáticos —, muitos deles ligados à profissão que os seus autores desempenham — temos o caso do blogue Edukamedia, que tem como subtítulo “somos o que lemos, mas também aquilo que escrevemos”. Em 2005, Albino Luciano Tavares Silva, então aluno de pós-graduação em Gestão e Avaliação da Formação no Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa (ISLA), decidiu compartilhar o debate sobre a educação com os cibernautas, criando o blogue Educação & Media. No ano seguinte, com a sua entrada no mestrado em Educação na Universidade de Lisboa, renovou a estética e a linguagem do seu blogue, que ganhou uma nova identidade: Edukamedia.

Vários outros blogues assumiram protagonismo na paisagem da blogosfera cabo-verdiana, ampliando o espaço do debate e da crítica: por um lado, temos o blogue Ala Marginal, de Abraão Vicente, sociólogo, artista plástico e apresentador de televisão e, por outro lado, temos o Blogue no Papel, de Humberto Cardoso, deputado nacional pelas listas do Movimento para a Democracia (MpD). Um e outro têm um tom de crítica muito acentuado, sendo o primeiro mais voltado para a análise social e o segundo para questões de natureza política. Uma particularidade em relação ao blogue de Humberto Cardoso é o facto de desempenhar um duplo papel na crítica política: por um lado, tece críticas sistemáticas às medidas do governo; por outro lado, funciona como um espaço de fuga dentro do próprio Movimento para a Democracia (MpD), sobretudo quando as alas da oposição interna entram em conflito. Um outro blogue com cunho político acentuado é As Minhas Impressões (www.nosblogue.blogspot.com) animado por José Luís Neves, filho do actual Primeiro-Ministro de Cabo Verde. Em Fevereiro de 2010, José Maria Neves, Primeiro-Ministro, cria o seu blogue, considerando que assim ficaria ‘mais perto de quem importa’. Tudo isso é sintomático de como os cabo-verdianos têm encarado esses dispositivos interactivos como espaços de cultivo da cidadania activa.

Como é possível notar, a classe política não tem passado à margem da importância da blogosfera na interacção com os cidadãos. Nas eleições presidenciais de 2006, o então candidato Carlos Veiga fez uma aposta muito forte no terreno da internet, não conseguindo, ainda assim, evitar a reeleição de Pedro Pires, cuja candidatura também não descurou a importância deste espaço de discussão. Isso mostra que os blogues se tornaram num espaço de ampla liberdade para o exercício da cidadania, integrando pessoas de algumas estruturas sociais e reconfigurando a própria natureza do espaço público. Para Mário Almeida (Entrevista: 30.12.2010), blogueiro e docente da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, para além da partilha de conhecimentos, os blogues permitem uma interacção entre pessoas esclarecidas, com papéis relevantes na vida política, social e cultural do país. Artemisa Ferreira (30.12.2010) defende que

A meu ver, o blogue tem a sua quota-parte no desenvolvimento da cidadania, tanto na vertente de desenvolvimento educacional e profissional como no melhoramento de determinadas competências pessoais. Cerca de 90% dos internautas criam os

seus blogues com o objectivo de ajudar os cidadãos a compreender determinados fenómenos da nossa sociedade. Os blogues não têm apenas uma dimensão de entretenimento como muitas pessoas pensam. Incluem também vertentes sociais (os blogues ‘andam’ de forma silenciosa à procura de acontecimentos para a sua divulgação).

A blogosfera veio assim abrir outros fóruns de debate, mas também novos caminhos de aprendizagem e troca de experiências. No terreno da educação, os seus benefícios são variados, servindo professores, alunos e outros intervenientes no processo educativo.

3. Blogues educativos: entre a cidadania e o entretenimento

Num mundo globalizado, onde os actores da comunicação se multiplicam a uma velocidade relâmpago, as fontes de aprendizagem também têm sido diversificadas, o que motiva os pensadores da educação a adoptar um espírito de vigilância permanente perante esta realidade nova, dinâmica e inspiradora.

De 2005 a esta parte, tem-se registado um fenómeno curioso e, cada vez mais, crescente — o uso da blogosfera como espaço de intervenção pública. Esta inovação teve o condão de fazer nascer blogues de diversas temáticas como a culinária, jardinagem, desporto, jornalismo, pedagogia, educação, desenhos animados, músicas, etc. Dentro desta variedade de opções pode-se catalogar os blogues pelos conteúdos que retratam onde, por exemplo, os mais direccionados para a temática da educação, aprendizagem e formação são denominados de blogues educativos ou mais tecnicamente de edublogues (edublog.org). Segundo o Wikipedia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Blogs_educativos), estes apresentam vantagens sobre as páginas de entrada (*homepage*), por duas razões: pela ordenação cronológica dos assuntos e pela criação, manutenção e publicação serem relativamente fáceis para qualquer utilizador. Os assuntos abordados nos blogues educativos abrangem a poesia, diários, música, fotografia, visitas de estudo e tudo o tenha a ver com o contexto educativo e pedagógico.

Se nos países desenvolvidos, com grande penetração da Internet, a atenção ao fenómeno da blogosfera é quase recorrente, sobretudo nos jornais de grandes tiragens, nos países menos desenvolvidos, ou seja, com menor taxa de penetração da Internet nos lares, o fenómeno nem por isso é desconhecido. Segundo Gomes (2005), o fenómeno da blogosfera apareceu em 2005 e, de então para cá, tem-se imposto como ‘moda’, com inúmeras vantagens que traz, tanto para os produtores, quanto para os consumidores de informação.

A justificar esta opção, uma acepção mais alargada de agentes educativos ou a própria educação como socialização, inclui, segundo Reboul, além da família, da rua, os próprios *media* como agentes educativos. Assim, a blogosfera ao submeter os indivíduos a um processo de aprendizagem de conceitos e competências e desaprendi-

zagem de comportamento e de formas de observar o mundo acaba por desempenhar um papel educativo (Hart, 2011) a par de outros agentes de socialização primária como a escola, a família, entre outros.

3.1. Educação, a infoexclusão e a noção de rede

Actualmente quem domina, pelo menos ao nível do utilizador, o computador e a Internet está habilitado com uma das competências básicas para o desempenho laboral no contexto do século XXI, conforme o relatório Delors. Ademais, esta competência alarga o conceito de alfabetizado que domina unicamente o saber ler e escrever nas plataformas tradicionais. Portanto, hoje, saber usar o computador tende a ser tão importante como outrora saber escrever no papel era relevante dado que permite uma complementaridade entre as duas formas de alfabetização.

Os benefícios do uso do computador vão desde a capacidade de manuseamento, tratamento e armazenamento da informação até ao desenvolvimento da motricidade fina e, por fim, a riqueza intelectual possibilitado pelo acesso à maior biblioteca virtual do mundo, que é, nos dias que correm, a Internet.

Na obra *Educação um Tesouro a Descobrir*, Jacques Delors alertou para as competências que os indivíduos devem desenvolver para terem sucesso. O sucesso de um profissional hoje, num mundo laboral em constante mutação, depende do domínio das *Tecnologias de Informação e da Comunicação*. Trata-se de uma questão de sobrevivência e, portanto, de capital importância para os cidadãos das nossas sociedades.

O conceito de *Sociedade da Informação e do Conhecimento* inscreve-se numa dimensão material e conceptual onde o domínio das redes de informação digital tende a ter, cada vez mais, amplitude e reconhecimento pelas vantagens de interacção que nos possibilita. Uma reacção que, segundo o conceito freiriano de aprendizagem, o educador se transforma em educando e o educando em educador, num processo igualitário e dialéctico. Essa interacção tem facilitado o desbravar de caminhos na educação, nomeadamente na sala de aula (real e virtual), onde o educador e o educando se relacionam num campo novo onde, tendencialmente, a geração mais nova tende a mostrar-se mais desperta e motivada a aprender, mas também a partilhar experiências (Berenfeld, 1996).

A expressão de Castells (1999) de que a existência de instituições é reconhecida, sobretudo, pela sua pertença a redes (entre outras a de Internet) obriga-nos, muitas vezes, a questionar também se o reconhecimento das pessoas singulares neste século XXI — de florescimento de grandes e poderosos motores de busca — não depende, também, em grande medida, da sua presença no espaço sideral. A guisa de exemplo, a pertença aos nós da rede gera, por exemplo, na investigação científica, permite reduzir os custos, aumentar a eficiência, a partilha de saberes e a captação de recursos.

Apontando o foco para o campo da blogosfera, uma boa forma de garantir a presença na rede é usufruir da parafernália de opções gratuitas de alojamento de blogs,

desde Blogger, Wordpress, Sapo.pt, Sapo.cv, Globo, edublog.org, etc., onde existe uma diversidade de opções de escolha que vão, desde blogues pessoais a colectivos, destinados a uma audiência planetária ou, apenas, a um círculo restrito de utilizadores.

4. O manuseamento do blogue e a afirmação da capacidade empreendedora ou criativa

O manuseamento das ferramentas necessárias para a criação de blogues e páginas de Internet obrigam os utilizadores a desenvolver capacidades cognitivas, como por exemplo, a estruturação do pensamento, a análise da informação, o desenvolvimento de capacidades de comunicação, a capacidade de pesquisa, o espírito crítico e o refinamento da expressão artística (Bettencourt, 1997). O acto da publicação, por seu lado, estimula, no caso dos alunos, uma aprendizagem mais significativa, ao partilharem as questões lectivas num ambiente que lhes é familiar, além da possibilidade de interagir com o mundo real, segundo Berenfeld (1996).

Através de ferramentas de medição da penetração de um blogue na sociedade como, por exemplo, a *Google Analytic*, os usuários do blogue têm inúmeras possibilidades de analisar o seu trabalho, do ponto de vista do consumidor, nomeadamente:

- Conhecer quem são os visitantes (país, cidade e continente);
- Saber o tempo médio que passam na página;
- Contar o número de textos lidos;
- A variação da visita ao longo da semana, do dia e do mês.

Outra virtualidade da ferramenta acima referida é, ainda, a possibilidade real que concede ao autor do blogue de pensar em estratégias concretas para, por exemplo, conquistar o seu público, fidelizá-lo e, porventura, recuperá-lo — se for o caso — com a introdução de inovações que o surpreendam pela positiva. Como forma de completar esta ideia, a originalidade do discurso constitui um factor distintivo para o sucesso dos blogues, dado que os leitores procuram sempre algo diferente, dito de outra forma, visto noutra ângulo e que pode combinar com a sua forma de pensar. Por um lado, os leitores, ao identificarem-se com um determinado blogue, tendem a tornar-se visitantes assíduos. Por outro lado, quando os blogues são problematizantes, pondo em causa o *status quo* ou mais virados para banalidades e trivialidades, podem captar leitores pouco orientados na questão da navegação na Internet, que acedem à página de forma apressada, permanecendo nela por pouco tempo.

O uso contínuo da blogosfera obriga o blogger a desenvolver a capacidade de surpreender os leitores com novos conteúdos (textos, imagens e áudio), dado que a realidade para os blogues sem actualização é efémera, face a variedades de oferta de aficionados mais disponíveis em termos de actualização de conteúdos. Uma vez dominada minimamente a técnica e ganhando um número considerável de leitores,

o blogue pode gerar receitas, se o autor assim o entender. Neste particular, importa realçar que, por exemplo, o maior motor de busca do mundo - o gigante Google -, oferece aos bloggers a possibilidade de auferirem de receitas pela quantidade de publicidade visitada na página. Consequentemente, o manuseamento de um blogue, ainda que seja de cariz educativo, na sua filosofia ou essência, poderá ser uma fonte de rendimento para os alunos, pais, professores, etc., de acordo com o volume do tráfego e número de visitante. O valor auferido pela manutenção de um blogue muito visitado poderá ser destinado, por exemplo, a projectos educativos.

Baseado nas linhas anteriores, convém reforçar que o acto de publicar na Internet constitui uma oportunidade de aprendizagem bastante rica e valorizada, dado que são necessárias competências tanto cognitivas como socio-afectivas, para lembrar Chagas e colaboradores (1998; 2000). Uma análise, ainda que ligeira, permite constatar que os autores dos blogues tendem a ser observadores interessados e atentos da realidade social, o que nos permite inferir que, também, possam ser caracterizados como cidadãos interessados que captam facetas do quotidiano pouco percebidas ou valorizadas por não-bloggers, embora o produto da observação esteja à disposição de todos os membros da comunidade a que pertence.

5. Um olhar sobre a blogosfera lusófona e os desafios da educação no espaço lusófono africano

A existência de uma percentagem significativa de africanos que estudam, trabalham ou, simplesmente, vivem em países desenvolvidos com uma taxa elevada de penetração da Internet tem contribuído para presença africana na rede, sem contar os africanos que vivem em África em regiões com penetração razoável da Internet. A este respeito a perspectiva de crescimento é favorável dado que se espera um crescimento de dois dígitos para 2011 no sector da IT em África, conforme Information Technology Research (Holman, 2010).

Os temas abordados dependem muito da pessoa, do seu percurso e do meio onde vive, o que nos permite constatar que acabam por evidenciar a singularidade de cada blogger, o que vai ao encontro do registado noutras paragens do globo. Por exemplo, os bloggers que residem fora da África, fruto do sentimento de “*estar bem onde não se está*” (Lourenço, 2000) abordam assuntos que retratam a vida em África. Isto tudo resulta da sua experiência de vida, auxiliado pela captação das notícias vinculadas pelos órgãos de informação on-line e que são analisadas e partilhadas com amigos, pessoas próximas ou, então, leitores desconhecidos (ver a este respeito *Nós Media*, que durante anos garantiu uma cobertura sobre a imprensa cabo-verdiana).

Com a progressiva penetração da Internet em África, sobretudo nos países com algumas infra-estruturas como a África do Sul ou Cabo Verde (ITU, 2002), constitui uma oportunidade, do ponto de vista educativo, apostar na blogosfera para aproximar as escolas do público e para fazer a escola conhecer-se e deixar-se conhecer,

incentivando os alunos a tirarem partido das potencialidades que esta ferramenta em análise possui. Na linha da ideia defendida por Chagas e colaboradores (1998; 2000), constitui um projecto educativo rico o envolvimento de professores e alunos à volta dos *media*, onde a criação e inserção de conteúdos muito favorece a escola por estar a preparar os alunos para uma aprendizagem funcional, ou seja, voltada para a realidade da vida real.

No espaço lusófono, o uso reforçado da blogosfera com estudo de casos de sucesso, sobretudo em Portugal e Brasil, nas escolas (com forte presença na rede) deveria ser estimulado pelo Instituto Internacional de Língua Portuguesa como uma ferramenta útil para a promoção deste idioma. A estratégia passaria, quanto a nós, por criar uma rede de escolas com apoios dos respectivos Ministérios de Educação para conectarem-se entre si, partilhando saberes e promovendo concursos onde o pano de fundo é a língua portuguesa.

A experiência da blogosfera ensina que o acto de partilhar a informação com o grande público induz no autor o desenvolvimento da responsabilidade acrescida para que progressivamente encontre um estilo próprio, além da necessidade imperiosa de clareza, progressão lógica do discurso e o respeito pelas regras gramaticais, conforme indicam os manuais da especialidade.

Em Cabo Verde, o mundo da blogosfera é modesto, destacando-se os profissionais ligados aos *media* com conhecimento mais ou menos apurado da arte de escrever. Porém, denota-se uma fraqueza por parte dos educadores, nomeadamente professores. São conhecidos alguns casos de professores bloggers, embora um pouco virados para a instituição onde trabalham. É, por exemplo, o caso do Professor Doutor Jorge Brito, Magnífico Reitor da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (autor de *Transdisciplinaridade e Blogue do Reitor*: os dois blogues voltados para a área da educação).

Consequentemente, a ausência de alunos no espaço blogosférico pode ser justificado por uma ausência dos professores, pais e encarregados de educação e da própria direcção da escola, que tende a lidar mais com a gestão do dia-a-dia do que a pensar em estratégias de inserção dos alunos e da própria escola na rede. Por isso mesmo, a presença das escolas na rede é diminuta, sendo raras as escolas com páginas na Internet. A contrariar esta posição, encontramos a Escola Secundária Abílio Duarte em Palmarejo, na Cidade da Praia (disponível em www.esad.edu.cv), onde, além da caracterização da escola, é possível, por exemplo, aceder aos resultados escolares dos alunos e ao jornal da escola, *Pançada*, disponível em pdf.

Analisando esta questão da ausência da escola na rede, convém lembrar que, mesmo em países mais avançados que Cabo Verde, caso de Portugal, uma percentagem significativa das escolas está fisicamente isolada (Silva, 2006) e é pouco conhecida, uma vez que, por um lado, não são captadas directamente pelos motores de busca e, por outro, desconhecem os benefícios do trabalho em conjunto (Hargreaves, 1998). Este fenómeno é semelhante ao que acontece em Cabo Verde, por exemplo sabe-se da existência de certas escolas quando certos governantes as visitam. Assim, em parte, se percebe a letargia das escolas cabo-verdianas em render-

se aos benefícios da presença em rede sendo que, muitas vezes, a falta de recursos tende a ser a explicação para esta ausência, o que não deixa de ser verdade. Contudo, quando foram criados os blogues, os seus autores pensaram numa tecnologia gratuita, sendo que o único investimento exigido deva ser o esforço para se aprender a introduzir um *post* e publica-lo. Hoje, este acto tem evoluído sendo possível acontecer através dos recursos da telefonia móvel. Ademais, os pais e encarregados da educação com formação em informática e afins poderão, quando solicitados, ajudar a escola nesta caminhada, pondo os seus conhecimentos à sua disposição, sob a forma de voluntariado.

Com efeito, as escolas, na ânsia desenfreada da gestão corrente, dispõem de pouco para fazerem a autoavaliação da acção que deve ser o ponto de partida para as intervenções de melhoria (Silva, 2010). A assim, a aposta na presença na rede com a divulgação das actividades da escola, por exemplo, da sua autoavaliação quando esta for favorável, contribui para atrair mais recursos, aproximar os pais e encarregados de educação bem como a própria comunidade educativa para as mudanças que a escola queira empreender.

6. Notas Finais

Os blogues têm sido um recurso de grande importância para a educação social, bem como para a ampliação do espaço público, alargando os debates a pessoas de diferentes camadas da sociedade. Exceptuando-se os casos de infoexclusão, o espaço da blogosfera promove a inclusão dos cidadãos nos debates públicos, conferindo possibilidades de, cada um, poder contribuir para o debate. Em Cabo Verde, cidadãos de diferentes quadrantes sociais, desde o mundo político ao campo da educação, têm usado os blogues como ferramentas de interacção com a sociedade. Este uso não se cinge ao campo da blogosfera. As redes sociais, de uma forma geral, têm sido instrumentos de grande utilidade para a comunicação entre os cidadãos cabo-verdianos. A título de exemplo, temos o caso de José Maria Neves, Primeiro-Ministro de Cabo Verde, que tem usado o Facebook, para anunciar algumas medidas e relatar as suas experiências no campo das relações internacionais.

Outrossim, os benefícios da utilização dos blogues no sistema educativo são enormes. Vão desde o desenvolvimento de competências cognitivas ao desenvolvimento de competências sociais (Chagas *et al*, 1998; 2000) e de desenvolvimento de um espírito de cidadania. A educação, entendida em sentido lato ou restrito, passa sempre pelo devir da formação do Homem em todas as dimensões (pessoal, social, espiritual, etc.). Os blogues, assim como outros agentes educativos como a escola, a família ou a rua, desempenham um papel fundamental porque dão a conhecer a preocupação dos seus autores nestes domínios.

Referências bibliográficas

- Bettencourt, T. (1997) 'Possíveis razões para a uma utilização educativa da internet' in *Actas do 2º simpósio Investigação e Desenvolvimento de Softwares Educativo*. Coimbra: Departamento de Engenharia Informática.
- Berenfeld, (1996) *Linking student to the infosphere*, TH.E. Journal. On line in www.thejournal.com.
- Chagas, I, Bettencourt, T., Sousa, J. & Matos, J. (1998) 'Utilização do hipertexto na comunicação científica educacional' in *Actas do 2º Simpósio Investigação e Produção Científica*, Aveiro: Departamento da Didáctica e Tecnologia Educativa da Universidade do Aveiro.
- Castells, M. (1999) *Sociedade em Rede*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Évora, S.L. (2010) 'Políticas de Comunicação e Liberdade de Imprensa — Análise da Situação Cabo-verdiana entre 1991 e 2009' (Tese de Doutoramento não publicada), Braga: Universidade do Minho.
- Évora, S.L. (no prelo) *Concentração dos Media e Liberdade de Imprensa*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- Gomes, M. (2005) 'Blogs: um recurso e uma estratégia pedagógica' in *VII Simpósio Internacional de Informática Educativa — SIIIE 05*, Leiria, Portugal, 16-18 de Novembro de 2005.
- Habermas, J. (1981) *Historia y Critica de la Opinión Pública — La transformación estructural de la vida pública*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Hargreaves, A. (1998) *Os professores em tempo de mudança, o trabalho e a cultura dos professores em idade pós-moderna*, Lisboa: Mc Graw-Hill.
- Hart, J. (2011) *Social Learning Handbook, a practical guide to using social media to work and learn smarter — contents*, Center for Learning & performance Technology disponível em <http://www.c4lpt.co.uk/handbook/index.html>, consultado em 08.01.2011.
- Holman, J. (2010) *ICT conference returns to Johannesburg with increased Africa focus*, in <http://www.engineeringnews.co.za/article/ict-conference-returns-to-johannesburg-to-increase-focus-on-africa-2010-03-05>, Consultado pela última vez em 08 de Janeiro de 2011.
- ITU (2002) *A Internet num PMA Lusófono: estudo de caso de Cabo Verde*, Relatório Disponível <http://www.itu.int/ITU-D/ict/cs/capeverde/index.html> consultado em 08.01.2011.
- Lévy, P. (2000) *Cibercultura*, Lisboa: Edição do Instituto Piaget.
- Lévy, P. (2003) *Ciberdemocracia*, Lisboa: Edição do Instituto Piaget.
- Lourenço, E. (2000) *Labirinto da Saudade*, Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, A.D. (1999) *As Técnicas da Comunicação e Informação*, Lisboa: Editorial Presença.
- Santos, R. (1998) *Os Novos Media e o Espaço Público*, Lisboa: Gradiva.
- Silva, A.L. (2010) *Auto-Avaliação da Escola e Desenvolvimento Institucional*, Lisboa: HMeditora.
- Silva, A. V. (2006) *Avaliação e inspeção das escolas: estudo de impacto do programa da avaliação integrada*, Tese de doutoramento não publicada. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Sousa, J.P. (2003) *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, Porto: Edições da Universidade Fernando Pessoa.
- Wikipedia, http://pt.wikipedia.org/wiki/Blogs_educativos_consultado_pela_ultima_vez_em_15_10.10.
- Wolton, D. (1993) *Eloge du Grand Public: Une théorie critique de la télévision*, Paris: Flammarion.

Entrevistas

- Artemisa Ferreira: Docente de Tecnologias de Informação e Comunicação na Universidade de Santiago, Cidade de Assomada, 30.12.2010.
- Mário Almeida: Docente de Ciências da Comunicação na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Cidade da Praia, 30.12.2010.

Cartografía do ciberespazo dixital e indicadores mediáticos da lusofonía

Francisco Campos-Freire*

Xosé Pereira-Fariña**

Resumo

A exclusión das dinámicas da dixitalización e do libre fluxo da información e a comunicación son dous dos principais retos dunha sociedade que hoxe en día deben solucionar as comunidades, os gobernos e os diferentes colectivos empresariais ou sociais. As fendas tecnolóxicas da dixitalización e da infocomunicación teñen unha serie de consecuencias económicas, culturais e sociais que afectan ás relacións entre as distintas comunidades e o resto do mundo. Son aspectos fundamentais, en definitiva, para avaliar o nivel de desenvolvemento mediático dos distintos países, culturas e sociedades.

Seguindo a metodoloxía dos indicadores do desenvolvemento mediático (IDC) formulados en 2008 polo Programa Internacional para o Desenvolvemento Mediático (PIDC) da UNESCO, esta investigación elabora e formula unha cartografía do ciberespazo dixital e da infocomunicación en catro países representativos da lusofonía, como son Portugal, Brasil, Mozambique e Galicia. A elaboración, estudo e análise destes datos forma parte do proxecto de investigación “Lusofonía: interactividade e redes” desenvolvido nos últimos anos polo grupo de Estudos Audiovisuais do Departamento de Ciencias da Comunicación da Universidade de Santiago de Compostela.

Neste traballo recóllense e analízanse os principais indicadores de penetración da Sociedade da Información así como as principais tendencias e prácticas de desenvolvemento mediático nos países lusófonos seleccionados, prestando especial atención ao acceso ás redes dixitais, á tipoloxía de consumo doméstico, aos usos sociais e ás políticas públicas establecidas para superar a exclusión tecnolóxica dixital, propiciar o amplo e libre fluxo comunicativo, a liberdade de expresión, a inclusión mediática e o fortalecemento da capacidade de participación nos procesos de comunicación.

Palabras chave: Sociedade da información, lusofonía, fenda dixital, indicadores de desenvolvemento mediático

* Universidade de Santiago de Compostela - francisco.campos@usc.es

** Universidade de Santiago de Compostela

Abstract

The exclusion of the dynamics of digitization and the free flow of information and communication are two major challenges of today's society must solve the communities, governments and various business or social groups. The digitization technology gap and infomunication have a number of economic, cultural and social issues affecting relations between communities and the rest of the world. These are fundamental issues, ultimately, to assess the level of media development in different countries, cultures and societies.

Following the methodology of Media Development Indicators (MDI) made in 2008 by the International Programme for the Development of Communication (IPDC) of UNESCO, this research develops a digital mapping of cyberspace and infomunication in four representative Lusophone countries such as Portugal, Brazil, Galicia and Mozambique. The development, study and analysis of these data are also part of the research project «Lusofonía: interactividade e redes» unfolded in recent years by the research group Estudos Audiovisuais of the Communication Sciences Department at the University of Santiago de Compostela.

This paper collects and analyzes the main indicators of penetration of the Information Society and the main trends and practices of media development in Lusophone countries selected with particular attention to access to digital networks, types of domestic consumption, to social practices and public policies established to overcome exclusion in the digital technology sphere, promote the full and free flow of communication, freedom of expression and the capacity to participate in communication processes.

Keywords: Information Society, Lusophony, digital gap, media development index.

1. Introducción

Nunha sociedade denominada «da información e do coñecemento», a comunicación adquire un papel predominante. O valor da información é especialmente salientable neste momento xa que, por primeira vez na historia da humanidade, a información sitúase na cúspide do valor dos diferentes mercados mundiais. A información, ben sexa de masas, interpersonal, ou de calquera outro modelo, convertiuse na base dun modelo socioeconómico que transformou o mundo, sen dúbida co apoio dos grandes avances promovidos pola tecnoloxía (Stiglitz, 2006).

Organismos de carácter internacional, coma a UNESCO, sempre mostraron unha preocupación polos desequilibros que se crean nunha revolución social como a que estamos vivindo. Autores coma Manuel Castells, xa definiron a conexión ou desconexión coas redes como un elemento definitorio do futuro de calquera sociedade (Castells, 2009), polo que é necesario a análise dos indicadores que determinan en cada caso o grao de implicación dunha comunidade cos patróns definidos na Sociedade da Información.

Neste contexto é no que se impulsa esta investigación realizada na Universidade de Santiago de Compostela. Co obxectivo de comprender a situación de catro polos representativos importantes da lusofonía (Portugal, Brasil, Mozambique e Galicia), fíxose unha análise dos principais elementos definidos como fundamentais polo grupo de traballo do Programa Internacional para o Desenvolvemento Mediático (PIDC) da UNESCO. Deste xeito, ponse o primeiro xermolo dun traballo de investigación futuro, máis extenso e amplo, que permitirá coñecer mellor a situación destas dúas realidades cultural e lingüisticamente próximas.

2. Metodoloxía

Na actualidade son varias as propostas metodolóxicas que se utilizan para medir o grao de inmersión dunha determinada comunidade ou colectivo dentro do ideario da Sociedade da Información. Ben é certo que cada unha delas aproxima un enfoque diferente sobre a cuestión do coñecemento, con tres grandes liñas que definen estas lixeiras fronteiras (Pereira, 2006). A grandes trazos, esta aproximación pódese facer a partir da óptica da Sociedade da Información como transformación social; da SI como globalización e nova orde económica; e da SI como o novo reto tecnolóxico que ten a humanidade.

O caso que nos ocupa na actualidade forma parte da visión máis sociolóxica da Sociedade da Información e do coñecemento (Castells, 2000) e nese contexto é onde se enmarca a proposta metodolóxica elixida para facer esta investigación, creada polo Programa Internacional para o Desenvolvemento Mediático (PIDC) da UNESCO no ano 2008, baixo o título de “Indicadores do desenvolvemento mediático (IDC)”.

Esta metodoloxía caracterízase por incorporar unha serie de indicadores que permitan coñecer o grao de desenvolvemento dos ecosistemas de medios nunha determinada comunidade. Os autores desta métrica parten da premisa de considerar aos medios de comunicación — amplo sensu — como pezas fundamentais para as estratexias de desenvolvemento xeral, a pesares da falta de compromiso e recoñecemento por parte da comunidade internacional.

Neste sentido, o propio PIDC establece as causas da necesidade dun traballo como o agora presentado. En palabras do seu presidente, Walter Fust (UNESCO, 2008: 6), “é preciso estalecer unha metodoloxía de indicadores para analizar os principais aspectos da ecoloxía mediática, que permita que os actores dedicados ao desenvolvemento mediático, e en particular os actores locais, diagnostiquen o estado dos medios dentro dun determinado contexto nacional, e evalúen o impacto de desenvolvemento mediático”. Sen dúbida, este instrumento elaborado pola UNESCO serve para guiar o esforzo dos investigadores en comunicación preocupados polo desenvolvemento das sociedades.

Mostra

A mostra escollida para facer esta análise está formada polos casos de Brasil, Portugal, Galicia e Mozambique. A selección destas catro comunidades obedece á súa representación no espazo da lusofonía.

Brasil foi elixido por ser o país lusófono co maior número de habitantes (192 millóns) e por ser o máis representativo do continente americano. Portugal, con dez millóns de habitantes, é o país europeo de orixe e referencia lusófono. Galicia escolleuse por ser unha comunidade española de entroncamento cultural e lingüístico coa lusofonía e tamén pola proximidade intelectual cos autores. Por último, Mozambique foi seleccionado por ser o país lusófono con mais habitantes do continente africano (23 millóns de persoas).

Esta métrica está dividada en cinco grandes bloques. O primeiro deles analiza os sistemas reguladores que xestionan as liberdades e os dereitos de información e comunicación. No segundo, a preocupación xa non é o sistema de garantías, senón a pluralidade e diversidade de medios que operan nun determinado territorio. O terceiro dos apartados pretende medir a responsabilidade dos medios de comunicación dunha comunidade cara os discursos e sistemas democráticos.

O cuarto destes bloques está centrado na profesionalización dos xornalistas e no apoio que reciben dos gobernos e Estados para exercer a súa profesión en liberdade. O quinto, fundamental para esta investigación, céntrase na capacidade das infraestruturas, humanas e técnicas, dun territorio para apoiar medios independentes e pluralistas.

No traballo agora presentado utilizouse especificamente a métrica deste último apartado para elaborar unha cartografía do ciberespazo dixital a partir de indicadores mediáticos nos territorios lusófonos, especialmente o brasileiro, o portugués, o galego e o mozabiqueño.

Neste apartado, o comité de expertos da UNESCO estableceu unha serie de temas de estudo que pretenden definir as posibilidades que ofrecen as novas tecnoloxías para unha mellor comunicación social. Por iso, fixeron unha división de dous grandes temas que son os que marcan a estratexia final de análise. Falamos do estudo da dispoñibilidade e utilización dos recursos técnicos por parte dos medios de comunicación e da penetración dos medios de comunicación en relación coas TICs. Xa máis polo miúdo, os expertos entenden que cada un destes dous tópicos debe servir para comprender o grao de desenvolvemento da relación entre as TICs e os medios de comunicación. É por iso que a proposta da UNESCO establece os seguintes elementos que se resumen a continuación

Área de estudio	Temas principais	Indicadores
Disponibilidade e utilización dos recursos técnicos por parte dos medios de comunicación	As organizacións mediáticas teñen acceso ás instalacións técnicas e modernas para recoller, producir e distribuir as noticias	<p>As/os xornalistas teñen acceso seguro, confiable e economicamente costeable ás TIC, e recibiron a capacitación que necesitan para usalas eficazmente.</p> <p>As/os xornalistas teñen acceso a toda unha ampla gama de material de consulta e arquivo. Os medios comunitarios contan con instalacións técnicas apropiadas para chegar ata as comunidades marxinadas. Existen instalacións axeitadas para a publicación e distribución dos medios de comunicación social.</p> <p>As organizacións mediáticas aproveitan sistemas de entrega mediante plataformas múltiples. Os medios públicos, particulares e comunitarios, usan as TIC para lograr que a cidadanía participe.</p>
Penetración dos medios de comunicación en relación coas TICS	Os grupos marxinados teñen acceso a modalidades de comunicación, capaces de usalas	<p>O medio público brinda acceso nacional en termos técnicos. O Estado toma medidas positivas para asegurar o alcance xeográfico máximo de todos os medios de difusión.</p> <p>Os medios non impresos están accesibles nas comunidades con altos niveis de analfabetismo. Os medios ou publicacións comunitarias teñen niveis altos ou crecentes de penetración na súa área de cobertura.</p>
	O país ten unha política coherente sobre as TIC que procura satisfacer as necesidades da información das comunidades marxinadas.	<p>Os medios de comunicación social, o goberno e as entidades comerciais colaboran para lograr que as TIC sexan accesibles. A política de prezos non exclúe as comunidades marxinadas. Existencia dunha política e dunha estratexia de migración dixital.</p>

Fonte: Elaboración propia a partir da métrica IDC da UNESCO

Táboa 1: Elementos que compoñen a métrica da UNESCO para analizar a capacidade infraestrutural dos territorios para apoiar aos medios independentes e pluralistas

A partir destes ítems, e seguindo as recomendacións feitas pola propia comisión da UNESCO, fíxose unha análise dos indicadores nos catro países da mostra. Os resultados obtidos son unha aproximación á radiografía da situación dos catro territorios representativos en relación ás políticas de fomento das novas tecnoloxías e dos medios de comunicación, así como da situación na que se encontran os habitantes dos dous países en base ao consumo de medios e de novas tecnoloxías.

3. Disponibilidade e utilización dos recursos técnicos polos medios

Unha das grandes preocupacións recollidas na metodoloxía da UNESCO é analizar as posibilidades que teñen os medios de comunicación para utilizar todos os recursos técnicos que se precisen para desenvolver correctamente o traballo de informar. Neste sentido, dentro do seu apartado 5.1, a métrica propón a comprobación do acceso que as organizacións mediáticas teñen ás instalacións técnicas modernas para recoller, producir e distribuir as noticias.

Neste estudio agora presentado analizáronse seis aspectos relacionados co devandito indicador en Portugal, Brasil, Galicia e Mozambique. Estes aspectos implican a análise das posibilidades de acceso e uso que teñen os xornalistas cara ás tecnoloxías da información e da comunicación (TICs), as posibilidades de acceder os xornalistas a contidos informativos a través das novas tecnoloxías, as posibilidades de acceso dos medios comunitarios, a posibilidade dos medios de difundir e distribuir contidos, as posibilidades que teñen as empresas de comunicación para difundir os seus contidos a través de sistemas multiplataforma e os mecanismos que usan os medios de comunicación para fomentar a participación da cidadanía, fundamentalmente a partir das TICs.

Accesibilidade dos xornalistas ás TIC

A definición do indicador da UNESCO pide verificar, literalmente, se “os xornalistas teñen acceso seguro, fiable e economicamente costeable ás TICs, e se recibiron a capacitación que precisan para usalas eficazmente”.

Os escenarios de Portugal, Galicia e Brasil son bastante parellos neste sentido. As fontes estatísticas consultadas nos dous países demostran que as posibilidades de acceso dos xornalistas, e da cidadanía en xeral, ás novas tecnoloxías son aceptables.

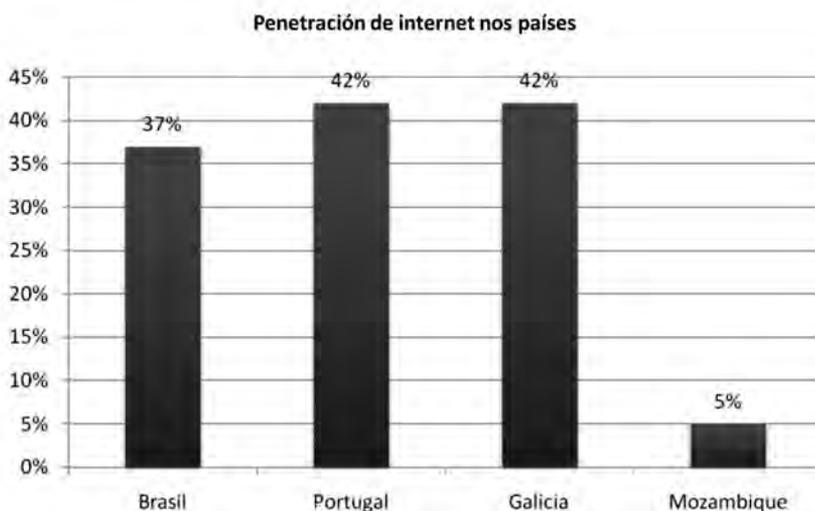
Boa mostra disto son os datos proporcionados polo Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística (IGBE), onde se indica que a porcentaxe de persoas conectadas de cote a internet supera o 37% da poboación, e xa existe un importante número de fogares conectados, que chega ao 24%.

No caso de Portugal, as cifras de persoas conectadas son mellores, cunha cota do 42%. Nesta mesma lóxica, os datos de conexión de fogares son tamén máis positivos que os brasileiros, cunha cota que se aproxima ao 39%, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal.

En Galicia, as cotas de penetración sitúanse no 42% de persoas conectadas segundo o Estudo Xeral de Medios do primeiro trimestre do 2010 e con máis do 47% dos fogares conectados a internet, tal e como recollen as estatísticas oficiais do Instituto Galego de Estatística.

Se nos referimos máis concretamente á calidade de conexión, os datos son realmente interesantes. No Brasil, un 80% da poboación que accede desde o fogar faíno a través de redes de banda larga, namentras que en Portugal este porcentaxe aproxímase aínda máis á totalidade da poboación conectada, con cifras que superan o 92%. En Galicia, esa porcentaxe sitúase no 80%, nun notable ascenso co paso dos anos.

O caso mozambiqueño é sensiblemente diferente. Os datos de conexión distan moito dos países analizados ata o de agora. Segundo os últimos datos publicados de Mozambique polo Banco Mundial (Halewood, N./Kenny, 2008)¹, a taxa de persoas que usan Internet con frecuencia non acada o 5%, con importantes problemas de cobertura no país, especialmente nos núcleos rurais. Non existen estatísticas fiables sobre a penetración da banda ancha en Mozambique, aínda que as distintas fontes consultadas do Banco Mundial indican que esta tecnoloxía ten unha escasa incidencia no país.



Fontes: IBGE, INE Portugal, AIMC e INE Mozambique.

En relación aos custes de acceso, unha das principais preocupacións da métrica UNESCO, os datos son significativamente dispares. No Brasil, o custe de conexión

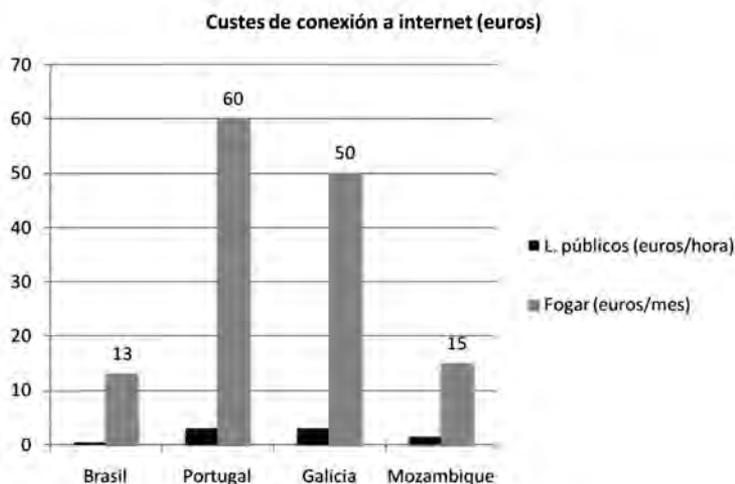
¹ http://www-wds.worldbank.org/external/default/main?menuPK=2823790&pagePK=64193027&piPK=64670051&theSitePK=2721342&menuPK=64187510&searchMenuPK=2823933&theSitePK=2721342&entityID=000333038_20100420020634&searchMenuPK=2823933&theSitePK=2721342

medio por unha hora de conexión nun lugar público non gratuito está en 0,45 euros/hora. No fogar, o custe medio de conexión á banda larga sitúase nos 13 euros/mes. Estes custes son sensiblemente inferiores aos de conexión a internet en Portugal, e por extensión, en Europa. No caso do país luso, os custes de conexión en lugares públicos non gratuítos aproxímase aos 4 euros/hora e a media de conexión á banda larga desde o fogar/oficina sitúase en 65 euros/mes, cunha horquilla entre os 40 euros/mes da conexión máis barata ata os 100 euros/mes, no caso de conexións Premium.

No caso dos cidadáns de Galicia, o custe medio de acceso por hora en lugares públicos non gratuítos está nos dous euros/hora e o custe medio da conexión por banda larga desde o fogar está en 50 euros/mes.

En Mozambique o prezo medio de conexión por hora nos lugares públicos é de 1,5 euros, namentras que o prezo medio de conexión por banda ancha está nos 15 euros/mes para as conexións de 256 Kbps. Se buscamos unhas condicións de acceso equiparables ás brasileiras e europeas (3Mbps) o prezo ascende aos 50 euros mensuais.

Sen dúbida, esta diferenza xustifica a disparidade nas opinións dos brasileiros e dos portugueses. Só un 4% dos habitantes do país americano afirman que non contratan Internet por consideralo demasiado caro, fronte ao 47% dos cidadáns portugueses que si consideran o prezo do servizo como un impedimento real para a conectividade do fogar e o 27% dos cidadáns galegos. No caso de Mozambique non hai estatísticas ao respecto².



Fontes: INE Portugal, IBGE, Terra Brazil, Comité Gestor da Internet no Brasil (CGI), Telecom Brasil, Entidade reguladora para a Comunicaçao Social-Portugal (ERC), IGE e TV Cabo Mozambique.

² Para facer unha interpretación correcta dos datos, cómpre dicir que a renda per cápita do Brasil é de 9.000 dólares, namentras que a de Portugal é de 23.000 dólares, a de Galicia é de 26.000 dólares e a de Mozambique é de 454 dólares. Fonte FMI e Banco Mundial.

Se ben os datos aportados refírense á totalidade da poboación, demostran un escenario no que os xornalistas teñen unha accesibilidade aceptable ás tecnoloxías da información, agás no país africano, tanto no que se refire ás infraestruturas como no que se refire ao custe das mesmas. Ademais, este indicador tamén demostra as posibilidades que teñen os potenciais usuairos da información en liña para poder acceder dun xeito eficaz ao traballo dos xornalistas.

Os profesionais da comunicación teñen acceso a unha ampla gama de material de consulta e arquivístico

O segundo dos indicadores UNESCO relacionados con este apartado pide a comprobación das posibilidades dos xornalistas para acceder a material de consulta e arquivístico, especialmente das institucións públicas.

Neste sentido, tres dos catro países analizados dispoñen dun acceso sinxelo aos principais datos xestionados polos gobernos. Nestes tres casos, tanto Brasil coma Portugal e Galicia, permiten o acceso gratuíto aos datos estatísticos de referencia, a través dos respectivos institutos oficiais de estatística (IBGE no caso de Brasil e INE no caso de Portugal, e INE/IGE no caso galego). Son bases de datos amplas nas que é posible atopar a información fundamental de cada unha das áreas de coñecemento posible.

Pola contra, o Instituto Nacional de Estatística de Mozambique (INE) ofrece soamente os datos básicos do país, sendo moi reducida a súa base documental para o traballo diario dos xornalistas.

Ademais disto, os sitios web dos principais organismos públicos permiten tamén un acceso a bases de datos singularizadas sobre cada un dos temas dos que son reponsables, aínda que con diferentes niveis de cantidade e calidade da información.

Sen embargo, compre destacar as iniciativas privadas nalgúns dos países analizados, como é o caso do Brasil, que procuran un mellor acceso dos xornalistas ás bases de datos, públicas e privadas. O exemplo máis relevante é, sen dúbida, o da Asociación Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), un colectivo de carácter privado que baixo subscripción anual de 80 euros, permite aos xornalistas acceder a un sistema completo de bases de datos, especialmente relacionadas coa criminalidade e coas fontes informativas.

Esta asociación é a promotora tamén da creación da lei de acceso á información pública³, unha promesa feita no ano 2002 polo presidente Lula da Silva e que non logrou aprobar no seu mandato. A tramitación desta lei está relacionada directamente con novas propostas que se están desenvolvendo a nivel lexislativo relacionadas coa Lei da Imprensa brasileira (Michener, 2010).

No Brasil, a lei que rixe a comunicación social data do ano 1967 foi elaborada nunha dictadura militar. Ben é certo que no mes de abril do ano 2009, o lexislativo brasileiro aprobou a derogación dunha serie de artigos que penalizaban o labor do

³ Na actualidade, este proxecto está sendo discutido no Senado baixo o título PLC 41/2010, Lei de Acceso á información pública.

xornalista en beneficio do denominado “interés nacional” e establecían os cauces legais para xustificarse os diversos tipos de censura. No ano 2009, tras a deregoación destes artigos, a lei 5.250/1967 do 9 de febreiro sigue en activo, aínda que cunha filosofía ben diferente (Efing, 2002: 55-56; Sharlau, 1999).

En calquera caso, a Constitución brasileira do ano 1988 contempla no seu artigo 5, apartados 9 e 23, o dereito dos cidadáns a recibir e difundir información libremente. Sen dúbida, o máis destacable é a redacción precisa do apartado 23 deste capítulo da constitución, onde se indica: “todos teñen dereito a recibir dos órganos públicos informacións do seu interese particular, ou de interese colectivo ou xeral, que serán prestadas no prazo da lei, baixo pena de responsabilidade, reservadas aquelas cun sivilo necesario e imprescindible para a seguridade da sociedade e do Estado”. Sen dúbida, este artigo evidencia o sentido colectivo que ten para a constitución brasileira o dereito á información (Efing, 2002: 56).

No caso portugués, a Constitución do ano 1976 tamén recolle o dereito individual e colectivo á información nos seus artigos 37-40. Destaca quizais, pola súa proximidade á temática que estamos abordando, o apartado 2 do artigo 38 que garante o “dereito dos xornalistas, en termos que estableza a lei, ao acceso ás fontes de información e á protección da independencia e do segredo profesional, así coma o dereito a elixir consellos de redacción”.

Do mesmo xeito, o a propia Constitución establece a necesidade de crear un organismo denominado “Alta Autoridade para a Comunidade Social” ao que lle encomenda a garantía do “dereito á información, a liberdade de prensa e a independencia dos medios de comunicación social fronte ao poder político e económico, así como a posibilidade de expresión e confrontación das diversas correntes de opinión e o exercizo dos dereitos de antena, de resposta e de réplica política”.

No caso galego, a norma básica que regula o acceso dos cidadáns e dos xornalistas á información está marcada polo artigo 20 da Constitución española, onde se recolle o dereito de calquera cidadán a expresar pensamentos, ideas e opinións e sobre todo o dereito a «comunicar ou recibir libremente información veraz por calquera medio de difusión» (apartado D). A constitución española adianta que a lei regulará a cláusula de conciencia e o secreto profesional no exercizo destas liberdades, cousa que non ocorrerá ata o ano 1997 coa aprobación da lei orgánica 2/1997 do 19 de xuño.

No caso mozambiqueño a Constitución do ano 2004 tamén reconece o dereito á liberdade de expresión. Nos seus artigos 48, 49 e 50 a esta constitución plasma os dereitos de liberdades de expresión e información, os dereitos de antena para os partidos políticos, organizacións sindicais e representativas, así como a creación do Consello Superior da Comunidade Social, que ao igual que no caso portugués, é un organismo creado para a consulta e seguridade da independencia dos medios de comunicación no exercizo dos dereitos de información, liberdade de prensa, antena e réplica.

Quizais débese destacar, pola súa importancia, o apartado tres do artigo 48 onde se explica: «A liberdade de prensa comprende, nomeadamente, á liberdade de expresión e de creación para os xornalistas, ao acceso ás fontes de información, á

protección da independencia e do sigilio profesional e ao dereito a crear xornais, publicacións, ou outros medios de difusión».

Como se observa, en todos os casos analizados, as máximas normas xurídicas recoñecen o dereito dos cidadáns, e dos xornalistas especialmente, a acceder ás fontes de información pública que sexan necesarias para o desenvolvemento do seu traballo.

Medios de comunicación de distribución de contidos

Tal e como se desprende do apartado anterior, os medios de comunicación nos catro casos teñen a posibilidade de distribuír e divulgar os contidos que estimen oportunos sen ningún tipo de control administrativo previo. Tanto a lexislación portuguesa como a brasileira, a galega e a mozambiqueña prohiben expresamente calquera tipo de censura administrativa e reserva ao poder xudicial ás decisións que haxa que tomar en cada un dos casos de polémica.

Neste sentido, un dos avances máis importantes da reforma da lei da prensa brasileira do ano 1967 radica no traspaso de competencias do poder executivo ao xudicial. Antes da aprobación da reforma, o executivo tiña potestade para sancionar aos xornalistas apelando á súa condición de informador, con independencia do dano cometido. Agora, coa reforma, os xornalistas que cometan algún delito relacionado coa profesión (calumnia, difamación,) serán xulgados polo poder xudicial atendendo ás correspondentes tipificacións recollidas no código penal e civil do país.

En Portugal, esta situación dáse desde a aprobación da Constitución do 1976 e reforzada, de xeito singular, coa Lei da Imprensa 2/99 do 13 de xaneiro. Nesta lei, modificada posteriormente coa lei 18/2003, reafírmase o interese xeral dos medios de comunicación e os dereitos ao acceso e distribución. No seu artigo 3, relacionado cos límites do exercicio da profesión, di: “a liberdade de prensa ten como únicos límites os que se definen na Constitución e na lei, para salvagardar o rigor e a obxectividade da información, garantir os dereitos da propia imaxe, a reserva da intimidade da vida privada, a imaxe á palabra dos cidadáns e defender o interese público e a orde democrática”.

Cousa parella é a que sucede en Galicia, xa que a lexislación española recoñece a liberdade dos profesionais da información. Na actualidade estase celebrando un debate no Congreso dos deputados, que xa leva varios anos, sobre a creación do Estatuto do Xornalista e que serviría para regular, entre outras cousas, o concepto de xornalista e de liberdades asociadas a este título. Este debate trascende as fronteiras lexislativas xa que é un dos elementos de confrontación máis importantes entre os distintos colectivos e asociacións profesionais que están rexistradas no Estado español.

No caso de Mozambique tamén existe unha lei de prensa, a 18/91 do 10 de agosto do ano 1991 que supuxo un fito importante na historia do país. xa que permitiu a pluralidade de opinións e abriu a porta para a creación de medios de comunicación privados e, un aspecto realmente importen, os medios comunitarios. (Miguel J., 2006).

Sen embargo, hai outros indicadores que permiten coñecer o grao de liberdade dos xornalistas á hora de desenvolver o seu traballo. Por exemplo, o informe anual de Reporteiros sen Fronteiras reconece que este país africano garante mínimamente as condicións de traballo dos profesionais. Esta asociación non ten rexistrado ningún xornalista preso ou torturado polo goberno por exercer a súa profesión e sitúa ao país no lugar 82 da lista de 145 países en garantir as liberdades dos profesionais da información.

Non hai, polo tanto, ningún impedimento lexislativo e administrativo para que os medios de comunicación de cada un dos países poidan distribuir e difundir os contidos de calquera condición que sexan.

Multiplataforma e participación da cidadanía

Seguindo coa análise da distribución de contidos, é importante establecer novos patróns que se crean a partir da evolución das novas tecnoloxías. Hoxe xa é posible a distribución de información por plataformas diferentes (radio, TV, impresa, internet, teléfono móbil, ...) dun xeito simultáneo e barato. Ademais, a tendencia actual é que os medios de comunicación fagan esforzos importantes por mellorar a accesibilidade e participación da cidadanía nos procesos de produción informativa, traballando en numerosas ocasións no establecemento de pautas de creación da denominada intelixencia colectiva (Colle, 2002).

Practicamente a totalidade dos medios de comunicación de Brasil, Portugal e Galicia dispoñen de distribución de contidos en multiplataforma. Diversos estudos realizados en varios países, entre eles Brasil, Galicia e Portugal (Barbosa, 2007, 2008; Lopez et al, 2006; López e Pereira, 2010; Machado, 2006; Machado et al, 2008) confirman a preocupación dos medios de comunicación por conseguir cotas maiores de participación social.

Nunha recente investigación realizada na Universidade de Santa Catarina (Brasil) e dirixida polos profesores López e Machado⁴ e con resultados que van ser publicados en breve, establécese que os medios de comunicación brasileiros teñen unha estrutura fundamentada na xestión de bases de datos (máis ou menos avanzada) que procuran un maior grao de interactividade entre os xornalistas e os usuarios, os usuarios e os xornalistas/medios de comunicación, e entre os propios usuarios que utilizan as posibilidades dos medios para conformar unha serie de conexións interpersonais.

Froito desa investigación, na que se analizaron en profundidade os xornais brasileiros *Globo.com.br*, e *Diario.com.br* (*Diario catarinense*) e os españois *elpais.com*

⁴ Esta investigación enmárcase dentro dos proxectos financiados polo Ministerio de Educación denominados “Evolución de los cibermedios españoles en el marco de la convergencia - Arquitectura de la Información (CSO2009-13713-C05)” e “Convergencia digital den los medios de comunicación — Medios (SEJ2006-14828-C06)”. Tamén ten relación co proxecto financiado pola Xunta de Galicia denominado “Tendencias na converxencia dos medios de comunicación en Galicia 2007-2010 (PGIDIT07PXIB212149)” e cos proxectos de colaboración España/Brasil, denominados *Periodismo en Internet: Un Estudio Comparado de los Cibermedios Brasil / España* con referencia PHB2006-0005 y PHB2006-0049, financiado por CAPES/DGU e TA; e *Jornalismo Digital em Bases de Dados*, do CNPq.

lavoздеgalicia.es descubriuse que existe xa unha estreita relación entre os cibermedios e os usuarios. No estudo afirmase que son poucos os medios aínda que fixeron un esforzo importante para establecer mecanismos activos que permitan participar activa e sistematicamente no proceso de documentación, produción, circulación e consumo da información, pero si que existe unha preocupación xeralizada nos demais medios para non renunciar a satisfacer as inxerencias interactivas dos usuarios.

Todos se preocupan por fomentar a interactividade, ben a través do acceso a partes do sistema de datos (“Eu-Repórter” de *oglobo.com.br* ou Cuéntalo tú», de *lavoздеgalicia.es*) ou ben fomentando a difusión da información a través de mecanismos externos, xa existentes, e con grande éxito, como as redes sociais e o Twitter.

No caso portugués ocorre algo semellante. Estudos recentes (Silva, 2006; Borges, 2008; Pinto, 2007) confirman a mesma preocupación dos xornais portugueses por atender as novas demandas dos usuarios. Practicamente a totalidade dos medios de Portugal fan importantes esforzos por acadar as maiores cotas de participación cidadá, especialmente na distribución e difusión da información. Existen, ao igual que noutros países coma España, algunhas reticencias a introducir a participación cidadá dentro das rutinas completas na produción da información (López e Pereira, 2010). Exceptuando casos concretos, a maioría dos medios prefiren recibir as aportacións dos usuarios, facer un proceso de comprobación e verificación, para logo decidir a súa posible difusión (Boczkowsky, 2004).

Non ocorre o mesmo no caso de Mozambique, onde os medios de comunicación on-line non dispoñen de practicamente ningún destes servizos. Nos principais medios mozambiqueños (*O País, Jornal Notícias, Canal Moz e All Africa*) o único recurso utilizado é o dos comentarios por parte dos usuarios.

4. Grupos marxinados e acceso a modalidades e medios de comunicación

Outro dos aspectos que analiza a métrica IDC da UNESCO é o referido ao acceso aos medios e modalidades de comunicación dos grupos marxinados. Dentro do apartado cinco da métrica e incluído baixo o paragrafo temático da penetración da prensa, os medios de difusión e as novas tecnoloxías, a metodoloxía propón un estudo da relación entre os medios públicos e os grupos minoritarios, a creación de medidas positivas para a difusión das informacións destes grupos, a accesibilidade dos medios non impresos para persoas con analfabetismo e a penetración dos medios comunitarios.

Medios públicos e participación das minorías

Falar de medios públicos implica unha contextualización previa, especialmente no caso de Brasil. Este Estado americano tivo unha traxectoria singular no referido aos medios de titularidade estatal, especialmente nos casos da radio e da televisión.

Así como na maioría dos países se estableceron mecanismos de creación de televisión e radio públicas nos albores da tecnoloxía, alá pola década dos anos 50, no caso brasileiro non foi ata o ano 2007⁵ cando se crea a denominada EBC, Empresa Brasil de Comunicação.

Esta é unha iniciativa pública que, como os seus responsables definen, «foi creada para cubrir unha lagoa no sistema brasileiro de radiodifusión co obxectivo de implantar e promover os canais públicos, aqueles que, pola súa independencia editorial, distínguense dos canais estatais ou gubernamentais»⁶. A EBC está formada por dúas canles de televisión (TV Brasil e TV Brasil Internacional), pola axencia de noticias, Agência Brasil e por nove emisoras de radio que cubren algunhas das partes máis poboadas do país americano (Brasilia e Río de Janeiro, especialmente).

No ideario de todos estes medios figura explicitamente o especial interese que se debe ter pola información que afecta ás minorías do país e que agrupan a numerosos colectivos (indíxenas, pobreza, infancia, ...). Polo tanto, desde a creación de estes medios de comunicación, o Estado brasileiro garante a accesibilidade dos menos favorecidos aos medios de comunicación. Esta garantía vese reforzada pola novas tecnoloxías, xa que cada un dos medios nomeados anteriormente siguen as pautas de participación definidas no apartado anterior. Como medios de recente creación, foron concebidos xa coa filosofía da distribución multiplataforma, a xestión de bases de datos e o fomento da participación cidadá.

No caso de Portugal, a creación dun servizo de televisión público foi feita no ano 1957, acorde co acontecido na maioría dos países europeos. Desde os seus inicios, tanto a radio coma a televisión pública incluíron nas súas actas consitutivas o compromiso de atender con especial atención ás minorías, facendo fincapé no público infantil e xuvenil. Por iso, na programación das dúas canles da Radio Televisión Portuguesa (RTP) ofrécense ventás nas que se abordan contidos relacionados coas minorías, promovendo o acceso das mesmas a esta canle de difusión informativa.

En Galicia, a radio televisión pública comezou as súas emisións no ano 1985⁷, catro anos despois de ser aprobado o Estatuto de Autonomía, que reconece o dereito de Galicia e ter medios de comunicación en lingua propia. Hoxe en día, en Galicia operan catro canles de televisión televisiva en aberto (TVG, TVG2, Galicia TV Europa e Galicia TV América) así como dúas frecuencias radiofónicas (Radio Galega e RG Música). Seguindo as pautas da televisión europea, a televisión e a radio públicas galegas teñen unha preocupación especial para recoñecer o acceso das minorías á canle de difusión.

No caso de Mozambique, existe unha emisora de televisión pública denominada TVM (Televisão de Mozambique) que comezou a operar oficialmente a partir do decreto 19/94 do ano 1994. As primeiras imaxes en movemento chegaron ao país africano no ano 1979 e non foi ata vinte anos despois cando todos os cidadáns do

⁵ Ratificada pola Lei 11 652/2008.

⁶ <http://www.ebc.com.br>. Consultado o 8/10/2010.

⁷ Tras aprobarse a súa creación na lei 9/1984 do 11 de xullo, a TVG comezou a emitir o 25 de xullo do ano 1985.

país tiveron acceso á TV, xa que entre os anos 1994 e 1999 a televisión pública só emitía en Maputo.

A partir do ano 1999 a TVM comezou a emitir en satélite e a crear unha serie de centros territoriais que lle permiten achegar os contidos dun xeito máis preciso a toda a poboación mozambiqueña, fundamentalmente, aínda que tamén do resto de países africanos. No seu ideario, a TVM fai referencia constante ao seu valor como medio de cohesión do país e da democracia, facendo especial referencia ao seu papel de colaborador necesario con organizacións socais e relixiosas na promoción de iniciativas cara a educación cívica e a desactivación de comportamentos anti-sociais.

Hoxe en día, e a través dunha seire de alianzas internacionais (Televisa, Portugal Telecom...) estableceu unha grella de programación máis ou menos estable nas diferentes canles de televisión que operan no país africano.

O mesmo ocorre coa radio pública, Radio Mozambique, que comparte, na súa esencia, o mesmo ideario que a TVM, ao igual que a Agência de Informação Mozabique (AIM).

Medidas dos estados para a maior difusión

Con anterioridade xa quedou patende a importante aposta que fixo o Estado brasileiro por aumentar os mecanimos de difusión pública dentro do país. O feito mesmo de que os medios públicos se creasen no ano 2007 é un claro síntoma da necesidade que existía de promover unha canle non comercial que atendese as demandas da poboación brasileira.

No caso de Portugal, este compromiso por mellorar os medios de difusión plásmase en dous aspectos. O primeiro deles ten que ver co propio servizo público da RTP, xa que no propio contrato de concesión de dereitos de antena ao servizo público dise que é obriga da cadea “asegurar a adopción de tecnoloxías, técnicas e equipamentos que proporcionen a mellora da calidade e eficiencia do servizo público de televisión”, que tamén se pode facer extensivo á radio⁸.

En segundo lugar, a preocupación do goberno luso pola mellora constante da difusión tamén queda patente na creación da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) a través da lei 53/2005. Unha das obrigas deste organismo é a de asumir as competencias na regulación e supervisión dos medios de comunicación, o que implica o fomento da mellora dos mecanimos de recepción, nomeadamente nestes tempos, de todo o proceso de dixitalización e alta definición.

Estas dúas iniciativas son os alicerces fundamentais sobre os que se sustenta toda a política lusa para a mellora da difusión dos contidos informativos para a poboación.

A estes condicionantes políticos compre engadirlle a propia estrutura social que existe en cada un dos dous territorios. O grao de uso das novas tecnoloxías, como vimos con anterioridade, é unha variable que aínda ten recorrido. Se ben a penetración de Internet non acada aínda as cotas propias dos obxectivos da Sociedade

⁸ <http://ww1.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/missao.php>. Consultado o 8/10/2010.

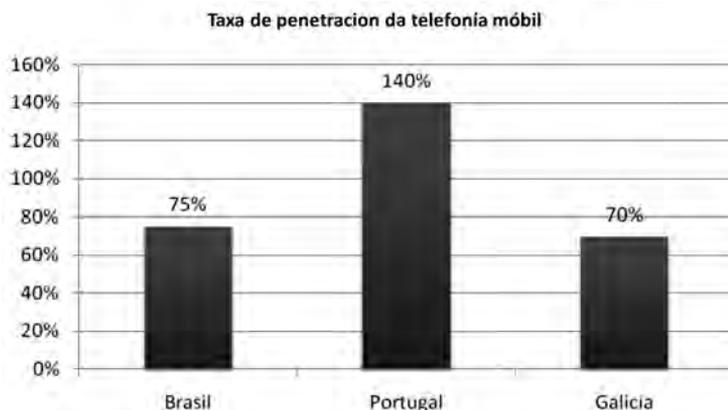
da Información, si é certo que hai usos de tecnoloxías menos complexas que obteñen uns resultados de penetración na poboación moito máis altos. Falamos, por exemplo, do caso da telefonía móbil. Os datos estatísticos son claros ao respecto: un 75% dos brasileiros teñen un dispositivo móbil e case a metade dos cidadáns portugueses dispoñen de máis dun teléfono móbil, cunha cota de penetración do 140%.

Unha situación moi parecida é a que ocorre en Galicia, cunha clara aposta dos distintos gobernos dos últimos anos por mellorar o condicionamento técnico de recepción dos medios de comunicación, tamén dentro do contorno da dixitalización e a HD, fundamentalmente a través da Televisión Dixital Terrestre (TDT).

Do mesmo xeito, diversos plans dos últimos cinco anos estableceron unha serie de políticas claramente vencelladas á ampliación das zonas de cobertura da banda larga (ADSL, Cable WIMAX) e á mellora das coberturas televisiva en todo o territorio galego (Pereira, 2010). Ao igual que no resto dos países europeos, a penetración de tecnoloxías que xa son un alicerce fundamental para a mellor recepción dos contidos informativos, como é o caso da telefonía móbil, ten unha porcentaxe que ronda o 70%, segundo os datos do Instituto Galego de Estatística.

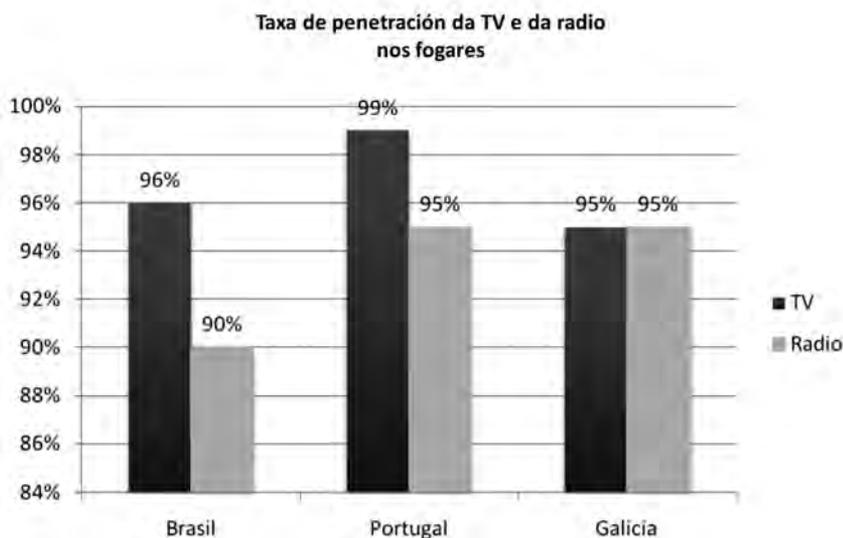
En Mozambique tamén se detecta unha clara aposta do goberno pola mellora das infraestruturas de comunicación do país, aínda que os datos demostran que estes esforzos están orientados á creación e non á consolidación, como ocorre nos outros tres casos analizados. A través de organismos públicos, como a Comisión para a Política Informática, creada no ano 1998, ou o Instituto para a Comunicação Social (ICS), os distintos gobernos pretenden divulgar e alfabetizar aos cidadáns na política dixital e, no caso do ICS, na formación dos xornalistas.

Sen embargo, estas política teñen un freo tecnolóxico que nalgunhas ocasións é insalvable, como a escasa cobertura da telefonía móbil (apenas cubre a capital e as principais cidades do país) ou as dificultades de acceso da poboación á telefonía fixa, que se ven moi acrecentadas se falamos das posibilidades de acceso a internet (Williams, 2010).



Fontes: EBGC, INE Portugal, IGE.

Estas políticas en Brasil, Portugal e Galicia — en Mozambique en menor medida- garanten o acceso aos medios, especialmente non impresos, da poboación con dificultades para a comprensión escrita. Os datos de penetración da televisión e da radio nos fogares brasileiros, portugueses e galegos son esclarecedores. No referido á televisión, en Portugal practicamente todos os fogares teñen televisión (97%), o mesmo que ocorre no Brasil, con unha porcentaxe do 96% e que en Galicia, cun 95%. A radio, como é habitual nos demais países dos respectivos entornos, ten unha penetración un pouco menor, que en ningún caso baixa do 90 %. Lamentablemente non existen estatísticas actualizadas e contrastables sobre a penetración da TV e da radio nos fogares mozambiqueños.



Fonte: IBGE, INE Portugal e IGE.

Medios comunitarios: políticas e TIC

O último dos indicadores deste apartado proposto pola métrica IDC de UNESCO relaciónase directamente coa participación dos denominados medios comunitarios na comunicación de cada unha das comunidades. A propia UNESCO non define claramente o concepto «medio comunitario», pero interpreta baixo esta denominación a aqueles nados polo interese dun colectivo, non empresarial nin público, que pretende crear canles de información dunha serie de acontecementos e temáticas de especial interese para a comunidade (Buckley, 2008: 21).

Nalgunhas lexislacións, como pode ser a española ou a portuguesa, os medios comunitarios sempre estiveron considerados como plataformas «alternativas» que con frecuencia -especialmente nos medios audiovisuais- operan en réxime de ilegalidade sen ter posesión da perceptiva licenza obrigatoria para retransmitir a través das ondas herzianas, ben sexa radio ben sexa televisión.

No caso español, que afecta necesariamente a Galicia, no ano 2010 produciuse un cambio importante coa denominada Lei Xeral da Comunicación Audiovisual (Lei 7/2010 do 21 de marzo) que por primeira vez recoñece aos denominados medios comunitarios. No seu artículo 32.1, a lei indica que as entidades privadas que teñen consideración legal de entidades sen ánimo de lucro poderán prestar servizos de comunicación audiovisual sen ánimo de lucro para atender as necesidades sociais, culturais e de comunicación específica de comunidades e grupos sociais, así como fomentar a participación cidadán. A propia lei recorda que todas estas actividades requiren da previa autorización administrativa, elemento este que provocou unha polémica no sector. En Galicia existe unha agrupación, sen entidade xurídica, denominada Rede Galega de Radios Libres Comunitarias.

No caso brasileiro e portugués existen unha casuística parecida definida, nos últimos anos, por unha puxa constante entre goberno e medios comunitarios sobre a súa importancia para a sociedade e as normas lexislativas de cada país que regulan a distribución de contidos, especialmente no espazo radioeléctrico.

O caso de Mozambique é especialmente singular. O goberno actual, e tamén en certa medida os anteriores, recoñecen o papel fundamental dos medios comunitarios e estableceron unha serie de políticas activas de fomento e desenvolvemento deste tipo de comunicación. O feito mesmo da produción de contidos colectivos supón para o país africano unha saída de interese xeral para lograr que a comunicación trascenda á maioría do territorio.

O propio Instituto Nacional de Estatística mozambiqueño establece unha peculiar análise sobre as horas de difusión emitidas polas radios comunitarias no país. Estes datos indican que no ano 2008 difundíronse 116.000 horas de programación radiofónica nacida en medios comunitarios, fronte ás 95.000 horas emitidas polas radios públicas e as 93.000 horas emitidas polas radios privadas. Sen dúbida, estes datos dan mostra do poder dos medios comunitarios no país africano⁹.

Autocomunicación interpersonal e social

No ecosistema mediático actual non só hai que contar cos medios tradicionais senón tamén coas novas ferramentas e instrumentos de comunicación persoal e de autocomunicación social dos cidadáns. O sociólogo español Manuel Castells (2009) clasifica o ecosistema dixital en tres categorías: sistemas de comunicación persoais (teléfono móbil e correo electrónico), medios de autocomunicación (blogs e redes sociais) e medios de comunicación tradicionais (prensa, radio e televisión).

As tecnoloxías da información e a comunicación, grazas a Internet, multiplican e aceleran as posibilidades das comunicacións interpersoais e permiten aos cidadáns e ás organizacións en xeral intervir directamente nos fluxos da comunicación social masiva, no espazo reservado ata hai pouco aos medios de comunicación de masas tradicionais. Así, amplíase, multiplícase e fragmentase o ecosistema mediático

⁹ Máis información en <http://www.ine.gov.mz/>

pasando dos medios de comunicación de masas tradicionais do pasado á masa de medios deste século XXI (Campos, 2010).

Esa metamorfose do proceso mediático esixe precisar e distinguir os conceptos de información, comunicación e xornalismo. A información é a mensaxe e a comunicación a relación cos usuarios e a sociedade. Non se pode confundir a comunicación coa información — informar non é comunicar, apunta Dominique Wolton (2010) — nen tampouco son o mesmo que o xornalismo, que é a transformación profesional da información en comunicación responsable.

Nesa ampliación do espazo comunicativo entra unha nova categoría informativa que se empeza a denominar conversación social, é dicir, a relación e información deliberativa e interpelativa que flúe a través dos blogs e redes sociais (autocomunicación). Ese fluxo comunicacional non é xornalismo a pesares que en algún momento se lle quixo dar o apelativo de xornalismo cidadán. É unha relación informativa pero non de carácter profesional. A distinción é importante porque é –ou debería ser– a base da garantía da calidade, da independencia e da responsabilidade. O xornalismo é unha mediación profesional responsable –sometida a normas organizativas, deontolóxicas e éticas– establecida para a regulación da garantía do proceso informativo.

Este novo espazo de comunicación abre unha fronteira de posibilidade de expresión para os cidadáns á marxe das grandes estruturas profesionais dos medios e organizacións informativas tradicionais. Para elas representa unha ameaza na perda do peso do poder mediático e unha oportunidade para fortalecerse como auténticos intérpretes especializados de calidade para a comprensión da complexidade.

Para os cidadáns, organizacións e sociedade en xeral supón tamén unha oportunidade e un reto. Unha oportunidade porque ensancha a cancha da liberdade de expresión e un reto porque estende a dimensión da responsabilidade profesional e organizacional a tódolos usuarios das novas tecnoloxías e ferramentas da comunicación. Como produtores e receptores tódolos usuarios da autocomunicación social debemos preocuparnos agora tamén da transcendencia da nova pegada dixital.

O ciberespazo dixital

A dimensión, conformación, alcance, utilización e accesibilidade do ciberespazo dixital é outra das cuestións angulares da actual sociedade da información e o coñecemento. A corporación pública británica de medios e servicios audiovisuais BBC difundía na súa páxina Web do 18 de marzo de 2010 un resumo estatístico dimensional da seguinte magnitude: usuarios de internet no mundo 1.872.898.894, envío de correos electrónicos nesa mesma xornada 148.950.000.995, blogs escritos nese día 316.977 e buscas en Internet 1.589.958.332. Os datos son cuantitativamente impactantes pero a reflexión cualitativa lévanos a dar outro paso máis para indagar sobre a súa orixe, fluxo, transcendencia, procedencia, diversidade e utilidade social.

O mapamundi das tecnoloxías da información e das novas redes de comunicación ten moitos brancos, grandes fendas e importantes asimetrías. Se endemos a estatística non tanto como instrumento de contabilidade senón como ferramenta

crítica da economía política para a coesión da diversidade global, temos que reconecer a dificultade de atopar os fundamentos suficientes para a delimitación do ciberespazo dixital no que se inserta o concepto da lusofonía. É dicir, ausencia de fiables fontes estatísticas homoxéneas e distintos niveis de desenvolvemento mediático no ámbito da autocomunicación.

Non hai un censo global fiable de blogs e moito menos unha segmentación lingüística por países. Os estudos globais máis aproximativos e continuados (Technorati e Blog Census) coinciden na preponderancia do inglés pero non se poñen de acordo no saldo total ao rexistrar a primeira fonte un total de 120 millóns de blogs e a segunda (producida polo National Institute for Technology and Liberal Education) soamente 2.869.632 bitácoras activas. Esta última fonte rexistra 80.509 blogs en español, 71.561 en portugués, 83.950 en francés e 1.970.3666 en inglés.

Os estudos de seguimento do Grupo de Investigación de Novos Medios da Universidade de Santiago de Compostela teñen identificadas outras diversas fontes que rexistran 200.000 blogs na blogosfera española, arredor de 50.000 bitácoras en Portugal e preto de dous millóns en Brasil. Hai moitos agregadores, directorios e rankings que duplican rexistros e non recollen a totalidade dos mesmos, o que dificulta sobremaneira a sistematización e filtraxe científica.

O Grupo de Novos Medios contabilizaba en Galicia en 2009, a partir de tres agregadores, un total de 9.505 bitácoras pero só 2.375 foran actualizadas no último mes, o que resalta a necesidade dun permanente filtro de contabilización dos blogs en uso e desuso. A comunidade de *bloguers* en lingua portuguesa (Blog.com.pt) e weblog.com.pt, dous agregadores de Portugal, rexistraban 9.671 e 2.364 blogs en 2010. O agregador Africator contabiliza en 2010 uns 4.722 blogs, 53 deles en Mozambique, 34 en Angola, 20 en Cabo Verde e 2 en Guinea Bissau.

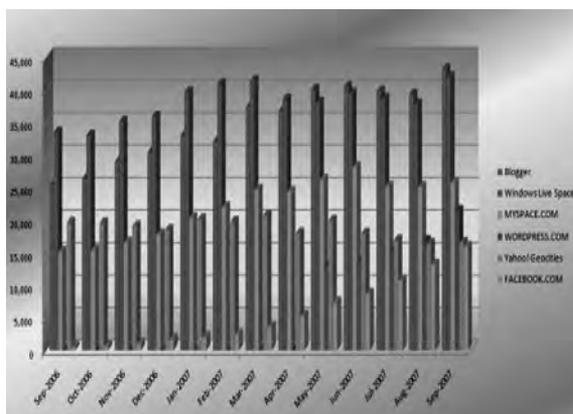
Posa súa parte, Brasil é un fenómeno singular na expansión das redes sociais porque rexistra case un 90% de penetración sobre perto dun 40 por cento da conexión a Internet da súa poboación. Outra característica singular brasileira é a preponderancia da rede social Orkut fronte a Facebook. A terceira rede social en crecemento é Twitter.

REDES SOCIAIS EN BRASIL					
Total visitantes (000)	Promedio minutos	Visitante	Promedio de páxs. por visita	Promedio de visitantes visitante	Visitantes 2008 total (000)
Total Internet Persoas: 15+	37,527	1,561.0	2,109	58.0	26.211
Redes sociais	36,059	252.6	585	32.4	
Orkut	29,411	275.8	657	35.8	20.752
Windows Live P.	12,529	5.5	12	3.7	
Facebook.com	8,887	29.3	55	6.6	360

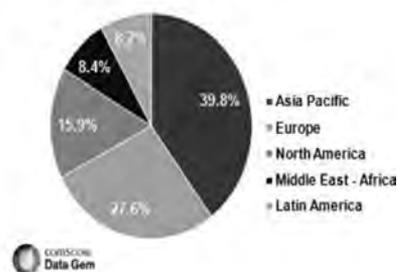
(Cont.)					
Total visitantes (000)	Promedio minutos	Visitante	Promedio de páxs. por visita	Promedio de visitas visitante	Visitantes 2008 total (000)
Twitter.com	8,621	31.8	44	7.5	
Formspring.me	3,638	34.8	57	9.0	
Sonico.com	1,711	10.0	15	2.9	2.978
Ning.com	1,570	6.4	10	2.4	
LinkedIn.com	1,471	10.7	26	2.6	
Multiply.com	1,349	3.6	5	1.6	
Vostu.com	1,130	2.2	2	1.7	

Fonte: comScore Media Metrix, agosto 2010

Apenas hai datos da presenza das redes sociais nos países africanos porque continentalmente a penetración de Internet tamén é baixa e diversa. Segundo a mesma fonte de Media Metrix, en 2007 África apenas chegaba a 50.000 usuarios. A penetración de Internet nese continente en agosto de 2010 era do 8,4% fronte ao 38,9 de Asia, 27,6% de Europa, 15,9% de Norteamérica e 8,2% de Latinoamérica.



Share of Global Internet Audience by Region
Source: comScore Media Metrix, August 2010



O crecemento das redes sociais en Portugal é tamén constante pero a tendencia das mesmas tampouco é semellante á de outros países iberoamericanos nos que Facebook ostenta o liderato. Neste caso a rede global líder ten por diante a Hi5 e a Windows Live.

REDES SOCIAIS EN PORTUGAL			
Media (000)	Set-2008	Set-2009	%
Total audiencia Internet	3,665	3,816	4%
Redes sociais	2,585	2,992	16%
Hi5.com	1,986	2,329	17%
Windows Live Profile	N/A	1,225	N/A
Facebook.com	113	639	463%
MySpace Sites	267	289	8%
Orkut	170	256	50%
Twitter.com	26	249	842%
Netlog.com	204	244	19%
Badoo.com	8	238	3,018%
Windows Live People	N/A	218	N/A
Deviantart.com	94	156	67%

Fonte: comScore World Metrix, setembro 2009

Os datos cuantitativos dispoñibles sobre os blogs e as redes sociais non aportan base estatística suficiente para establecer unha axeitada comparanza xeolusófona da emerxencia deste novo fenómeno dos medios de autocomunicación. Sobre eles hai moita información dispersa pero poucas estatísticas consolidadas. Aquí seguimos a fonte de Media Metrix (comScore) pola súa alta homoxeneidade occidental pero profunda debilidade no detalle africano, que responde á tendencia simplificadora da mercadotecnia da consultoría global, que integra aos mercados continentais de Africa e Oriente Medio, dúas realidades económicas ben distantes sen embargo.

Nesta aproximación cartográfica ao ciberespazo da lusofonía non se pode botar de menos a preponderancia das linguas en Internet. Tirando das estatísticas de Internet World Stats destaca na quinta posición o portugués con 82,5 millóns de usuarios, despois do inglés, chinés, español e xaponés. Máis aló deste reconto cómpre analizar tamén a importancia das novas ferramentas da comunicación (buscadores, agregadores de contidos, redes sociais, etc) e da colaboración virtual con respecto á produción de contidos (Wikipedia) e aos respectivos posicionamentos ciberlinguísticos.

O número de artigos por linguas que produce a economía da colaboración para a Wikipedia reflicte, pola súa parte, o peso ciberlinguístico do inglés sobre o resto dos idiomas nunha fonte básica de coñecemento como é a devandita enciclopedia virtual. Son datos que merecen a atención para medir a diversidade linguística e cultural a través de Internet e das novas ferramentas dixitais de comunicación (Paolillo, Pimienta, Prado e out, 2005). Outra importante aportación metodolóxica nesta

mesma liña amparada pola UNESCO corresponde á investigación e publicación de “Douze années de mesure de la diversité linguistique sur l’Internet: bilan et perspectives” de Daniel Pimienta, Daniel Prado e Álvaro Blanco (2009). A importancia estratéxica da diversidade ciberlingüística retrátase a futuro diante de África para representar e conservar un crisol de 2.000 linguas autóctonas.

Entradas da wikipedia por linguas (2008)

Anglais	2 259 431	23,078%
Allemand	715 830	7,312%
Français	629 004	6,425%
Polonais	475 566	4,857%
Japonais	472 691	4,828%
Italien	418 969	4,279%
Néerlandais	413 325	4,222%
Portugais	363 323	3,711%
Espagnol	337 860	3,451%

Fonte: Pimienta, Prado e Blanco (2009)

5. Políticas sobre as TIC

A métrica proposta polo IDC de UNESCO inclúe un último apartado relacionado coa política de cada estado sobre a procura de satisfacer as necesidades da información das comunidades marxinadas.

Se ben é certo que a metodoloxía se centra especialmente nas comunidades non integradas, tamén resulta de interese o análise das políticas dos estados co conxunto da cidadanía. Neste sentido, a UNESCO propón unha análise sobre as estratexias dos gobernos para mellorar a accesibilidade da poboación ás TICS, a política de prezos e a estratexia de alfabetización dixital.

Estratexias de mellora da accesibilidade e migración dixital

Brasil leva xa unha década caracterizándose por unha serie de estratexias que pretenden unha alfabetización de toda a poboación en tecnoloxía dixital, con especial atención á accesibilidade.

Neste sentido, no ano 1995 creouse o Comité Gestor de Internet no Brasil, un organismo que ten como obxectivo fundamental coordinar as políticas que permitan un despliegue de internet por todo o país, con atención a aspectos de accesibilidade, seguridade,

A través dunha serie de organismos adscritos, coma o registro.br, o cert.br, o cetic.br o ceptro.br ou o w3c.br, establécense políticas dirixidas especialmente a promover a accesibilidade dos cidadáns brasileiros.

Ademais disto, o goberno de Brasil aproba liñas de axudas que fomentan a conectividade dos fogares e a compra de equipamento informático, tanto de hardware coma de software. Así pois, Brasil abandeira as políticas mundiais do software libre e establece plans de axuda moi competitivos para a compra de equipamento informático de baixo custe.

Brasil establece, pois, tres camiños para mellorar a accesibilidade da cidadanía, especialmente dos colectivos marxinados. O primeiro, fundamentado na promoción dos baixos custes de conexión, cunha rede pública gratuíta importante, pero sobre todo marcando criterios para a conexión de pago. O segundo, a través de organismos que xestionan as posibilidades de acceso de internet ao fogar e ao centro de traballo e, por último, a creación dunha política de fomento do software sin licencia privativa e do hardware de baixo custe.

As políticas portuguesas neste sentido son sensiblemente diferentes. No contexto dos países europeos, Portugal establece unha serie de estratexias máis relacionadas coa mellora das infraestruturas que coa promoción da accesibilidade. Por iso, Portugal presume de ser un dos países coa mellor calidade de conexión, conseguindo que as empresas concesionarias da prestación de servizo ofrezan calidades de conexión moito máis ambiciosas que outros países próximos, como é o caso de España. Se ben os custes son máis caros ca no Brasil, Portugal é tamén un dos países onde a conexión doméstica e profesional é máis barata, tal e como indican os datos do Eurostat. Portugal é tamén un dos territorios onde hai unha maior penetración da televisión por cabo, que normalmente trae aparelado o acceso a internet por banda ancha (un 26% segundo o INE Portugal).

Neste sentido, o goberno luso non fai unha política clara en favor do software libre e da compra de equipamento a baixo custe, aínda que isto non é un obstáculo para a execución de accións relacionadas coa alfabetización dixital, a través, por exemplo, do equipamento informático nas escolas de todo o país.

Unha situación bastante próxima é a que sucede en Galicia, tamén marcada polo contorno da Sociedade da Información na Unión Europea. Existe unha clara estratexia pública para fomentar a chegada de novas tecnoloxías, como os servizos integrados a través do cable (TV e internet) que se realizan a través do operador local R, así como establecer unha serie de departamentos do goberno autonómico encargados de vixiar e fomentar o acceso da poboación galega aos recursos da Sociedade da Información, como é o caso do Observatorio da Sociedade da Información e da Modernización de Galicia (Osimga), creado no ano 2010 e herdeiro dunha serie de departamentos e fundacións dedicadas ao mesmo fin en anos anteriores.

6. Conclusións

Esta primeira aproximación á cartografía do espazo dixital e aos indicadores mediáticos da lusofonía revela aspectos de interese relacionados co grao de compromiso dos xornalistas, dos estados, das empresas de comunicación e dos cidadáns co ideario principal da Sociedade da Información: interconectividade, coñecemento e desenvolvemento.

Despois da investigación realizada cómpre destacar catro aspectos fundamentais, a xeito de conclusións.

O primeiro deles relaciónase coas posibilidades que teñen os xornalistas, e por extensión as empresas de comunicación, para traballar nun contorno favorable de posibilidades legais, sociais e tecnolóxicas. En todos os casos estudados comprobase que a democracia e a lexislación positiva que garante os dereitos fundamentais para a profesión do xornalista, nomeadamente o dereito de libre expresión, permite que o os xornalistas poidan traballar con toda a liberdade que lle permite a sociedade de cada país. En ningún caso dos analizados se detectou problemas legais que impidan o desenvolvemento do traballo, como puidera ser a censura previa ou mesmo as condeas polo uso da opinión libre.

Xa máis en relación coas novas tecnoloxías, esta investigación demostra que nos casos de Brasil, Portugal e Galicia, os diferentes gobernos conseguiron que calquera xornalista traballe nun contexto de amplas posibilidades tecnolóxicas -conectividade, cobertura, tecnoloxía avanzada-, onde os usuarios e os profesionais da información comparten contornos que se superan a media mundial de accesibilidade aos contidos a través das novas tecnoloxías. Caso diferente é o de Mozambique, con graves problemas de infraestruturas que impiden un desenvolvemento pleno destas posibilidades, aínda que se detectan importantes esforzos para tentar superar esta situación.

Os medios, tamén responsables desta situación actual, crearon unha serie de estratexias que buscan a maior satisfacción dos cidadáns, ben a través da participación e da interactividade, ben mediante unha oferta informativa baseada na recuperación e contextualización de datos de actualidade e da memoria.

O usuario, pola súa parte, tamén é consciente do seu grao de responsabilidade e acepta de xeito moderado, pero constante, a inclusión das novas tecnoloxías na súa vida. Exceptuando a Mozambique a causa do xa explicado, o consumo que fan os cidadáns das novas tecnoloxías camiña con firmeza cara a universalidade.

A segunda das conclusións establécese ao redor das garantías que debe buscar o Estado para satisfacer as demandas informativas de todos os públicos, especialmente dos grupos marxinados. Aínda que falar de grupos marxinados se poida confundir cunha masa social uniforme, o certo é que cada país ten na súa cidadanía matices certamente importantes que provocan estratexias políticas diferentes. Tódolos países analizados coinciden en que hai grupos marxinados máis ou menos comúns, como a infancia e a muller, pero hai outros colectivos máis singularizados,

coma os mutilados de guerra no caso de Mozambique ou as persoas de pobreza extrema que preocupan no Brasil.

En todos os casos, os distintos gobernos optaron polo modelo de crear medios de comunicación públicos que atendan estas necesidades. Se ben é certo que existen diferencias importantes, como por exemplo que a televisión pública do Brasil non ten cinco anos de vida fronte á portuguesa que xa cumpriu os cincuenta anos, en todos os casos os medios de comunicación públicos procuran crear espazos específicos para estes colectivos.

Os medios comunitarios en Brasil e Portugal non teñen un trato especial por parte das diferentes políticas, feito que tamén sucedía en Galicia ata este ano, 2010, onde por primeira vez unha lei reconece a súa existencia e aplica unha regulación. En Mozambique, sen embargo, os medios comunitarios son o elemento fundamental que artella a comunicación social do país, con máis horas de emisión que os propios medios públicos. Isto confirma as vellas teses da Escola de Frankfurt que definía aos medios sociais como elementos fundamentais para fomentar o compromiso cidadá coa súa sociedade. O grao de desenvolvemento dos países analizados é inversamente proporcional coa existencia de medios sociais, que nos casos como Portugal, na actualidade é practicamente testimonial.

O terceiro dos aspectos a ter en conta é a dificultade de trazar unha cartografía aproximativa do ciberespazo da lusofonía tanto pola asimetría das realidades xeolinguísticas como da falla de estatísticas confiábles sobre as novas ferramentas e redes de comunicación. Este aspecto non está estrictamente enfocado no catálogo de indicadores de desenvolvemento mediático, porque a emerxencia do fenómeno das novas redes é posterior á fase da súa primeira elaboración. Pero esa circunstancia non é óbice para que non deba ser abordado e estudado máis a fondo para buscar os puntos de converxencia que agora non son posibles pola debilidade das fontes e recursos ata agora producidos.

O cuarto dos aspectos salientables da investigación radica nas estratexias dos distintos gobernos para fomentar a implantación e uso das novas tecnoloxías, medido en tres aspectos clave: intencionalidade das políticas, custes e alfabetización/migración dixital. En todos os casos detectouse unha intencionalidade clara, máis ou menos intensa, de todos os gobernos por lograr unha maior rede de infraestruturas, unha maior alfabetización dixital e unha mellora da calidade de vida dos cidadáns.

As estratexias dos casos estudados son diferentes. Namentas que Mozambique e Brasil fan esforzos importantes por abaratar os custes de conexión e fabricación de hardware e software non licenciado, Portugal e Galicia traballan no camiño da mellora dos servizos «premium», coma a maior velocidade ou a incorporación de valor engadido aos servizos. Se ben é certo que as economías destes dous países permiten que os cidadáns poidan pagar mensualmente entre 50 e 100 euros pola conectividade no fogar, é responsabilidade destas sociedades marcar as pautas que establezan os umbrais da Sociedade da Información e do Coñecemento. Iso ocorre tanto nos indicadores tecnolóxicos, coma nos da produción de contidos xa que é nestes países

onde se desenvolvem as experiencias máis avanzadas de mellora da participación dos cidadáns no consumo de medios de comunicación, seguidos, e moi de preto, pola nova economía emerxente que xa se consolida en Brasil.

Bibliografía

- Barbosa, S. (2007) *Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD) - Um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos* (Tese de Doutoramento), en: http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/tese_suzana_barbosa.pdf
- Barbosa, S. (2008) *Modelo JDBD e o ciberjornalismo de quarta geração*, en: http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2008_Barbosa_RedUCMx.pdf.
- Boczkowsky, P. (2004) 'The processes of adopting multimedia and interactivity in three online newsroom' en *Journal of Communication*, 54, p. 197-213.
- Borges, F. (2008) *Feedback na comunicação organizacional interna : estratégias de comunicação das organizações geograficamente dispersas*, Tese de doutoramento. USC.
- Buckley, J. (2008) *Community Broadcasting: Good Practice in Policy, Law and Regulation*, Maputo: UNESCO.
- Campos Freire, F. (2010) 'Los modelos de gestión de las empresas mediáticas', *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*. Vol. 16. pp. 13-30.
- Castells, M. (2000) 'Toward a Sociology to the Network Society' in *Contemporary Sociology* Vol. 29 N°. 5. Sept 2000, Washington: American Sociological Association, pp. 693-699.
- Castells, M. (2009) *Comunicación y poder*, Madrid: Alianza Editorial.
- Colle, R. (2002) *Exploitar la información noticiosa — Data mining aplicado a la documentación periodística*, Madrid: Universidad Complutense.
- Efing A. (2002) *Bancos de dados e cadastro de consumidores*, Sao Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Halewood, N. Kenny, CH. (2008) 'Young People and ICTs in Developing Countries' en *Information Technology for Development* V14, I2, Primavera 2008, pp. 171-177.
- Jané, T. (2004) 'O papel das rádios comunitárias na educação e mobilização das populações para os programas de desenvolvimento local em Moçambique' en *Anuario Internacional de Comunicación Lusófona* 2004 V2. N1. pp 177-190.
- López X.; Toural, C.; Pereira, X. Barbosa, S (2009) 'Bases de datos: herramientas básicas para otro periodismo posible', en *El Profesional de la Información*, vol. 18, nº3, 2009.
- López, X., Gago, M., Pereira X. (2006) *Sistemas digitales de información*. Madrid: Pearson.
- López, X., Pereira, X. (2010) *Convergencia Digital. Reconfiguración de los medios de comunicación en España*, Santiago de Compostela: USC.
- Machado, E. (2006) *Jornalismo digital em base de dados*, Florianópolis: Calandra.
- Machado et al (2008) *O Jornalismo digital no Diário.com.br: modelos de produção de conteúdos no Diário Catarinense, On-line*. En http://www.lapjor.cce.ufsc.br/home/index.php?option=com_k2&view=item&id=150:o-jornalismo-digital-no-di%C3%A1rio-com-br-modelos-de-produ%C3%A7%C3%A3o-de-conte%C3%BAdos-no-di%C3%A1rio-catarinense&Itemid=22.
- Michener, G. (2010) *The Surrender of Secrecy: Explaining the Emergence of Strong Access to Information Laws in Latin America*, Tesis de doutoramento dispoñible en <http://gregmichener.com/Dissertation.html>.
- Miguel, J. (2006) 'Televisão em Moçambique: que espaço público?' en *Anuario Internacional de Comunicación Lusófona* 2006 V4. N1. pp. 9-29.
- Namburete, E. (2003) 'A Comunicação Social em Moçambique: da independência à liberdade' en *Anuario Internacional de Comunicación Lusófona* 2003 V1. N1. pp. 25-38.
- Pereira, X. (2006) *O Sector audiovisual e a sociedade da informacion en Galicia: situación e perspectivas*, Tese de doutoramento USC.

- Pereira, X. (2010) 'As industrias culturais en Galicia e a internet' en *O capital da cultura. Unha achega ás industrias culturais de Galicia*, A Coruña: Fundación Caixa Galicia.
- Pinto, M., Sousa, H. (Edt) (2007) *Casos em que o jornalismo foi notícia*, Braga: CECS
- Pimienta, D., Prado, D., Blanco, A. (2009) *Douze années de mesure de la diversité linguistique sur l'Internet: bilan et perspective*, París: UNESCO.
- Paolillo, J., Pimienta, D., Prado, D., e outros (2005) *Mesurer la diversité linguistique sur Internet*, París: UNESCO.
- Scharlau, T. (1999) 'Nova lei de imprensa no Brasil', en *Razón y Palabra*, N° 14, Ano 4, Maio-Xullo 1999.
- Silva, A. (2006) *Os Diários Generalistas Portugueses em papel e online*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Stiglitz, J. (2006) *Cómo hacer que funcione la globalización*, Madrid: Taurus.
- UNESCO (2008) *Indicadores de Desarrollo Mediático: Marco para evaluar el desarrollo de los medios de comunicación social*, Disponible en liña en <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102s.pdf>.
- Williams, M. (2010) *Broadband for Africa. Developing backbone communications Networks*, Washington: World Bank.
- Wolton, D. (2010) *Informar no es comunicar. Contra la ideología tecnológica*, Barcelona: Gedisa.

Identidades na *Goanet* — Estudando uma *Mailing List* *Diaspórica* com o Text Mining e a Análise de Redes

António Rosas*

Resumo

O estudo das comunicações *online*, sejam locais, nacionais ou transnacionais, está em franco desenvolvimento, requerendo novos métodos, teorias e a contribuição de diversas disciplinas. Os estudiosos querem sobretudo saber como essas redes emergem, quais são as suas características mais salientes, e como podem ser modeladas estatisticamente, de forma a perceberem as suas leis gerais de funcionamento e de evolução. Neste artigo, centraremos a nossa atenção numa das comunidades mais interessantes de um universo que está muito próximo da comunidade lusófona, a diáspora Goesa. Mais concretamente, usaremos a computação com R, o *text mining*, a análise de redes e uma versão de *frame analysis*, para analisarmos o modo como o tema importante da identidade Goesa foi interpretado e comunicado pelos membros da maior *mailing list* dessa diáspora, a *Goanet*, entre os ataques terroristas a Bombaim, em Novembro de 2008, e os resultados das eleições para a Câmara Baixa do Parlamento Indiano, em Junho de 2009. A técnica de *frame analysis* será utilizada para vermos, de forma necessariamente breve e introdutória, se o problema identitário foi formulado dialogicamente e como, como as suas causas foram diagnosticadas e como foram estabelecidos os prognósticos tendo em vista a sua solução. Simultaneamente, tentaremos mostrar como a computação com R e o *text mining* podem ser ferramentas muito úteis não apenas para colher, preparar e analisar as grandes quantidades de mensagens que são produzidas e comunicadas neste tipo de comunidades cibernáticas, como são *interfaces* precisos para a integração de diversas abordagens qualitativas e quantitativas.

Palavras-Chave: Identidade, text mining, computação com R, diásporas online, métodos mistos, análise de redes sociais, Web 2.0, Internet.

Abstract

The study of online communications, whether local, national or transnational, is developing rapidly, requiring new methods, theories and contributions of various disciplines. Researchers particularly want to know how these networks emerge,

* LabCom, Universidade da Beira Interior - anjoserosas@gmail.com

what its salient features are, and how they can be statistically modeled, in order to realize their general laws of functioning and evolution. In this article, we will focus on one of the most interesting communities of a community that has contacts with the Lusophone community, the Goan diaspora. More specifically, we use computation with R, text mining, network analysis and a version of frame analysis, to see how important the issue of the Goan identity was perceived and reported by members of the largest mailing list of this diaspora, *Goanet*, between the terrorist attacks in Bombay, in November 2008, and the elections for the Lower House of Indian Parliament, in June 2009. The technique of frame analysis is used to see, in a brief and introductory way, if identity was discursively formulated as a problem, how its causes were diagnosed and how prognosis was established, with a view to its solution. At the same time, we will try to show how computation with R and the use of text mining can be very useful not only to collect, prepare and analyze the large quantities of messages that are produced and communicated in this type of cyber communities, but also as valuable interfaces for the integration of qualitative and quantitative approaches.

Keywords: Identity, text mining, computation with R, diasporic online communities, mixed methods, social network analysis, Web 2.0, Internet.

Introdução

O estudo das comunicações *online*, sejam locais, nacionais ou transnacionais, está em franco desenvolvimento, requerendo novos métodos, teorias e a contribuição de diversas disciplinas. Os estudiosos querem sobretudo saber como essas redes emergem, quais são as suas características mais salientes, e como podem ser modeladas estatisticamente, de forma a perceberem as suas leis gerais de funcionamento e de evolução. Neste artigo, centraremos a nossa atenção numa das comunidades mais interessantes de um universo que está muito próximo da comunidade lusófona, a diáspora Goesa. Mais concretamente, usaremos a computação com R, o *text mining*, a análise de redes e uma versão de *frame analysis*, para analisarmos o modo como o tema importante da identidade Goesa foi interpretado e comunicado pelos membros da maior *mailing list* dessa diáspora, a *Goanet*, entre os ataques terroristas a Bombaim, em Novembro de 2008, e os resultados das eleições para a Câmara Baixa do Parlamento Indiano, em Junho de 2009. A técnica de *frame analysis* será utilizada para vermos, de forma necessariamente breve e introdutória, se o problema identitário foi formulado dialogicamente, como as suas causas foram diagnosticadas e como foram estabelecidos os prognósticos tendo em vista a sua solução. Simultaneamente, tentaremos mostrar como a computação com R e o *text mining*¹ podem ser

¹ O *text mining* é uma das componentes do chamado *data mining*. Uma outra componente importante é o *web mining*, vocacionado para o estudo dos dados produzidos e comunicados na WWW.

ferramentas muito úteis não apenas para colher, preparar e analisar as grandes quantidades de mensagens que são produzidas e comunicadas neste tipo de comunidades cibernáuticas, como também são *interfaces* precisos para a integração de diversas abordagens qualitativas e quantitativas, da hermenêutica e da *frame analysis*, até às técnicas de natureza mais quantitativa, como a análise de redes e a estatística.

A secção seguinte será usada para apresentar sumariamente a lista, para produzirmos algumas medidas iniciais da sua composição e extensão e para extrairmos as componentes essenciais para o seu estudo mais aprofundado: as hierarquias dos autores, dos temas mais debatidos e das cliques. Na secção seguinte, utilizaremos o corpus e os dados recolhidos para estudarmos ainda mais a comunidade com a análise de redes e construirmos vários sub-corpus especialmente destinados à *frame analysis*. Uma breve exemplificação desta ocupará o final da secção, no qual apresentaremos algumas conclusões provisórias a partir de uma grelha de análise que foi especialmente construída para vermos como o tema das identidades foi articulado e discutido.

Goanet — uma comunidade transnacional

A *Goanet* é a *mailing list* mais importante da comunidade Goesa no mundo. Foi fundada em 1994, apenas um ano depois da primeira versão do *browser* Mosaic ter sido lançada a público, o que fez dela o primeiro *social media* a ser usado pela diáspora para comunicar, informar-se ou coordenar e organizar a acção. Apesar de continuar a ser muito utilizada, a sua posição de liderança tem sido disputada recentemente por outras tecnologias da Web 2.0, tais como o Facebook ou o Twitter. Na Figura 1 apresentamos uma imagem topográfica da rede, datada de finais de Setembro de 2010, na qual é possível identificar a presença na WWW tanto da lista como do site da comunidade, ao mesmo tempo que revela a importância que o Facebook já tem nas comunicações da comunidade.²

Com várias centenas de membros (cerca de 500 activos durante o período em análise, como veremos) de ambos os sexos, a *Goanet* tem uma audiência diária assinalável — cerca de 10.000 Goeses por dia, segundo um artigo do *Times of India*.³ A língua que é maioritariamente usada é o inglês, seguida de muito longe pelo concaninim e pelo português, o qual continua a ser utilizado, embora só muito ocasionalmente. Os níveis de instrução dos membros da lista, tanto em termos gerais, como em termos de infoliteracia, são também assinaláveis. Uma grande percentagem

² Não incluímos o Twitter para não complicarmos desnecessariamente a imagem a esta escala. Uma apresentação sumária da lista pode ser encontrada no *Times of India*, <http://timesofindia.indiatimes.com/articleshow/1174760.cms>

³ <http://gmane.org/list-address.php?group=gmane.culture.region.india.goa>. Apesar da *Goanet* ser uma lista pública, não revelamos neste trabalho as identidades dos seus membros. O endereço da lista é <http://lists.goanet.org/listinfo.cgi/goanet-goanet.org>.

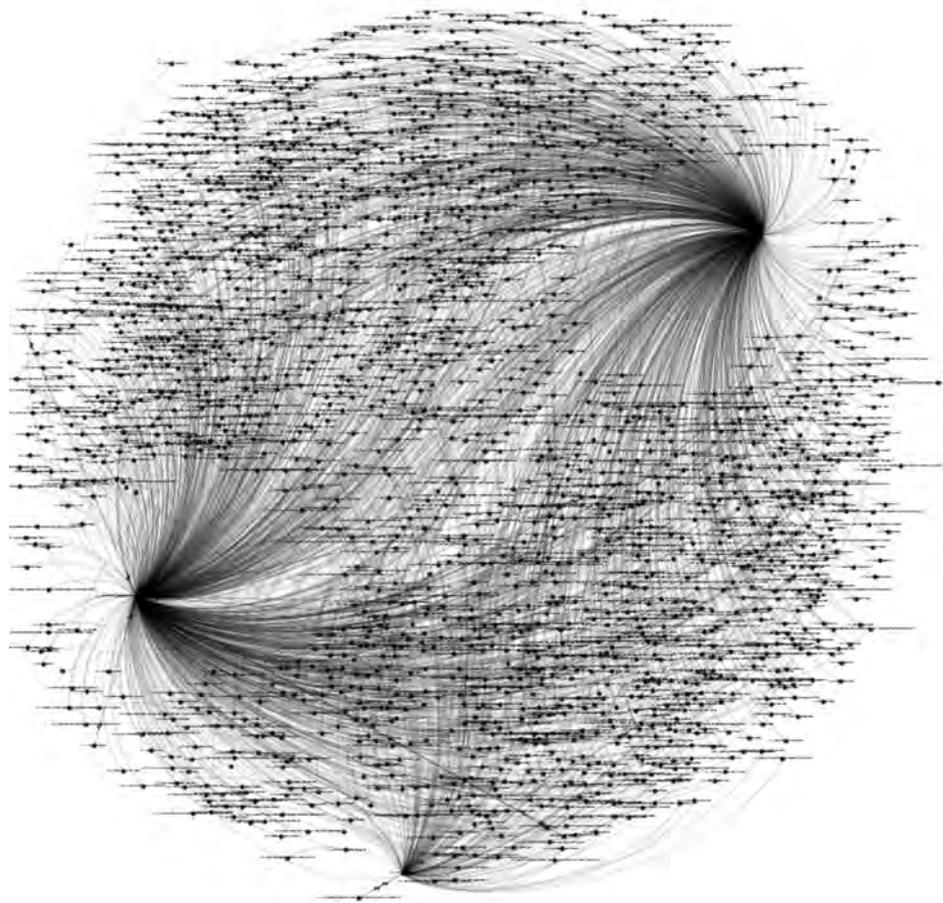
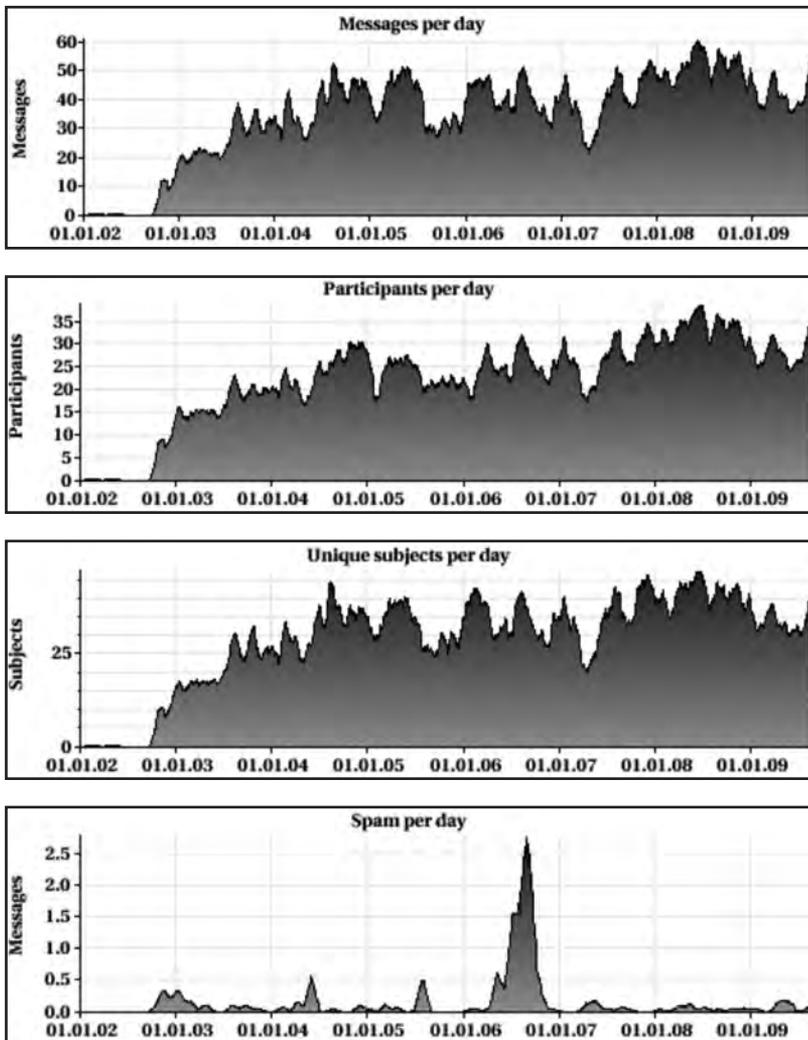


Figura 1: A macro-rede Goanet na Web em 28/09/2010 (A presença no *Facebook* à direita, em cima, Goanet.org em baixo e a lista à esquerda, também em baixo.)

ocupa posições sociais de destaque, quer em Goa, quer nos países de acolhimento — Canadá, EUA, Emiratos Árabes Unidos, Bahrein, Nova Zelândia, Austrália, países do Continente Europeu -, enquanto que as profissões são muito variadas. Na *Goanet* há médicos, advogados, jornalistas, artistas, empresários, padres, ou académicos, havendo a destacar a forma bastante equilibrada como todos os membros estão repartidos pelas três confissões religiosas do Estado (hindu, muçulmana e cristã) bem como pelas diferentes etnias Goesas — de ascendência africana, europeia e indiana. De facto, uma das características mais interessantes da lista é o facto de ser um autêntico *melting pot* de culturas, de etnias e de classes. Dado o elevado nível geral de infoliteracia, os membros usam frequentemente as mais variadas tecnologias da Web para interagirem socialmente a nível transnacional, reproduzirem ou questionarem identidades, comunicarem espontaneamente sobre os mais variados

temas, reafirmarem clivagens e modos de pensar, criticarem abertamente os poderes estabelecidos, tento em Nova Delhi como em Pangim, ou organizarem recursos e coordenarem actividades e modos de acção, quer *online*, quer *offline*.

Os gráficos apresentados na Figura 2 mostram-nos a evolução no tempo de algumas variáveis relacionadas com o tráfego da lista. Como vemos, a lista é razoavelmente activa, revelando tendências que podemos qualificar de crescentes, tanto no número dos utilizadores, como nos das mensagens e tópicos, particularmente durante o período que iremos analisar. Os níveis de *spam*, exceptuando o pico de 2006, são razoavelmente baixos, o que é bom para a mineração das mensagens.



Fonte: <http://gmane.org/plot-xrate.php?group=gmane.culture.region.india.goa&type=bytes>
Figura 2: Evolução de variáveis relacionadas com o tráfego na Goanet

Neste artigo, apenas usaremos o *corpus* das mensagens que foram comunicadas entre os atentados de Bombaim, em Novembro de 2008, e a publicação oficial dos resultados das eleições indianas para a Câmara Baixa do Parlamento Indiano (*Lok Sabha*), em Junho do ano seguinte, ou seja, durante aproximadamente sete meses. Escolhemos esse período porque partimos da hipótese de que certos eventos, pela sua saliência, influenciam não apenas o agenciamento dos temas, como são factores perturbadores das interpretações individuais e colectivas que são indissociáveis das práticas sociais e do modo como estas se articulam com os domínios estruturais e institucionais da acção. Os indivíduos e grupos são economizadores de informação que utilizam esquemas interpretativos extremamente básicos e simples para existirem socialmente. Ao interromperem as rotinas sociais, esses eventos são susceptíveis de produzirem uma *époché* que revela por um lado a natureza não autónoma e não essencial dessas interpretações e esquemas, ao mesmo tempo que propiciam o seu questionamento e recriação. Neste caso, como o nosso propósito é o de identificarmos e analisarmos o modo como o tema da identidade Goesa, ou eventualmente das várias identidades Goesas, foram interpretados e debatidos na *mailing list* durante um certo período de tempo, é razoável esperar que tanto os acontecimentos de Bombaim como os debates internos relacionados com as eleições indianas tenham catalisado as interpretações do grupo sobre esses temas, revelando de que modo a sua fixação esquemática ou a sua *de-contestação* conceptual e semântica foram perturbadas.

Neste artigo, escolhemos uma versão de *frame analysis* que tem em conta o modo como os discursos são estrategicamente produzidos, de modo a vermos como essas identidades foram comunicadas e, sobretudo, problematizadas. Embora esta versão, ou perspectiva, seja utilizada, sobretudo, para analisar os conteúdos noticiosos e os discursos políticos, tentaremos aplicá-la aqui às comunicações informais da lista tendo em conta particularmente a dimensão da problematização e não tanto a da motivação cognitivo-emocional que visa a mobilização e a acção. Tentaremos ver de que modo os incidentes de Bombaim e as eleições indianas de Junho catalisaram retrospectiva e prospectivamente as interpretações do grupo sobre o tema muito importante e actual da identidade Goesa, analisando em concreto a forma como esta foi percebida pelos membros da lista como um problema, de que modo foram diagnosticadas as causas desse problema e quais foram os prognósticos avançados para a sua solução.

Após a colheita e a preparação dos dados, ficamos a saber que durante o período considerado a lista produziu 4678 mensagens, o que nos dá uma ideia tão eloquente da sua magnitude como das dificuldades da sua manipulação e análise pelos métodos convencionais. Três imagens da chamada Curva de Poder dessas comunicações são apresentadas nos gráficos (a), (b), e (c) da Figura 3, que nos mostram não apenas a distribuição dos autores mais prolixos da lista, como o limite da população que comunicou pelo menos uma vez durante o período — entre 400 e 500 membros. Como também podemos ver, a distribuição dos autores mais prolixos não se afasta em nada do que é geralmente encarado como sendo uma das características mais persistentes das comunidades virtuais: uma minoria parece controlar as comunicações (menos

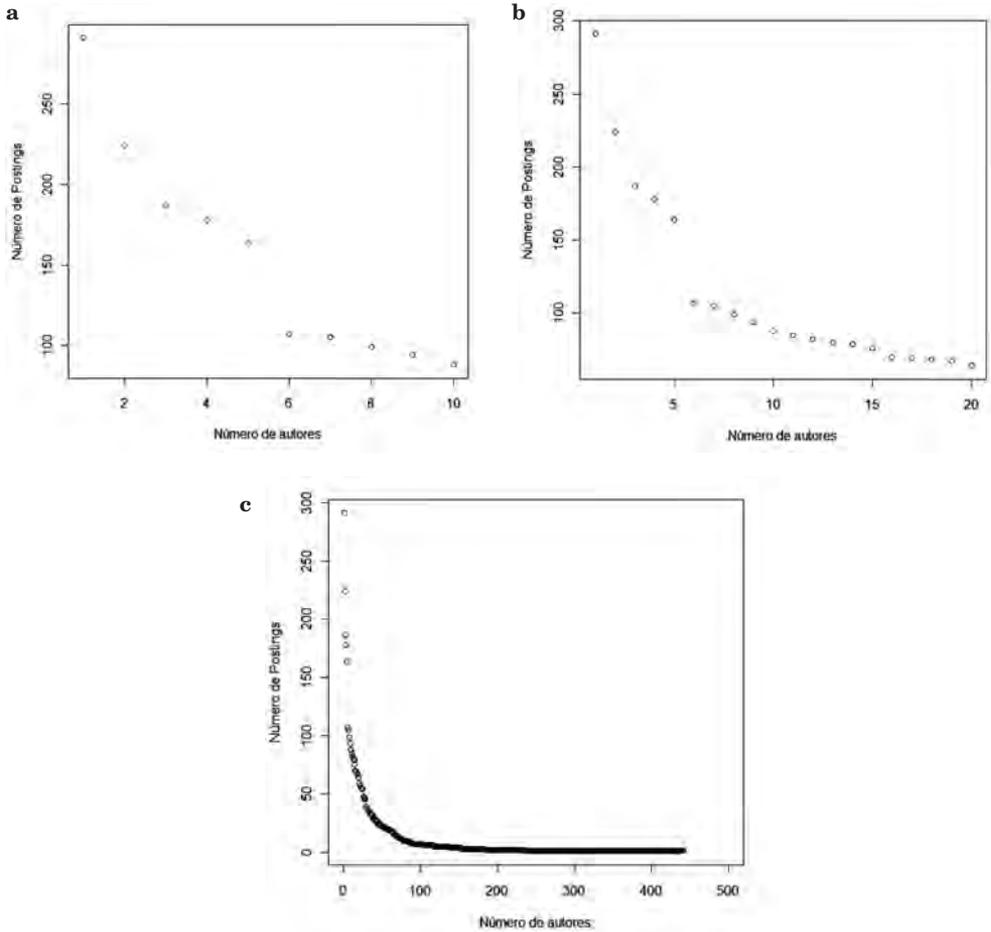


Figura 3: Três representações da Curva de Poder da *Goanet*

de 4 % do total), enquanto que a esmagadora maioria comunica muito pouco ou no limiar da presença. Se prestarmos atenção aos gráficos, partindo de (c) e avançando até (a), verificamos que há vinte autores que se destacam da longa cauda à direita da distribuição, e destes, há cinco que se destacam ainda mais dos restantes. Podemos pois dizer que estamos perante uma comunidade que é aparentemente bastante hierarquizada em termos de fluxos de informação, destacando-se dois grupos de autores a assumirem a maioria das comunicações.

Recorrendo ao *text mining*, podemos identificar quem foram os vinte autores que mais comunicaram na *mailing list* e quais foram os temas ou tópicos mais debatidos. As duas tabelas resultantes são a Tabela 1 e a Tabela 2, que apresentamos nas páginas seguintes. Como já dissemos, apesar da *Goanet* ser uma *mailing list* pública, preferimos não revelar as identidades dos autores.

JK <XXX> @public.gmane.org>	291
MG <XXX> @public.gmane.org>	224
SH <XXX@public.gmane.org>	187
FN <XXX@public.gmane.org>	178
RG <XXX@public.gmane.org>	164
SK <XXX@public.gmane.org>	107
Goanet News Service <XXX@public.gmane.org>	105
MM <XXX@public.gmane.org>	99
Goa's Pride <XXX@public.gmane.org>	94
ML <XXX@public.gmane.org>	88

Tabela 1: Os vinte autores que mais comunicaram no período e número de mensagens

Re: Rupee to touch 60 Against the USD 24	Re: Goa govt to Goans: "Get lost!" 21
Re: Global warming: A cause for concern 20	Re: Stirring the communal cauldron 20
Re: Sonal Shah renounces VHP affiliation 18	Re: Karnataka - the new bastion of Hindu 17
Re: Orissa killings 17	God sucks 16
The Right to Convert 16	Re: Fanaticism 15
Re: Neuroscience, God and Soul 15	Re: God sucks 14
Lion Roars 13	Re: 25 November Real Liberation Day of Goa 13
Stirring the communal cauldron 13	Re: Mangalorean beauty Freida Pinto Shines at 2009 12
Re: The Right to Convert 12	Sonal Shah renounces VHP affiliation 12
Why should this not be the answer!! 12	God and You 11

Tabela 2: Os tópicos mais populares no período

Se a primeira tabela é importante porque nos mostra quem são os autores mais prolixos da lista e nos diz que apenas dois são institucionais, a segunda não o é menos, já que nos dá uma imagem das preferências temáticas da *mailing list* durante o período. Verificamos então que os temas de carácter religioso, político ou político-religioso dominaram, de facto, a agenda do grupo. Por outro lado, a maior parte dos temas teve início antes deste (vejam-se os temas iniciados por “Re:”). Se compararmos os dois grupos, concluímos que as preferências dos membros por esses temas não apenas se mantiveram fortes a seguir aos acontecimentos de Bombaim como saíram reforçadas. Se atentarmos aos temas que foram iniciados no período (em negrito na tabela), imediatamente constatamos que, à excepção de um (“Why should this not be the answer!!”), todos são explicitamente ou religiosos, ou políticos, ou relacionando os dois temas. A somar a isso, é de registar um outro pormenor curioso. Aparentemente, alguns temas foram percebidos como sendo tão importantes e apropriados para serem discutidos depois dos acontecimentos de Bombaim que foram reintroduzidos na discussão com os mesmos títulos que tinham anteriormente. Como que foram reeditados, a fim de reforçar a sua oportunidade. São os casos de “God sucks”, “Stirring the communal caudron” ou do tema, de carácter mais mundano, intitulado “Sonal Shah renounces VHP affiliation”. O primeiro é exclusivamente religioso, enquanto que os dois restantes tratam de diferentes maneiras da questão candente do comunalismo indiano, o qual não é mais do que o cruzamento ou a confluência, especificamente indiana, dos temas religiosos e políticos nos discursos tanto secularistas como não liberais. A mistura da religião e da política é associada a um caldeirão que está a ser mexido e cujo conteúdo é algo de maléfico, enquanto que a menção a Sonal Shah é destinada a abrir uma discussão sobre os eventuais problemas da associação de uma personalidade política famosa com uma organização pro-nacionalista e Hindutva como o VHP.⁴

À partida, podemos pois esperar que o tema das identidades ou da identidade Goesa tenha sido razoavelmente debatido, pois as identidades são construídas e formuladas a partir de várias categorias ou marcadores, entre os quais a língua, a religião ou as características especificamente étnicas de um grupo que em princípio estão bem representadas no corpus. Antes, porém, de prosseguirmos nessa direcção, iremos ampliar ainda um pouco mais o nosso conhecimento da lista de modo a facilitar a nossa tarefa. Iremos usar uma vez mais o *text mining* para identificarmos as cliques ou os grupos que mais comunicaram nos temas mais populares. Depois, usaremos esses mesmos dados para aplicarmos a análise de redes e obtermos a estrutura das preferências ou dos interesses temáticos desses grupos, ou seja, o padrão das relações entre as preferências ou os interesses dos autores que mais comunicaram nos temas mais populares.

Os resultados a que chegamos são os que apresentamos nas figuras 4 a 8. A Figura 1 mostra a rede unimodal das preferências temáticas dos autores que mais comuni-

⁴ *Vishva Hindu Parishad*. Veja-se o site em <http://vhp.org/>.

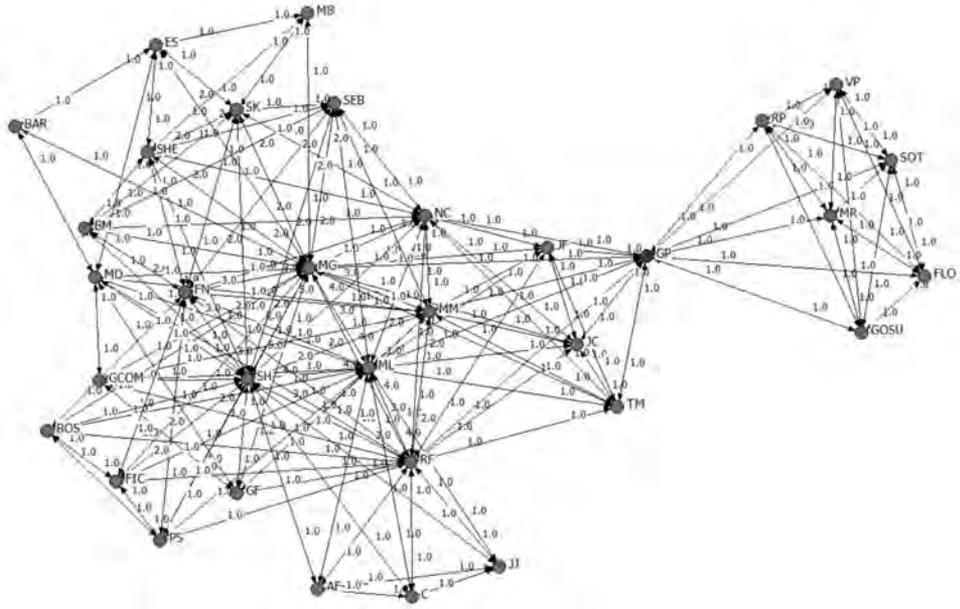


Figura 4: Rede unimodal da estrutura das relações entre os autores que comunicaram nos mesmos tópicos, por número de tópicos

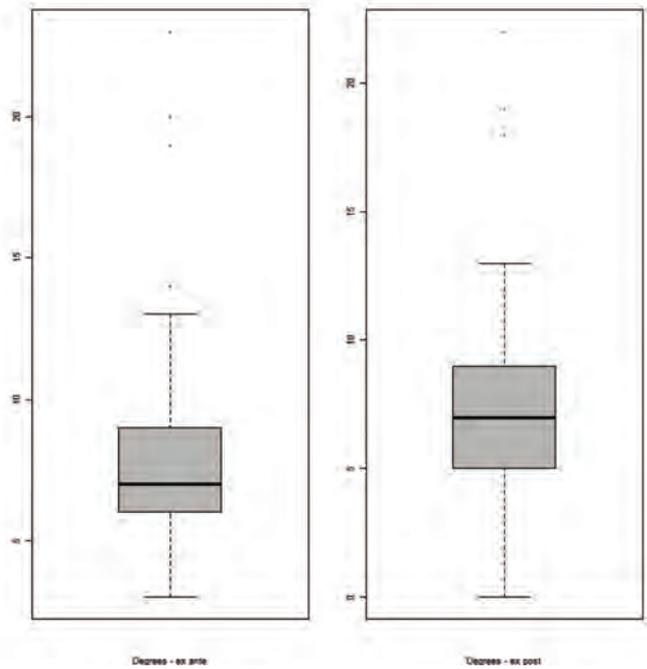


Figura 5: A estrutura das preferências das cliques, expressa no número de elos de cada autor, antes e depois da remoção de **GP**

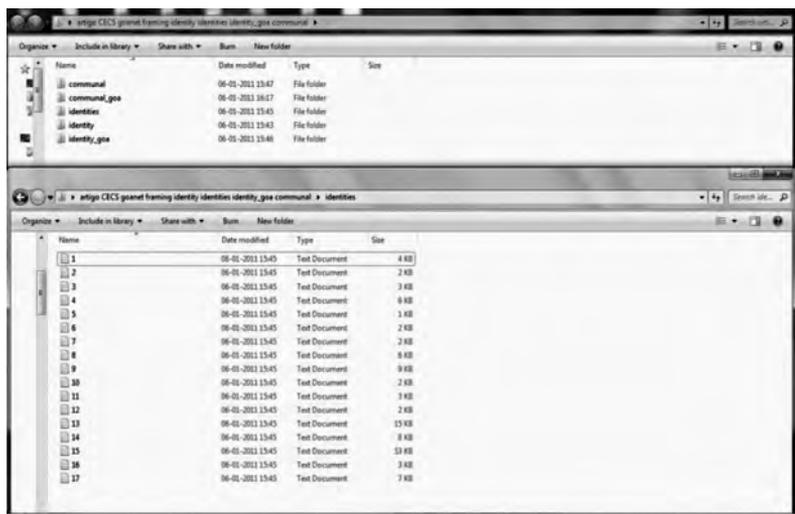


Figura 9: Os Sub-corpus com as descargas automáticas das mensagens prontas a serem analisadas e já em formato .txt

caram nos dez temas mais salientes da lista. É uma rede valorada, cuja força dos elos traduz o número de temas que são comuns entre os membros. Se dois autores comunicaram em apenas dois temas, ou apenas em um, esses autores estão ligados

por um elo não direccional cujo valor é dois ou um, respectivamente. A vantagem de uma rede deste tipo é a de que serve para identificar e para representar graficamente uma estrutura de relações baseada nos atributos diádicos dos indivíduos (relações entre preferências ou interesses temáticos individuais), ou seja, a estrutura dos interesses temáticos das cliques associando os autores ao número dos temas comuns.

Pela observação do sociograma da Figura 1 ficamos a saber, por exemplo, que enquanto alguns membros das cliques manifestaram uma grande variedade de interesses temáticos (autores ecléticos, como por exemplo MG, ML ou SH), houve outros que foram extremamente especializados nos seus interesses (autores especializados, como por exemplo MB, FLO, TM, ou AF). Esta informação é importante, pois entre os membros que mais comunicaram sobre o tema identitário, poderá haver alguns que só estiveram interessados nesse tema, enquanto que outros podem ter estado interessados nesse tema em conjugação com outro ou com outros que lhes eram próximos. A análise da rede unimodal será sempre pois importante como complemento à rede bimodal que construiremos e analisaremos a seguir. Todavia, há uma outra característica da rede unimodal que merece desde já a nossa atenção. Na medida em que exprime a estrutura das preferências dos autores tomados colectivamente, é especialmente útil para estudar essa estrutura em busca de eventuais anomalias. Neste caso, se observarmos a rede, vemos de imediato que há um autor que sobressai dos restantes. GP é, claramente, um autor charneira, ou aquilo que em *network analysis* é designado por um *cut-point*. A sua posição na estrutura das preferências é tal que se não existisse, ou se fosse removido, o padrão estrutural da rede seria muito diferente. Nos dois gráficos da Figura 5 mostramos com efeito como a remoção de um autor como GP, que é aparentemente menor ou marginal nas comunicações do grupo, influencia as posições de todos os restantes. Os dois gráficos dão-nos as distribuições dos números de ligações dos autores (*degrees*), em termos do número dos temas comuns, antes e depois da remoção de GP. As diferenças entre os dois boxplots significam, na prática, que se esse autor não tivesse comunicado os seus interesses como o fez, as relações entre o número de interesses comuns entre os restantes autores seria muito afectada. Podemos pois dizer que a nossa análise depende em muito das preferências desse autor, o que veremos melhor de seguida, quando analisarmos a rede bimodal que representa as relações diádicas não entre quantidades de interesses comuns mas sim entre autores e temas. Como se vê, a análise de redes é um instrumento poderoso que tem, entre outras vantagens, a de nos permitir ver, pela primeira vez, como estão distribuídas estruturalmente as variáveis mais qualitativas do corpus, ou seja, os padrões dos interesses temáticos que aí existiam sem que o soubéssemos.⁵ Sem a integração da computação com o

⁵ Não tomamos aqui em conta o facto de que vários temas relacionáveis podem ser incluídos numa mesma categoria, o que limitaria de certo modo a variabilidade das preferências. Mesmo assim, julgamos que esta rede é suficientemente rica em informação para ser utilizada. Na rede bimodal que iremos apresentar a seguir, será já mais fácil compreender esses padrões de preferências, já que teremos então em conta as relações entre os autores e os temas e não apenas as relações entre os autores.

text mining, e sem a utilização da análise de redes a partir dos censos de autores e de mensagens produzidos por aqueles, esses padrões dificilmente seriam identificáveis e o mais certo é que teriam passado despercebidos ao investigador.

Se é verdade que sete meses não são suficientes para extrairmos conclusões definitivas sobre os interesses temáticos dos autores, isso não significa que se um autor apenas comunicou em alguns temas, ou se apenas comunicou num tema durante todo esse período, tal não seja relevante para fornecer alguns indícios sobre as suas preferências temáticas. A partir desta ideia, construímos uma rede bimodal associando autores e temas (Figura 6) e uma segunda representação bimodal especificamente criada para mostrar K-Cores (Figura 7).⁶ Concretamente, os nodos estão coloridos consoante o número de ligações dos nodos, o que nos ajuda a distinguir facilmente entre os autores sincréticos e os especializados, bem como os temas aos quais estiveram todos relacionados.

Pela observação da Figura 6 ficamos a saber quais foram os autores das cliques que mais estiveram interessados por determinados tópicos, e se os seus interesses são sincréticos ou especializados. Vemos, por exemplo, que o famoso autor GP é, de facto, um autor no limite da especialização temática, pois apenas comunicou em dois temas (*b1* e *b2*, sendo *b1*, como já sabemos, um tema económico, e *b2* um tema relacionado com a política interna Goesa). Como esse autor não tem interesses por temas que estejam relacionados directamente com as identidades, GP não é de facto um autor interessante para os nossos objectivos.

Um outro pormenor que salta à vista é o manifesto interesse que *b5* (o tema sobre Sonal Shah) despertou no grupo. Se atendermos à Figura 7, sabemos a quem interessou esse tema, do mesmo modo que sabemos quais foram os temas que conjuntamente com *b5* constituem a *shell*, ou o sub-grupo, com maior *koreness* na rede (nodos vermelhos). Esses temas são, além do *b5*, o *b7*, *b3*, *b6*, *b4* e o *b1*.

Esta informação é muito importante, já que agora não apenas sabemos quem comunicou mais na lista e quais foram os temas mais debatidos. Sabemos também quem mais comunicou nos temas mais debatidos (as cliques por tema) e através da análise de redes temos uma representação visual bastante intuitiva de como estiveram estruturadas essas relações. Com estas indicações, será pois mais fácil procurar os autores e os temas que com maior probabilidade estiveram associados ao tema geral da identidade Goesa. Com efeito, se repararmos bem, de entre todos os temas que mais atraíram a atenção do grupo, o tema *b3* foi dedicado a questões ambientais, todavia os seguintes, exceptuando o *b1*, um tema económico, são explicitamente dedicados a questões político-religiosas. Mais: se focarmos ainda mais a nossa atenção nessa *shell* (Figura 8) e filtrarmos os nodos pelo graus respectivos (número de ligações), ficamos a saber que de entre os temas potencialmente de interesse, os mais importantes foram, por ordem decrescente, o *b7*, “Orissa killings” e o *b4*, “Stirring the

⁶ Diferentes *shells* ou sub-grupos caracterizados por distintos graus de *coreness*. Um *k-Core* de um gráfico *G* é um sub-gráfico de *G* que contém um máximo de conexões entre nodos cujo grau, ou número de elos ligando-os a outros nodos, tem o valor de pelo menos um determinado *K* grau.

communal caudron”, do mesmo modo que descobrimos quem foram os autores mais importantes das cliques que estiveram associados a cada um deles. O tema *b3*, “Global warming: a cause for concern”, apesar de ter atraído mais atenção do que outros temas mais directamente relacionados com as identidades, deve ser descartado. A nossa conclusão é a de que depois de produzirmos os corpus de análise, deveremos ter em especial atenção as mensagens cuja meta-informação contenha estes temas que detectamos e os autores que mais estiveram associados a eles, em especial MG, ML e SH. Esta informação é importante para a fase seguinte da *frame analysis*, pois mesmo procurando vocábulos que não chegam a ter um por cento de frequências no corpus, os volumes destes, somados, ultrapassam uma centena de mensagens.

Framing — Uma aproximação possível às categorias identitárias

Nesta secção usaremos de novo a computação com R e o *text mining* para fazermos uma análise não exaustiva das mensagens trocadas nesta lista durante o período considerado. Como já dissemos, utilizaremos uma versão de *frame analysis* para esse fim. *Framing* ou perspectivização é um elemento essencial da construção social da realidade, ao formar as percepções dos indivíduos e dos grupos e ao oferecer um contexto para o processamento da informação. Os indivíduos são produtores de significados e em simultâneo economizadores de informação que usam esquemas discursivos e atalhos cognitivos para compreenderem-se a si mesmos e o mundo que os rodeia, comunicarem e influenciarem-se mutuamente. A análise de *frames* é uma técnica especialmente vocacionada para identificar e estudar esses esquemas retóricos, ao ter em conta o modo como certos elementos de uma situação ou de um argumento são seleccionados e outros descartados, com o propósito de fazer prevalecer uma perspectiva que é funcional, apesar de ser pobre e redutora, tanto do ponto de vista epistémico como ético.

Tendo em conta que o inglês é a língua mais utilizada na lista, optámos por seleccionar apenas as mensagens que contivessem dois termos muito básicos directamente relacionados com a identidade (“identity” e “identities”) e um outro, “communal”, que resulta da análise de redes que expusemos em cima. Filtramos também em seguida, por uma questão de precaução, esses três sub-corpus, de modo a colhermos as mensagens nas quais aqueles três vocábulos foram utilizados conjuntamente com o termo “Goa”. Os principais sub-corpus resultantes, *SC_identity*, *SC_identities* e *SC_communal*, comportam 134, 17 e 9 unidades de análise, respectivamente, enquanto que o cruzamento das mensagens contendo simultaneamente “identity” e “Goa”, e “communal” e “Goa”, deu origem a cinco e a uma unidades, respectivamente.⁷ As mensagens, eventualmente duplicadas, mas prontas para serem analisadas, são 166, mais ou menos 3% do total das mensagens que foram comunicadas durante o período.

⁷ A filtragem das mensagens contendo conjuntamente “Goa” e “identities” não produziu nenhum resultado.

Desde já, é de notar que o termo “identity” foi muito mais usado do que o de “identities”, o que poderá indiciar algo de significativo. Não será irrazoável concluir, mesmo nesta fase, que os Goeses da diáspora e do Estado de Goa preferiram usar um termo mais geral e neutro para aflorarem, e eventualmente discutirem, o tema identitário. A neutralização das questões identitárias com o recurso a uma designação vaga, essencialista e totalizadora, enquadrada numa chamada *master frame* “etno-nacionalista”, é um fenómeno muito comum nos espaços públicos onde são debatidos temas identitários (veja-se, por exemplo, a este propósito, Statham & Mynott, 2002). Por outro lado, falar em identidade, em vez de identidades, não deixa de ser também uma opção estratégica válida no contexto indiano da violência política étnico-nacionalista. Face ao perigo representado pelo nacionalismo extremista Hindutva (o “leão”, o “bastião”, o perigo que já está presente no Estado vizinho de Karnataka, o “caldeirão” no qual os nacionalistas extremistas hindus misturam as raças, as castas, as etnias, as religiões e a política), não será de modo algum prudente introduzir na discussão uma concepção pluralista da identidade que possa de algum modo semear e fortalecer as divisões entre os grupos, vulnerabilizar as comunidades Goesas e a própria Índia, ou radicalizar os discursos e as acções das minorias. O problema identitário é, de facto, um problema real e potencialmente perigoso, já que qualquer afirmação Goesa ou de qualquer minoria, mesmo que seja aparentemente neutra e pro-indiana, esbarra necessariamente com interesses e com programas ideológicos poderosos, tanto em Díli e em alguns Estados vizinhos, como no próprio território. Estas interpretações, que se baseiam no conhecimento que temos da lista e dos seus temas, não deverão no entanto distrair-nos do nosso propósito principal, que é o de analisarmos, através da *frame analysis*, se, e de que modo, foi problematizado o tema identitário e, no caso deste ter sido problematizado, como foram diagnosticadas discursivamente as suas causas e quais foram as soluções preconizadas. Mais concretamente, o esquema analítico que iremos utilizar é o que é apresentado na página ao lado.

A grelha com os resultados da análise é apresentada na Tabela 1. Como seria de esperar, nem todas as mensagens problematizaram o tema da identidade Goesa nem explicitaram todas as dimensões relevantes.⁸ Mesmo assim, os resultados são interessantes e diversificados. Na parte final deste trabalho, iremos apenas usar, a título exemplificativo, 36 mensagens do sub-corpus *SC_identity*, tendo em conta que a apresentação e a análise de todos os casos seria aqui impossível.⁹

Entre as mensagens que problematizaram a identidade Goesa, uma boa parte associou esta, sobretudo, com a perda, ou com a destruição, de algo que já existe e que deveria ser mantido ou conservado. A identidade Goesa, que pode ser mais ou

⁸ Era de esperar que a dimensão motivacional não fosse muito usada, já que pela sua natureza a maior parte dos discursos não tem como objectivo mobilizar ou motivar para a acção.

⁹ Um dos nossos objectivos é o de desenvolver e aprofundar metodologias e perspectivas teóricas que sejam apropriadas para analisar os discursos, as ideologias e os processos culturais relacionados com este tipo de comunidades, assim como as eventuais relações desses discursos com a acção política.

Identificação do Problema

Como a identidade Goesa ou as identidades Goesas foram problematizadas, motivando uma reparação ou uma mudança?

Atribuição de Causas

Como foi atribuída a causa, ou as causas, do problema identificado?

Atribuição de Antagonistas

Como foi apresentado ou foram apresentados os responsáveis pelo problema ou pelos problemas identificados?

Exposição de Alternativas

Como foram formuladas as soluções, os planos ou as alternativas para a resolução do problema ou dos problemas identificados?

Exposição de Protagonistas

Quem deve solucionar o problema ou os problemas identificados? Com que objectivos, estratégias e táticas?

Repertórios de Acção

Quais foram os principais repertórios de motivação para a acção resolutiva? Como foram os discursos enquadrados (framed) com a intenção de apelarem às emoções e motivarem, persuadirem ou mobilizarem para a acção (slogans)?

menos acabada, perfeita ou mesmo idílica, é um património (ambiental, cultural, geográfico, histórico, etc.) que é vitimizado ou por factores de natureza política e económica, geralmente associados à incompetência ou à falta de honestidade dos governantes, ou por factores expressivos relacionados com as divisões e clivagens da sociedade Goesa. Uma perspectiva alternativa, que é largamente minoritária, encara a questão identitária Goesa como o resultado contingente e aberto de vários factores que são inevitáveis no quadro da globalização, da modernização da Índia e do Estado de Goa. O problema identitário, nesta perspectiva, é pois bem mais complexo, tendo a ver com a inadaptação da identidade colectiva Goesa perante essas novas pressões e contextos. A primeira perspectiva é de tipo essencialista, expressando-se de forma mais ou menos conservadora, democrática, ou exclusivista; a segunda, pelo contrário, é marcadamente modernista, construtivista e voluntarista. Um facto digno de registo é o de que ambas as versões são transversais, ou seja, são partilhadas por todos os grupos da lista, independentemente das suas demarcações étnicas, religiosas ou de classe.

Os defensores mais progressivos da perspectiva construtivista, a única saída possível para a reformulação da identidade colectiva baseia-se numa interpretação assumidamente internacionalista e cosmopolita das identidades grupais e da identidade colectiva, de modo a diferenciarem-se tanto do colonialismo externo a que

foram sujeitas pelos Portugueses e pelo Raj Britânico, como a protegerem Goa do colonialismo interno que é preconizado pelos defensores da sânscritização total da Índia, tal como sucedeu noutros Estados, com resultados muito negativos. Para estes, a identidade goesa é no mínimo um funesto acidente histórico, o resultado das sucessivas colonizações externas, o que encaixa com o discurso e com a ideologia do Hindutva quando sugere a reconstituição integral da indianidade dos povos do sub-continente a partir de traços ou de características físico-culturais ancestrais não poluídas e *sui generis*.

Para os secularistas, os “verdadeiros”, aqueles que não usam o secularismo para esconderem as suas preferências paroquiais exclusivistas, o problema da identidade é bem diferente, já que resulta, precisamente, das divisões ancestrais do hinduísmo e da sociedade indiana, antes e depois das colonizações. São as divisões entre as castas, as religiões, as línguas (incluindo no próprio concaním, a língua Goesa por excelência para os nacionalistas) e raças que impedem a recriação de uma identidade colectiva que seja pluralista e aberta, de natureza democrática, incluidora e incentivadora da participação política. Para estes a identidade Goesa não é algo de sagrado ou de idílico que tenha existido antes e que deva ser preservado ou recuperado. Nem é algo de degenerado que deva ser abandonado a favor de uma identidade indiana única e recuperada de um passado pretensamente comum e milenar. É algo de inteiramente novo que deva preservar os melhores traços da especificidade cosmopolita Goesa, o modo original como sempre se abriu aos outros, com a necessidade da afirmação democrática dos seus povos. Até que ponto essa identidade alternativa pode ser prosseguida pelo sistema político Goês e qual o papel que os cidadãos devem ter, serão pois, no limite, as duas questões mais importantes que se colocam aos modernistas Goeses.

ID	Problemática	Causas	Antagonistas	Alternativas	Protagonistas	Repertórios
SC_identity, #2	A identidade Goesa é diluída (“diluted”) pela violação (“rape”) do desenvolvimento a todo o custo	Irresponsabilidade do Governo, inação dos Goeses, falta de infraestruturas e de condições para receber os “guest workers”	Governo de Goa, interesses e lobbies económicos	NA	NA	NA
#3	A identidade Goesa é afectada pelas divisões religiosas, de castas, de raça, geográficas	Interesses e discursos secularistas, as divisões comunistas, a comunalização de qualquer projecto cívico (“Can we in Goa, or the rest of India afford to keep on dividing society on communal lines and expect everything to go on fine? Is it possible to blame the ‘Enemy’ in Pakistan alone, without seeing the kind of hate we’ve been building up unfortunately in our own society?”)	Os falsos secularistas que não escondem as suas opções religiosas e agendas pessoais.	“Why do we lack a dissent tradition that allows us to critique ourselves, without feeling unnecessarily defensive?”	Todos os Goeses mas em especial os Católicos e os Hindus.	NA
#4	A identidade Goesa está a morrer, Goa “liberta-se” dos Goeses, “Today our unique Goan Identity is dying i.e. our natural beauty is being destroyed, Goans are fast becoming a minority, scarce land is gobbled up by rich outsiders (mostly with illegitimate wealth).”	Os políticos que manipularam a democracia, destruindo o ambiente, mantendo-se no poder à custa de “migrant vote banks”, o poder do dinheiro, a intimidação e a chantagem	Os políticos goeses	“Goans were never contented with the current constitution, as India annexed Goa much later; so its only fair to give us the necessary constitutional amendments to truly celebrate Goa’s Liberation Day.”	Todos os Goeses	“Its high time Goans wake up, come out and demand safeguards to protect our land, demography & identity.”
#5 Nota: Citação de Notícias do Navhind Times	Kamat acusa Goeses de travarem o desenvolvimento do Estado com a sua excessiva preocupação pela preservação da identidade; identidade é travado do desenvolvimento?	Excessiva sensibilidade do “povo” face às questões identitárias	Os Goeses	Introspecção popular. A defesa da identidade deverá continuar a alimentar a predisposição negativa em relação ao desenvolvimento do Estado? “(...) it is important for people to draw a line with regard to development”, diz Chief Minister Kamat	NA	NA

ID	Problemática	Causas	Antagonistas	Alternativas	Protagonistas	Repertórios
#7	Identidade tem que ser integrada das classes educacionalmente marginalizadas; «imminent obliteration» of Goa's identity if Roman Konkani is not accorded the official language status".	Não inclusão do Concanim no alfabeto latino prejudica certas classes; "Children of the backward classes like Velips, Kumbis and Gawdas will immensely benefit if Konkani in the Roman script is compulsorily taught to them, at least in the primary classes."	Governo de Nova Deli, o Centro	"The resolution demanding Konkani in Roman script be accorded official language status along with Devnagri script, ranks high among the list of resolutions adopted."	Trinitists Fraternity	NA
#11	Preconceitos sobre nomes	Mistura de nomes devido às sucessivas colonizações	Goeses	Ultrapassar preconceitos	Goeses	"Chuck the old prejudices and the old trash, friend. Charitly must start at home."
#12	Múltiplos alfabetos para o Concanim não ajudam a identidade	Razões políticas, jogo eleitoral	Políticos de Goa	Goeses, "pre Liberation struggle (...) was carried out without any division on the scripts"	NA	Call the protagonists demanding Konkani in Roman script as «anti nationals» «divisive forces» «ultras» «troublemakers» «forces of destruction» and what have you?

ID	Problematização	Causas	Antagonistas	Alternativas	Protagonistas	Repertórios
#23	A sobrevivência da pre- tensa supremacia cultural católica	Diferenciações de classe e de estatuto apesar da uniformização colonial por- tuguesa expressa nos nomes na lin- gual	Minoria católica	Minoria católica deve ultrapassar esses “fan- tasmas” do passado; “ Catholics should learn to rationally confront theghosts of their for- bears, for unless they do, they will have to be resigned to bear the tor- ments of the Hindutva baiter.”	Minoria católica	
#24	Catholic MLA's	“(1) Large Scale illegal Land conver- sions & Hill Cutting (2) Full backing to huge unnecessary & illegal MegaProjects; including intimidation & false Police cases on protestors (3) Facilitating Large scale illegal land sales to outsiders, many times using coercion & strong arm tactics, on local landowners (4) Growing Migrant VoteBanks/Slums with immediate voting benefits; reducing Goans to a minority (5) Encouraging employment of outsiders for mone- tary gains; at the expense of Goans (6) Backing many big unnecessary government projects to realize huge kickbacks (7) Illegal Mining (8) Destruction of our delicate ecology & environment etc.”	MLA's ou Deputados Estaduais Católicos	“These disgustingly cor- rupt MLA's feel confi- dent that we will continue to vote for them & their Govern- ment; no matter what happens!! Its high time Goans rise above reli- gious differences to do what is best for Goa & Goans. We should iden- tify & back true lead- ers; and not «Wolves in Sheep's clothing»	Goeses, especial- mente católicos	We should back true leaders

ID	Problematização	Causas	Antagonistas	Alternativas	Protagonistas	Repertórios
#27	“A casual glance at the political scenario in our Goa shows that we have no regional party of note to protect our interests. The two major political parties in Goa are both branches of a national party.”	NA	National Parties	“We would need new leadership and policies of participatory governance.”	Goans and honest MLAs	NA
#28	“Goa can't but feel the heat. Communal conflict from other parts of India has left scars and created distrust of a new kind.”	“This has brought in its impact from Orissa and coastal Karnataka, not far from home. Earlier, similar trends were witnessed in Gujarat's tribal areas.”	National Parties, Media	«It is my belief that the hope of sustaining Goa and enriching Goan cultural identity depends on healing of the old wounds that have divided the Hindus and Catholics.»	Citizens, “activists,” South Goa collector G P Naik spoke in terms of a “threeier peace committee” for managing conflict situations arising in South Goa district.”, CICH, a local campaign group called The Citizens’ Initiatives for Communal Harmony (CICH); Council for Social Justice and Peace	NA

ID	Problematização	Causas	Antagonistas	Alternativas	Protagonistas	Repertórios
#30	Concanim Devanagiri	Current Official Language Act	NA	“Konkani in the Roman Script must be incorporated into Goa’s Official Language Act; on Par with Devanagiri”; “Goa’s Identity is a blend between the East & West; which enforces the argument for having Konkani in both the scripts; in the Official Language Act.”;“(…) both scripts will boost Konkani (basis for Goan Identity) and also give Goa a Strong Global Appeal.”	NA	NA
#31	Mega-projects e venda de propriedades a estrangeiros ou outsiders são também factores críticos da preservação da identidade que devem ser invertidos “Romi Konkani will not be relevant, if Goa ends up with a Non Goan majority!!”	Large Scale land sales to non goans & megaprojects favouring outsider, not only brings in unnecessary migrant work force but also brings in majority nongoan settlers.	Governo de Goa	Goeses	NA	NA
#34	“mega projects, from mis-managed garbage, and from development that randomly converts and destroys precious ecological resources.”	Desenvolvimento acelerado e não planeado	Interesses económicos dentro e for a do Estado de Goa	“questionnaire sent out with the Regional Plan 2021 is a tremendous tool to be able to do this.”	Cidadãos, activistas	

ID	Problemática	Causas	Antagonistas	Alternativas	Protagonistas	Repertórios
#35 #36	Exclusão identitária, "What it means to be Goan?"	"we have been repeatedly excluding The Other in Goa, even those whom we claim to be «our own» people... for generations, on grounds of class, caste, language, ethnicity, etc.	NA	"we need to rethink concepts of identity in our fast globalising world, though it might personally be convenient for us to stick to past views"; controles de imigração; ver como fazem outros países para protegerem as suas identidades no contexto da globalização.	NA	NA

Referências bibliográficas

- Borgatti, S.P., Everett, M.G. & Freeman, L.C. (2002) *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*, Harvard, MA: Analytic Technologies.
- R Development Core Team (2010) *R: A language and environment for statistical computing*, R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria.
- Rosas, A. (2010) *Goanet - Using R to Study a Diasporic Mailing List*, Comunicação à Conferência Anual da *International Association for Media and Communication Research*, IAMCR 2010, Braga, Universidade do Minho.
- Statham, P. & Mynott, E. (2002) "The Dilemma of Anti-Racist and Pro-Migrant Mobilisation in Britain: Visibility or Political Power?", *Paper* apresentado à Conferência Anual do *European Consortium for Political Research*, ECPR, 2002, Turim.

O desenvolvemento da Sociedade da Información en Galicia. Aplicación do Índice Localcom

Berta García Orosa*

Xosé López García**

Resumo

O artigo presenta os resultados dunha investigación realizada durante os últimos anos sobre as políticas de desenvolvemento da Sociedade da Información implementadas en Galicia dende finais da pasada década. A pesquisa foi realizada dentro do grupo Localcom nun estudo comparativo do desenvolvemento da SI nas distintas comunidades autónomas financiado polo Ministerio de Educación e Ciencia (SEC 2003/07024) e realizado por investigadores de diversas universidades españolas.

O proxecto elaborou un novo modelo analítico que permite comparar a incidencia das novas tecnoloxías da información e a comunicación nas comunidades autónomas, que avalía as diferentes realidades autonómicas e que facilita aos responsables do sector público e empresarial a toma de decisións en políticas para o impulso da SI. Como indicamos, deseñouse e aplicouse un modelo propio de análise métrica de 24 indicadores, o Índice Localcom. Este índice incorpora 24 indicadores básicos agrupados en tres categorías principais con dependencia secuencial (oportunidades, infraestruturas e usos) e seis subcategorías (capacidade económica, nivel educativo, redes, conectividade, uso institucional e intensidade de emprego).

O índice foi aplicado ao caso de Galicia onde, ademais das intervencións de poderes supraestatais e estatais, a denominada SI conformouse a partir dun conxunto de actividades individuais que realizaron distintos actores sociais en relación basicamente coa aplicación de novas tecnoloxías na súa actividade económica e social. A chegada das TIC á comunidade autónoma realizouse de xeito parcial e en momentos diferentes polos actores sociais da comunidade. Soamente cando a marca «Sociedade da Información» adquire relevancia social e valor político, as administracións públicas galegas planifican e implementan unha serie de actividades baixo este lema. A maioría destas accións tiñan como obxectivos concretos o incremento da infraestrutura -fundamentalmente ordenadores- en diferentes sectores, ben a través da compra directa ou ben a través de subvencións e axudas económicas. Esqueceuse nos primeiros anos a planificación de políticas xerais e concretas en prol da SIC, vinculando a maioría das accións ao ámbito económico en detrimento do desenvolvemento social. Neste contexto galego, o artigo

* Facultade Ciencias da Comunicación - Universidade de Santiago de Compostela berta.garcia@usc.es

** Facultade Ciencias da Comunicación - Universidade de Santiago de Compostela xose.lopez@usc.es

proposto analizará os resultados cuantitativos e cualitativos obtidos trala aplicación do Índice Localcom a Galicia.

Palabras chave: Sociedade da Información, Localcom, Galicia.

Abstract

This paper presents the findings of a research about planning and implementation of the Information Society (IS) in Galicia. The scientific study was realised inside the group.

Localcom by researchers of diverse Spanish universities and was funded by the Ministry of Education and Science (SEC 2003/07024).

This project elaborated a new analytical framework that allowed to compare the incidence of the new technologies of the information and the communication in the Spanish autonomous communities. Also, this model evaluates the different autonomic realities and guides politics decisions. As we indicate, it designed and it applied a model typical of metric analysis of 24 indicators, called Index Localcom. This index incorporates 24 basic indicators grouped in three main categories with sequential dependency (opportunities, infrastructures and uses) and six subcategorías (economic capacity, educational level, networks, connectivity, institutional use and intensity of employment).

Galicia was a case study where this index was applied. In addition to the state and suprastate interventions, the Information Society was conformed by a group of individual activities that different social actors played in relation with the application of new technologies in his economic and social activity. The arrival of the ICT to the autonomous community was partial and developed in different moments by the social actors of the community. Only when the brand «Information Society» was powerful enough to purchase social and political relevance, the galician public administrations scheduled and implemented activities and actions. Most of these initiatives had concrete aims like the increase of the infrastructure -fundamentally computers- in different sectors, well through the direct purchase or through subsidies and economic helps. General plannign and concrete policies were relegated by actions linked to the economic field so that the social development was damaged. In this Galician context, this paper analyses the quantitative and qualitative results obtained after the application of the Index Localcom to Galicia.

Keywords: Information Society, Localcom, Galicia.

1. Introducción

A Sociedade da Información representou durante as últimas décadas para os organismos supraestatais (Unión Europea) e estatais (gobierno de España) unha meta imprescindible para o avance das sociedades. No caso de Galicia, ademais das accións promovidas polos entes citados, a denominada Sociedade da Información foise conformando a partir dun conxunto de actividades individuais que realizaron distintos actores sociais en relación basicamente coa aplicación de novas tecnoloxías na súa actividade económica e social. A chegada das TIC á comunidade autónoma realizouse de forma parcial nun inicio. Soamente cando a marca “Sociedade da Información” adquire relevancia social e valor político as administracións públicas galegas planifican e implementan unha serie de actividades baixo esta lema. Como veremos ao longo do artigo, a maioría destas accións tiñan como obxectivos concretos o incremento de infraestrutura — fundamentalmente ordenadores — en diferentes sectores, ben a través da compra directa ou ben a través de subvencións e axudas económicas. Esqueceuse nos primeiros anos a planificación de políticas públicas xerais e concretas en prol da Sociedade da Información, vencellandoa maioría das accións ao ámbito económico en detrimento do desenvolvemento social.

2. Aplicación do índice Localcom a Galicia

A entrada de Galicia na Sociedade da Información está condicionada por unha situación de partida económico-social desfavorable en relación con outras comunidades autónomas de España. Aínda que durante os primeiros cinco anos da década dos 80 a economía de Galicia atravesaba por unha etapa de baixo crecemento similar ao do resto de España, as grandes diferenzas prodúcense a partir de 1985 cando o crecemento do PIB español segue o ciclo europeo tras a entrada de España na CE. Os investimentos realizados favorecen sobre todo ao eixo mediterráneo e Galicia vese prexudicada nestes anos pola distancia con Europa, os efectos das reconversións industriais, o escaso desenvolvemento industrial e as debilidades da economía tradicional.

Galicia parte nos anos 80 dunha situación negativa desde o punto de vista económico e, polo tanto, dun dos ítems fundamentais da Sociedade da Información, as novas tecnoloxías da información e a comunicación. Unha sociedade desvertebrada e cunha pirámide de poboación cada vez máis envellecida, un PIB inclinado cara ao sector gandeiro e agrícola (sector primario) e unhas institucións autonómicas buscando identidade. Estes elementos condicionarán a situación actual que, malia algúns avances importantes que veremos a continuación, manterá o seu diferencial negativo co resto de comunidades autónomas de España.

Unha vez analizados os indicadores e seguindo o índice Localcom de oportunidades e usos dixitais nas comunidades autónomas españolas, a situación de Galicia podería

cualificarse de relativamente alta en oportunidades e moi baixa en infraestruturas e en usos nas que ocupa o último lugar de todas as comunidades analizadas. Analicemos brevemente cada un dos apartados.

En relación coas infraestruturas, a pesar de que os recursos iniciais son superiores ás actuacións rexistradas, a valoración final é negativa para a comunidade autónoma se non se relativiza, como indicamos, coa situación de partida e as propias características socio-económicas de Galicia. Deste xeito, en todos os ítems ocupa o penúltimo lugar despois de Andalucía e Castela A Mancha, agás no caso do mercado informático neto no que Andalucía supera a Galicia e, en cambio, figura por baixo da cifra da comunidade autónoma galega Aragón. En todos eles Galicia sitúase nun estadio inferior á media de España.

Unha das causas que poderían xustificar esta diferenza é a dispersión da poboación. Galicia ten tantos núcleos de poboación como o resto de España, a topografía (dificultade para despreñar redes de telecomunicación moi superior ao doutras zonas con menos dispersión), o maior envellecemento da poboación (o tramo de persoas de máis de 65 anos en Galicia representa aproximadamente un 5% máis que o mesmo tramo para o conxunto de España), o maior carácter rural, vencellado en parte a algún dos aspectos anteriores e os niveis de renda por habitante. Dentro do eido das infraestruturas, existen equipos no fogar que son considerados “básicos” nos que non hai diferenza (por exemplo os teléfonos fixos, 90% dos fogares de Galicia e tamén de España) e equipos máis recentes como o DVD no que existe unha diferenza do 10% en relación co resto de España.

De forma análoga, ocorre cos indicadores básicos da economía como o PIB autonómico per cápita, os gastos internos en I+D ou a asequibilidade de servizos TIC. Por exemplo, no caso do PIB, a pesar de que a información é comparativamente negativa os matices son varios. Durante os últimos anos, o produto interior bruto per cápita de Galicia sitúase por baixo da media do conxunto de España. O incremento do PIB autonómico per cápita é cada vez maior, acadando o 34,9% desde 1995 até o ano 2000 e un 38,69% durante o último quinquenio. Polo tanto aínda que o aumento rexistrado é lixeiramente superior ao de España (no último quinquenio sitúase no 33,12%), o PIB autonómico per cápita en Galicia continúa sendo inferior ao do conxunto de España.

A tendencia á alza do crecemento do PIB durante os últimos anos debemos relativizala co escaso crecemento da poboación galega potenciado, entre outros factores, polo envellecemento da poboación e a escasa chegada de inmigración. Mentres que a poboación crece a un ritmo inferior ao conxunto de España, o PIB practicamente duplicouse desde 1995. Deste xeito, o comportamento da economía na comunidade autónoma permite unha lixeira e conxuntural aproximación á produción por habitante da economía española (79,6 por cento ao 80,4 por cento).

Cifras similares son as dos gastos internos en I+D (% PIB autonómico) que, a pesar de ser negativos para Galicia, rexistran unha evolución esperanzadora. De modo irregular, durante os últimos 14 anos, creceu nun 168%, mentres que en España sitúase no 32%.

No caso da asequibilidade de servizos é un dos poucos datos favorables para Galicia desde unha perspectiva comparativa co conxunto de España. Os datos mostran que nesta comunidade autónoma as TIC representan unha porcentaxe maior dentro da renda media dispoñible nos fogares que no conxunto de España. A porcentaxe, composto polo gasto medio galego en servizos TIC e a renda autonómica por fogar, podería indicar unha aposta nos fogares pola posesión de servizos vinculados ás TIC, o que non implicaría necesariamente un consumo de servizos ou contidos relacionados coa SI, senón simplemente o interese polo consumo en tecnoloxía.

A situación é, polo tanto, relativamente optimista no caso das infraestruturas. Tanto os poderes públicos como as empresas privadas en Galicia realizaron investimentos importantes en infraestrutura, en TIC pero non na formación e uso das mesmas. Deste xeito, a telefonía fixa en fogares escasamente superior á media en España (en Galicia o 85,72 e en España 84,56); telefonía móbil non (85,72 en Galicia fronte a 84,56 en España) igual que en fogares con DVD (en España o 62,93 e en Galicia o 51,26) e con Televisión (99,39 en España fronte a 99,1 en Galicia). Tamén neste indicador, a pesar dunha situación de partida negativa para a comunidade autónoma galega na actualidade a “investimento en tecnoloxías do fogar” é similar ou superior en Galicia que no conxunto de España.

Dentro das oportunidades, o segundo punto do índice Localcom, as actuacións en cambio son favorables para a comunidade autónoma galega. Deste xeito, un dos poucos datos nos que Galicia se aproxima ou supera á media española desde o inicio da década dos 90 é a educación, fundamentalmente nos primeiros niveis. Os datos solicitados apuntan a unha tendencia favorable na educación infantil, primaria e secundaria en relación coa media española. En Galicia a taxa de alfabetización de adultos é da 97,7 fronte ao 97,2 en España, o que indica un dato moi positivo se se ten en conta o envellecemento da pirámide de idade na comunidade autónoma escasamente corrixido por factores sobrevenidos que inciden de forma máis importante noutras comunidades autónomas como a inmigración. Do mesmo xeito, no extremo contrario a cifra tamén é positiva xa que a poboación analfabeta/sen estudos maiores de 16 anos é inferior á media española (un 2,3 en Galicia fronte ao 2,8 na media española). Na mesma perspectiva sitúase a taxa bruta de escolaridade por nivel de ensino, definida como a relación entre o total de alumnado de calquera idade matriculado no nivel considerado, e a poboación do grupo de “idade teórica” de cursar o nivel considerado. En Galicia esta taxa sempre foi superior á de España e creceu a un ritmo superior ao do conxunto de España no período 1994-2004, onde se rexistra un incremento do 15% para Galicia e do 8% para España.

O punto de partida neste caso é positivo para o desenvolvemento da Sociedade da Información que precisa de infraestrutura e de formación específica para un emprego eficaz en prol do mantemento e superación das cifras comentadas.

Polo tanto, dentro das oportunidades, os recursos son moi escasos (sempre inferiores á media española) mentres que as actuacións son favorables para a comunidade autónoma galega.

En relación co emprego, a última chave considerada no estudo do desenvolvemento da Sociedade da Información, a comunidade autónoma figura tamén por baixo da media española, con valores entre 2 e 8 puntos inferiores á media.

O uso de internet por parte das empresas é similar á media española e, mesmo, un pouco superior no caso da utilización da rede para a formación. A situación adquire un matiz positivo no caso do uso de internet especialmente no ámbito das actuacións.

Nos recursos institucionais da rede, os datos dos que dispoñemos indican unha posición máis positiva (malia que as webs dos concellos están por baixo da media española -76,2 en España e 71,8 en Galicia-) en relación co conxunto de España. Con todo, a pesar da presenza en rede da maioría das administracións públicas e unha parte importante das empresas da comunidade autónoma galega estas non explotan todos os recursos que a rede ofrece.

Case todas as administracións públicas galegas teñen hoxe páxina web e, polo menos, un correo electrónico. Seguindo a tónica xeral da maioría dos sectores deste artigo, esta infraestrutura non implica a entrada na Sociedade da Información nen sequera o uso da nova tecnoloxía; simplemente significa a existencia dunha dotación tecnolóxica determinada.

O emprego das TIC dentro da administración pública debe interpretarse non só dentro da potenciación da e-administración. As tecnoloxías da información e a comunicación deberían potenciar a chegada da denominada administración comunicativa que non só se presenta ante o cidadán como un lugar afastado e escuro onde se realizan trámites administrativos senón sobre todo como un ente de servizo que ten a obrigaón de estar próximo e comunicar cos cidadáns. En Galicia, pese ao número de webs, non se pasou máis que, nalgúns casos, unha administración informativa ou con intención de ser transparente xa que na maioría dos casos o TIC non se usan habitualmente e, cando se fan, a información circula nun só sentido: da administración ao cidadán. Deste xeito, por exemplo, as páxinas web pódense converter en verdadeiros escaparates ou publicidade das administracións coa presenza dos gobernos (locais, provinciais ou autonómicos) e un panexírico da localidade. Pola contra, é moi raro que o cidadán poida ter interactividade e realizar, por exemplo, os trámites administrativos en liña.

Os avances poderían ser máis en varios apartados:

- a. O acceso a Internet de todas as persoas xa que, segundo o Observatorio TIC, un 16% dos cidadáns solicitan a outras persoas que utilicen Internet para establecer relacións coa administración.
- b. O uso da banca electrónica é outros dos factores que podería axilizar e axudar a introducir a relación en liña entre a administración pública e os cidadáns galegos. Só un 16% dos cidadáns admitiron utilizar algún servizo de banca electrónica ou e-banca.
- c. A validación e autentificación dos trámites é deficiente aínda escasa e os medios deficientes. O nivel de sinatura electrónica, por exemplo, é moi baixo e ao seu lado está a percepción de seguridade nas transaccións electrónicas coa

administración que ten o usuario. Só un 6% dos cidadáns ten firma electrónica, e case sempre motivada pola AEAT que así o require para a tributación a través da rede.

Aínda que atendendo ao nivel de sofisticación ou avance nos servizos ofertados, podemos falar, a modo xenérico, de catro niveles diferenciados que habitualmente se van adquirindo nas administracións públicas, en Galicia non se pasou dos primeiros:

- Nivel 1. Informar o cidadán ou á empresa, facilitando o acceso á información sobre os servizos públicos.
- Nivel 2. Permitir a interacción do usuario que accede ao servizo, posibilitando, cando menos, a descarga de formularios, que é o procedemento habitual de solicitar un determinado servizo.
- Nivel 3. Permitir que o usuario se identifique e complemente os formularios.
- Nivel 4. Facilitar a realización dunha xestión completa, incluíndo a resolución de incidencias e, no seu caso, a liquidación ou o pago dos servizos prestados.

Concretamente, a administración central ou autonómica en Galicia atópase no nivel 3 e nalgúns casos no 4. En referencia á administración local, o nivel de avance é sensiblemente inferior, en concreto un 25% da web permiten algún tipo de interacción facilitando a descarga de impresos e formularios o que corresponde ao segundo nivel do modelo descrito anteriormente. Soamente o 5% das municipais permiten a realización dalgún trámite.

Finalmente, en canto á intensidade de diferentes usos da rede polos cidadáns, os datos son semellantes á media española coa excepción dun incremento importante que consideramos relevante destacar no caso da poboación infantil. Entre os argumentos para non utilizar internet, destacan nesta orde de importancia os seguintes: sensibilización, formación, custo da tecnoloxía, capacidade para acceder (conectividade).

3. Cronoloxía das políticas públicas

O desenvolvemento das políticas públicas relacionadas coa evolución da Sociedade da Información en Galicia estivo marcado durante os últimos anos por tres grandes trazos: a) a importancia da Unión Europea nunha zona prioritaria como era Galicia; b) a ausencia de planificación, implementación e avaliación dunha política integrada neste ámbito e c) o avance por parte de diferentes actores sociais en distintos ámbitos que conforman o que hoxe podemos chamar Sociedade da Información en Galicia.

En relación co primeiro caso, debemos indicar que todas as políticas que imos describir a continuación están enmarcadas dentro do plan e-Europe 2002 e e-Europea 2005, da Comisión das Comunidades Europeas que marcan as directrices xerais e as prioridades co obxectivo de converter a Europa nunha economía baseada

o coñecemento e na xestión do mesmo a través das tecnoloxías da información e a comunicación de forma que se incremente a competitividade e o dinamismo coa meta marcada no ano 2010. Non sen sentido ás TIC débese a cuarta parte do crecemento do PIB da UE e o 40% do crecemento da produtividade, segundo os datos recollidos no informe “2010 unha Sociedade da Información Europea para o crecemento e o emprego”, presentado como comunicación da Comisión ao Consello, ao Parlamento Europeo e ao Comité Económico e Social Europeo e ao Comité das Rexións o pasado mes de xuño do ano 2005 (www.observatoriogalicia.org).

Dentro desta dinámica supranacional, á Xunta de Galicia corresponderíalle un importante papel. Durante a realización o estudo presentado neste artigo non existiu un plan de políticas públicas específico para a Sociedade da Información. Con todo, existiron unha serie de actuacións en diferentes ámbitos que conformaron o que hoxe denominamos en Galicia Sociedade da Información e que consideramos relevantes para os próximos anos.

Os poderes públicos galegos entenderon nun inicio que o desenvolvemento da SI ía vinculado á investigación, o desenvolvemento e a innovación tecnolóxica e así se incluíu no Plan Galego de Investigación, Desenvolvemento e Innovación Tecnolóxica (PGIDIT) 1999-2001 e no Plan Galego de Investigación, Desenvolvemento e Innovación Tecnolóxica (PGIDIT) 2002-2005.

O primeiro proxecto estaba centrado fundamentalmente na innovación empresarial (documento “Galicia 2005” en www.xunta.es) e no investimento tecnolóxico como factor de maior rendibilidade empresarial.

O segundo plan ademais de continuar co ámbito empresarial como eixo dos seus obxectivos extendía estes a outros espazos sociais. Deste xeito, tiña como finalidade básica contribuír eficazmente ao desenvolvemento económico e social de Galicia mediante o incremento da capacidade científico-tecnolóxica, a participación das empresas no proceso de innovación e a extensión dos beneficios de investigación ao conxunto da sociedade.

A finalidade básica explícita desta política pública era impulsar o despegamento económico e social de Galicia mediante o incremento da capacidade científico-tecnolóxica, a participación das empresas no proceso de innovación e a extensión dos beneficios da investigación ao conxunto da sociedade. Buscábase favorecer o desenvolvemento dos sectores de maior interese, así como coordinar esforzos para potenciar aqueles considerados prioritarios ou emerxentes. Para isto, planificábase, dentro do Programa Sectorial de Tecnoloxías para a Innovación, a convocatoria de Tecnoloxías de Deseño e Producción Industrial, na que se consideran prioritarios os proxectos de investigación orientados á mellora de procesos produtivos ou de deseño, os de definición de novos compoñentes e materiais, os de aproveitamento de subprodutos, e os de definición de novos produtos ou das súas melloras significativas, presentados polas empresas do sector da madeira e moble, téxtil e confección, automoción, construción naval, bens de equipo e maquinaria.

O plan estruturouse en programas sectoriais: recursos naturais, tecnoloxías para a innovación e os que son especificamente do noso interese que son os servizos ao cidadán, divididos en ciencias sociais e SE propiamente dita. Os programas horizontais destinábanse a recursos humanos, axuda á innovación ás empresas, cooperación internacional e sensibilización social. A división feita no plan contempla a aplicación do TIC á educación, saúde pública, turismo, lecer e deportes, dereito, economía e empresa. Tamén inclúen relacións coa administración pública, a calidade de vida e aplicacións aos diversos sectores económicos.

A valoración da implementación das políticas sinaladas que se fixo nos informes elaborados pola propia administración autonómica foi cualificada de positiva. Segundo a Xunta de Galicia, a administración autonómica realizou nos últimos anos un gran esforzo no proceso de implantación do novas TIC en todos os campos, froito do cal Galicia conta coa infraestrutura pública máis importante en banda ancha: a Autoestrada Galega da Información, que soporta a Rede de Ciencia e Tecnoloxía para as comunicacións das universidades, centros de investigación e centros tecnolóxicos de Galicia. Ademais, dispón dun alto nivel de implantación tecnolóxica e de acceso a Internet en escolas, centros de saúde, hospitais e na totalidade dos organismos e delegacións da Xunta de Galicia, conectados coa rede oficial de voz e datos. Conta tamén co soporte dun sistema ciencia/tecnoloxía e cunha base de tecido empresarial galego relacionado co mundo do TIC e a produción de software, que están a ofrecer solucións tecnolóxicas moi avanzadas para as necesidades da sociedade.

Dentro das liñas concretas de actuación destacaremos as seguintes:

- Posta en marcha da estruturación e programación de actividades do Observatorio Tecnolóxico de Galicia, que é o centro de referencia sobre os indicadores básicos da sociedade da información en Galicia e a súa situación no contexto nacional e europeo.
- Continuación da política de axudas ás empresas galegas para fomentar a incorporación de equipos innovadores aos seus sistemas de xestión e procesos produtivos.
- Continuación da liña de axudas destinadas a impulsar o desenvolvemento do sector do TIC en Galicia, fundamental polo seu elevado potencial innovador e polo efecto multiplicador que produce nos demais sectores da economía ao proporcionar novos recursos competitivos.
- Posta en marcha da Estratexia de Galicia para a sociedade da información, na que se incluírán, cun criterio integrador, todas as iniciativas que teñan un efecto positivo para a sociedade, e un ambicioso programa de medidas que cubran a medio e longo prazo os puntos débiles do desenvolvemento tecnolóxico de Galicia e a implicación dos cidadáns na utilización das novas tecnoloxías, como factor xerador de novas capacidades, de emprego e de desenvolvemento económico.

A misión da Estratexia para a Sociedade da Información é, fundamentalmente, eliminar ou reducir a incidencia dos problemas detectados no proceso de incorpor-

ación de Galicia ás tecnoloxías que integran a sociedade da información, como un paso indispensable para o desenvolvemento económico e social. Entre os obxectivos concretos destacan:

- As empresas e os cidadáns deben ter acceso a unha infraestrutura de comunicacións de boa calidade e barata e a un amplo abanico de servizos.
- Todo cidadán debe posuír os coñecementos necesarios para traballar e vivir na nova sociedade da información.
- As distintas formas de acceso deben evitar a exclusión en relación coa información.
- Debe reforzarse a loita contra o analfabetismo tecnolóxico.
- Debe prestarse especial atención ás persoas discapacitadas.
- As tecnoloxías da información poden empregarse para renovar o desenvolvemento urbano e rexional e fomentar tecnoloxías seguras para o medio natural.
- O pleno desenvolvemento de Galicia depende de que esta sexa capaz de xerar as condicións adecuadas para que prosperen o comercio electrónico e Internet, de forma que poida competir en mellores condicións, conectando máis empresas e fogares á rede por medio de banda ancha.

A responsabilidade sobre o Plan era competencia da Xunta de Galicia e, dentro dela, da Comisión Interdepartamental de Ciencia e Tecnoloxía (CICETGA) e da Secretaría Xeral de Investigación e Desenvolvemento, á que corresponde a elaboración do proxecto. A xestión do devandito Plan era responsabilidade da Secretaría Xeral de I+D, que actuaban en coordinación coas Consellerías da Xunta de Galicia, en relación cos programas sectoriais que lles afectan. Dentro dos programas sectoriais un deles era o titulado “Tecnoloxías da información e as comunicacións”, coa finalidade de potenciar o avance no sector das tecnoloxías da información e as comunicacións, pero tamén favorecer a incorporación de solucións innovadoras.

Como observamos, algúns dos programas ou accións específicas inicialmente buscaron potenciar aspectos relacionados coa SE pero en ningún caso asumíase esta como o reto global. Así, leváronse a cabo accións puntuais de incentivos para a compra de infraestrutura tecnolóxica ou mesmo de formación para determinados sectores da sociedade.

Pero, como indicábamos anteriormente tanto ao inicio como nos últimos anos a conformación da SI en Galicia foi realizada por diferentes actores e entidades sociais.

Como resumo, ofrecemos a continuación a cronoloxía das distintas entidades que, dalgún modo, participaron activa e explicitamente no desenvolvemento dalgún ámbito da SE en Galicia.

- 1988: Instituto Galego de Estatística. É un organismo autónomo de carácter administrativo con personalidade xurídica e patrimonios propios, adscrito á Consellería de Economía e Facenda creado por lei en 1988. Ten como obxectivo prioritario o potenciar canles de información estatística propia de Galicia.

- 1991-1993: CESGA. En 1991 asínase o convenio entre a Consellería de Educación e Ordenación Universitaria-Consello Superior de Investigacións Científicas para a creación do Centro de Supercomputación de Galicia (CESGA). En maio de 1993 comeza o seu funcionamento. O seu obxectivo fundamental era promover e apoiar o uso de novas tecnoloxías fundamentalmente no ámbito da empresa.
- 1995: Consello Asesor de Telecomunicacións e Audiovisual. Foi creado por decreto para ser o máximo órgano asesor do Goberno da Comunidade Autónoma Galega en materia de telecomunicacións e audiovisual. Fundamentalmente encárgase do estudo, a deliberación e as propostas en materias relativas ás telecomunicacións e ao audiovisual, así como emitir informe sobre os asuntos que o Consello da Xunta solicite ou os que se aborden por iniciativa propia.
- 1996: Fundación para o Fomento da Calidade Industrial e o desenvolvemento Tecnolóxico. Constituída como unha entidade sen fin de lucro pola Consellería de Innovación e Industria da Xunta de Galicia. Nacía cos obxectivos fundamentais de promover a difusión e aplicación de políticas en materia de calidade, tecnoloxía e innovación, recibindo adicionalmente a xestión de infraestruturas tecnolóxicas.
- 1997: Centro de Observación de Galicia. É un servizo promovido pola Consellería de Innovación e Industria e ten como obxectivo principal observar o posicionamento de Galicia nas áreas do seu ámbito de actuación: as tecnoloxías da información e a comunicación (TIC), a calidade e a innovación, para mellorar a competitividade das empresas, organizacións, etc.
- 2000: Centro Multimedia de Galicia. Actúa como coordinador e dinamizador da Rede de Centros de Comunicación, formada pola Rede de Aulas Multimedia de Galicia e a Rede de Telecentros de Comunicación.
- 2003: Centro de Competencias de Comercio Electrónico. Nace para fomentar, apoiar e axudar ás pequenas e medianas empresas galegas no uso de novas tecnoloxías e na planificación e implementación de proxectos de comercio electrónico.
- 2003: Retgalia. Entre os obxectivos da rede destaca o ser un mecanismo de traballo coordinado entre todos os centros tecnolóxicos que operan en Galicia, de maneira que se aproveiten todas as súas potencialidades, contribuíndo a acadar a calidade total no sistema galego de innovación. Preténdese tamén favorecer o apoio ao desenvolvemento de accións precisas para a difusión de coñecemento, información, promoción da ciencia e a tecnoloxía, así como a prestación de servizos ás empresas.
- 2005: Dirección Xeral de Promoción Industrial e de SI e Desenvolvemento da SI.
- 2006: Mancomun. Portal do Software Libre en Galicia. Como obxectivos ten os seguintes: a) facilitar o desenvolvemento industrial do software libre; b) difundir a SE entre a sociedade galega; c) potenciar o uso de aplicacións informáticas en galego; d) impulsar a utilización de estándares abertos para evitar a dependencia tecnolóxica.

- 2007: Comisión Interdepartamental da SE e o coñecemento. Forma parte do PEGSI.
- 2007: Plan Estratéxico Galego da SE (PEGSI 2007-2010).

4. Conclusións

En definitiva, Galicia partía dunha situación de desvantaxe comparativa en relación con outras comunidades autónomas hai aproximadamente 25 anos o que xa condiciona unha posición desfavorable no momento actual, xa que a pesar de que nalgúns dos items os avances foron positivos durante os últimos anos, o Índice Localcom sitúa a Galicia en sexto lugar por baixo da media española e só mellor situada que Andalucía e Castela A Mancha. Con 0,303 puntos Galicia sitúase, xunto coa Comunidade Valenciana, Andalucía e Castela A Mancha, na categoría de desenvolvemento moderado. Durante estas dúas décadas e media os diferentes sectores de dinamización da vida económica, social, cultural e política involucráronse de modo diferente na denominada Sociedade da Información. Con todo, podemos extraer algunhas conclusións válidas para todos eles:

1. Ausencia de políticas globais de inmersión á sociedade galega na Sociedade da Información. Non existiron políticas públicas coherentes destinadas á planificación, implementación (e, por suposto, posterior avaliación) de accións concretas neste ámbito. Galicia carecía dun plan estratéxico que deseñaran as políticas públicas e privadas para os próximos anos.
2. Carecemos desde o punto de vista da administración pública, mesmo dun diagnóstico cuantitativo e cualitativo da situación real de Galicia neste sentido.
3. En cambio, nos dous ámbitos sinalados existen accións puntuais tanto de acción política como de avaliación da situación:
 - a. A primeira delas realízase fundamentalmente a través de investimentos importantes en infraestrutura (ben mediante a compra directa se se trata de entidades ou centros da administración pública -como os educativos- ou ben a través da subvención se se trata de entidades privadas ou particulares (axudas ás empresas para a compra de computadores, aos estudantes). Como consecuencia, temos actualmente a radiografía dun país con suficientes (mesmo ás veces demasiadas) infraestruturas tecnolóxicas infrautilizadas por falta de formación ou de persoal. Ante unhas políticas públicas baseada na infraestrutura cuantitativa os diferentes sectores da sociedade galega non se implicaron. Consideramos necesaria a revisión desta actitude ante a Sociedade da Información que é, ademais da distribución das novas tecnoloxías entre os diferentes sectores da sociedade, a penetración real destas na vida dos cidadáns, das empresas, das institucións públicas, etc. provocando algún tipo de cambio na actividade desenvolvida.

b. No caso da valoración da Sociedade da Información en Galicia si é certo que existen algúns informes que puntualmente publican datos fundamentalmente cuantitativos sobre a situación das Tecnoloxías da Información en Galicia, pero carecen dunha metodoloxía común e na maioría dos casos son sectoriais e responden os intereses propios dos actores dese sector público ou privado.

Como resultado obtemos, como vimos na análise anterior, un panorama desigual nos sectores, tendo datos relevantes nalgúns e ocupando os últimos lugares na maioría deles.

É necesario para o desenvolvemento da Sociedade da Información non só un contorno infraestructural, senón, sobre todo, social e político.

En canto ás conclusións sectoriais podemos sinalar as seguintes:

1. A intervención pública no ámbito da Sociedade da Información foi nos últimos anos puntual e sectorial, dirixida fundamentalmente á adquisición de infraestructura tecnolóxica máis que ao uso e emprego cualificado do novo instrumento. Como resumo da situación actual podemos sinalar a escasa utilización da rede como motor de cambio, a dependencia tecnolóxica do exterior, o medo ao investimento con risco, a escasa especialización e o futuro incerto.
2. Ademais do investimento noutros sectores a administración pública debe encargarse de consolidar a e-administración. Aínda que en Galicia a maioría das administracións públicas contan con páxina web e correo electrónico, estas adoitan ser estáticas e desaproveitan as posibilidades que ofrece a nova tecnoloxía.
3. No ámbito da educación rexistramos un índice de alfabetización moi alto pero con escasa presenza do uso efectivo do TIC. Como consecuencia das políticas públicas aplicadas Galicia conta neste momento cunha importante infraestructura tecnolóxica.
4. En canto ao apartado relacionado coa competitividade e a innovación detectamos unha brecha dentro da propia comunidade empresarial de Galicia. Por unha banda, a comunidade autónoma conta cunha pequena porcentaxe de empresarios que coñecen a importancia das TIC, invisten nelas e utilízanas; e outro sector fundamentalmente de pemes que están a permanecer fóra desta dinámica.
5. Fogar e inclusión de cidadáns. Se unha das características fundamentais da Sociedade da Información é a utilización das TIC por parte dos cidadáns Galicia non acadan o aprobado. É este quizais un dos puntos onde a comunidade autónoma galega presenta maiores deficiencias.

Estamos, polo tanto, nun período de transición no que a penetración na Sociedade da Información podería funcionar como un instrumento -nunca como un fin- para relanzar a sociedade e a economía galega.

Para iso serían necesarios o investimento en formación e o seguimento do uso cualitativo das novas tecnoloxías da información e a comunicación.

Bibliografía

Consello Económico e Social (2001) *Memoria sobre a situación económica e social, Galicia 2002*, Santiago de Compostela: Consello Económico e Social de Galicia.

Fernández Leiceaga, X. López Igrexas, E. (2000) *Estrutura económica de Galiza*, Noia: Edicións Laivento.

Fundación Caixa Galicia (2002) *A Economía Galega. Informe 2000-2001*, Santiago de Compostela: Fundación Caixa Galicia.

Gómez e Díaz Castroverde, J.M. (coord) (2001) *Galicia 2010*, Santiago de Compostela: Asociación Proxecto de Investigación Galicia 2010.

López García, X. (coord) (2002) *Informe. A comunicación en Galicia 2002*, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

López García, X. (coord) (2004) *Informe. A comunicación en Galicia 2004*, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

Iniciativa de pesquisa no ciberespazo lusófono

Rede para a detección de barreiras na circulación de produtos do audiovisual galego

Xan Gómez Viñas*

Amanda Paz Alencar**

Silvia Roca Baamonde***

Ana Isabel Rodríguez Vázquez****

María Salgueiro Santiso*****

Resumo

A aplicación das novas tecnoloxías e do concepto “rede virtual” como sustento do proceso investigador, preséntase como pilar básico do proxecto *Lusofonía: interactividade e interculturalidade* do Grupo de Estudos Audiovisuais da USC. Este proxecto, ao abeiro do programa In.ci.te de I+D, pretende localizar, a partir do estudo da recepción de produtos-modelo, as barreiras lingüísticas, culturais ou políticas que frean a circulación de produtos audiovisuais en lingua galega no espazo lusófono. Tanto a formulación inicial como a metodoloxía de traballo e mesmo a obtención de resultados artéllanse de acordo coa aplicación das tecnoloxías da Sociedade da Información ao conxunto do proceso. Créase, pois, unha intranet de xestión específica de xeito que, tanto as relacións dos membros do equipo de investigación, como as destes cos grupos parceiros e cos universos de recepción da pesquisa, conformasen unha rede de intercambio que tivese como marco de desenvolvemento o ciberespazo lusófono.

Palabras clave: Lusofonía; Rede; Audiovisual; Lingua; Barreiras

Abstract

The application of new technologies and the concept of “virtual net” as the support of the researcher process is seen like the basic pillar of the Lusophony: interactivity and intercultural’s project developed by Estudos Audiovisuais group, of USC. This project, under the programm In.ci.te of I+D, aims locate, after a reception study of model-products, the linguistic, cultural and political barriers that brake the circulation of audiovisual products spoken in galician language around the lusophony space. Initial approach, working methodology and even the obtaining of results were designed in the whole proces in accordance with the application of the

* Grupo de Estudos Audiovisuais. Departamento de Ciencias da Comunicación. Universidade de Santiago de Compostela

** Grupo de Estudos Audiovisuais. Departamento de Ciencias da Comunicación. Universidade de Santiago de Compostela

*** Grupo de Estudos Audiovisuais. Departamento de Ciencias da Comunicación. Universidade de Santiago de Compostela

**** Grupo de Estudos Audiovisuais. Departamento de Ciencias da Comunicación. Universidade de Santiago de Compostela - anaisabel.rodriguez.vazquez@usc.es

***** Grupo de Estudos Audiovisuais. Departamento de Ciencias da Comunicación. Universidade de Santiago de Compostela

Information Society's technologies. So, an intranet of specific management is crated in according to form and exchange net between the members of the research team, and their with the colaborator groups and the universes of reception in the investigation, having by context of development the lusophone's ciberspace.

Keywords: Lusophony; Net; Audiovisual; Language; Barriers

1. Introducción

Cales son as razóns prácticas que impiden a circulación de produtos audiovisuais galegos no espazo lusófono? Que produtos e para que públicos, son as interrogantes que organizan a proposta de pesquisa *Lusofonía: interactividade e interculturalidade* que desenvolve dende 2008 o Grupo de Estudos Audiovisuais do Departamento de Ciencias da Comunicación, do que fixeron parte para o proxecto Margarita Ledo Andión (investigadora principal), Francisco Campos, Enrique Castelló, Xan Gómez Viñas, Amanda Paz, Xosé Pereira, Marta Pérez Pereiro, Silvia Roca, Ana Isabel Rodríguez e María Salgueiro.

Nos últimos anos, o desenvolvemento das novas tecnoloxías e das comunicacións fomentou a aparición dun mundo globalizado. Galiza e os países lusófonos (que en diante abreviamos como lusofonía) constitúen un espazo xeo-lingüístico que podería devir un valor na mundialización, tanto a nivel económico coma cidadán. Un espazo plural e asimétrico pero cun fío común, a partilla de idiomas do mesmo sistema lingüístico, que debера ser, por si propia, unha peza de inestimable valor de uso -e de cambio- para a circulación de produtos da industria cultural, sobremaneira nun tempo en que falar de cibercultura é xa un lugar común. Porén, e a pesar de declaracións institucionais e do ensaio dalgúns programas de políticas públicas, esta posibilidade non remata de se concretar. O problema, ou unha das fasquías determinantes para avanzar na solución do mesmo, está en sermos capaces de localizar as barreiras, con e para alén da cuestión lingüística, que obstaculizan esta realidade potencial.

Trátase, pois, dunha iniciativa investigadora no ciberespazo lusófono artellada para ser desenvolvida través dunha rede de intercambio específica (intranet) sobre a que se establecerán tanto as relacións dos membros do equipo de investigación, como as destes cos grupos parceiros e cos universos de recepción da pesquisa. Xérase, así, unha ferramenta específica consonte ás necesidades do estudo que fai converxer as industrias culturais convencionais coa innovación, construindo o que comeza a se nomear Industrias Creativas.

Para a conformación do marco conceptual da pesquisa pártese dunha vontade por definir o espazo xeolingüístico de referencia, dende a idea de que a través do recoñecemento da diferenza resulta máis doado atopar puntos en común. Neste camiño foron de especial relevancia o volume colectivo *Lusografías* (2004) e o *Atlas da Lusofonía*, de Pedro Cardoso (2005). No apartado metodolóxico, como se explicará, botouse man dunha estratexia multidisciplinar ao combinar técnicas cuantitativas e cualitativas no procesamento dos datos da investigación, o que levou a consultar textos heteroxéneos arredor dos procesos de pesquisa e análise de datos cualitativos: *Metodoloxías cuali-*

tativas de investigación en comunicación de masas, de K. Jensen y N. Jankowski (1993); *Técnicas cualitativas de investigación social. Reflexión metodológica y práctica profesional*, de M. S. Valles (1997); obras clave no eido investigador das ciencias sociais e os medios de comunicación (*Metodología de la investigación*, de Roberto Hernández Sampieri (2003); *Mass Media Research: An Introduction*, R. & D. Wimmer, J. R. Dominick (1994); e por último textos de referencia que poñen en relación os produtos culturais e audiovisuais coa comunicación cultural transnacional (*Televisión: comunicación global y regionalización*, de John Sinclair (2000).

2. A ferramenta de pesquisa no ciberespazo lusófono

Deseñar e desenvolver a intranet de xestión para o proxecto *Lusofonía: interactividade e interculturalidade* propúxose dende o inicio como un dos principais puntos de partida e de retorno do proceso investigador. En torno a esta ferramenta online converxerán os principais axentes do proceso (grupo de pesquisa e grupos de recepción), os contidos (mostras) e instrumentos (cuestionarios) de análise. O concepto de rede pode entenderse, pois, nunha dobre acepción: establecerase, dun lado, un traballo de análise en rede, e doutro foméntase unha rede de intercambio de coñecemento sobre o principal obxecto de estudo.

Quedan establecidos deste xeito os distintos niveis da plataforma online que sustenta a iniciativa de pesquisa no ciberespazo lusófono. O propio concepto de intranet con acceso restrinxido aos membros do equipo da pesquisa e do universo de recepción xera unha rede de participación que se fomenta con servizos de intercambio de información a través de foros/grupos de discusión/chats cos que se pretende enriquecer dende o punto de vista cualitativo a análise de datos sobre os hábitos de consumo e a percepción sobre as mostras recollidas mediante os cuestionarios *online*.

2.1. Primeiro nivel: presentación, acceso e servizos

Desenvolver unha web que permita a visualización de material audiovisual, a xestión dos usuarios e a recolla de datos para unha posterior análise formúlase como a ferramenta de traballo indispensable nesta pesquisa no ciberespazo lusófono. Imaxin | software, unha das empresas parceiras do proxecto, encárgase de deseñar unha plataforma online de acceso restrinxido que permite avaliar diverso material audiovisual por parte do público lusófono que terá que visionar certos produtos audiovisuais galegos e valoralos contestando a un cuestionario.

A web/intranet está soportada polo xestor de contidos Orchestra, baseado no framework Symphony, o que facilita a súa implementación e ampliación e permite xestionar de xeito sinxelo e rápido as distintas seccións da web, tanto as estáticas como as dinámicas, ademais do control sobre os accesos ás áreas restrinxidas aos diferentes usuarios do sistema. Asemade, este xestor de contidos permite a actualización descentralizada da web polos responsables do equipo de pesquisa do proxecto. O

módulo de xestión de usuarios é o encargado da seguridade e control dos accesos. Os administradores da web poden crear, modificar ou eliminar usuarios e atribuír permisos para realizar as distintas tarefas do sistema.

Neste sistema de xestión de contidos avanzado, é posible definir novos usuarios, grupos e credenciais de xeito individual ou grupal. O mecanismo de credenciais permite restrinxir o acceso a determinados scripts php (programador) e configúrase en arquivos polo administrador de sistemas ou programador. O acceso a contidos definidos polo usuario administrador realízase mediante usuarios ou grupos que se configuran na área privada que se crea para cada contido. Ademais pódense especificar, para cada usuario, as accións (crear, modificar, eliminar) que pode realizar con cada un dos contidos previamente deseñados. O sistema permite ao usuario recuperar o contrasinal de entrada en caso de que non o lembre, recibíndoo no seu correo electrónico. Os administradores deste entorno web –neste caso os membros do grupo Estudos Audiovisuais– son os encargados de controlar este acceso restrinxido dando de alta aos usuarios acreditados polos grupos parceiros e que pasan a constituírse no universo de recepción.

Este módulo de acceso posiciónase, pois, na páxina de inicio da web do proxecto (<http://www.agacom.org/lusofonia/>) e actúa como punto de partida dunha pesquisa que parte dun binomio composto, por unha banda, dunha mostra representativa de producións audiovisuais en lingua galega, e completado, pola outra, cunha serie de grupos de recepción en tres puntos cualitativamente diferentes do espazo lusófono: Brasil, Guiné-Bissau e Portugal.

The screenshot shows a web interface for 'LUSOFONÍA. INTERACTIVIDADE E INTERCULTURALIDADE' at the 'Universidade de Santiago de Compostela'. The page includes a navigation bar with links for 'Inicio', 'O proxecto lusofonia', 'Novas', 'Axenda', 'Mostras', and 'Foros'. The main content area features a circular image and text in Galician discussing Lusophone countries and audiovisual production. On the right, there is a login section with fields for 'Nome de usuario' and 'Contraseña', and a 'login' button. Below the login section is a 'CALENDARIO' for 'Setembro 2010' in 'Vista de calendario - Vista de listado' format. At the bottom, there is a 'Saber máis' section with logos for 'USC', 'Estudos Audiovisuais', and 'incite', along with logos for 'UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR', 'FEUC', and 'FEUP'.

Imaxe 1

Os grupos de recepción que finalmente se constituén e participan da pesquisa son: Universidade da Beira Interior-UBI (Portugal), Pontificia Universidade Católica do Río Grande do Sul-PUCRS (Brasil), Universidade Federal de Bahía-UFBA e Universidade

Lusófona de Guiné-Bissau. Neste primeiro nivel de acceso á plataforma online, e xunto cunha breve introdución a xeito de presentación do proxecto, o usuario ten acceso aos restantes contidos e servizos. Entre eles, o módulo de “Axenda/Calendario”, cunha función informativa e de seguimento do cronograma de traballo de cada grupo; a sección de “Novas”, onde se dá conta de informacións de interese para a pesquisa e os grupos participantes; ou o módulo “Foros”: unha ferramenta especialmente concibida para o fomento da discusión e do intercambio de opinións entre o universo de recepción do proxecto, e que se complementa coa celebración de varios encontros virtuais vía Skype. Estas seccións ou servizos conforman o menú superior da páxina principal da web dende onde tamén se accede aos apartados de análise a través do enlace “Mostras”.

2.2. Segundo nivel: identificación dos hábitos de consumo dos receptores

Logo do rexistro de cada participante na pesquisa á intranet, complétase o proceso de creación da conta de usuario mediante a cobertura dun cuestionario que permite a identificación dos hábitos de consumo de cada receptor. O xestor de contidos permitirá, posteriormente, adxudicar as respostas sobre os contidos das mostras (logo dos visionados das mesmas) ao perfil de cada usuario. O cuestionario sobre hábitos de consumo cúbrese unha única vez ao inicio do proceso de análise, e de xeito previo aos visionados das mostras. O proxecto contempla a creación dunha base de datos específica asociada aos cuestionarios –hábitos de consumo e análise das mostras- á que teñen acceso permanente os administradores da intranet que poden ir xerando informes de xeito periódico e consultar a evolución da actividade dos participantes na pesquisa dende os grupos de recepción.



Imaxe 2

Entre as cuestións que se formulan nesta enquisa sobre o perfil do usuario (máis información no apartado 3 deste artigo) figuran as relativas ao uso dos distintos medios e soportes de consumo da comunicación, en xeral, e das obras audiovisuais, en particular.

2.3. Terceiro nivel: análise das mostras

Unha vez cuberto o cuestionario sobre os hábitos de consumo, cada receptor accede ao conxunto de mostras que debe visionar e analizar a través dun novo cuestionario. Cada receptor ten acceso previo a unha ficha identificativa de cada mostra, así como aos datos técnicos e de contido que poden resultar de axuda de cara á comprensión das obras ou fragmentos que se propoñen. Tras un primeiro visionado íntegro da mostra, o usuario debe analizala a través do correspondente cuestionario. Neste nivel de análise o receptor pode volver a visionar a obra audiovisual tantas veces desexe para complementar as súas respostas, podendo avanzar ou retroceder dentro da mostra por medio dunha barra de navegación que permite situarse nun punto concreto do fragmento.

Sobre as mostras seleccionadas polo grupo Estudos Audiovisuais da USC (máis información no apartado 3 deste artigo), os receptores deben posicionar o seu punto de vista sobre a ambientación/decorado/atrezzo, a banda sonora/locución/efectos, a construción das personaxes, a continuidade espazo-temporal da narración (récord), os diálogos e os monólogos, a dirección de actores, o guión (estrutura e ritmo narrativos), a iluminación e a dirección de fotografía, a montaxe e a edición, a planificación audiovisual (angulación de cámara, profundidade de campo,...) ou a postproducción e os efectos especiais. En todos os casos, o cuestionario contempla unha opinión cuantitativa, a través da valoración numérica en gradación, e outra cualitativa xa que cada pregunta conleva un espazo aberto aos comentarios persoais de cada receptor.

3. Materiais empregados na pesquisa

3.1. Sistemática para a obtención de datos. O cuestionario

A partir do marco teórico, dos antecedentes e o estado da cuestión de referencia, acómetese o deseño metodolóxico da nosa proposta, condicionado pola natureza cuantitativa e cualitativa dos datos a tabular. Deste xeito, no que atinxe á sistematización dos datos cuantitativos, o deseño da ferramenta de enquisa online acolle distintas combinacións de medicións escalares aos efectos de garantir a fiabilidade e produtividade dos contidos, minimizando os riscos de automatización ou de trivialización nas respostas.

En canto ao procesamento dos datos cualitativos, pretendíase completar os resultados cuantitativos obtendo outro xeito de información máis espontánea, ou cando menos non condicionada por magnitudes escalares previamente establecidas. Neste sentido, optouse pola análise semántica dos chats mantidos cos distintos universos referenciais integrantes das mostras de poboación estratéxica, sendo despois sistematizada por programas informáticos específicos de minería de opinión.

A partir da metodoloxía sinalada artéllase o cuestionario definitivo inserido na ferramenta online *Orchestra* cuxos resultados fornecen ao grupo de Estudos Audiovisuais do material primario sobre o que establecer as interpretacións e conclusións finais da investigación.

O cuestionario divídese, nunha primeira discriminación, en dous grandes bloques: un primeiro dedicado á definición do perfil de usuario, tanto a nivel demográfico e sociocultural, como de consumidor de produtos culturais; un segundo apartado de análise das mostras a cumprimentar polo enquisado ao remate do visionado de cada fragmento.

Os dous primeiros apartados do cuestionario destinados, como se explicou, a delimitar e definir a poboación participante na pesquisa, deben ser cubertos por cada alumno no momento de ingresar na páxina. O *login* no *Orchestra* realízao cada alumno escollendo un nome de usuario e indicando a universidade de procedencia o que nos permite unha primeira clasificación do alumnado por centro de estudos. [Ver Imaxe 1]

Unha vez dentro da páxina o usuario debe cumprimentar os apartados de *Perfil de usuario* e *Hábitos de consumo*, pasos indispensables para acceder ao visionado das mostras. Cada un dos apartados do cuestionario posúe ao remate dúas casiñas destinadas a que cada alumno poida achegar as consideracións que vexa oportunas sobre as preguntas propostas e, ao tempo, introduza temas acaídos para o apartado de Foros. O primeiro casilleiro permite coñecer as posibles incidencias acontecidas na cumprimentación do cuestionario ou aquelas preguntas que foron de difícil comprensión. A casiña destinada ás propostas para os foros ten especial relevancia no cuestionario de análise das mostras pois permite extraer temáticas e aspectos relevantes derivados do visionado das pezas que suscitan especial atención no receptor. Os comentarios dos alumnos parceiros son reenviados automaticamente ao enderezo electrónico do Grupo de Estudos Audiovisuais, o que facilita dende o grupo matriz o seguimento das incidencias na navegación da ferramenta ao tempo que permite dinamizar e moderar o apartado de Foros.

O *Perfil de usuario* achega ao grupo de Estudos Audiovisuais datos demográficos e socioculturais arredor da poboación participante. Estas primeiras categorías crearon a base sobre a que artellar os pertinentes cruzamentos de variables e permitiron definir dinámicas poboacionais nos usuarios da páxina ao podermos clasificar o alumnado nos seguintes parámetros: xénero, idade, lugar de procedencia, número de habitantes do hábitat de residencia, nivel de estudos, status socioeconómico e profesión.

Logo desta primeira fase puramente estatística o alumno cumprimenta catro apartados que teñen como obxectivo a detección dos valores socioculturais impe-

rantes en cadanseu ámbito persoal e colectivo. Nesta sección do cuestionario conflúen preguntas referidas á identidade individual e grupal, problemas e valores sociais preponderantes, ou os factores que inflúen na percepción de felicidade e benestar do usuario, con posibilidade de resposta múltiple. Para a achega de opcións de resposta dende o grupo de Estudos Audiovisuais recorreuse ao Barómetro Europeo publicado pola Comisión Europea en 2001, ferramenta que, a través dun perfeccionado sistema de sondaxes, detecta aqueles problemas sociais que máis preocupan á poboación.

O apartado de *Hábitos de consumo* procura unha definición do perfil do enquisado como consumidor de produtos culturais e, nomeadamente, como espectador de contidos audiovisuais. A análise das respostas deste apartado achega ao grupo compostelán un coñecemento real da poboación receptora no eido lusófono e permite desbotar posibles tópicos carentes de veracidade que puideran agromar por mor da ausencia de análises e estudos de audiencias específicos para este espazo xeolingüístico.

Neste senso, a primeira pregunta da sección pide ao alumno que liste por orde de preferencia diversos medios ou soportes da comunicación e a cultura: radio, cine, vídeo/DVD, libros, televisión, prensa, internet. A seguir desenvólvense cuestións relativas a cada un dos soportes se ben evitouse unha agrupación temática das preguntas ao partirmos dun principio de dispersión, un método de contraste que permite comprobar a concordancia da resposta do enquisado e verificar a fiabilidade das achegas ao situar preguntas de índole semellante en diferentes puntos do cuestionario.

No apartado referido ao consumo de produtos audiovisuais as primeiras cuestións céntranse nas afinidades do enquisado, coa inclusión de preguntas como as últimas catro obras que fosen do seu interese, debendo citar o título e o soporte de consumo de cada unha delas (sala de cinema, DVD, descargas, TV, internet). Este apartado permítenos non só coñecer as tendencias xerais do alumnado no tocante ás preferencias cinematográficas, senón tamén detectar dinámicas de consumo no audiovisual contemporáneo. A continuación engadimos unha variable indispensable para o proxecto, ao formular a mesma cuestión mais referida especificamente ao cinema galego e da lusofonía, o que achega luz verbo do coñecemento e difusión do cinema en lingua galego-portuguesa na súa propia área de uso e influencia. Con esta mesma finalidade pídesse ao alumno que cite tres profesionais e outros tantos protagonistas da cultura audiovisual da área lusófona.

Neste cuestionario abórdanse tamén hábitos de consumo na Rede, nas salas de cinema ou na televisión. Nestes apartados cuestiónase cales son as webs máis visitadas para o consumo audiovisual, a frecuencia de asistencia ás salas de cinema, o tempo e as horas máis frecuentes de consumo televisivo, radiofónico ou de internet e o uso de sistemas de partilla de arquivos en rede baixo a tecnoloxía P2P. Este cuestionario inicial remata coa formulación de preguntans relacionadas coa globalidade do proxecto como a incidencia da produción e distribución de obras audiovisuais na configuración dunha determinada cultura ou asuntos relacionados coa discriminación de xénero ou de idade entre os profesionais do sector. [Ver Imaxe 2]

Unha vez que o enquisado cumprimenta correctamente todos os campos da primeira parte do cuestionario, pode acceder ao visionado das mostras. Cada un dos oito fragmentos escolmados dende o grupo de Estudos Audiovisuais ten asociado un cuestionario de análise que se divide á súa vez en dúas partes, unha primeira na que se valora o nivel de comprensión que o alumno acadou do visionado e unha segunda máis técnica no que cualifica aspectos técnicos e narrativos da peza en cuestión. O acceso a estes cuestionarios actívase unha vez que o enquisado reproduce completamente a mostra e cúbrese unha soa vez, imposibilitando que os resultados poidan modificarse polo contacto cos demais membros do grupo receptor o que podería repercutir nunha homoxeneización das respostas en cada centro de estudo.

A primeira parte do cuestionario de *Análise da mostra* contén varios apartados textuais de resposta libre e non guiada nos que o alumno ten a posibilidade de reflexionar verbo da mostra que vén de visionar. Neste camiño van as primeiras preguntas nas que se pide unha sinopse do fragmento e unha relación de cinco aspectos negativos e outros tantos positivos da peza, así como unha reflexión de mellora da mostra. Noutro apartado desta sección pregúntase polo nivel –en porcentaxe– de comprensión xeral e lingüística, así como polo grao de familiaridade cultural dos valores socioculturais presentes na mostra. Coa combinación destes apartados tiramos os datos precisos para medir o nivel de comprensión consciente dos alumnos lusófonos verbo do audiovisual galego, datos que contrastados coa comprensión real que podemos deducir da análise pormenorizada das sinopses e demais apartados puramente textuais, botan luz arredor da fiabilidade das respostas e o nivel real de proximidade cultural e lingüística entre as mostras escolmadas e o público potencial da Lusofonía.

Na segunda parte da análise do cuestionario abórdanse cuestións máis técnicas que precisan duns coñecementos mínimos de linguaxe audiovisual que se lles supoñen a alumnos de Ciencias da Comunicación. Neste apartado o enquisado puntúa de 0 a 5 a calidade de distintos elementos que conflúen na construción das mostras, dende aspectos narrativos e semióticos — construción dos personaxes, ráccord, diálogos e monólogos, dirección de actores ou guión- até artísticos ou puramente cinematográficos -decorado, banda sonora, iluminación e dirección de fotografía, planificación audiovisual, montaxe, postproducción ou efectos especiais-. A maiores da puntuación esíxeselle a cada alumno unha explicación razoada da puntuación dada, na medida dos seus coñecementos.

3.2. Definición da unidade de análise: as mostras

Paralelamente á composición do cuestionario lévase a cabo o proceso de definición da unidade de análise e a selección da mostra tipolóxica que os participantes na pesquisa deben estudar co fin de detectar aqueles elementos que supoñen un atranco na circulación dos produtos audiovisuais galegos nos países lusófonos.

Encol deste obxectivo fíxanse unha serie de requirimentos para a escolma dos vídeos que compoñen a devandita mostra:

- a. Lingua. Os principios teóricos do proxecto esixen a exclusión de todas aquelas obras que non foran realizadas en galego ou non contén con versión dobrada nesta lingua. Pese a que se outorga prioridade ás mostras en versión orixinal, a escaseza de longametraxes rodadas en galego e a necesidade de incluír na escolla todos os formatos representativos do audiovisual de Galiza abren o campo ás versións dobradas.
- b. Tema. As pezas que recollan aqueles temas aos que a investigación atribúe un interese específico (identidade, discriminación, dereitos individuais e colectivos, educación, medio ambiente, situación laboral, violencia, emigración-inmigración) son prioritarias. Ao facer a escolma temática, a concreción das pezas, isto é, a súa capacidade de desenvolver nun fragmento inferior a 15 minutos algunha das cuestións de interese para a investigación, adquire especial relevancia e determina a exclusión de moitos dos exemplos estudados.
- c. Cronoloxía. O criterio cronolóxico responde única e exclusivamente á periodización estipulada polo proxecto *Lusofonía: Interactividade e Interculturalidade*, que procura facer un estudo do panorama audiovisual recente. Son tidas en conta as mostras realizadas entre o 1 de xaneiro de 2003 e o 31 de decembro de 2008.
- d. Formato. Búscase que no total das obras seleccionadas estean representados os formatos de programas máis destacados do sistema audiovisual galego (longametraxes, curtametraxes, tv movies, seriais televisivos, documentais e produtos de animación) nunha escolla proporcional ao seu ritmo e nivel de produción, o que devén nunha selección final composta por: 4 longametraxes, 2 curtametraxes e 2 seriais.
- e. Modalidade. A relación de mostras escollidas presenta exemplos de produtos de ficción e achegas documentais.
- f. Calidade. Exclúense da escolla aquelas mostras que, malia a seren interesantes no referente aos contidos e cumpriren co resto de requirimentos enriba sinalados, son distribuídas en copias cunha calidade insuficiente, tanto no campo visual coma no sonoro.
- g. Duración. Os fragmentos seleccionados non poden superar os 20 minutos.
- h. Accesibilidade.- Desbótanse aqueles filmes que non contén con copias para a distribución no período que a investigación dedica a delimitar a mostra, e aquelas cuxos responsables non se aveñan a cedelas para o proxecto.

A partir destes criterios, a selección definitiva componse de 1 longametraxe de ficción, 3 longametraxes documentais, 2 series televisivas, 1 curtametraxe de ficción e 1 curtametraxe de animación. A seguir, mostramos un exemplo representativo das fichas informativas que acompañaban a cada unha das mostras que compoñen a escolma final para a análise.

**LEÓN E OLVIDO**

Longametraxe de ficción (fragmento)

TEMAS: Discriminación-integración. Discapacidade. Situación laboral

León é un rapaz con síndrome de Down que vive coa súa irmá Olvido desde que lles morreron os pais. Todo canto teñen é o alugueiro da casa na que viven e un vello coche que lles quedou en herdanza. Dada a enfermidade de León é Olvido quen se ocupa da subsistencia dos dous. Pouco a pouco, un conflito vai medrando entre eles: A rapaza quere que o irmán acepte ir a un internado ou que, cando menos, non sexa tan dependente. León busca non asumir responsabilidades e depender en todo da irmá.

Duración da mostra	11 min.
Duración da obra orixinal	115 min.
Ano	2003
Nacionalidade	Galicia
Idioma de gravación	Castelán
Formato	Longametraxe
Xénero	Drama
Modalidade	Ficción
Dirección	Xavier Bermúdez Sánchez
Guión	Xavier Bermúdez Sánchez
Produción Executiva	Xavier Bermúdez Sánchez
Dirección de Fotografía	Alfonso Sanz Alduán
Director de Arte	Rodrigo Roel Rivera
Banda sonora	Coché Villanueva
Reparto	Marta Larralde, Guillem Jiménez, Laura Ponte Santas marinas, Mighello Blanco, Gary Piquer, Rebeca Montero, Nerea Barros, Estibalíz Veiga,
Produtoras	Xamalú Films, El Paso

4. Organización das rutinas de pesquisa: cronograma e distribución de tarefas

4.1. O universo de recepción

O proxecto *Lusofonía, Interactividade e Interculturalidade* combina a análise de contido e os estudos de recepción coa finalidade de detectar as barreiras socio-lingüísticas que impiden a circulación de produtos audiovisuais galegos na área lusófona. Nun contexto coma este, unha coidadosa conformación dos universos de recepción e o mantemento dunha comunicación constante entre o equipo da USC responsable da pesquisa e estes grupos parceiros revélase como elemento fundamental para o correcto desenvolvemento do proxecto.

Resulta así, un esquema organizativo en dous niveis –grupos de análise das universidades parceiras e grupo de coordinación en Compostela- con dinámicas e tarefas propias que se detallan a continuación.

4.1.1. Configuración dos grupos de recepción

Na formulación inicial do estudo, trázase un esquema de composición de grupos nos que participan estudantes de tres países lusófonos (Brasil, Guiné Bissau e Portugal), distribuídos en catro universidades parceiras:

- Pontificia Universidade Católica de Río Grande do Sul (Brasil),
- Universidade Federal da Bahía (Brasil)
- Universidade Lusófona de Guiné Bissau (Guiné Bissau)
- Universidade da Beira Interior (Portugal).

Co fin de acadar unha mostra estratéxica e procurar certa diversidade na composición dos equipos establécense os seguintes criterios: paridade de xénero (50% dos enquisados serán homes e o 50% mulleres), idade (entre 18 e 25 anos), procedencia xeográfica diferente (contorna rural/urbana) e diversidade formativa (alumnos/as de 1º-2º grao e 3º grao-profesores universitarios).

Estímase que o número mínimo de integrantes do universo sexa de 10, e o máximo de 20.

Determinábase que cada un destes grupos conte cun docente que faga as veces de condutor da investigación no seu centro e de vogal para a coordinación de tarefas cos investigadores da USC ao cargo. Cada universidade designa un ou varios responsables que, amais de levar un control da actividade dos participantes na pesquisa, poidan subministrarlles información sobre o procedemento e os prazos de entrega de cada unha das fases. Así, o cadro de coordinadores dos grupos parceiros pasa a estar composto por:

- Doris Fagundes Haussen e Claudia Peixoto de Moura (PUCRS)
- Itania María Mota Gomes (UFBA)
- Antonio Nhaga (ULGB)
- Paulo Serra (UBI)

As súas competencias, axustadas ás necesidades de cada grupo e ao calendario académico do centro ao que pertencen, distribúense en dúas fases xerais.

FASE 1. Preparación investigación.

a) Selección dos membros do grupo, habilitación de espazos e tecnoloxías.

Son os coordinadores de cada grupo os encargados de seleccionar aos seus integrantes en función dos criterios de composición da mostra sinalados no apartado anterior.

Logo diso deben trasladar ao Grupo de Estudos Audiovisuais unha ficha con información individual sobre cada un dos membros (nome e apelidos, país de procedencia, grao de estudos, universidade, e-mail...) sobre o grupo (nº de persoas que o integran, dispoñibilidade de participación, calendario académico) amais dunha descrición do equipamento tecnolóxico de que dispón o centro ao que pertencen e dos espazos e medios cos que contan. Neste relatorio, cómpre indicar o número de ordenadores que poderán destinar á investigación, as súas propiedades e a distribución que se fai deles por alumnos, xunto a unha descrición das características técnicas que poidan resultar fundamentais para a adecuación do software de análise que emprega a pesquisa.

b) Test da plataforma. Información sobre procedementos e avaliación da experiencia.

Co obxectivo de garantir o éxito do período de análise, o deseño da investigación contempla unha etapa piloto na que os integrantes dos grupos de recepción enfrontan o cuestionario dende a aplicación informática deseñada para a avaliación das pezas audiovisuais. Isto permite detectar erros e dúbidas tanto no referente aos contidos (conceptos abordados, sesgos nas preguntas, inadecuación das mostras seleccionadas), como no tocante ao soporte informático empregado (problemas de codificación, trabas no acceso á web, erros no almacenamento dos datos, insuficiencias técnicas...).

A tal efecto, os coordinadores de cada grupo reciben do Grupo de Estudos Audiovisuais información detallada sobre o correcto cumprimento da aplicación de modo que, presentes durante a realización das probas, poden servir de apoio e información aos participantes.

Amais de testear o correcto funcionamento da ferramenta electrónica que se emprega na pesquisa, esta fase piloto procura poñer a proba a capacidade de comunicación entre os grupos, e avaliar a disposición real dos suxeitos para participar no estudo. Este propósito obriga aos coordinadores a tomar apuntamentos sobre a forma en que se desenvolven as prácticas de análise e a actitude dos alumnos durante as mesmas, ademais de suxerir posibles maneiras de incentivar a súa participación no proxecto. Trátase, en fin, de que elaboren un informe de avaliación da experiencia que poida servir aos investigadores en Compostela para mellorar a planificación das sesións de traballo.

FASE 2. Investigación

a) Período de análise

Configurados os grupos definitivos e antes de comezar a fase 'real' de análise de contidos, os coordinadores organizan unha sesión informativa na que expor aos participantes as características e obxectivos da pesquisa, achegarlles as últimas instrucións sobre os procedementos de análise e facilitarlles o calendario de actividades definitivo.

Posteriormente, durante as sesións de análise programadas polos coordinadores en Compostela, é obriga dos docentes, levar control da participación dos alumnos e servir de coordinadores informativos para resolver, en primeira instancia, as dúbidas que poidan formular os integrantes do grupo ao seu cargo e para trasladar, en caso de non poder resolvelas, tales dúbidas ao Grupo de Estudos Audiovisuais.

Desta maneira efectúan un seguimento das prácticas de análise, asegúranse de que os alumnos non saltan ningún dos pasos, de que teñen tanta información precisan para resolver as dúbidas e de que cumprimentan o cuestionario de maneira regular.

Entre as funcións dos coordinadores está observar a implicación dos membros do seu grupo no proceso e o interese que as cuestións presentadas pola pesquisa esperta na clase. Tamén recollen apuntamentos daqueles temas que resultan máis polémicos ou atractivos e de impresións comúns para despois trasladarllos ao equipo organizador da USC.

b) Avaliación da experiencia

Ao final da etapa de análise, os coordinadores realizan un informe final de pesquisa no que consten os problemas rexistrados durante o proceso, unha avaliación do traballo realizado por cada alumno e a valoración da experiencia.

Para o seguimento directo da actividade dos centros parceiros o Grupo de Estudos Audiovisuais da USC, a cargo da investigación, designa unha sección de apoio que se mantén en constante comunicación cos coordinadores de cada grupo e realiza visitas puntuais aos centros.

As súas funcións tamén rexistran unha evolución en tres etapas.

FASE 1. Preparación investigación.

a) Rexistro dos grupos de recepción, análise das necesidades dos centros, formación dos coordinadores no manexo da plataforma.

Os membros do grupo matriz son os encargados de estudar as informacións que os coordinadores de cada centro lles subministran arredor da composición do grupo de recepción correspondente (nº final de compoñentes, dispoñibilidade horaria e capacitación técnica).

En función destes datos, configuran unha programación de actividades que se axuste ás necesidades de cada grupo e ao seu calendario académico, de maneira que a evolución da pesquisa non se vexa afectada a posteriori por períodos non lectivos ou eventos programados.

Ademais, avalían as condicións técnicas de cada centro e trasládanllas aos deseñadores da plataforma online que incorpora o proxecto, a fin de adecuar o software empregado e facelo compatible ás equipas coas que contan os centros parceiros.

b) Test da plataforma. Guía de procedementos, resolución de dúbidas, análise técnica.

Antes do comezo das probas, os membros do Grupo de Estudos Audiovisuais encargados do contacto cos parceiros instrúen aos coordinadores no manexo da plataforma online e porciónanlles os coñecementos necesarios sobre o proxecto.

Serven de guía nas probas e solucionan aquelas dúbidas dos participantes que non puideron resolver os coordinadores. Toman conta das incidencias técnicas producidas durante a experiencia e trasládanllas ao equipo informático para que poidan perfeccionar a ferramenta de análise en rede.

En último lugar, cos datos das análises que os participantes realizan no período de proba, avalían a idoneidade do cuestionario e a adecuación da base de datos ás necesidades da pesquisa.

FASE 2. Investigación

a) Período de análise.

Neste punto, o equipo de Compostela controla a evolución da actividade dos grupos, constatando o nivel de participación dos seus membros. Mantén contacto constante cos coordinadores das universidades parceiras para avaliar os problemas que poidan xurdir durante o proceso: falta de entendemento das cuestións do cuestionario, mal funcionamento da plataforma, alteracións do calendario...

Fai revisión semanal dos datos que os participantes incorporan na base de datos, comprobando a eficiencia da mesma e comunicando ao servizo informático calquera incidencia que se produza.

Elabora o cuestionario que guía a realización dos chats e exerce de entrevistador dos integrantes dos grupos parceiros para despois facer unha análise das cuestións centrais tratadas na conversa.

b) Avaliación da experiencia

Rematada a fase de análise, comunica aos centros parceiros o peche da súa participación da pesquisa e encárgase de enviar a cada universidade os diplomas acreditativos de ter participado na investigación.

4.2. Cronograma da investigación

As fases mencionadas no apartado anterior presentan unha duración desigual que depende do número de tarefas que conteñen e a temporalidade e necesidades de cada unha delas.

4.2.1. FASE 1. Preparación da investigación: Duración: 23 semanas.

- Composición dos grupos e compilación de informacións: 10 semanas.

O primeiro paso para o avance da investigación é a conformación dos grupos de recepción segundo os criterios fixados no deseño da pesquisa (ver apartado anterior). A selección dos seus membros é competencia dos coordinadores de cada centro, que trasladarán os datos dos participantes e as necesidades do centro ao Grupo de Estudos Audiovisuais.

- Elaboración e probas da ferramenta de análise online: 13 semanas.

De modo paralelo, o grupo de Santiago confecciona a plataforma de análise online que, unha vez recibidos os datos das posibilidades técnicas de cada grupo, adaptará para garantir a compatibilidade do software utilizado.

- Pretest. Análises e chats: 1 semana

O proxecto destina unha semana para que os grupos proben o sistema Orchestra e se afagan á tecnoloxía empregada para os chats antes do período de análise. Nesta proba, os seus membros toman contacto co cuestionario da investigación, comunican aos seus coordinadores as dúbidas que lles ocasiona e formulan suxestións para melloras na navegabilidade do sistema. No primeiro chat, a través de videoconferencia, coñecen aos membros do Grupo de Estudos Audiovisuais que se encargan do seguimento de cada caso.

- Avaliación do pretest e xuntanza intergrupala: 3 semanas

Os resultados das probas da plataforma, os problemas acaecidos e as suxestións propostas polos integrantes de cada grupo son recollidos polos coordinadores dos centros en informes de avaliación da experiencia.

Ao tempo, os membros do Grupo de Estudos Audiovisuais analizan os datos que derivan das análises ao fin de detectar erros de comprensión do cuestionario ou problemas coa base de datos, e confeccionan un informe cos seus achados.

Posteriormente, todos os coordinadores dos grupos reúnen en Compostela para poñer en común as súas impresións sobre o proceso. Nesta xuntanza intergrupala, na que participan investigadores de catro nacionalidades, abórdase o estado da cuestión arredor do concepto Lusofonía e as relacións dos países lusófonos e lémbrense os obxectivos e pormenores da investigación, ao tempo que se afrontan tarefas de eminentemente prácticas:

- perfeccionar o cuestionario, reformulando aquelas cuestións que resultaron confusas aos integrantes dos grupos.
- aventurar melloras de navegación da plataforma -analizando pormenorizada-mente os problemas cos que toparon os participantes das probas.
- reprogramar o calendario de actividades en función da duración estimada das sesións de análise.

- Correccións da plataforma e presentación do cuestionario: 6 semanas.

Trala reunión cos coordinadores dos grupos de recepción, o Grupo de Estudos Audiovisuais corrixe a ferramenta de análise incorporando as modificacións pactadas na xuntanza intergrupala.

Ao mesmo tempo, os responsables dos grupos de recepción informan aos participantes das mudanzas propostas e instrúenos no manexo do Orchestra.

4.2.2. FASE 2. Investigación.

Duración: 23 semanas

Ultimados os preparativos para o correcto avance da investigación, ponse en marcha o período de análises ao que seguirá un tempo para a avaliación de resultados e a valoración da experiencia.

- Período de análises: 18 semanas

O cronograma de actividades programado para esta fase confecciónase en función das necesidades da investigación e tendo en conta as estimacións que o período de proba permitiu realizar sobre a duración do tempo preciso para cada tarefa.

× Creación de contas de usuario da plataforma online e cumprimentación dos cuestionarios de perfil e hábitos de consumo.

Nas tres primeiras semanas do período de análise, os integrantes de cada grupo rexístranse como usuarios da plataforma e resollen as dúas primeiras partes do cuestionario, correspondentes ás informacións de perfil e hábitos de consumo.

× Análise de mostras

O calendario de análise das mostras consta de 8 sesións, unha por filme de análise. Con periodicidade semanal, 90 minutos de duración e carácter grupal, cada sesión permite que os usuarios visionen o filme unha ou varias veces, realicen individualmente a análise do mesmo e, rematada esta, manteñan un debate cos compañeiros sobre as cuestións de interese suscitadas polo formulario.

É función dos coordinadores de cada grupo rexistrar os puntos centrais dos temas tratados e trasladarllos ao Grupo de Estudos Audiovisuais en Compostela.

Namentres, os responsables da investigación na USC deben garantir o correcto funcionamento da plataforma e resolver as dúbidas que lles trasladen os coordinadores dos grupos ao tempo que avalían que os datos son almacenados sen erros na base creada para a pesquisa.

× Chats.

Son catro as conversas programadas para este período de análise: tres de carácter grupal e unha individualizada.

Unha inicial, por videoconferencia, no momento en que os integrantes dos grupos realizan o seu rexistro como usuarios da plataforma de análise online. Esta

sesión introdutoria serve para lembrarlles os obxectivos da pesquisa e o protocolo de procedemento, amais de darlles formalmente a benvida ao proxecto.

Dúas sesións intermedias, tamén videoconferencias, permiten resolver as dúbidas que os usuarios poidan albergar á hora de cumprimentar os cuestionarios.

E unha sesión de conversa final, esta de carácter individual, na que os membros do Grupo de Estudos Audiovisuais aclaran con cada un dos integrantes dos grupos aspectos relativos á evolución da súa actividade e dúbidas sobre os datos por eles achegados, ao tempo que procuran completar aquelas cuestións que non puideron ser expresadas nos formularios.

As sesións de conversa, sexan a través de videoconferencias ou por medio de texto escrito, son rexistradas e almacenadas para a súa posterior consulta, sempre e cando o entrevistado exprese o seu consentimento.

- Avaliación da experiencia e comunicación de resultados: 11 semanas

Nas semanas posteriores ao peche do período de análises, tanto os coordinadores dos grupos como os membros do Grupo de Estudos Audiovisuais responsables do contacto directo cos centros parceiros, elaboran informes de avaliación dos procedementos e resultados.

A entrega dos mesmos supón a fin da actividade grupal.

5. Conclusións

A nova rede virtual ocupa un papel sobranceiro como espazo de intercambio de cultura e experiencias dos suxeitos. O novo sistema do ciberespazo defínese, pois, como unha ferramenta de dobre gume, xa que por unha banda favorece a globalización cultural, mais por outra é un elemento fundamental para fomentar a visibilidade da diversidade cultural dentro dunha mesma comunidade.

Neste sentido, a elaboración de proxectos de cooperación para a promoción de idiomas do mesmo sistema lingüístico no marco da novas tecnoloxías posibilita a posta en práctica de iniciativas anovadoras a partir da creación de redes de intercambio cultural dentro do espazo lusófono. De feito, o espazo Galiza-Países Lusófonos débese construír dentro do proceso da mundialización como unha área xeo-lingüística e pluricultural específica que permita crear un escenario real para a cooperación económica, política e cultural favorecendo o intercambio e fluxo de produtos culturais.

Dende esta perspectiva, o proxecto *Lusofonía, Interactividade e Interculturalidade* procura a detección de barreiras socio-lingüísticas que impiden a circulación de produtos audiovisuais galegos na área lusófona, combinando a análise de contido e os estudos de recepción. Trátase, pois, dunha iniciativa investigadora desenvolvida e pensada para suplir as necesidades de crear unha rede de intercambio cultural dentro dun espazo de fragmentación, como é o caso da *lusofonía*, nun tempo

marcado pola globalización, a interculturalidade e o multiculturalismo, onde só é posible a comunidade e a fraternidade de sentido no momento en que se asume a existencia destas diferenzas e do coñecemento profundado dos outros.

Bibliografía

- Cardoso, P. (2004) *Atlas da Lusofonia*, Lisboa: Prefácio.
- Colectivo (2005) *Lusografias*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Hernández Sampieri, R. (et al.) (2003) *Metodología de la investigación*, México: McGraw-Hill.
- Jensen, K., Jankowski, N. (eds.) (1993) *Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas*, Barcelona: Bosch.
- Sinclair, J. (2000) *Televisión: comunicación global y regionalización*, Barcelona: Gedisa.
- Valles, M. S. (1997) *Técnicas cualitativas de investigación social. Reflexión metodológica y práctica profesional*, Madrid: Síntesis.
- Wimmer, R. & D., Dominick, J. R. (1994) *Mass Media Research: An Introduction*, Belmont (California): International Thompson Publishing.

PARTE II: POLÍTICAS DA LÍNGUA

Políticas de língua e lusofonia: aspectos culturais e ideológicos

Vera Lucia Harabagi Hanna*

Regina Helena Pires de Brito**

Neusa Barbosa Bastos***

Resumo

Tratamos neste artigo de questões políticas de língua implantadas pelo Estado em países de língua oficial portuguesa (separadamente e pelos estados em conjunto) e que constituem objetos de investigação no *Núcleo de Estudos Lusófonos* da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil. Língua, Interação, Cultura e Discurso, Cultura e Ideologia são partes indissociáveis do pilar teórico que nos conduzem a um entendimento mais amplo da questão cultural lusófona na contemporaneidade que envolve os espaços de oficialidade lusófona (compreendidos pela CPLP — Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste).

Palavras-chave: políticas de língua; Cultura e Discurso, Cultura e Ideologia; CPLP.

Abstract

The aim of this article is to present major issues related to language policies established by the Government in countries where Portuguese is the official language (independently and communally). Object of investigation of *Núcleo de Estudos Lusófonos*, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil, Language, Interaction, Culture and Discourse, and Culture and Ideology are essential theoretical elements which lead our research to an extensive understanding concerning the Lusophone Portuguese language and *culture* at the present time. It is included in the investigation the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste).

Keywords: language policies; Culture and Discourse; Culture and Ideology; CPLP.

* Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Presbiteriana Mackenzie (NEL-UPM) e Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IP-PUC/SP), Brasil - vera-hanna@mackenzie.br; verahanna@uol.com.br

** Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Presbiteriana Mackenzie (NEL-UPM) e Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IP-PUC/SP), Brasil - rhbrito@mackenzie.br

*** Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Presbiteriana Mackenzie (NEL-UPM) e Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IP-PUC/SP), Brasil - nmbastos@terra.com.br; bastos@mackenzie.br

Quando o português chegou
 Debaixo de uma bruta chuva
 Vestiu o índio
 Que pena!
 Fosse uma manhã de sol
 O índio tinha despido
 O português

Erro de Português,
 Oswald de Andrade

Há poucos dias a televisão moçambicana contou a história de dois jovens aliçados na província de Nampula para virem trabalhar em Maputo. Era um triste exemplo das novas redes de trabalho escravo. Os jovens foram, sem o saber, transferidos para a Suazilândia onde foram mantidos numa espécie de cativeiro. Os contactos com a gente local estavam limitados: os jovens falavam apenas a sua língua (e-makua) e não entendiam uma palavra de xiswazi. Até que um dia, junto ao rio onde lavavam roupa, escutaram um grupo de jovens falando em português. Foi então que entenderam onde estavam e, ali mesmo em português, planearam a sua fuga para Moçambique. Este episódio parece isolado e circunstancial mas ele traduz o quanto a língua portuguesa nos serve como cartão de identidade numa realidade linguística tão dispersa e fragmentada. Esta é a ironia da História e do modo como ela baralha os destinos: sabemos quem somos e onde estamos por via de um idioma que, antes, parecia ser dos outros e vinha de fora.

Mia Couto

Cultura: um trabalho em progressão

Encontrar significados e direções comuns, no âmbito da lusofonia, também significa reconhecer e respeitar múltiplas e distintas vozes. A pluralidade de sensações e sentimentos que a mera evocação da palavra faz aflorar, necessita do conhecimento e do (auto)reconhecimento da imagem histórico-cultural de cada um dos espaços da chamada “comunidade lusófona”. Assim, Hanna e Brito (2010) lembram que, num contexto geograficamente disperso, naturalmente multi e pluricultural, de vários sistemas lingüísticos e de diferentes normas do português, somente é possível conceber uma comunidade lusófona legítima quando a entendemos múltipla e quando nela distintas vozes são reconhecidas e respeitadas.

A declaração de Martins (2006: 50), “A lusofonia só poderá entender-se como espaço de cultura” torna-se apropriada para darmos início ao nosso artigo. A per-

cepção do termo *cultura como modo de vida* — como *prática social*, como *produção cultural* — entendida como *sistema de significações*, derivada da antropologia e da etnografia, conduz nossa investigação. Como sistema de significações, cultura indica as interrelações entre as práticas de representação que articulam e organizam a vida social, reveladas no comportamento, nos hábitos e nas atitudes mais comuns, que abrangem a totalidade dos costumes, crenças, arte, música, idéias, tradições, instituições e diferentes produtos do trabalho e do pensamento humano característicos de determinado grupo de pessoas, em determinado momento.

Recorremos ao seminal *Culture is Ordinary*, de Raymond Williams, de 1958, para repensarmos as dimensões simbólicas de nossas vidas. Ao observar que toda sociedade humana tem seus próprios traços, seus próprios desígnios, seus próprios significados; reconhecer que formar uma sociedade é encontrar significados e direções comuns; admitir que seu crescimento é fruto de “um debate ativo entre acertos que se sucedem sob pressão da experiência, contatos e descobertas inscritos na própria terra” (p.4), o teórico professa, igualmente, na frase “*cultura comum*” ou “*cultura em comum*”, oposição à limitação ao uso de *cultura*, restrito à *alta cultura*, à arte, ao eruditismo e à educação formal. Partindo dessas considerações, e de tantas outras delas derivadas, entendemos que investigar a língua portuguesa no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) implica em apreender a língua a partir de, pelo menos, dois aspectos: como língua do cotidiano e como discurso, em que a lusofonia é compreendida como um *espaço simbólico linguístico* e, sobretudo, *cultural*.

Reportamo-nos neste recorte ao discurso cultural pós-colonial em que a distinção entre cultura como ‘arte’ e cultura como ‘modo de vida’ é problematizada, além do próprio conceito de cultura a ser discutido em seguida. Antes, no entanto, é oportuno lembrar considerações de Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2003: 209) relativas às culturas afetadas pelo momento de colonização até o presente e pertinentes, em especial, aos escritores, por revelarem a realidade cultural, comumente, para uma audiência mundial (como observaremos adiante, em Pepetela), valendo a observação para a apropriação de quaisquer língua colonial — seja ela inglesa, francesa, espanhola ou portuguesa,

Quando os países entram em processo de descolonização, eles se apropriam do discurso cultural imperial: ou se apropriando de suas hipóteses universalistas — assumindo que sua própria cultura é pouco importante — ou o fazendo de uma maneira que admita todos os discursos artísticos e intelectuais como aspectos do modo de vida, intimamente ligados ao tecido textual da sociedade.

O pós-colonialismo nos países lusófonos e as complexas relações entre as diferentes nações que compõem a herança econômica, política e cultural da conquista colonial européia fazem parte de nossas indagações e a busca da compreensão acerca do significado cultural da relação entre aqueles países na atualidade é nosso obje-

tivo primeiro. No livro *Cultural Studies* (2006), Jeff Lewis oferece-nos várias acepções relativas à definição de cultura, à formação da ideologia cultural, discussões sobre língua e cultura e levantamento de prós e contras de espaços pós-modernos, identidades locais e globais, culturas das novas mídias e tecnologia. Ocupamo-nos de algumas de suas inquirições por estarem em consonância com o pós-colonialismo nos países lusófonos, assim como as complexas relações entre as diferentes nações que compõem a herança econômica, política e cultural da conquista colonial europeia. A declaração “as culturas são formadas a partir dos significados que as pessoas constroem e compartilham” (p.3), dá início à busca desse entendimento.

O significado cultural da relação entre aqueles países, articulado a partir de um contexto cultural dinâmico, é percebido como processo de ‘mediação’ em que a cultura constitui o contexto dos significados existentes e a dinâmica que estimula a produção e a disseminação de novos significados. Conseqüentemente, qualquer indivíduo só pode se relacionar ou conhecer o mundo no qual se insere por meio de alguma forma de *mediação*, que passará a ter significado quando capturada pela cultura. Entendida como um processo criador de significados no âmbito de determinado grupo social, a cultura é formada e operada por intermédio de uma ampla variedade de grupos e práticas sociais, tais como a família, a nação, determinado grupo étnico, certa faixa etária, religião, grupo de trabalho, gosto musical, estilo de se vestir, etc.

Aderindo a um sentido mais antropológico, buscamos compreender a cultura em relação às vidas dos indivíduos, que nos remete, igualmente, a estudos voltados ao domínio da etnografia. Essencial em nossa verificação é reconhecermos, na esteira de Lewis, a cultura como uma categoria aberta e transitória, como um conjunto de significados e práticas disponíveis ao nosso entendimento e investigação, exatamente por envolver todas as maneiras de ser, sentir, pensar e agir. Desse ponto de vista, pautamos nossas reflexões sobre o modo de vida de determinado povo, no que se refere às suas características de comportamento, hábitos e atitudes em relação um ao outro, e, do mesmo modo, examinamos como suas crenças, seus valores morais, suas instituições se dão a conhecer.

Concepções modernas da etnografia, a partir da década de 30 do século passado, nos levam a perceber, ainda, os aspectos da existência humana como culturalmente construídos, o que os torna particulares e localizados, sem possibilidades de generalização. O significado social de uma situação histórica é sempre relativo e temporário, o que obriga o pesquisador a entender de que maneira o momento histórico universaliza a si próprio na vida dos indivíduos.

Deste modo, períodos de colonização, de luta revolucionária e de descolonização são objetos de observação num universo de cerca de 245 milhões de indivíduos pertencentes aos oito espaços de oficialidade da língua portuguesa, espalhados por quatro continentes, múltiplos, mas não estranhos entre si em termos geográficos, históricos, étnicos, políticos, culturais:

Pela língua portuguesa, parte indissociável do imaginário lusófono de angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses (para referirmos apenas os espaços de expressão oficial portuguesa) nos unimos e nos separamos, delimitamos identidades, pertenças e fronteiras (Hanna e Brito, 2010: 76).

Assim, tratar do contexto pós-colonialista nos chamados países lusófonos representa analisar situações bem distintas: para as colônias africanas, refere-se à década de 70 do século XX; no caso brasileiro, significa estudar todo o período pós 1822; para a conjuntura leste-timorense, representa pensar sua independência de Portugal em 1975 e a imediata invasão indonésia que se estendeu até 1999.

Na busca da definição de *cultura*, como *sistema de significações*, recorremos a Hall (1997: 3), que assegura que a cultura não é exatamente um conjunto de ocorrências, um conjunto de práticas, mas diz respeito à *produção e troca de significados*, a que chama “*dar e tomar significados*” entre os membros de uma sociedade ou grupo. O teórico adverte sobre a importância que deve ser conferida ao uso que fazemos das coisas, aquilo que dizemos, pensamos e sentimos sobre elas, pois é assim que lhes confiamos sentido, lhes confiamos significado que, produzido em lugares distintos, expõe os diferentes processos e práticas envolvidos no processo. O significado é o que nos oferece o senso de identidade — quem somos, ao que, quando, e a quem ‘pertencemos’, em lugares distintos. Entendemos, assim que, ao estarmos continuamente em contato com inúmeras informações culturais, as identidades existentes não só são desalojadas, mas acabam por promover um constante moldurar e remodelar de novas identidades.

Devemos acrescentar, também, que é através das múltiplas formas de uso que atribuímos aos objetos, assim como a importância que dedicamos às pessoas, aos acontecimentos, ou ainda, à maneira como integramos tudo isso em nossas práticas diárias, que lhes conferimos significado. Além disso, o significado imposto a cada objeto é percebido, essencialmente, por meio da maneira como o representamos — pelas palavras que usamos para defini-lo, pelas histórias que contamos sobre ele, pelas imagens que produzimos, pelas emoções que a ele associamos, pelo método que o classificamos e o conceitualizamos, pelos valores que a ele infligimos (Hall, 1997: 3).

A língua expressa e simboliza a realidade cultural e, por essa razão, discussões a respeito da adoção de determinado idioma com vistas a uma unidade lingüística, nos levam a estudar falantes e falares da língua portuguesa nos espaços de sua oficialidade, o que requer perscrutar a trajetória de como o idioma se expandiu no mundo, os traços culturais de uma quantidade crescente de nações que, apesar de fazerem singulares os hibridismos locais, membros da comunidade assumem, num aparente tom de consenso, a implantação de um Acordo Ortográfico de unificação do registro escrito da língua portuguesa.

Pensando alguns espaços lusófonos

Pensar as ex-colônias portuguesas da África é entendê-las a partir das várias definições do pós-colonialismo, dentre elas a de Bennett, Grossberg & Morris (2006: 267-269), numa relação não linear entre o colonial e o pós-colonial. É, ao mesmo tempo, apreendermos que a descolonização apresenta, como decorrência de movimentos revolucionários de libertação (ou, mais raramente, pacíficos) uma série de mudanças determinantes, oriundas de uma reconfiguração estratégica das forças e relações sociais, e a consequente criação de vários novos Estados-nação, multiétnicos e multiculturais.

No tocante à descolonização e à ideia da lusofonia, vale referirmos as considerações do escritor moçambicano Mia Couto¹ (2007):

O projecto lusófono surgiu, afinal, pouco tempo depois daquilo que em Portugal se chamou de descolonização. Detenho-me na palavra *descolonização* porque ela é um exemplo claro de divergentes modos de ler o passado. O termo descolonização é emblemático do que Bernard Shaw disse do inglês: podemos ter uma língua comum para melhor nos desentendermos. Ainda hoje, para muitos portugueses o que aconteceu em África foi que Portugal, com o 25 de Abril, aceitou, enfim, descolonizar os territórios africanos. Ora, parece-nos a nós, africanos, que é preciso acertar o sujeito do verbo. Não foi Portugal que descolonizou os países africanos. A descolonização só pode ser feita pelos próprios colonizados. E nós, todos nós, sem excepção, éramos colonizados. Descolonizámo-nos uns aos outros, uns e outros. Parece um detalhe, coisa de uma simples palavra. E as palavras traduzem modos de pensar. E esse passado que nos feriu a todos não pode ser superado apenas com apelos ao esquecimento. Não é de esquecer o passado que necessitamos. Mas de o entender.

De qualquer modo, para Moçambique, o projecto da lusofonia surgiu pouco depois da ruptura colonial. Era natural que houvessem dúvidas. E parecia óbvio que os países africanos não se podiam reclamar da lusofonia do mesmo modo dos portugueses e brasileiros. A maior parte dos africanos amam as suas outras línguas maternas e esperavam (e ainda esperam) que esses idiomas não sejam votados ao esquecimento ou arrumados naquilo que se chama o património tradicional.

Ainda do lado africano, há percepções da lusofonia “como um conceito vago, uma estratégia política e cultural sem qualquer correspondência com a alma e o sentir dos povos africanos” (Pacheco: 2000); outros entendem que o facto de Angola pertencer à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) poderia reforçar essa presença [do português no território] se uma política linguística clara e consequente fosse aplicada perante o ensino da língua portuguesa dum lado e das línguas autóctones do outro (Kukanda, 2000: 112).

¹ Alocução produzida na *Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional: A Experiência Portuguesa*, no âmbito dos 50 anos da RTP, realizada no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, de 19 a 22 de Junho de 2007.

Em Moçambique verifica-se a mistura de sistemas no falar cotidiano e a imposição do padrão europeu de português em ambiente escolar. Conforme assinala Firmino (2002) acerca do reconhecimento dos papéis que as línguas locais e a língua portuguesa assumem como consequência da sua incorporação nas atividades sociais ocorrentes no país: “o Português e as línguas autóctones associam-se para executar tarefas no contexto dos sistemas retóricos, indiciais e ideológicos configurados pela natureza das relações sociais que caracterizam a sociedade contemporânea moçambicana.” (Firmino, 2002: 304).

Falar da língua portuguesa em Moçambique, na prática, significa falar de uma minoria escolarizada e habitante dos centros urbanos, apesar de seu *status* de oficial (sendo utilizada como meio de instrução e comunicação pública nacional) e de língua de unidade nacional.

Nessa conjuntura, embora o período pós-colonial tenha remodelado o mundo moderno, não é sinalizador de uma simples sucessão do tipo antes/depois, que solucionaria todos os problemas do colonialismo: nesses casos, a configuração ou circunstância histórica passa de um poder para outro — problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, típicos do ‘alto’ período colonial persistem no pós-colonial.

A Geração da Utopia, do angolano Pepetela, escrito em 1972 e publicado em 1992, vale ser citada, pois se justifica ela mesma como uma representante da pós-colonialidade, quando se trata de narrar a construção nacional. O narrador-escritor inicia o livro em tom irônico ao tomar para si o direito de empregar, na narrativa escrita, expressão rejeitada no plano da oralidade, um ‘*portanto*’, iniciando uma oração:

Portanto, só os ciclos eram eternos. (Na prova oral de Aptidão à Faculdade de Letras, em Lisboa, o examinador fez uma pergunta ao futuro escritor. Este respondeu hesitantemente, iniciando com um portanto. De onde é o senhor? Perguntou o Professor, ao que o escritor respondeu de Angola. Logo vi que não sabia falar português; então desconhece que a palavra portanto só se utiliza como conclusão dum raciocínio? Assim mesmo, para pôr o examinando à vontade. Daí a raiva do autor que jurou um dia havia de escrever um livro iniciando por essa palavra. Promessa cumprida. E depois deste parêntesis, revelador de saudável rancor de trinta anos, esconde-se definitiva e prudentemente o autor.) (Pepetela, 1992: 11)

As primeiras linhas da obra nos remetem às afirmações de Ashcroft (2003) sobre a complexa relação da língua em sua função como meio de comunicação de poder. Ademais, a comunicação entre seres humanos é base e processo para a evolução da cultura — a língua como cultura é uma reserva de memória coletiva das experiências de determinado povo na história, carrega a cultura, que veicula um complexo corpo de valores pelos quais nos percebem e, igualmente, percebemos nosso lugar no mundo. Em *Constitutive Graphonomy*, Ashcroft expõe a etnografia constitutiva dos sistemas de escrita e tenta responder questões do texto escrito como situações

sociais, examinando os objetivos da escritura como um processo de cumprimento social entre os participantes,

O texto escrito é uma situação social. Ou seja, tem sua existência em algo mais do que simples marcas numa página, nomeadamente nas participações de seres sociais a que chamamos de escritores e leitores e que estabelecem a escrita como comunicação de determinado tipo, de uma ‘certa’ coisa. Quando esses participantes existem em culturas diferentes, dois problemas rapidamente vêm à tona: será que é possível escrever em uma língua e evidenciar a realidade de uma cultura diferente? É possível que um leitor entenda totalmente uma realidade cultural diferente que está sendo comunicada num texto? (1995: 298)

O significado, interpretado como realização social caracterizado pela participação das funções do escritor e do leitor, defendido pelo teórico, parece combinar com a intenção de Pepetela ao alçar o ‘erro’ do colonizado a um lugar de *status* na obra literária. De forma irônica, ele incita o leitor a tomar partido, “E depois deste parêntesis, revelador de saudável rancor de trinta anos, esconde-se definitiva e prudentemente o autor.” (Pepetela, 1992: 11).

Ainda no primeiro capítulo, destaca-se o ambiente da metrópole em que uma lusofonia colonial de aquém mar se fazia notar pelos preconceitos trazidos de longe e perpetuados num ambiente de privilégio entre estudantes que almejavam ser cosmopolitas, escritos na língua do centro difusor de ideias, evidenciando realidades de culturas diferentes,

As mesas estavam todas ocupadas, aos grupos de quatro. A maioria era de angolanos, todos misturados, brancos, negros e mulatos, estes bem mais numerosos. Os caboverdianos, que se misturavam facilmente com os angolanos, eram quase exclusivamente mulatos. Os guineenses e são-tomenses, mais raros, eram negros. Os moçambicanos eram na quase exclusividade brancos. E tinham tendência de se juntar aos grupos, mesa unicamente constituída por brancos, já se sabia, era de moçambicanos. A british colony, como diziam ironicamente os angolanos. (Pepetela, 1992: 18).

A Casa dos Estudantes do Império, morada de estudantes vindos das colônias portuguesas na África, vista como refúgio de intelectuais e lideranças que colaboraram para a libertação das colônias, é o cenário escolhido para o escritor discorrer sobre o colonialismo, as ideias libertárias e as relações interracialias. Após quase trezentas páginas, a ironia com que começara o romance retorna para não deixar dúvidas — no desfecho, aquele rancor de trinta anos não pareceria tão ‘saudável’ como anunciara e o emprego do ‘portanto’ revela o mesmo tom com que havia começado,

Epílogo

Como é óbvio, não pode existir epílogo nem ponto final para uma história que começa por portanto. (Pepetela, 1992: 316)

Deslocando nosso olhar para o contexto asiático, diversamente do que se verificou em muitos países na época de descolonização, em 1975, em Timor-Leste observava-se certa unidade linguística, garantida pelo uso do tétum língua nacional. Além disso, apesar de criticar o colonialismo salazarista, tanto a Fretilin (Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente — o partido mais revolucionário contra o colonialismo português) quanto a Apodeti (favorável à indexação pela Indonésia) — além dos outros três partidos políticos de 74-75 — continuaram a *valorizar a língua portuguesa como elemento ancestral e integrado na cultura nacional* (Hull², 2001: 37).

Convém lembrar que o modelo de colonização lusitana, em que se destacam o processo de miscigenação com os timorenses (que levou à assimilação de hábitos e valorização dos costumes locais), e a conversão ao catolicismo, dentre outros aspectos, contribuíram para a incorporação natural de estruturas sintáticas e de elementos lexicais portugueses às línguas locais. Isto se deve, conforme atesta o linguista timorense Corte-Real (2008), à disposição de elasticidade do tétum para se enriquecer com novos conceitos e vocábulos provenientes do português.

Indiscutivelmente, a administração colonial privilegiava o português como língua de instrução, ensinada nas escolas (e, naturalmente, veiculando conteúdos da cultura lusa), que se empregava na modalidade escrita e nas atividades culturais e administrativas. No entanto, isso não impedia que, em termos de comunicação espacial e entre falantes de línguas maternas diferentes, o tétum fosse usado nas situações cotidianas.

Conforme Brito (2004), durante o domínio indonésio (1975-1999), Timor-Leste sofreu bárbaras repressão e exploração, tendo sido mortos cerca de metade da população timorense³. Com a política de “destimorização”, incluiu-se uma nova forma linguística, traduzida pela imposição da bahasa indonésia (uma variante do malaio) como língua do ensino e da administração, pela minimização do uso da língua nacional, o tétum, e pela perseguição da expressão em língua portuguesa — provas de que o próprio regime da ocupação reconheceu o significado estratégico da língua portuguesa (e também da fé cristã católica e dos valores tradicionais timorenses — elementos da especificidade identitária da metade oriental da ilha, alvos constantes das campanhas de ocupação).

Percebe-se, especialmente do lado da comunidade anglófona (e anglófila), uma tentativa de estimular o uso da língua inglesa não só como língua de trabalho, mas também como oficial, de modo a “assegurar” o desenvolvimento tecnológico. Essa insistência chega a questionar a escolha do português como língua oficial (ao lado da língua nacional, o tétum), procurando ditar as “vantagens” de o inglês ter esse estatuto. Na verdade, em Timor-Leste, a “parceria” das línguas tétum e portuguesa estabeleceu-se sem que houvesse concorrência de outra vernacular, tornando-se importante fator de caracterização de ambas e, em última análise, de consciência e de identidade nacional, na medida em que significa diferenciação perante os povos

² O linguista australiano Geoffrey Hull é um dos maiores especialistas em tétum e línguas nativas de Timor, além de defensor da oficialização da língua portuguesa em Timor-Leste.

³ Informação disponível em <http://edutimorleste.wordpress.com/historia/>. Acesso: 11- out - 2010.

vizinhos, contribuindo efetivamente para o enriquecimento da região em diversidade linguística e cultural. (Corte-Real e Brito: 2008)

Pelas anotações anteriores, em que buscamos ilustrações vindas da África e da Ásia, fica claro que temos nos voltado para questões de Política de Língua, alicerçando-nos em discussões sobre identidade cultural, ideológica e linguística de um povo — especialmente no universo dos países de língua portuguesa. Nesse sentido, passamos algumas referências ao contexto brasileiro — nação em movimento, num mundo lusófono crescente. Referimo-nos, em primeiro lugar, às questões de língua ligadas aos instrumentos tecnológicos referentes à linguagem (gramatização: gramática e dicionário) e, em segundo lugar, à relação com a história do povo que a fala. Ambos os itens dizem respeito às nossas ascendências, que compreendem o dominador português impositor de sua cultura, de sua ideologia e de sua língua em contato com um sentimento autóctone, originário dos indígenas que habitavam o Brasil assim como seus ancestrais, também em contato com africanos trazidos como escravos e posterior sentimento de nacionalidade do brasileiro, presente mais fortemente na República, final do século XIX e início do XX.

A Política Linguística prescrita por Portugal determinou uma unidade linguística entre Brasil e Portugal, trazendo para territórios de “além-mar” uma língua nacional portuguesa que acabou identificando o brasileiro como povo. Desse modo, consideramos, como Calvet (1996:3), que Política Linguística, sendo uma relação imposta pelo Estado a um dado povo, estabelecendo uma planificação linguística que leva uma maioria a adotar a língua de uma minoria, impõe-se pela responsabilidade do Estado com a assunção de uma determinada língua e de uma nova identidade, o que provoca a consolidação do processo de nacionalização de um grupo. Nas palavras de Bourdieu (1998: 25):

A língua tem parte com o Estado, e isto tanto na sua gênese como nos seus usos sociais. Através da sua constituição, o Estado cria as condições da constituição de um mercado lingüístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória nas ocasiões oficiais e nos espaços oficiais.

Desse modo, determinados pelo princípio “*uma língua, uma nação*”, que fortalece a sobrevivência do Estado, fundamo-nos na necessidade de aprendizagem e de uso de uma língua oficial como obrigação para os cidadãos e na obrigatoriedade da sistematização, isto é de gramatização. Entendemos, conforme Auroux (1992: 65), o significado de gramatização como o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, ainda hoje pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário. Esse fenômeno foi generalizado no século XVI quando houve a gramatização dos vernáculos europeus.

Segundo Zoppi-Fontana e Diniz (2008), a gramatização, sendo um processo estritamente associado ao surgimento da escrita e da imprensa, vinculado ao aspecto político-ideológico, pode ser referida na ligação com a gramatização das línguas

românicas (português, espanhol, italiano, francês...), pois, naquele contexto quinzentista português, ter uma gramática e um dicionário significava ter reconhecido o estatuto de língua nacional, o que legitimava a formação de uma identidade de nação independente.

Com nova política de língua impositiva ocorrida no século XVII, a mando do Marquês de Pombal, afastam-se variedades nascidas em solo brasileiro e, definitivamente, adota-se a língua portuguesa no Brasil. O Estado assumiria, pela primeira vez, os encargos da educação, a metodologia eclesiástica dos jesuítas fora substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica. A ideia que predominava era a do interesse da metrópole em ‘modernizar’ a elite brasileira para que esta servisse, mais tarde, não aos interesses da fé, mas de articuladora interna junto aos interesses portugueses na Colônia (Hanna, 2009: 212). Passados alguns séculos, houve muitas influências na já adotada língua portuguesa, na qual se imprimiram características resultantes de inúmeros contatos culturais e linguísticos, resultando em uma *língua portuguesa modalidade brasileira*, a língua em uso no século XXI.

Segundo Bastos, Bastos Filho e Brito (2008: 85), perdura até o século XXI essa situação de imposição da língua pela autoridade conseguida e perpetuada ao longo de séculos, estabelecendo, nas relações sociais, uma hierarquia funcional herdada de uma sociedade aristocrática em que o conhecimento, sua disseminação e o poderio econômico constituem traços distintivos de privilégios e de respeitabilidade junto ao grupo social. Refletindo sobre essa questão, sugerimos que se observe essa relação hierárquica por meio de uma nova forma de leitura de textos lusófonos em que se traçarão caminhos para uma *sociolinguística interacional*, privilegiando o diálogo intrínseco nas questões culturais.

Considerando os aspectos culturais (vistos como o conjunto de características humanas que *não são inatas*, que se criam e se preservam ou aprimoram por meio da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade) e os aspectos ideológicos (entendidos como o conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas e visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas) objetivamos alguns aspectos culturais e ideológicos de uma brasilidade formada a partir de um momento de apogeu político e econômico de Portugal em conquistas ultramarinas, chegando ao futuro país-continente nas “terras de Santa Cruz”, estabelecendo-se em terras brasílicas e afirmando-se como o dominantepositor de sua cultura, hábitos, tradições, costumes... e, naturalmente, de sua língua.

A cultura de uma nação é também discurso

Somos, pois, lusófonos. Somos, pois, falantes de língua portuguesa — língua que na sua diversidade permite vivermos o fado; rezarmos o terço; dançarmos ao batuque dos negros; respeitarmos os orixás; banharmo-nos sempre, como os índios o faziam nos rios; plantarmos aipim, macaxeira, mandioca-brava, mandioca-mansa, maniva, tapioca... Mesma diversidade pulsante num país plural que autoriza can-

tarmos a tarantela; tocamos castanholas; vestirmo-nos à francesa em terras tropicais e tornarmo-nos ‘*londonizados*’ no século XIX, absorvendo não só os anglicismos, mas seus hábitos e costumes, seu ‘*football*’, por meio de sua extraordinária expansão tecnológica, e, entre mais tantas ações diversas e constitutivas de nossa identidade, imitarmos, no século XX, o ‘*American way of life*’, numa ‘*macdolinização*’ iniciada na década de 50 do século passado e perpetuada até hoje, com o “*rock-‘n-roll*”, os ‘*cowboys*’ do cinema, o ousado do ‘*jeans*’, o ‘*fast food*’, a ‘*coca-cola*’.

Sendo, então, a cultura formada e operada por meio de ampla variedade de grupos e práticas sociais, vale destacar a variedade culinária posta em capitais como São Paulo, em experimentamos o intercâmbio de ingredientes, a troca de experiências entre culturas, o conjunto de técnicas de preparo de alimentos variados. Vamos a churrascarias e encontramos um belo *sushi* e *sashimi*; nas feiras livres, não deixamos de provar o (bem brasileiro) pastel de pizza acompanhado de um saboroso caldo de cana na Barraca do Japonês, que é, na verdade, chinês... Embora quem nos sirva possa ter vindo de Irecê, na Bahia. Vamos ao Mercado Municipal provar o célebre pastel de bacalhau, após longa espera numa fila de vários sotaques. É numa incrível variedade de ingredientes e na diversidade étnica das cozinhas que percebemos a dimensão política que envolve o consumo de comestíveis em qualquer lugar do mundo.

Neste ponto, ao considerarmos os hábitos alimentares como reveladores de *status* sociais, ligados a seus rituais, como assevera Woodward, “nós somos o que comemos”, tautologicamente, “nós somos o que não comemos” (2006: 42-45). Ao refletirmos sobre marcadores de diferenças de ordem social, posições étnicas, religiosas, destaca-se o estudo do papel do alimento na construção das identidades — por exemplo, no domínio da religiosidade (o brasileiro é mais crente que religioso, crê em Nossa Senhora Aparecida e no “Padinho” Padre Cícero) quando percebemos nas festas populares (que celebram quase sempre santos, como na trilogia do mês de junho: Santo Antônio, São João e São Pedro) muita comida, muita bebida: fé e cozinha reunidas tornam-se, ambas, objetos de estudo na pauta de discussões sobre hibridismo cultural e sincretismo religioso. Por extensão, como não existe sociedade humana sem uma língua, não poderá existir nenhuma sociedade humana sem uma cozinha.

Consideremos, então, como Bastos e Brito (2006: 111) no século XXI,

um Brasil, terra das multiplicidades, em que continuidade a presença cultural efervescente de americanos, europeus, africanos e asiáticos prossegue na mistura do sentimento de nacionalidade do brasileiro, falante de uma Língua Portuguesa, que segue parâmetros impostos por uma política linguística arrastada desde o quinhentismo e determinante de uma unidade linguística entre Brasil e Portugal, o que provocou o fortalecimento da Língua Portuguesa em território brasileiro.

E é assim que, mesclados, híbridos, formamos a nação brasileira. Nossa nação, portanto, resultado desse conjunto de atitudes e modos de agir, de costumes, de instituições e valores espirituais e materiais de diversos grupos sociais, de uma sociedade constituída a partir da mistura, de um povo caracterizado pela confluência de

elementos europeus, africanos e asiáticos, firma-se na variedade, e apresenta-se na atualidade como uma comunidade formatada a partir de diferenças, uma (bem) populosa nação lusófona, naturalmente heterogênea.

Observando-nos, deste modo, como reflexo e prefiguração, em cada momento histórico, das possibilidades de organização de nossa vida cotidiana, um verdadeiro complexo da estética, dos sentimentos e dos costumes intervenientes numa coletividade que reage sobre a vida objetivamente determinada pela economia, vemo-nos como um discurso, julgado segundo a aceção de construção de sentidos que influencia e organiza tanto as ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. Assim é que a cultura de uma nação é um discurso, é um conjunto das práticas discursivas e sua inter-relação com a memória e a identidade observadas a partir de seus lugares sociais.

Analisemos o discurso posto pictoricamente e linguisticamente, para que observemos a concepção que temos de nós mesmos por meio de experiências históricas que não podem ser apagadas e são compartilhadas por todos os que constroem sentidos. Os muitos sujeitos oriundos de diversos lugares vivenciam as experiências que se manifestam por meio de inúmeros símbolos. Dentre os símbolos nacionais, selecionamos, em primeiro lugar, a bandeira a República Federativa do Brasil, concebida em 19 de Novembro de 1889, reveladora das crenças brasileiras a respeito de suas riquezas. Em segundo lugar, uma bandeira estilizada, concebida por Vander Dissenha, que manifesta um protesto relativo à postura dos sujeitos brasileiros nos dias atuais, em que a fome, a desordem, o crime e a corrupção imperam no Brasil. Por fim, o *Poemeu Efemérico* de Millôr Fernandes, que estabelece a crítica a certas manifestações brasileiras.



Bandeira 1 – Símbolo Nacional Brasileiro



Bandeira 2 – Revisitação à bandeira - Símbolo Nacional Brasileiro.

POEMEU FEMÉRICO]

Millôr Fernandes

Viva o Brasil

Onde o ano inteiro

É primeiro de abril

Uma bandeira brasileira (Bandeira 1) contém um retângulo verde, sobrepondo-se um losango amarelo e um círculo azul, no meio do qual está atravessada uma faixa branca com o lema nacional, «*ORDEM E PROGRESSO*», em letras maiúsculas verdes sendo a letra ‘E’ central um pouco menor sempre em verde, é uma forma abreviada do lema político positivista cujo autor é o francês Auguste Comte: *O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim*.

Comentemos, ainda, as vinte e sete estrelas brancas: a estrela Espiga, situada acima da faixa branca, representa o estado do Pará, que, à época da proclamação da República, era o Estado cuja capital, Belém, era a mais setentrional do país e as estrelas do Cruzeiro do Sul representam os cinco principais Estados de então: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Espírito Santo. O Distrito Federal, inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, e em 1960 transferido para Brasília, foi representado pela estrela sigma da constelação do Oitante, também chamada de *Polaris Australis* ou *Estrela Polar do Sul*, por situar-se no Polo Sul celestial (em contrapartida a Polaris, situada no Polo Norte celestial). Um símbolo nacional representativo de uma sociedade que busca, em seus significados patrióticos, direções comuns aos seus membros.

O discurso posto na Bandeira 2 é revelador de um espaço simbólico linguístico e, sobretudo, cultural, que altera criticamente o símbolo 1, desvelando um caráter fortemente ligado às questões conflituais existentes no Brasil e praticadas pelo povo brasileiro que permite a violação das matas para benefício de poucos e prejuízo de todos. Expande-se a fome, poucos comem bem e muitos não comem nada. Não há estrelas. Não há contornos nítidos em águas límpidas, turvas, sujas, resultado do descaso existente no país em relação ao tratamento inadequado devotado à natureza rica e abundante. Não há ordem, nem progresso, pois os símbolos nacionais estão se esfacelando, frente a uma necessidade de enriquecimento posto numa sociedade capitalista. Sem atenção para o povo em geral, numa grande confusão de propósitos, mentem todos: os políticos, os patriotas, os privilegiados em geral.

No HaiKai⁴ [POEMEUFEMÉRICO] de Millôr Fernandes, temos, a partir do título, um poema relacionado a um acontecimento considerado importante e cíclico, revelador de uma exaltação do país Brasil (*Viva o Brasil*), e a afirmação de que, nesse país, tudo é sempre uma grande mentira (*Onde o ano inteiro*), pois os sujeitos brasileiros não são nacionalistas, não são patriotas, não defendem o seu país, não se comprometem com a verdade (*É primeiro de abril*⁵), praticando todo o tipo de agressão a sua nação.

⁴ Poema de origem japonesa que contém 17 sílabas, divididas em três versos: dois versos de cinco sílabas poéticas e um de sete (5, 7 e 5), em que se canta a natureza, se faz menção a um evento particular não no passado, mas acontecendo “agora”.

⁵ Há muitas explicações para o 1 de abril ter se transformado no Dia das Mentiras ou Dia dos Bobos. Uma delas diz que a brincadeira surgiu na França. Desde o começo do século XVI, o Ano Novo era festejado no dia 25 de Março, data que marcava a chegada da primavera. As festas duravam uma semana e terminavam no dia 1 de abril. No Brasil, o 1º de abril começou a ser difundido em Minas Gerais, onde circulou «A Mentira», um periódico de vida efêmera, lançado em 1º de abril de 1848, com a notícia do falecimento de Dom Pedro, desmentida no dia seguinte. «A Mentira» saiu pela última vez em 14 de setembro de 1849, convocando todos os credores para um acerto de contas no dia 1º de abril do ano seguinte, dando como referência um local inexistente - http://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_da_mentira, consultado em 15 de setembro de 2010.

Em se refletindo sobre a ideologia, considerada como um conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas e visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e principalmente políticas, podemos mencionar a questão ideológica constante nos três textos (pictóricos e verbais) anteriormente citados, uma vez que se trabalha apenas a ideologia capitalista, num conceito de cultura autoritária que, de acordo com Martins (2002: 99), favorece uma

compreensão de como as relações de poder nas instituições em geral, e no sistema político e estatal, estão condicionadas por certas representações e significações assentadas num modelo hierarquizado cujo objetivo é selecionar uns e excluir outros segundo critérios de cor, patrimônio, nome de família, apadrinhamento e prestígio social e político, em particular.

Essa ideologia — forma de construção simbólica que visa a constituir, estabelecer ou manter relações de dominação, representada como a destruição de uma minoria em detrimento de uma maioria — funda um corpo de ideias produzidas pela classe dominante que é disseminado por toda a população, de modo a convencer a todos de que aquela estrutura social é a melhor ou mesmo a única possível. Essa acepção de ideologia nos leva a perceber o seu bom funcionamento, na ação de atravessar e invadir o íntimo das pessoas. Brasileiros, marcados pela ideologia colonialista, passando pela pós-colonialista, pela imperialista, pela republicana — todas vindas de modelos europeus — misturadas à ideologia capitalista norte-americana, seguem um corpo de ideias que acabam por dominar o povo pelas necessidades criadas por essas ideia e pelos desejos que elas despertam.

Assim é que o discurso ideológico consegue tocar nas vontades e ambições mais íntimas de cada indivíduo, dando-lhe a ilusão de sua realização.

Ao nos propormos discutir questões culturais e identitárias na determinação das variedades do português nos diversos espaços de sua oficialidade, comprometemos a compreender as relações entre diferenças sociais, práticas comuns e expressões culturais. Não interpretamos ou julgamos pessoas, mas, sim, procuramos descrever como o cotidiano (que não é igual todos os dias; não possui uma história única, mas existe em histórias múltiplas) de cada um é articulado pela cultura; quanto os indivíduos são envolvidos ou rechaçados por estruturas e forças particulares, que não só organizam suas vidas (de maneiras contraditórias), mas que também as articulam pelo andamento da força econômica e política. Assim sendo, ao pensarmos em Culturas Lusófonas (culturas de expressão em língua portuguesa) analisadas sociologicamente, economicamente, criticamente, implementamos um estudo concentrado na subjetividade, nas identidades, na complexidade dos encontros e interações culturais — contrastamos a homogeneidade da língua com a heterogeneidade dos espaços. Ao pensarmos em Lusofonia, conceito prolixo, fundamentado numa comunidade linguística determinada pela história, não pensamos em traçar fronteiras; as linhas que desenhamos são abertas, porosas e evanescentes, sempre prontas para absorver

novos significados, novos textos, novas práticas e ideologias. Nossa pesquisa, tanto quanto o próprio conceito de cultura, é um trabalho em progresso, uma categoria aberta e transitória; igualmente, entende ideologias como sujeitas às forças culturais dinâmicas, às modificações internas e externas, aos desafios e luta para a significação e ressignificação.

Referências bibliográficas

- Ashcroft, B., Griffiths, G., Tiffin, H. (ed.) (2003) *The Empire writes back*, London and New York: Routledge.
- Ashcroft, B., Griffiths, G., Tiffin, H. (2003) 'Constitutive Graphonomy [1995]' in Ashcroft, B., Griffiths, G., Tiffin, *The post-colonial studies reader*. London and New York: Routledge.
- Ashcroft, B., Griffiths, G., Tiffin, H. (1995) *The post-colonial studies reader*, London and New York: Routledge. 1995. 2nd edition.
- Auroux, S. (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*, Campinas, UNICAMP.
- Bastos Filho, F.V., Bastos, N.M.O.B. & Brito, R.H.P. (2008) 'Língua Portuguesa: políticas de língua e olhares da cultura', in Bastos Neusa Barbosa. (2008) *Língua Portuguesa: lusofonia — memória e diversidade cultural*. São Paulo: EDUC/IP-PUC/SP-FAPESP.
- Bastos, N.M.O.B & Brito, R.H.P. (2006) 'Lusofonia: políticas linguísticas e questões identitárias', in Martins, M. de L.; Sousa, H. e Cabecinhas, R. (orgs) *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura dos media*. V.1, ed. Porto: Campo das Letras.
- Bourdieu, P. (1998) *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- Brito, R.H.P (2004) 'Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português' in *Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã*, Covilhã: Universidade da Beira Interior, p. 12.
- Brito, R.H.P & Martins, M. de L. (2004) 'A língua adormecida: o caso Timor-Leste' in Bastos, N.M. (org) *Língua Portuguesa em calidoscópio*. São Paulo, Educ/Fapesp, pp. 319-329.
- Burity, J. A. (org) (2002) *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*, Rio de Janeiro: DP&A.
- Calvet, J. L. (1996) *Les Politiques Linguistiques*, Paris: France Press.
- Corte-Real, B.A., Brito, R. H. P. (2008) 'Considerações acerca da política linguística de Timor-Leste' in Chys Chrystello (org.) *Diversidades culturais. Línguas Culturais e dialectos minoritários, Colóquios da Lusofonia*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança, pp. 394-401.
- Couto, M. (2007) Alocução produzida na Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional: *A Experiência Portuguesa, no âmbito dos 50 anos da RTP*, realizada no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, no dia 19 de Junho de 2007.
- Firmino, G. (2002) *A questão lingüística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*, Maputo, Promédia.
- Hall, S. (Ed.) (1997) *Representation: Cultural Representation and Signifying Practices*, London: Sage Publications & Open University.
- Hall, S. (2003) *Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais*, Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Hanna, V.L.H. & Brito, R.H.P. (2010) 'Sobre identidade em contexto lusófono: reflexões' in Bastos N. B. (org.) *Língua Portuguesa: cultura e identidade nacional*, São Paulo: EDUC.
- Hanna, V. L. H. (2009) 'Reflexões sobre a trajetória do ensino de línguas estrangeiras no Brasil', *Revista do GEL*, São Paulo, v.6, n. 2, pp. 207-231.
- Hull, G. (2001) *Timór-Lorosa'e - Identidade, Lian no Política Edukasionál (Timor-Leste - Identidade, Língua e Política Educacional)*, Lisboa: Instituto Camões.
- Kukanda, V. (2000) 'Diversidade linguística em África', *Africana Studia*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto., N.3., pp. 101-11.
- Lewis, J. (2006) *Cultural Studies. The Basics*, London: SAGE Publications.

- Martins, M. L. (2006) 'Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários' in Bastos, N. M. B. (org). *Língua Portuguesa, Reflexões Lusófonas*, São Paulo: Editora PUCSP, pp. 49-62.
- Martins, P. H. (2002) 'Cultura autoritária e aventura da brasilidade', in Burity, J. A. (org) *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*, Rio de Janeiro: DP&A.
- Pacheco, C. (2000) 'Lusofonia e regimes autoritários em África' in *Público*, Lisboa, 3 de Fevereiro.
- Pepetela (Santos, A. C. M. P. dos) (1992) *A Geração da Utopia*, Lisboa: Dom Quixote.
- Silva, T.T. (org.) (2006) *Identidade e Diferença — a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Stuart Hall, Kathryn Woodward, 6ª. Ed., Petrópolis: Editora Vozes.
- Vanderdissenha, Blog do Vanderdissenha. Disponível em: <http://vanderdissenha.wordpress.com/2008/11/19/dia-da-bandeira/> Acesso em 12 de ag., 2010.
- Zoppi-Fontana, M. G. & Diniz, L. R. A. (2010) 'Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira (ple)' in *ESTUDOS LINGUÍSTICOS*, São Paulo, 37 (3): 89-119, set.-dez. 2008, Consultado em setembro 2010, in http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N3_10.pdf
- Williams, R., Grossberg, L., Bennett, T. & Morris, M. (2005) *New keywords: a revised vocabulary of culture and society*, Malden, USA: Wiley-Blackwell; Revised edition.
- Wooward, K. (2000) 'Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual' in Silva, T. (org.), *Hall, S. Identidade e Diferença — a Perspectiva dos Estudos Culturais*, Trad. Tomaz Silva, Petrópolis: Vozes.
- Williams, R. (1989) *Culture is Ordinary* [1958], Republicado em Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism, Londres: Verso.

Que lusofonía para a Galiza?

Henrique Monteagudo*

Serafin Alonso Pintos**

Resumo

Neste contributo discútese a noción de Lusofonía desde a perspectiva de Galicia, e delibérase sobre a hipótese de aproximación ou integración da Galiza na comunidade lusófona. Arguméntase a favor desta aproximación, desde unha posición proactiva e na procura de reciprocidade, que debe estar fundamentada nunha dialéctica de coñecemento / recoñecemento mutuo, entendendo o espazo comunicativo/cultural da Lusofonía como unha rede horizontal, heteroxénea e participativa, de arquitectura policéntrica e non xerárquica, que ofrece a posibilidade de diálogo entre as distintas culturas respectando as respectivas identidades.

Palabras-chave: Lingua, Comunicación, Identidade, Galego, Lusofonía

Abstract

In this contribution the notion of Lusofonia and the hypothesis of approximation or integration of Galicia in the *lusofone* community are discussed from a Galician point of view. It argues in favor of this approximation, in a proactive position, aiming at reciprocity, which has to be reached through a dialectics of mutual knowledge / recognition. The cultural / communicative space of Lusofonia must be understood as a horizontal net, heterogeneous and participatory, with a polycentric, no hierarchical, architecture, in order to offering the possibility of dialogue between the different cultures with respect to their particular identities.

Keywords: Language, Communication, Identity, Galician Language, Lusofonia

A má noticia é que a Lusofonía non existe como unha realidade efectiva, xa feita, ao que Galicia, ou outro país 'lusófono' podería ou debería *incorporarse*. A boa nova é que a Lusofonía talvez poida existir como proxecto en andamento, na construción do cal cabería a Galicia contribuír, a partir da súa propia identidade, da súa situación actual, achegando os seus puntos de vista e os seus *intereses* — no duplo sentido: *inte-*

* Instituto da Lingua Galega, Universidade de Santiago de Compostela henriquemonteagudo@gmail.com

** Instituto da Lingua Galega, Universidade de Santiago de Compostela

reses culturais, aqueles asuntos que interesan o noso espírito, e *intereses* materiais, aquelas cousas que favorecen o noso benestar. Se a *Lusofonía* fose o primeiro, Galicia tería difícil cabida (ao menos, cómoda) nela; se chega a ser o segundo, Galicia podería alargala un pouco ao tempo que ela mesma se alargaba un moito. Imos lá ver.

Ata o día de hoxe, o apelo adoito enunciado entre nós en nome da *lusofonia* evocaba un proxecto que se arboraba arredor dunha ‘lingua portuguesa’ concibida ao xeito monolítico e unicéntrico, sempre supeditado á ‘razón de estado’, das antigas linguas imperiais — tantas veces allea, inconciliable e imposta ás múltiples ‘razóns’ das sociedades. Ao noso entender ese proxecto sinxelamente non é viable, e aínda que resultase selo, non sería desexable, *inter alia*, por anacrónico. Cousa ben distinta é explorar as posibilidades de diálogo cooperativo e de colaboración proactiva de Galicia na construción dun espazo dinámico e multidimensional, constituído polos países de expresión cultural portuguesa, en que os axentes participantes se respecten e recoñezan nas súas respectivas e plurais identidades, a partir das cales se propoñan realizar unha serie de esforzos comúns coa finalidade de desenvolver as potencialidades de mutuo reforzo e recíproco arrequentamento. Un proxecto que non perda a perspectiva planetaria, no tocante tanto ao respecto pola diversidade lingüístico-cultural dos grupos humanos e a defensa do autogoberno das comunidades, canto ao fomento do coñecemento, a comunicación e a cooperación entre os pobos e as culturas. Un proxecto, por tanto, aberto nos dous sentidos, isto é, relativamente a outros espazos e mais tamén aos diferentes e imaxinables horizontes de futuro.

Coa presente colaboración, lonxe de pretender esgotar un ámbito de reflexión tan atraente como pouco aproveitado, manifestaremos a oportunidade de explorar vieiros plausibles para un fluído intercurso de Galicia cos países de expresión portuguesa, no marco da participación do noso país no devandito espazo internacional de comunicación lusófona.

1. Lusofonía: os galegos e a etiqueta

Comezaremos a nosa achega facendo un pequeno repaso do que a etiqueta *lusofonia* representa hoxe no noso país, revisando de maneira moi sucinta as connotacións do vocábulo nos círculos intelectuais galeguistas, algunhas das cales entendemos secundarias e moi desviadas do sentido orixinal do termo.

A día de hoxe o termo *lusofonia* resulta en xeral descoñecido ou mal coñecido entre nós. Dous son en Galicia os valores semánticos básicos que se lle atribúen. En primeiro lugar, e para a maioría da poboación — esa que considera o vocábulo *portugués* pouco menos ca un insulto—, lusofonía non significa nada ou case nada. Séculos de dominación cultural deixaron como manifestación visible unha profunda alienación a respecto do propio, un alleamento que se ve acrecentado tan logo como un intenta alargar a base do que se considera propio, pois para un cidadán/dá medio/a de Galicia o portugués é hoxe o idioma estranxeiro dun país estranxeiro. Unha lingua que, ademais de no veciño Portugal, é empregada no Brasil e que só aqueles mellor informados saben

falada tamén nun pequeno grupo de países de identificación non sempre doada nin completa no continente africano. Non existe con carácter global na sociedade galega unha conciencia colectiva de pertenza a un ámbito lingüístico supragalaico (fóra do español e a Hispanidade, claro está). De feito, nin sequera rexistramos unha idea clara dos concretos límites e características dese tal espazo denominado lusofonía. Os problemas do idioma son analizados pola maioría da poboación en clave 'local' (segundo nós, 'nacional'), polo común en termos de necesidade de defensa e promoción do uso do galego fronte ao castelán que lle disputa hai séculos falantes e ámbitos de uso no seu territorio propio con todos os recursos a disposición dun estado moderno.

Á beira deste xeral descoñecemento, reforzado sen dúbida pola esmagadora influencia cultural que na sociedade galega vén exercendo desde antigo un estado coma o español que vive de costas ao seu veciño ibérico occidental, o termo *lusofonía* vén operando desde hai un tempo en determinados círculos como a verbalización do remate desexado dunha determinada corrente de aproximación do galego ao portugués coñecida en Galicia co nome de *reintegracionismo*. Desde esta perspectiva reintegracionista, a *lusofonia* representaría hoxe a culminación necesaria dun proceso de concreción gráfica que concentrou no ámbito da escrita a lusofilia difusa operante na tradición galeguista desde o seu renacemento no século XIX.

2. Lusografía, Lusofonía

Para a parte máis avanzada da minoría intelectual reintegracionista, por *lusofonia* enténdese ir máis alá dos diferentes ensaios previos de aproximación só ortográfica do galego ao portugués (*lusografía*) para melloralos e completalos, dándolles cabo cunha aceptación redonda do portugués estándar que incluíría, ademais da súa escrita, a súa oralidade (*lusofonía*). Este é o sentido básico con que o termo opera en determinados grupos da minoría intelectual nacionalista galega ou galego-portuguesa. Como consecuencia desta evolución da lusofonía á lusografía, a agrupación que na década dos oitenta do século pasado materializaba a vangarda da proposta reintegracionista¹, a Associação Galega da Língua (AGAL) leva anos desprazada do seu antigo posto de avanzada por aqueles que, en nome da *lusofonia*, defenden a necesidade inelutabile de os galegos abandonarmos a nosa maneira de falar e escribir para asumirmos, de maneira completa e sen reservas, a lingua portuguesa. Esta última tendencia ten na Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP), fundada en 2008, o seu referente institucional máis visible.

Así, o sentido máis corrente de lusofonía en Galicia é o dunha tendencia promovida por un feixe de intelectuais e asociacións minoritarias que negan ao galego calquera posibilidade de se converter en lingua de cultura de seu, pois consideran que

¹ Esta formulación de vangarda reintegracionista aparecía recollida no *Estudo crítico das Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego* (Instituto da Língua Galega-Real Academia Galega, 1982), Associação Galega da Língua (1983).

tanto o idioma popular falado coma a lingua literaria que a partir deste se veu arborando desde o Rexurdimento do século XIX se atopa irremediabilmente ‘deturpado’ polo castelán², e dedican o groso dos seus esforzos a tentar convencer a cidadanía da necesidade de falar e escribir en portugués como vieiro único de emancipación do xugo castelán. Ben se entende que esta conceptualización de lusofonía non será a común nun brasileiro ou nun africano de fala portuguesa. Nin sequera debe ser a máis frecuente nun portugués de Portugal, polo menos para un portugués que non sinta Galicia como unha parte arrincada por España ao seu territorio lingüístico.

Para nós, galegos e galegas, é posible outra lusofonía, que non nos negue e nos des-centre, desta vez non cara a Madrid, senón cara a Lisboa ou outra capital aínda máis arredada? Entendemos que si, e procuraremos nas liñas que seguen trazar algúns dos riscos que se cadra poderían ser tomados en consideración no seu deseño.

3. Outra Lusofonía é posible?

No contexto cultural en que nos movemos, aberto a experiencias culturais diversas, co audiovisual como formato prevalente, transmitido en rede e coas pantallas (da televisión, do ordenador, dos dispositivos de telefonía móbil e por aí fóra) como soporte preferido, sobre todo entre a xente nova, parece se cadra conveniente repensar os parámetros de enlace do galego no espazo da lusofonía para ver de ensaiar novas tácticas de intercambio aproximativo. De por parte, o camiño andado ofrece algúns datos fiables acerca de cal foi ata o de agora a resposta da sociedade galega a determinadas iniciativas e cales poderían ser, en consecuencia, os camiños para formulacións futuras se se aspira a que estas teñan algún tipo de seguimento e incidencia diferente da acadada pola opción substitutiva. Entre outras mudanzas posibles, entendemos que as relacións do galego co ámbito internacional de comunicación lusófona deberan cambiar de individuais (ou de pequeno grupo) a colectivas, de ortográficas a orais e multimedia e, en fin, de pasivas a abertas á participación activa da comunidade galega.

Isto é, entre outras cousas, esas relacións deben pasar de metalingüísticas e grafocéntricas (isto é, centradas nos interminables debates sobre a norma lingüística e particularmente a norma gráfica) a pluritemáticas, multimediáticas, heteroxéneas e omniparticipativas: deben implicar antes de máis e por riba de todo unha grande diversidade de contactos, ‘negocios’ e axentes humanos, educativos, culturais, económicos, políticos...

Marco de colaboración		
Individual	----->	Colectivo
Ortográfico	----->	Multimedia
Pasivo	----->	Activo

² Cando non negan pura e simplemente tal entidade, que sería máis un espectro, unha especie de aberración derivada da dominación española en Galicia; mentres que o ‘verdadeiro’ galego sería sen máis o portugués.

Ao noso entender, os intercambios entre Galicia e a lusofonía deben transitar desde as illas do esforzo individual ou de pequeno grupo en que viñeron consistindo ata o de agora á terra firme da promoción institucional por parte dos organismos de carácter nacional dos respectivos espazos implicados. Estes deben elaborar estratexias ambiciosas e ao tempo flexibles de colaboración, marcos abertos e orientacións de traballo establecidos coa colaboración dos axentes sociais (colectivos civís ou profesionais, universidades, empresas) máis que directrices ríxidas impostas a estes. Desta maneira, as relacións que xa existen, entre particulares ou pequenas agrupacións de intelectuais e — escasas e de progresión lenta no caso de Galicia—, tamén entre empresas, recibirían apoio certo e planificado por parte das autoridades oficiais, un apoio que poría en valor o traballo previo e mantería os camiños limpos e abertos para o establecemento futuro de novas relacións sobre a base sólida dos logros acadados. Enxeñeiros galegos en Petrobras ou médicos e persoal de enfermaría na sanidade pública portuguesa son ben recibidos porque, para sorpresa de bastantes fóra de Galicia, son españois que saben portugués. O obxectivo pasaría pois por desenvolver accións organizadas que contribuísen de maneira positiva, dura-deira e promovida institucionalmente á multiplicación de algo que xa é real para unha minoría, de maneira que estas alternativas – laborais, culturais ou outras por descubrir — resultasen viables para calquera cidadán e non só para algúns poucos individuos de alta cualificación académica.

A situación da lingua portuguesa no sistema galego de ensino é outra área onde propiciar a mudanza no sentido que aquí defendemos. No canto de se incluír, como acontece neste momento, a materia de portugués como unha disciplina optativa naqueles poucos centros en que se rexistra un número máis ou menos elevado de fillos de traballadores emigrantes, deberíase incorporar o portugués como materia de oferta obrigatoria na totalidade dos institutos de ensino secundario de Galicia, polo menos ao nivel que hoxe teñen outras linguas como o inglés ou o francés. Pasaría así dunha presenza ligada a mecanismos de apoio ao colectivo inmigrante no país de acollida, que equipara en certo sentido a portugueses e brasileiros con romaneses, chineses ou marroquís — circunstancia a todas luces aberrante desde o punto de vista lingüístico e de irmandade cultural –, a outra relacionada coa inclusión regrada no currículo escolar dunha lingua internacional de doada aprendizaxe para os galegofalantes que os capacitase de maneira colectiva para a rendibilización desa poderosa vantaxe comparativa no mundo laboral ou na procura novos mercados ou relacións estratéxicas para as empresas. Existen iniciativas en marcha para conseguir isto, coa implicación activa do Consello da Cultura Galega.

Pero para conseguir o obxectivo que acabamos de enunciar, ou calquera outro que vaia nunha dirección semellante, os galegos debemos primeiro superar o estreito ámbito do ortográfico onde desde o derradeiro terzo do século XX algúns insisten en enmarcar as relacións entre os galegos e o resto do mundo de fala portuguesa. Como resultado da acción de fomento desenvolvida por algúns colectivos reintegracionistas, e tal e como referimos unhas liñas máis atrás, o portugués é visto en moitos

casos na Galicia actual como algo que *hai que escribir*. A teima no ortográfico, xustificable pola formación (filolóxica, universitaria) e o horizonte de referencia (libresco, literario) do que partían e ao que aspiraban os máis destacados definidores da corrente, continúa a gobernar hoxe moitas accións en defensa do portugués en Galicia, coa conseguinte marxinação doutras vías de actuación no ámbito lusófono que, ao noso xuízo, resultarían talvez de meirande utilidade e proveito.

No canto de insistir nunha concepción decimonónica da lingua como algo que hai que ordenar desde a Universidade e a Academia para manter dentro dunhas regras de obrigado cumprimento que a convertan en vehículo axeitado para a alta literatura, poderíase se cadra experimentar cun abano de produtos culturais que superase o marco do libro impreso canonizado pola crítica especializada. Superados os marcos ortográfico e de mercado potencial para a venda de libros, a lusofonía despreza posibilidades novas para a libre circulación de produtos audiovisuais en calquera dos soportes. A estupenda recepción de material audiovisual portugués ou brasileiro (anuncios televisivos, vídeos musicais, campañas institucionais deseñadas para a televisión...) exposto ao público nos blogues mantidos por internautas galegos constitúe un bo exemplo de práctica ben aceptada entre nós.

Esta distribución en rede de produtos audiovisuais debería reforzarse coa promoción no ámbito do ensino doutras destrezas alén do dominio da ortografía do Acordo de 1990. No canto de orientar os esforzos académicos dos escolares galegos cara á consecución da perfección ortográfica na escrita do portugués, resultaría se cadra máis útil e rendible o fomento doutras destrezas comunicativas, máis relacionadas coa comprensión oral e a lectura comprensiva. O obxectivo é o de avanzar desde a intercomprensión oral xa existente entre galegos e falantes de portugués ata novas áreas de dominio da lingua. Áreas para as que se promoverá un grao de competencia que variará en función dos obxectivos de cada usuario, e que serán distintos para un escolar que non aspira a moito máis que a pronunciar con xeito os apelidos dos seus futbolistas brasileiros preferidos ca para un futuro estudante de Filoloxía que aspira a traballar como profesor de portugués. Experiencias como a desenvolvida para a comprensión escrita entre linguas romances europeas pola profesora da Universidade de Provenza Claire Blanche-Benveniste (1997) en *EuRom4*, centrada non tanto en *producir* coma en *comprender* textos escritos en español, francés, italiano e portugués ou o método *Die Sieben Siebe* de Horst Klein e Tilbert Stegman (2000) que desde unha perspectiva semellante abrangue sete linguas continentais (galego, portugués, español, catalán, francés, italiano e romanés), ou, xa moito máis vinculado á internet, Galanet³, constitúen, co seu fomento da intercomprensión lingüística, algúns exemplos do estilo de estratexias de fomento escolar do portugués que se poderían ensaiar con algunha oportunidade de éxito no noso ámbito.

Pero para fomentar a intercomprensión entre galegos e falantes de portugués hai que aceptar primeiro o galego como unha realidade lingüística enteira e mere-

³ Pódese consultar máis información en www.galanet.eu, ou no sitio web do seu desenvolvemento para docentes www.galapro.eu.

cente de estima, rachando a imaxe dos galegos como unha colectividade que só se salvará se deixa de falar como fala e escribir como escribe. O noso papel na lusofonía non se pode reducir a abandonar o galego e asumir, a poder ser con entusiasmo colectivo, o portugués.

Contemplado como un exotismo periférico, o galego é percibido por algúns como unha aberración lingüística sen futuro á que hai que someter para conservar. Entramos así no eido das abstraccións que nos demedian, aquelas que nos reducen a unha parcialidade dependente, colonizada (*galego-castelhana*) ou colonizable (*galego-portugués*, entendido este non como unha convención literaria medieval, senón como unha realidade idiomática contemporánea), pero sempre como a metade de algo, nunca como un todo. Outros rótulos sinalan de maneira aberta para os dous grandes estándares estatais, como acontece con *portunhol*, invento vocabular formado da suma de *portugués* e *español*. E, finalmente, os máis atrevidos insultan sen complexos a nosa lingua nacional tratándoa de *linguajar labrego*⁴ ou *crioulo*, denominación esta última que aparece en canto se aplica a Lei de Berto⁵ en calquera discusión *on line* sobre o galego. No fondo de toda esta etiquetaxe latexa un substrato infravalorativo que denigra primeiro o noso idioma para lle negar despois calquera viabilidade presente ou futura como moderna lingua de cultura. Desde as coordenadas xeopolíticas e identitarias da Galicia actual, esta subestimación danada da lingua propia parécenos unha estratexia suicida e redondamente inútil para solucionar os auténticos problemas sociolingüísticos do idioma. Por poñer un exemplo, unha cousa é que un eurodeputado galego empregue o portugués nos organismos europeos como acto de rebeldía fronte á imposición neocolonial do emprego obrigado do español en instancias de representación da Comunidade Europea, e outra que renunciemos a conseguir no futuro o recoñecemento do galego como lingua de uso nesas mesmos ámbitos de uso.

4. Centro e periferia. Brasil no horizonte

Se aos ollos de determinada xerarquía centralista lisboeta (ou madrileña) Galicia ocupa a periferia no escenario ibérico, a importancia da súa localización e personalidade diferenciadas diminúen aínda máis cando, desde esta perspectiva, o campo de xogo se amplía ao espazo internacional: a moza galega só poderá acudir ao baile das nacións da man dun varón portugués ou dun cabaleiro español. En ningún caso ela soa. Porén, para un observador menos lastrado por tan groseiro preconceito, Galicia asoma como un emprazamento destacado nunha topografía atlántica que baña as costas de Irlanda e dos países africanos de fala portuguesa para chegar ata

⁴ Rodrigues Lapa (1973: 285).

⁵ «A medida que unha discusión *on line* en galego sobre calquera tema avanza, a probabilidade de que se mencione o reintegracionismo/isolacionismo achégase a 1» (http://wiki.chuza.org/wiki/Lei_de_Berto, consultada o 9 de outubro de 2010).

o Brasil, superando así a súa posición de marxe para emerxer con outra ben distinta nun corredor atlántico tan interesante como ata o de agora case á poula no que se refire ao cultivo das relacións intercontinentais. Deixando para mellor ocasión a pista céltica, entendemos que os galegos, coa nosa competencia plurilingüe, temos un papel a desempeñar nese escenario complexo, de realidades políticas, económicas e sociais diversas e non sempre doadamente conciliables, que, con todo, apela aos galegos co nome de lusofonía.

Fóra dos límites europeos, o Brasil érguese para os intelectuais galeguistas como un horizonte privilexiado para o establecemento de relacións de cooperación cultural que vaian máis alá do intercambio bilateral (galego-portugués) que se viña fomentando no vello continente. Repasaremos primeiro os esquemas ideolóxicos e historiográficos que viñan regulando a visión do galego no Brasil (e da realidade brasileira en Galicia) para expoñer despois algunhas das relacións colaborativas que podemos establecer con aquel país.

Historicamente, e logo de séculos funcionando co mito do Portugués Arcaico, que ocultou no Brasil a nosa realidade medieval ata o extremo de se afirmar alá ser o portugués de Portugal un descendente directo do latín (Lagares 2010: 4-6), a riqueza lingüística e literaria da *Gallaecia* medieval comeza nos nosos días a abrirse paso entre os filólogos brasileiros coa forza reveladora que lle outorga a súa condición de sorpresa dun pasado negado. O vello celo metropolitano en manter oculto ou en brétema o galego-portugués medieval ou, por outras palabras, o feito de o portugués ter a súa orixe histórica na variante medieval dun idioma que hoxe moitos vulgan unha anomalía premoderna, rural e desordenada conservada apenas na fala dalgúns mariñeiros, labregos e operarios e defendida por algún intelectual entusiasta nunha comunidade pobre e subdesenvolvida do territorio español que se estende ao norte da rexión portuguesa (tamén pobre e subdesenvolvida) de Trás-os-Montes, provocou un descoñecemento do galego no Brasil que só agora comeza a disiparse. As conexións directas entre filólogos galegos e brasileiros, propiciada en tempos recentes polo incremento das visitas e intercambios entre especialistas, así como o establecemento na república ultramarina de filólogos formados en universidades galegas, comezan a facilitarlles aos lingüistas da república ultramarina datos directos de relevo cos que reconsiderar sobre novas bases a natureza verdadeira da matriz continental do seu idioma.

No que fai á imaxe da realidade lingüística brasileira en Galicia, o Brasil é percibido por estas terras como un valedor internacional do galego que non nos toma contas, unha intuición inicial que mellora a pouco que un afonda na realidade do xigante de América do Sur. Un exemplo só. Os defensores do galego senten moi próximas as reclamacións de respecto pola diferenza que formulan os defensores do portugués brasileiro. Así, un lingüista brasileiro clama contra a presión uniformizadora do academicismo lisboeta máis severo (“Negar o que é caracteristicamente noso na língua é negar a nosa propia identidade cultural como povo e nação independente!”, Bagno 2007: 157) e un galego estima esa queixa, e o argumento en que

se sustenta, como propios e aplicables de maneira directa á loita en defensa do seu idioma nacional.

O Brasil non se ofrece a nos acoller no seu seo, non busca a redención dos nosos pecados lingüísticos, non nos quere liberar de ningunha opresión. Para circular por aquel país non se nos obriga antes a renunciar á nosa lingua, non se nos demanda o acatamento sen reservas de ningunha ortodoxia. Faltos da maioría das valoracións estereotipadas, en boa parte derivadas da ríxida asociación entre estado, nación e lingua (sempre no molde napoleónico: o ideal é un estado uninacional, e a nación monolingüe, isto é, o obxectivo é a homoxeneidade cultural imposta desde o estado), con que algúns intelectuais portugueses (e tamén algúns galegos) prexulgan a realidade lingüística galaica, os brasileiros propoñen unha “efetiva acción inter pares, sem qualquer atitude ou pretensão de centralização, hegemonia ou dominação” (Faraco 2010: 64). Velaquí unha relación de igual a igual, respectuosa coas diferenzas, que habilita un valioso espazo convivencial de tolerancia e apoio mutuo para o proceso de expansión internacional da nosa lingua. Será por Brasil ser unha república federal? Será porque procura unha nova identidade fundada non no modelo uniformizante do antigo colonizador (varón branco europeo e cortado polo padrón político-cultural lusitano), mais nos modelos emerxentes abertos ás lóxicas da pluralidade, a heteroxeneidade e a hibridación?

Este espazo de produción, reprodución e vivencia multicultural demanda reciprocidade. Agárdase de nós algo máis ca actuar como submisos receptores pasivos dos produtos elaborados por outros, promovendo unha relación bidireccional nun ámbito plural e inclusivo que non nos reclama ningunha renuncia previa para poder participar. Como consecuencia deste intercambio mutuo, os galegos podemos presentar no Brasil a nosa experiencia en campos que van desde as ciencias do mar aos sectores da industria téxtil ou a construción naval. No cultural e lingüístico, os galegos contamos con experiencia contrastada en situacións de contacto de linguas ou na xestión das tensións entre unidade e variación (dialectal, pero non só) na lingua estándar. Asemade, nun país lusófono que comparte fronteira con Arxentina, Venezuela, Uruguai ou Paraguai a nosa experiencia nos procesos de ensino e aprendizaxe do español resultará sen dúbida un activo a tomar en consideración.

Acá levamos décadas aprendéndolles a castelanfalantes nativos a pronunciar con xeito o <e> de *pé* ou o <o> de *roda*; a ler de maneira distinta o <x> de *xarope* e o <x> de *exame*; a escribir con *substantivo* e sen <p> *ditongo*, a poñer o <h> en *harmonizar* e a tirarllo a *inchar*; a facer en <-is> o plural de *animal*. Esta práctica docente, unida a un dominio xeral do español ao que os galegos estamos mesmo obrigados por lei, diseña un interesante campo de encontro entre os galegos, que convivimos desde hai séculos co castelán no noso propio país, e os brasileiros, inseridos xeograficamente no corazón mesmo da hispanidade sudamericana.

5. (Des)atando nós

É sabido que para que as cousas sexan posibles e acontezan, hai que quererlas antes de pórse a facelas e, e somos maioría os galegos e galegas que nos negamos a ser a póla satelizada ou abertamente negada de ningún gran estándar alleo, ao tempo que reivindicamos o noso dereito a nos abrir ao mundo desde o que hoxe somos, non desde o que se cadra fomos algún día ou tal vez puidésemos no futuro chegar a ser. Manifestamos en consecuencia a nosa disposición a colaborar *de maneira activa* nun espazo transnacional, horizontal e non xerárquico de intercambio de produtos culturais onde se nos acepte coas nosas diferenzas, os nosos defectos, os nosos trazos singulares, a nosa historia e a nosa realidade actual. Os galegos e galegas somos o que somos e non queremos deixar de ser o que somos para nos converter noutra cousa distinta — salvo que, obviamente, aspiramos á nosa mellora material e cultural, pola vía da emancipación individual e colectiva.

Aspiramos a saír desde a nosa substantividade material ao encontro de pobos irmáns, nun tramado multinacional que non nos faga de menos, que non nos esixa renunciar a falar como falamos e nos acepte en toda a nosa complexa realidade como posibles creadores activos de contidos cos que engrandecer este fascinante universo compartillado de comunicación cultural. E precisamente coidamos que podemos contribuír a arrenquentar ese universo coa nosa particular experiencia histórica, que nos dotou dunhas características de noso, entre elas, a nosa condición de pobo-ponte, periférico, fronteirizo, bifronte, disperso e difuso. Sen dúbida, iso pode acabar tendo algún valor e algún interese, para quen teña vontade de coñecemento e apertura ao diálogo.

Por que podería interesar a Galicia unha certa Lusofonía? Para a cidadanía galega, coñecer mellor Portugal, Brasil, os outros países de expresión portuguesa, non significa explorar un mundo estraño, mais en boa parte (re)aprenderse a si mesma. Coñecéndoos mellor, coñecémonos mellor. Pero a consideración inversa non é menos certa: coñecéndonos mellor, tamén vós (cidadanía portuguesa, brasileira, lusoafriana ou lusoasiática) vos coñeceredes mellor *a vós propios*. A nosa exploración recíproca, ten, pois, en o carácter paradoxal dunha singradura simultaneamente interior e exterior: imos aprendendo como e canto somos distintos — distintos, entre outras cousas, de nós mesmos, ou mellor, a como coidabamos que cada un de nós eramos. Nesa singradura descubrimos que a identidade non é un legado intocable do pasado, que estaríamos obrigados a preservar impoluto para transmitir ás xeracións vindeiras; a identidade é unha procura sen fin, un camiño aberto, unha tirapuxa sen pausa en que nos recollemos, nos reelaboramos, nos inventamos en interminable diálogo e incesante controversia. Esa Lusofonía así, se é que resulta posible, é a que nos interesa e á que e cadra podemos contribuír. Non si?

Bibliografía

- Associaçom Galega da Língua [AGAL] (1983) Comissom Lingüística, *Estudo crítico das Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego* (Instituto da Língua Galega-Real Academia Galega, 1982), A Coruña: AGAL.
- Bagno, M. (2007) *Nada na língua é por acaso. Por uma pedagogia da variação lingüística*, São Paulo: Parábola Editorial.
- Blanche-Benveniste, C., et al (1997) *EuRom4. Méthode d'enseignement de quatre langues romanes*, Firenze: Nuova Italia Editrice.
- Faraco, C. A. (2010) 'A encruzilhada da lusofonia', *Grial*, 187: 60-64.
- Klein, H. e Stegmann, T. (2000) EuroComRom — *Die Sieben Siebe: Romanische Sprachen sofort lesen können*, Aachen: Saker, 2000 [existe versión galega: Sabela Labraña, S., et al (2009) *EuroComRom: as sete peneiras: saber ler axiña en todas as linguas románicas*, Aachen: Shaker].
- Lagares, X. C. (2010) 'A situación do galego na perspectiva internacional: A «nosa língua» e «os da banda d'alá»', no prelo.
- Rodrigues Lapa, M. (1973) 'A recuperación literária do galego', *Grial*, 41: 278-287.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e a percepção de ameaça à identidade portuguesa¹

Michelly Carvalho*

Rosa Cabecinhas**

Resumo

Este trabalho analisa a opinião de estudantes portugueses sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, recentemente aprovado entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O documento pretende uniformizar a ortografia da Língua Portuguesa, reduzindo substancialmente as diferenças entre as versões brasileira e portuguesa. Assim, realizámos um inquérito sobre o tema em Outubro de 2009, em Portugal. Nossa hipótese é que a opinião face ao Acordo será maioritariamente desfavorável, uma vez que para os portugueses este documento pode ser visto como uma ameaça identitária: o Acordo pode ser considerado como uma espécie de submissão, por parte do ex-colonizador (Portugal) para com uma ex-colónia (Brasil), uma vez que o Brasil é percebido como líder do processo de negociação que conduziu à versão final do Acordo. Como esperado, o nível de rejeição do Acordo foi elevado (70,1%). Este artigo procura analisar o discurso de rejeição do Acordo e os motivos invocados pelos inquiridos para tal posicionamento.

Palavras-chave: Acordo Ortográfico, representações sociais, identidade social, língua portuguesa

Abstract

This paper analyzes the Portuguese' opinion on the orthographic agreement recently approved among the countries members of the Portuguese Speaking Countries Community (CPLP). This agreement aims to homogenize Portuguese orthography by reducing substantially the discrepancy between the Brazilian and Portuguese versions. We conducted a survey about this issue in October/2009 in Portugal. Our hypothesis is that the Portuguese people will reject this agreement since it will be seen as an identity threat: the agreement is considered as a kind of submission by the former colonizer (Portugal) towards the former colonized (Brazil), which is per-

¹ Este artigo reporta resultados preliminares de um estudo empírico realizado no âmbito do projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CCI-COM/105100/2008). O presente artigo foi redigido segundo as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

* Mestranda em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, michellyscarvalho@gmail.com

** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, cabecinhas@ics.uminho.pt

ceived as leading the Agreement outcomes. As expected, the level of rejection of the Agreement was very high (70,1%). This paper seeks to analyze the discourse of rejection of the Agreement and the kind of motives invoked by Portuguese respondents for this position.

Keywords: Orthographic agreement; social representations, social identity, Portuguese language

1. Introdução

Este artigo visa analisar a opinião de estudantes universitários portugueses sobre o Acordo Ortográfico, aprovado recentemente entre os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A CPLP, criada em 1996, é uma comunidade geo-linguística bastante heterogénea e dispersa composta por oito países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

De acordo com Santos (2003), esta comunidade formalizou institucionalmente uma espécie de relacionamento pós-colonial entre Portugal e suas ex-colónias. Uma das dificuldades enfrentadas por Portugal na tentativa de estabelecer esta comunidade foi a necessidade de evitar a ideia de que a CPLP foi projetada para apoiar uma agenda «neo-colonialista». De acordo com a sua Declaração Constitutiva, a CPLP tem como objetivo «incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa» e «contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa (...) nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP» (CPLP, 1996)².

O estabelecimento de um Acordo Ortográfico entre os países de língua portuguesa foi desde o início um dos grandes objetivos estratégicos da CPLP. Diversas tentativas para o estabelecer e implementar fracassaram e, recentemente, após anos de longas negociações entre os seus membros, especialmente entre Brasil e Portugal, o Acordo foi ratificado. O Acordo entrou em vigor nesses dois países em 2009. Segundo o aviso n.º 255/2010 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, publicado em 17 de Setembro de 2010 no Diário da República³ o Acordo Ortográfico de 1990 vigora em Portugal desde 13 de Maio de 2009, data de entrega junto da República Portuguesa do instrumento de ratificação do Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao

² <http://www.cplp.org>, acesso em 10/08/2010.

³ N.º 182, I Série, pág. 4116, <http://tinyurl.com/39mq4lc>, acesso em 10/08/2010.

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. É a partir desta data que deve ser contado o período de transição de 6 anos estipulado por lei (Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008⁴). Sendo assim, o prazo limite de implementação da nova ortografia é 2015. Já no Brasil o prazo se estende somente até 2012.

Este Acordo tem como objetivo uniformizar a ortografia da língua portuguesa, reduzindo substancialmente a diferença entre as versões brasileira e portuguesa. No entanto, estas mudanças não são simétricas, uma vez que o Acordo Ortográfico implica mais mudanças na ortografia portuguesa do que na brasileira.

Tendo em conta a importância deste Acordo e a resistência antecipada de parte de diversos segmentos da sociedade portuguesa, fizemos um estudo exploratório sobre essa questão em Outubro de 2009, em Portugal, a fim de analisar alguns dos fatores que contribuem para essa resistência.

Nossa hipótese é que a opinião face ao Acordo em Portugal será maioritariamente desfavorável, uma vez que, para os portugueses, este Acordo pode ser vivenciado como uma ameaça identitária: o Acordo pode ser considerado como uma espécie de submissão, por parte do ex-colonizador (Portugal) para com uma ex-colônia (Brasil), uma vez que o Brasil é percebido como líder do processo de negociação que conduziu à versão final do Acordo (razão pela qual algumas pessoas o rotulam como «Acordo Brasileiro»).

Neste artigo, analisamos o discurso de rejeição do Acordo e os motivos invocados pelos inquiridos para justificar as suas opiniões. Os resultados obtidos serão discutidos tendo em conta alguns estudos sobre as identidades «Lusófonas», integrando alguns contributos da Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1982) e da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1988).

2. O Acordo Ortográfico

O Acordo Ortográfico constitui-se numa convenção que unifica os sistemas ortográficos dos países de língua oficial portuguesa. Segundo Fiorin (2008: S/P), a tentativa de unificação não é recente, desde 1924, já se tinha esse intuito. No ano de 1945 instituiu-se uma unificação que se tornou lei somente em Portugal, não sendo aprovada pelo Congresso Nacional Brasileiro. De acordo com o referido autor, a não-aceitação da unificação deveu-se ao facto de que, após a independência brasileira, os escritores acreditavam que a independência não deveria ser somente política, mas também cultural. Por este motivo, «o Brasil nunca reconheceu a autoridade linguística de Portugal» (Fiorin, 2008).

Na opinião de Fiorin, as diversidades ortográficas do Brasil e Portugal não são grandes, motivo pelo qual não há impedimento para o entendimento recíproco de textos em ambas as grafias. No entanto, a duplicidade da ortografia trava a difusão

⁴ <http://tinyurl.com/2fxqs5l>, acesso em 12/08/2010.

internacional do português, tendo em vista que os documentos oficiais das organizações que adotam o português como língua oficial necessitam ser escritos na forma adotada por cada país (Brasil e Portugal) já que as variações são tidas como incorretas. Segundo Godofredo de Oliveira Neto, escritor e presidente da Comissão de Língua Portuguesa do Ministério da Educação durante o governo de Lula da Silva (*in* Leoni, 2008: S/P), isso não ocorre, por exemplo, com as diferenças entre o inglês dos EUA e da Inglaterra, ou ainda entre o Espanhol da Argentina e o da Espanha.

Com a finalidade de atenuar as discrepâncias, em 1990 foi assinado o Acordo Ortográfico e determinou-se que este estaria em vigor em 1º de Janeiro de 1994, depois de sua ratificação pelos oito países da CPLP. Não obstante, a ratificação não foi consumada segundo se previa. Dez anos depois, em 2004, discutiu-se a questão novamente e estabeleceu-se que o Acordo entraria em vigor se ratificado por três membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Entretanto, somente em 2008 o Acordo Ortográfico foi ratificado por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Brasil e Portugal, sendo que no Brasil e em Portugal entrou em vigor em 2009.

Nostalgia imperial

O Império Português foi o mais longo império colonial europeu e o último a cair, em 1975. O Brasil foi a primeira colónia a declarar independência em 1822. As colónias africanas somente obtiveram a independência após o período de descolonização, iniciado depois da Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974). Apesar das grandes mudanças socioeconómicas e culturais em Portugal desde o processo de descolonização e a entrada na União Europeia (1986), de acordo com alguns autores, o império permanece na mente das pessoas.

Atualmente, a retórica da lusofonia frequentemente assume a forma de «nostalgia imperial» (Martins, 2006: 80), dando frequentemente origem a conflitos e desencontros, tanto em assuntos internacionais como nas relações interpessoais.

Segundo Reiter (2005: 89), «o legado do colonialismo ainda influencia fortemente as formas pelas quais Portugal define sua pertença nacional». Reiter considera que a posição de «nação intermediária» (p. 81), ocupando uma posição ambivalente na hierarquia internacional, contribui para uma dupla tensão: «Por um lado, o orgulho nacional, prejudicado por comparações potencialmente humilhantes com as mais ricas e mais poderosas nações da Europa, exige a evocação do passado ‘glorioso’ de Portugal». Mas, segundo o autor, essa distância em relação a alguns aspectos daquele passado também era necessária. «O resultado é uma espécie de neurose portuguesa sobre o seu passado colonial» (Reiter, 2005: 87). Corroborando com esta ideia, Baptista (2006) enfatiza:

Do ponto de vista nacional, não parece ainda ter chegado o tempo de um olhar sério, desapaixonado, profundo e sistemático em direcção ao nosso passado colonial. Esta-

mos, presentemente, num momento que, psicanalítica e simbolicamente, poderíamos designar de ‘recalcamento e negação’. (Baptista, 2006: 25)

O que se verifica pelas palavras da autora é que a História exige um certo distanciamento que a sociedade portuguesa ainda não conseguiu ter plenamente. Segundo Baptista, por esse passado se configurar ainda muito recente, também não provoca grande interesse por parte dos investigadores portugueses. Assim, a narrativa moderna com os países da comunidade lusófona com os quais se quer arquitectar relações no âmbito político, económico, histórico e cultural ainda tem muito a ser feito e talvez tenha que aguardar um período extenso para que emerja em totalidade e interesses próprios. O que se verifica atualmente é uma ausência do debate sobre o tema. Tal facto se revela por dois motivos:

(...) seja porque se encontram vivas e ainda abertas, embora significativamente silenciosas (Lourenço, 2000), feridas recentes na história e na cultura portuguesas, seja porque um desenraizamento histórico sem precedentes afecta a nossa actual cultura globalizada, levando-nos a olharmo-nos, também no âmbito da lusofonia, como histórica e imaginariamente nascidos a partir de coisa nenhuma e miraculosamente partilhando uma língua comum, sem se perceber muito bem para que servirá tal verificação. (Baptista, 2006: 25).

As palavras acima retratadas configuram-se como os principais fatores, segundo a autora, para a escassez de pensadores pós-coloniais sejam eles estrangeiros ou nacionais, mesmo tendo a descolonização acontecido em períodos de pós-modernidade.

Na última década, foram realizados diversos estudos empíricos que apontam para a importância atribuída pelos portugueses à sua história e ao seu passado «glorioso» (e.g. Miranda, 2002). As grandes navegações e os «descobrimientos» continuam a ser considerados como a «idade de ouro» da história nacional.

Cabecinhas, Lima e Chaves (2006) realizaram uma pesquisa sobre as percepções históricas de jovens brasileiros e portugueses. Os participantes em ambos os países foram convidados a indicar livremente os eventos e as personalidades que, na sua opinião, eram mais importantes na história do mundo e na história nacional dos respectivos países (Brasil ou Portugal). Os participantes portugueses consideraram os «descobrimientos portugueses» como o quarto acontecimento mais importante na história mundial e vários navegadores portugueses foram considerados entre as personalidades mais eminentes do globo. Além disso, os participantes consideraram os descobrimientos portugueses como tendo um impacto positivo para a humanidade, estando associados a emoções muito positivas, tais como o orgulho, admiração e felicidade.

Quanto às representações da história nacional, 79,7% dos participantes portugueses evocaram os descobrimientos portugueses e atribuíram a este acontecimento um impacto muito positivo na história nacional (Cabecinhas, Lima e Chaves, 2006).

Estes resultados apontam para uma representação social hegemónica (Moscovici, 1988) dos descobrimentos portugueses como a «idade de ouro» da nação. Os jovens portugueses associaram emoções extremamente positivas aos «descobrimientos», enquanto os jovens brasileiros, no caso específico do «descobrimento do Brasil», expressaram sentimentos ambivalentes.

Estes resultados estão em conformidade com os obtidos em outros estudos, realizados tanto no Brasil como em Portugal, sobre as representações da «descoberta do Brasil» por ocasião das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil (por exemplo, Möller, Sá & Bezerra, 2004; Sá, Oliveira & Prado, 2004; Vala & Saint-Maurice, 2004). Segundo Möller, Sá e Bezerra (2004), os brasileiros reconhecem alguns méritos à colonização, mas identificam mais explicitamente alguns aspectos negativos da ocupação portuguesa. Os autores destacam que os sentimentos em relação à colonização são mais variados no Brasil do que em Portugal.

Baptista (2006) justifica essa «nostalgia imperial» principalmente pelo trabalho desenvolvido durante o Estado Novo. Neste período utilizou-se largamente os meios de comunicação para transmitir uma distinta imagem de Portugal enquanto «Império Português» e, especialmente do «Outro» desse império. Segundo a autora, o que se verifica na atualidade é que muitas dessas representações continuam presentes no imaginário cultural português. «(...) talvez não de todo o escol intelectual português, mas certamente numa parte dele e em maior escala na memória cultural portuguesa», estabelecendo-se o que Freud (2001, *in* Baptista, 2006: 26) designou por uma espécie de «regresso do recalçado». Isso, de acordo com Baptista, repercute conceitos e raciocínios, imagens e fantasmas que foram fortemente incorporados pela manipulação mediática de Salazar, e modificaram o senso comemorativista português.

Halbwachs (1950/1997) afirma que a memória coletiva é uma espécie de mecanismo de defesa de determinada sociedade e Connerton (1993) salienta que a exaltação da identidade nacional agrega a recordação e os seus ritos.

Segundo Wertsch (2002: 67) a memória coletiva desempenha um papel essencial na criação e manutenção dos grupos sociais. A memória coletiva proporciona um «passado utilizável», que pode servir na atualidade, nomeadamente para promover as reivindicações de identidade coletiva. Wertsch (2002: 172) considera que a memória coletiva pode ser caracterizada por três dimensões importantes. Em primeiro lugar, a memória coletiva é um processo ativo; podendo ser caracterizada como uma forma de ação mediada, significando que ela é, fundamentalmente, distribuída entre agentes ativos, por um lado, e as ferramentas culturais — especialmente os textos narrativos — que empregam, por outro. Em segundo lugar, a memória coletiva é mediada por recursos textuais, que não são neutros: os recursos textuais empregados na memória coletiva trazem com eles uma posição social e perspectiva. Em terceiro lugar, a memória coletiva é dinâmica, mesmo que muitas vezes reivindique estabilidade e consistência.

Na mesma linha de pensamento, Cunha (2003) considera que as imagens do passado, geralmente, legitimam uma ordem social do presente. No entanto, simultanea-

mente, existem expressões que contestam essa ordem. Assim, a memória social pode ser entendida «como um campo de disputa, passando o controlo social e mesmo o exercício do poder, pela capacidade de definir o memorável e o que deve ser esquecido» (2003: 86).

Há uma interação constante entre a identidade social e as representações sociais da história. Como afirmam Liu e Hilton (2005), a história define uma trajetória que ajuda a construir a identidade de um grupo, como se relacionar com outros grupos e as opções para enfrentar os desafios do presente.

Atualmente, Portugal é um dos países mais pobres da zona do euro, enquanto o Brasil está a assumir cada vez mais protagonismo no cenário económico mundial. Isso parece representar no imaginário português uma ameaça para a identidade portuguesa, o que, por sua vez, pode contribuir para a rejeição do Acordo Ortográfico como forma de tentar preservar a «original» e «autêntica» língua portuguesa representada como herança cultural.

2. Metodologia

Para este estudo exploratório foi desenhado um questionário composto por questões abertas e fechadas, permitindo aos participantes expressar e justificar as suas opiniões. Vários indicadores foram utilizados para esta pesquisa: local de nascimento, nacionalidade e eventuais experiências de migração, nível socioeconómico e cultural, contato com imigrantes brasileiros, os sentimentos e os estereótipos sobre os imigrantes brasileiros, a opinião sobre a diversidade cultural, etc. Quanto à opinião sobre o Acordo ortográfico, foi solicitado aos participantes que respondessem a uma pergunta fechada: «Concorda com o Acordo Ortográfico entre os países de língua portuguesa?» Os participantes deveriam assinalar a sua escolha: «Sim» ou «Não» e, em seguida, justificar a sua resposta.

A amostragem foi não-probabilística, o que não garante a sua representatividade, por isso os resultados não devem ser extrapolados para a população em geral. Neste estudo, estamos interessados nas opiniões dos estudantes universitários em particular, uma vez que, em princípio, constituem uma das parcelas mais informadas da população. O inquérito foi aplicado a uma amostra de 198 estudantes da Universidade do Minho⁵, 95 do sexo feminino e 103 do sexo masculino, com idades entre os 18 e os 25 anos. A recolha de dados foi realizada em salas de aula da Universidade e a participação foi voluntária.

3. Resultados

Neste artigo, discutimos apenas os resultados relativos à opinião dos participantes sobre o Acordo Ortográfico. Quanto à pergunta «Concorda com o Acordo Ortográfico

⁵ Participaram no inquérito estudantes do 1º ano das licenciaturas em Ciências da Comunicação, Ciências da Computação, Engenharia Informática e Sociologia.

entre os países de língua portuguesa?», em uma amostra de 198 entrevistados, 140 (70,7%) afirmaram ser contra o Acordo.

Quando questionados sobre o motivo de tal posicionamento, as respostas variaram em torno de três argumentos básicos. A maioria dos participantes justificou a rejeição do Acordo pela necessidade de proteger a identidade cultural portuguesa e preservar o património histórico ligado ao papel de liderança desempenhada por Portugal durante os «descobrimientos». Tal posição pode ser ilustrada nas seguintes respostas⁶:

- «Acredito que o Acordo Ortográfico irá facilitar a homogeneização do português escrito entre os países que têm como português a sua língua oficial, mas isto é concretizado com a perda das raízes culturais/tradicionais de cada país, desta maneira perdendo a sua identidade».
- «Destruição do património cultural específico da nossa língua/cultura. Esta adaptação tem mais motivos económicos do que sociais, o que é inadmissível. Apesar de serem os outros países de língua portuguesa a contribuírem para a degradação da mesma tem que ser o país da língua-mãe (Portugal) a adaptar-se a esta degradação! Inaceitável!».
- «Sendo eu contra a globalização de forma desenfreada, porque não respeita as minorias entre outras coisas, considero este acordo como uma perda da identidade, por parte daqueles que o assinaram».
- «Porque não vejo qualquer problema em que cada país que pertence a CPLP tenha particularidade no seu modo de escrever, que o caracterizam. É uma questão de identidade».
- «Com este acordo a língua portuguesa perde um pouco de sua identidade».
- «Penso que deveríamos tentar manter a nossa identidade cultural, mesmo considerando que a língua não é algo estático. Os diversos países de língua portuguesa deveriam manter as suas diferenças como sociedades individuais».
- «Sinto que podemos perder um pouco a nossa identidade sinto o nosso “português” como o correcto, e saber comunicar correctamente é fundamental».
- «Penso que cada país adaptou a língua portuguesa de modo particular, é algo que já faz parte da identidade nacional, é algo que não deve ser alterado».
- «Uma língua é uma identidade do país. Se eles adoptaram a língua portuguesa e a alteraram em relação ao país de origem, penso que cada país deve ficar com a língua».
- «Não concordo com o Acordo Ortográfico entre os países de língua portuguesa porque acho que, tendo sido nós os colonizadores não devíamos submeter a nossa língua materna a alguns ajustes de pormenores criados pelas povos colonizados».

⁶ As afirmações transcritas ao longo deste artigo, foram reproduzidas conforme a redação dos participantes do inquérito. Não foram corrigidas as incorreções gramaticais.

Para os participantes desta investigação, o Acordo é visto como contrariando a posição de liderança histórica e a soberania do povo português, que ainda cultiva a glória do passado representada pelos «descobrimientos». O Acordo é visto como ameaça ao estatuto de Portugal, que é percebido como elevado, em comparação com suas ex-colónias. Tudo o que possa prejudicar a percepção desta concepção de Portugal é afastado. Isso, principalmente, quando observamos o surgimento de um país (Brasil), uma vez colónia de Portugal (1500 a 1822), a se destacar e a influenciar o mundo (Pires, 2000: 8). A este respeito, a maioria dos participantes da pesquisa recusa qualquer influência do português do Brasil, que é visto como ameaça à «autêntica» e «sofisticada» língua portuguesa original. Os participantes alegam que o português de Portugal é o «correcto», evocando a importância da influência histórica que Portugal teve e, supostamente ainda tem, o que, para os inquiridos, deve ser preservado.

Os participantes foram muito reativos em relação à liderança desempenhada pelo Brasil na versão final do Acordo, considerando que a mesma deveria ser em sentido oposto, conforme indicado nos seguintes exemplos:

- «Acho que se deve ensinar o bom português aos brasileiros ao invés de alterar a língua, pois se fica melhor para uns vai ficar pior para outros e sendo assim em certas coisas as culturas têm que se adoptar a uma regra geral cuja qual não pode ser alterada em benefício de algumas maiorias».
- «Os brasileiros não sabem escrever, nem conjugar verbos. A língua é “português” e não “brasileiro”. O Acordo Ortográfico é desvantajoso, porque a língua portuguesa é muito rica e tem muita história».
- «Não concordo pelo facto de o português em determinados países ser uma ofensa a língua portuguesa, pois será de todo impossível impor a boa escrita portuguesa e essa cada vez mais perderá qualidade».
- «Não concordo porque vão levar muitas palavras que vão ficar iguais a outras, mas com significados muito diferentes, pelo que acho que não vai ser nada vantajoso pois nós portugueses, levando apenas benefícios para os brasileiros».
- «Porque se a língua é originária de Portugal os países de língua portuguesa devem, eles, sim, escrever como nós, portugueses, nunca o país originário da língua escrever como eles, países de língua portuguesa, falam».
- «O Acordo Ortográfico desfaz regras estabelecidas da nossa língua e torna o português europeu uma cópia do português do Brasil».
- «Tal como dizia Saramago: “A língua é minha e sotaque é vosso”»
- «Portugal como o país onde desde de que há memória a “língua materna” é o português, não deveria sofrer “lesões” na gramática instituída».
- «É a única maneira de não perdermos o poder que a nossa língua tem no mundo».
- «Se Portugal foi o país onde a língua portuguesa nasceu, não vejo nenhuma razão forte para que haja uma alteração da sua grafia».
- «Porque a língua portuguesa deve ser motivo concretamente internacionalmente e coerente com a “metrópole”».

- «Principalmente, para Portugal, uma vez que este é o país envelhecido, o Acordo Ortográfico veio desproporcionalmente, pois implica uma nova abordagem e aprendizagem da língua materna».
- «Porque não acho que é andar a tirar algumas letras de algumas palavras, Introduzir tópicos desnecessários... É para além disso uma tentativa de convergência para o “Brasileiro”».
- «Porque afinal de contas, quem deu aos povos colonizados uma língua conhecida além «fronteiras” foram os portugueses e considero que se deve progredir para uma evolução na língua».
- «Não creio que o Acordo Ortográfico vá alterar muita coisa em relação aos “falantes” da língua portuguesa a não ser passarmos a escrever erradamente a partir daí!»
- «A nossa língua, que nos trazia orgulho por ser complexa e requintada, vai perder o valor que adquiriu com a evolução, que reflecte as influências de Portugal».
- «Muitas das palavras de Acordo com o Acordo Ortográfico ficariam “abrasileiradas” e não inteiramente portuguesas».
- «Eu penso que a língua é uma característica própria de cada país. É verdade que até pode ser bom que todos os países de língua portuguesa tenham a mesma ortografia, mas não tem sentido nenhum que Portugal de onde provém a língua portuguesa tenha que mudar a sua ortografia. Os países é que se desviam adaptar».

Essas respostas não só mostram como o argumento de legitimidade histórica é predominante entre esta amostra de estudantes portugueses, mas também evidencia uma forte resistência à mudança. Como vários autores salientam, a mudança nem sempre é fácil, as pessoas geralmente têm medo do novo. McLuhan (2006), por exemplo, a propósito das inovações tecnológicas, afirma que quando a tecnologia muda, o ser humano muda. Segundo o autor, as pessoas geralmente não estão dispostas a mudar e, muitas vezes, o lado reacionário sobrepõe-se à curiosidade. No entanto, esta resistência à mudança não é reportada como intrínseca ao indivíduo, mas justificada com argumentos que parecem válidos racionalmente, como, por exemplo, as dificuldades que estas mudanças causarão em termos pedagógicos:

- «Implantação de uma nova escrita algo diferente do que nós é ensinada educacionalmente».
- «Pelo facto de estar mais familiarizado com o tipo de ortografia anterior».
- «Porque não vejo qualquer vantagem em unificar a escrita dos países de língua portuguesa. Também discordo, na medida em que dificultará a aprendizagem das crianças».
- «Não concordo com o facto de termos vindo a aprender uma determinada forma de gramática até agora, e repentinamente, acontecer esta alteração».
- «Para as pessoas da minha geração, ensinaram-nos o Português sem qualquer Acordo; seria absurdo tal Acordo agora pois teríamos que aprender tudo de novo, estamos habituados a escrever e a ler de uma certa forma. Há coisas bem mais

importantes a serem resolvidas que decidir se teríamos ou não uma letra que não é importante numa palavra».

- «Porque se essas diferenças ortográficas existem desde o início não vejo motivo para mudar. Pois é um aspecto característico de cada país, e quem aprendeu de uma certa maneira é difícil de mudar de um momento para o outro».

As respostas transcritas acima também refletem a falta de informação sobre os potenciais benefícios do Acordo Ortográfico. Grande parte da justificação refere-se à perda de identidade e completa transposição do português de Portugal para o português do Brasil. Na realidade, o Acordo envolve apenas mudanças na ortografia de algumas palavras e não a língua como um todo. Algumas variações ortográficas entre Portugal e o Brasil continuarão a existir.

4. Considerações finais

Neste trabalho apontam-se os resultados preliminares de uma investigação sobre a opinião portuguesa a respeito do Acordo Ortográfico aprovado recentemente entre os países de língua portuguesa. A maioria dos participantes na pesquisa manifesta uma rejeição do Acordo Ortográfico, invocando que a língua foi originada a partir de Portugal e não de outros países. Por esta razão, eles consideram “inaceitável” que Portugal tenha de se adaptar a essas regras «pervertidas» da ortografia brasileira.

Os participantes rejeitam este Acordo, uma vez que é percebido como uma ameaça à identidade portuguesa: o Acordo é visto como uma espécie de submissão, pelo ex-colonizador (Portugal) em face de uma ex-colónia (Brasil), que é percebida como líder da versão final do Acordo. Os participantes argumentaram que Portugal não se deve submeter ao Acordo, porque este beneficia a versão brasileira da língua portuguesa, que é considerada como uma versão simplificada e distorcida da «autêntica» língua portuguesa.

Os resultados mostram uma falta de informação sobre os potenciais benefícios do Acordo e um discurso em torno da manutenção das regras existentes, além de uma refutação ao novo e uma indisposição para a mudança dos hábitos ortográficos. Nenhum dos entrevistados mencionou a importância da língua portuguesa no mundo, que, segundo a última edição do *Ethnologue: Languages of the World* (Lewis, 2009), é a sétima língua mais falada no mundo e a quinta mais utilizada na internet (*Internet World Stats*, 2010), mas que ainda não conseguiu ser formalizada como língua de trabalho na ONU e noutros organismos internacionais. Um dos maiores obstáculos até agora apontados é a inconsistência entre o português do Brasil e o de Portugal. Segundo os especialistas a unificação irá aumentar a influência da língua portuguesa internacionalmente. Neste caso, nenhum dos inquiridos referiu o «real» motivo da implementação do Acordo que, segundo os seus promotores, é reforçar a importância do português ao nível mundial.

Outro fator a ser considerado no discurso de não-aceitação do Acordo é a falta de informações sobre o grau de mudança que o Acordo implica. Os inquiridos consideram que as pessoas dificilmente serão capazes de se adaptar à nova escrita, e estas mudanças trarão dificuldades para os alunos nas escolas, isso porque eles já aprenderam a língua de uma maneira e devem aprender novamente de outra. Os participantes alegam que o Acordo irá mudar a língua como um todo, o que não corresponde à realidade, pois o número de mudanças é limitado. Acentue-se o facto de que o Acordo se dá, apenas, no plano da normatização ortográfica.

Por outro lado, as respostas dos participantes denotam que o atual português de Portugal é percebido como se fosse uma língua totalmente original, criada exclusivamente pelos portugueses, e estática, não havendo um reconhecimento de que esta é o fruto de influências de vários povos que se cruzaram e se cruzam no espaço geográfico que hoje é Portugal e que a grafia de hoje é resultado de sucessivas mutações ao longo do tempo.

Em suma, de acordo com resultados prévios obtidos em estudos conduzidos na população portuguesa, esta pesquisa mostra a persistência de uma certa «nostalgia imperial» entre os portugueses, referindo o papel histórico desempenhado por Portugal durante a colonização como forma de legitimar o almejado papel de liderança nas negociações do Acordo Ortográfico entre países de língua oficial portuguesa. Como menciona Lourenço (1990), o império continua no imaginário português, como a principal fonte de identidade e orgulho nacional.

Os resultados desta pesquisa parecem indicar que ainda há muito a ser feito para evitar os sentimentos de ameaça a respeito Acordo Ortográfico por parte da sociedade portuguesa. Sensibilizar o público em geral, e os jovens em particular, sobre os benefícios do Acordo Ortográfico é, portanto, uma desafiadora e exigente tarefa.

Referências bibliográficas

- Alexandre, V. (1999) 'O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)', in J. Vala (Ed.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas*, Lisboa, Portugal: Celta Editora, pp. 133-144.
- Baptista, M. (2006) 'A Lusofonia não é um jardim ou da necessidade de "perder o medo às realidades e aos mosquitos"', in M. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Ed.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Porto: Campo das Letras, pp. 23-44.
- Cabecinhas, R., Lima, M. & Chaves, A. (2006) 'Identities nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações da história', in: J. Miranda & M. I. João (Eds.) *Identities Nacionais em Debate*, Oeiras: Celta, pp. 67-92. [<http://hdl.handle.net/1822/6165>].
- Connerton, P. (1989/1993) *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta.
- Cunha, L. (2003) *Entre espaço e representação: Comunidade e memória social*, Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Fiorin, J. L. (2008) E agora, Portugal? [<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11474>, acesso em 10/02/2010]
- Halbwachs, M. (1950/1997) *La mémoire collective*, Paris: Albin Michel.
- Internet World Stats (2010) Internet world users by language: Top 10 languages, [<http://www.internet-worldstats.com/stats7.htm>, acesso em 10/08/2010].

- Leoni, F. (2008) Acordo ortográfico: os prós e os contras de uma unificação, [<http://opinioenoticia.com.br/opinio/tendencias-debates/Acordo-ortografico-os-pros-e-os-contras-de-uma-unificacao/>, acesso em 02/02/2010]
- Lewis, M. P. (ed.) (2009) *Ethnologue: Languages of the World*, Sixteenth edition, Dallas, Tex.: SIL International, [<http://www.ethnologue.com>, acesso em 10/07/2010]
- Lourenço, E. (1990) *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Liu, J. & Hilton, D. (2005) 'How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories', *British Journal of Social Psychology*, 44, 537-556.
- Martins, M. (2006) 'A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico' in M. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Ed.) *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Porto: Campo das Letras, pp. 79-87.
- McLuhan, M. (2005) 'Cibernética e cultura humana', in S. McLuhan & D. Staines (orgs) (2005) *McLuhan por McLuhan, Conferências e Entrevistas*, Rio de Janeiro: Ediouro.
- Miranda, J. (2002) *Identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico. Uma análise psicossociológica das comparações entre os Portugueses e os Outros*, Oeiras: Celta.
- Möller, R.C., Sá, C.P., Bezerra, F.C.C. (2004) 'Representações sociais vivas do descobrimento do Brasil: a memória social atualizada de brasileiros e portugueses', *Psicologia*, XVII (2), pp. 405-417.
- Moscovici, S. (1988) 'Notes towards a description of social representations', *European Journal of Social Psychology*, 18, pp. 211-250.
- Pires, Natália. (2000) *O contributo dos descobrimentos na ampliação vocabular* [<http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/2589/1/RGF-3-6-def.pdf>, acesso em 08/04/2010]
- Reiter, B. (2005) 'Portugal: national pride and imperial neurosis', *Race & Class*, 47, 79-91
- Sá, C.P., Oliveira, D.O., & Prado, L.A. (2004) 'As memórias colectivas do descobrimento do Brasil: imagem comum e juízos diferenciados nas populações brasileira', *Psicologia*, XVII (2), 275-291.
- Santos, L. A. (2003) 'Portugal and the CPLP: Heightened Expectations, Unfounded Disillusions', in Eds Lloyd-Jones, S. & Costa Pinto, A., *The Last Empire: Thirty Years of Portuguese Decolonization*, Bristol: Intellect, pp. 67-81.
- Tajfel, H. (Ed.) (1982) *Social Identity and Intergroup Relations*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Vala, J. & Saint-Maurice, A. (2004) 'Representações sociais sobre o descobrimento do Brasil: os actores e a colonização', *Psicologia*, XVII (2), pp. 385-404.
- Wertsch, J. V. (2002) *Voices of collective remembering*, New York: Cambridge University Press.

PARTE III: IDENTIDADE, MEMÓRIA E SÍMBOLOS NACIONAIS

Memória colectiva e identidade nacional: jovens angolanos face à História de Angola

Júlio Mendes*

Eugénio Silva**

Rosa Cabecinhas***

Resumo

Neste artigo examinamos os resultados preliminares de um estudo empírico realizado em Luanda, tendo como objectivo principal estudar as representações dos jovens angolanos sobre a história de Angola. Este estudo foi realizado no âmbito de um projecto de investigação mais amplo que visa analisar as narrativas identitárias e as memórias colectivas nos países de língua oficial portuguesa. Neste trabalho serão discutidas as representações de uma amostra de jovens angolanos sobre os acontecimentos e as personalidades que consideram mais importantes na história angolana. Discutiremos ainda as principais fontes de informação mencionadas pelos jovens.

Palavras-chave: Representações sociais, identidades sociais, história, jovens, educação, media, Angola

Abstract

This paper examines preliminary results of an empirical study conducted in Luanda, whose principal aim was to study the representations of Angolan youth about the history of Angola. This study was conducted as part of a broader research project, which aims to analyze the narratives of identity and collective memories in the Portuguese-speaking countries. In this paper we discuss the representations of a sample of Angolan students about the events and personalities that were considered as the most important in the history of Angola. Furthermore, we discuss the main sources of information about national history.

Keywords: History, social representations, social identity, youths, education, media, Angola

* Instituto Superior de Ciências de Educação, Universidade Agostinho Neto, Angola juliolo2002@yahoo.com.br

** Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho esilva@ie.uminho.pt

*** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho cabecinhas@ics.uminho.pt

1. Introdução

Neste artigo examinamos os resultados preliminares de um estudo empírico realizado em Luanda, tendo como objectivo principal estudar as representações dos jovens angolanos sobre a história de Angola. Este estudo foi realizado no âmbito de um projecto de investigação mais amplo que visa analisar as narrativas identitárias e as memórias colectivas nos países de língua oficial portuguesa¹. Neste trabalho serão discutidas as representações dos jovens sobre os acontecimentos e personalidades que consideraram mais importantes na história nacional angolana e as principais fontes de informação histórica mencionadas pelos jovens.

As narrativas sobre o passado desempenham um papel fundamental na definição das identidades nacionais e na forma como cada nação perspectiva o seu futuro (Liu e Hilton, 2005). Na opinião de Licata, Klein e Gély (2007), a memória colectiva desempenha importantes funções identitárias, contribuindo para: a definição da identidade do grupo de pertença; a construção de uma distintividade positiva através de comparações favoráveis entre o grupo de pertença e o grupo dos outros em dimensões consideradas relevantes; a justificação e legitimação de comportamentos do grupo de pertença; e a mobilização para a acção colectiva.

Estudar as narrativas identitárias exige um esforço de articulação entre diferentes áreas disciplinares (e.g., Laszlo, 2003; Sobral, 2006), abordagens metodológicas e níveis de análise (e.g., Doise, 1992; Baptista, 2009). A identidade social de uma pessoa resulta do reconhecimento da sua pertença a certos grupos sociais e do significado emocional atribuído a essas pertenças (Tajfel, 1981/1983). Na compreensão das dinâmicas identitárias é necessário ter em conta que cada indivíduo pertence simultaneamente a vários grupos sociais, sendo que a saliência das diversas pertenças grupais depende do contexto e do estatuto relativo dos grupos numa dada estrutura social e num dado momento histórico (e.g., Lorenzi-Cioldi, 2002).

Na nossa perspectiva, a memória social corresponde a um conjunto de representações sociais sobre o passado, que são construídas e partilhadas no seio de um determinado grupo social. As representações sociais são construídas através dos processos de comunicação quotidiana, contribuindo para a percepção de uma realidade comum a um determinado grupo e servindo como guia da acção desse grupo (Moscovici, 1998).

Nesse sentido, a memória social está permanentemente em processo de (re)construção. Esse processo é selectivo e parcial, dependendo das pertenças e redes sociais dos indivíduos (Cabecinhas, Lima e Chaves, 2006). Reconhecer o carácter social da memória (Halbwachs, 1950/1997) não implica pressupor que as memórias sejam uniformes dentro de determinado grupo (nacional, étnico, etc.), uma vez que cada indivíduo recorda factos diferentes em função das suas trajetórias e vivências pessoais.

¹ *Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da lusofonia em contextos interculturais*, financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia (PTDC/CCI-COM/105100/2008). Agradecemos ao Dr. Tuca Manuel pela colaboração prestada na recolha de informação relativa à inclusão de alguns dos acontecimentos nos planos curriculares do ensino primário e secundário em Angola. Agradecemos igualmente a todos os estudantes que participaram voluntariamente neste estudo.

Outro aspecto importante a salientar é que a memória social não é um terreno neutro. As imagens do passado podem servir tanto para legitimar uma dada ordem social como para contestar activamente essa ordem. Assim, a memória social pode ser entendida como um “campo de disputa” entre grupos (Cunha, 2006). Esta dimensão é particularmente visível quando nos debruçamos sobre as representações da história de cada nação.

A importância da dimensão narrativa na construção da memória social foi salientada por diversos autores. Por exemplo, Paul Connerton (1989/1993) destaca o papel das práticas que representam e projectam a identidade social do grupo, através das quais as histórias circulam e são partilhadas — a *comemoração*, o *ritual* e a *tradição*. Por exemplo, as comemorações e os rituais garantem que um dado acontecimento não vai ser esquecido pelas gerações futuras.

Neste trabalho discutimos brevemente alguns dos resultados de um inquérito realizado junto de jovens angolanos. Os dados que iremos apresentar foram recolhidos em Luanda durante o mês de Maio de 2008. Quando nos debruçamos sobre os grupos nacionais, é necessário ter em conta que cada nação é um grupo heterogéneo, constituído por uma grande diversidade de indivíduos, com diferentes percursos e experiências de vida e pertencendo a grupos com diferentes posicionamentos na estrutura social. Neste sentido, alertamos que não pretendemos generalizar os resultados aos jovens angolanos em geral, mas apenas abordar de forma exploratória as representações da história de Angola e as emoções associadas a essas representações.

É interessante analisar a natureza dos processos identitários em África na medida em que estes têm implicações na formação dos jovens, já que o conhecimento dos acontecimentos e figuras que marcaram a memória colectiva dos povos se apresenta como elemento de relevância que influencia a construção identitária dos povos e mormente dos jovens.

Quando a investigação histórica apresenta um nível muito incipiente e o conhecimento que daí resulta é insuficiente ou não divulgado, os cidadãos em geral e os jovens em particular, confrontados com os factos ou as figuras da história que eles desconhecem, apropriam-se e reproduzem as informações do senso comum, daqui resultando a construção de mitos com muita rapidez. Uma investigação histórica incipiente não gera suficiente produção de conhecimento para alimentar os conteúdos dos programas curriculares e manuais, o que impede um tratamento eficaz dos factos históricos no processo de ensino-aprendizagem.

No caso de Angola, este problema coloca-se com uma certa agudeza porque os programas de história e os respectivos conteúdos programáticos para os subsistemas do ensino primário e secundário nem sempre se apoiam em trabalhos de investigação sérios sobre a história do país (Cf. Mendes, 2008). Os professores de história aplicam os programas recorrendo aos seus próprios meios e, às vezes, encontram dificuldades em responder a algumas questões colocadas pelos alunos mais curiosos sobre alguns acontecimentos e figuras da história de Angola.

2. Metodologia

A pesquisa que esteve na base deste trabalho baseou-se na recolha de representações dos jovens angolanos acerca da história de Angola mediante a aplicação de um questionário em que se solicitava a esses jovens que indicassem os acontecimentos e personalidades a que atribuíam maior importância. A compreensão das respostas partiu da consideração do contexto sociocultural em que se vem operado a socialização e a instrução destes jovens, por um lado, e dos significados que eles atribuíram aos eventos e personalidades que referiram, por outro. Assim, a interpretação dos dados foi um processo que tentou considerar os significados que justificaram as suas escolhas. São esses significados culturalmente contextualizados que permitem atribuir sentido aos eventos e interpretar os comportamentos (e.g. Léssard-Hébert, Goyete e Boutin, 1994: 60; Bodgan e Biklen, 1994: 55), neste caso, referentes ao desenvolvimento do sentimento patriótico ou à construção do sentido identitário dos jovens.

As questões que orientaram esta pesquisa foram as seguintes: que imagens têm os jovens de hoje sobre a história de Angola? Quais os significados e as emoções associados aos principais acontecimentos e personalidades históricas? Quais as principais fontes de informação sobre a história do país? Assim, o objectivo do estudo que aqui apresentamos é analisar as representações sociais da história construídas pelos jovens angolanos e as emoções associadas a essas representações.

Neste trabalho discutimos brevemente alguns dos resultados de inquéritos realizados junto de jovens em estabelecimentos de ensino em Luanda durante o mês de Maio de 2008. Participaram neste estudo 184 estudantes, sendo 81 do sexo feminino e 103 do sexo masculino (idade média 21 anos). Verificou-se uma grande heterogeneidade de línguas maternas declaradas pelos inquiridos: *kimbundu* (58,2%), *umbundu* (15,8%), *kikongo* (13,6%), *cockwé* (4,9%), português (4,9%), crioulo (0,5%), *oxikwanhama* (0,5%) e 7% dos inquiridos não responderam a esta questão. Na sua maioria, os jovens referiram falar duas ou três destas línguas. O português foi mencionado como segunda língua pela maior parte dos inquiridos. A grande diversidade de línguas faladas pelos inquiridos é um espelho da situação linguística em Angola: país com uma língua oficial — o português — e várias nacionais como *kikongo*, *kimbundu*, *cockwé*, *umbundu*, *nganguela*, *oxikwanhama*, *nhaneka-humbi* (sobre a diversidade linguística em Angola, ver Ntondo e Fernandes, 2004).

À semelhança do que fizemos em trabalhos anteriores, convém alertar o leitor para o facto de a amostra não ser representativa, uma vez que se trata apenas de analisar as percepções de jovens estudantes em Luanda e não dos jovens em geral. Salientamos ainda que os resultados são situados no tempo, sendo extremamente dependentes da agenda política e mediática no momento de recolha de dados.

A aplicação do questionário foi efectuada em sala de aula, a grupos de alunos. Os estudantes foram convidados a participar num estudo internacional sobre a história, sendo-lhes explicado que, neste estudo, o que interessava era a sua opinião pessoal sobre a história e não o seu nível de conhecimentos.

No que respeita às questões sobre a história nacional, pedia-se aos participantes para listarem os cinco acontecimentos que consideravam mais relevantes na história de Angola. Uma vez efectuada a listagem, os participantes deveriam avaliar o impacto (positivo ou negativo) de cada um desses acontecimentos e indicar as emoções que associavam a cada acontecimento. Em seguida, solicitava-se aos participantes para listarem as cinco personalidades que consideravam terem sido mais relevantes na história de Angola. Uma vez efectuada a listagem, os participantes deveriam indicar as emoções que se associavam a cada personalidade.

De salientar que a evocação de acontecimentos e de personalidades foi efectuada de forma completamente livre, já que não era fornecida qualquer listagem prévia. As emoções relativas aos acontecimentos e personalidades foram também recolhidas de forma aberta, isto é, os jovens indicaram livremente uma ou mais emoções e poderiam justificar as suas respostas. Já os níveis de impacto de cada acontecimento ou personalidade foram medidos através de escalas de sete pontos (1 = muito negativo; 7 = muito positivo).

Relativamente às fontes de informação, foi solicitado aos participantes para indicarem quais as suas principais fontes de informação sobre a história de Angola, seleccionando uma ou mais das seguintes opções: internet; televisão; rádio; jornais; livros de estudo; literatura; família e amigos; associações; comemorações; outras fontes. No caso de escolherem a opção “outras fontes” deveriam indicar quais.

3. Resultados

Iremos apresentar e discutir sumariamente os resultados obtidos no que respeita às representações sobre os acontecimentos e personalidades considerados mais importantes na história de Angola e as fontes de informação referidas pelos jovens. Por limitações de espaço, nas tabelas de resultados estão indicados apenas os dez acontecimentos e dez personalidades mais mencionadas pelos participantes neste estudo. De salientar ainda que na designação dos acontecimentos ou personalidades será adoptada a terminologia mais frequentemente referida pelos participantes.

3.1. Representações sobre os acontecimentos da história de Angola

A tabela 1 apresenta os dez acontecimentos da história nacional mais referidos pelos jovens estudantes angolanos. Como se pode constatar, o acontecimento histórico mais mencionado pelos jovens foi a independência de Angola (85,71%), a 11 de Novembro de 1975, sendo este acontecimento considerado muito positivo (média = 6,70). Em consonância com esta avaliação, a independência de Angola suscitou nos jovens emoções consensualmente positivas, sobretudo ‘alegria’ e ‘orgulho’ na medida em que esse acontecimento representa a maior conquista do povo angolano na

sequência da luta de libertação contra o colonialismo português. Significa, portanto, a reconquista da dignidade do povo angolano e a afirmação do país no contexto das nações.

Acontecimento	Percentagem	Impacto
Independência de Angola (11 de Novembro de 1975)	85,71%	6,70 (1,05)
Memorando de Luena / Dia da paz (4 de Abril de 2002)	70,88%	6,86 (0,45)
Luta armada de libertação nacional (1961-1975)	60,44%	5,60 (2,44)
Massacre da Baixa de Kassinga (4 de Janeiro de 1960)	42,86%	2,85 (2,14)
Morte de Jonas Savimbi (22 de Fevereiro 2002)	20,33%	4,79 (2,45)
Tentativa de golpe de estado (27 de Maio de 1977)	19,23%	2,90 (2,76)
Abolição da escravatura (10 de Dezembro de 1836)	17,03%	5,97 (1,80)
Guerra Civil (1976-2002)	10,87%	2,31 (2,48)
Tráfico de escravos (séculos XVI a XIX)	10,44%	2,06 (1,56)
Dia do Herói Nacional (17 de Setembro)	9,89%	6,14 (1,68)

Tabela 1: Acontecimentos da história de Angola
Percentagem (%) = percentagem de respondentes que mencionaram
o acontecimento;

Impacto = média de impacto atribuído ao acontecimento (desvios-padrão entre parênteses);

Escala: 1 = muito negativo; 7 = muito positivo

O segundo acontecimento mais mencionado foi o Memorando do Luena (70,88%) assinado 4 de Abril de 2002, sendo considerado o mais positivo da história nacional (média = 6,86) uma vez que assinala o fim definitivo da longa guerra civil. Este acontecimento também suscitou nos jovens emoções consensualmente positivas, sobretudo alegria e orgulho porque simboliza a reconquista da paz depois de uma guerra prolongada com efeitos nefastos para o país, sendo a paz uma das condições vitais para o desenvolvimento.

Estes dois acontecimentos que ocupam o lugar cimeiro nas respostas dos jovens (independência nacional em 1975 e a conquista da paz em 2002) são constantemente evocados pelos meios de comunicação social angolanos aquando das respectivas efemérides, assinaladas com dias de feriado nacional. O primeiro acontecimento, para

além de ser evocado pelos meios de comunicação social, ocupa lugar de destaque nos manuais escolares em todos os níveis do sistema educativo. O segundo acontecimento, que veio trazer esperanças de uma vida tranquila, ainda não está reflectido nos manuais de história por ter ocorrido recentemente. Essa inclusão depende da rapidez do processo de reforma curricular e reestruturação dos manuais escolares.

A luta armada pela libertação de Angola foi o terceiro acontecimento mais mencionado (60,44%). À semelhança do que ocorreu nos estudos realizados na Guiné-Bissau (Cabecinhas e Nhaga, 2008) e em Moçambique (Feijó e Cabecinhas, 2009), os jovens angolanos consideraram a luta armada pela libertação nacional um acontecimento positivo (média = 5,60). As emoções reportadas em relação a este acontecimento são ambivalentes, embora predominem as emoções positivas: 'orgulho' e 'alegria', porque resultou na independência nacional, mas também 'revolta' e 'tristeza', porque implicou a perda de muitas vidas.

O quarto acontecimento mais evocado pelos jovens refere-se ao massacre da Baixa de Kassanje, a 4 de Janeiro de 1960 (42,86%), ocorrido na sequência da sublevação dos camponeses daquela região que trabalhavam na produção de algodão e que eram vítimas de exploração colonial. Devido à recusa em continuarem a trabalhar para a empresa produtora de algodão, nesse dia (e subsequentes) foram mortos entre 5 a 10 mil camponeses, na sequência dos bombardeamentos com *napalm*, fuzilamentos e outros ataques do exército colonial português, como represália (CDIH, 2008: 153-156). A maior parte dos jovens consideram este acontecimento como negativo, mas alguns consideraram-no como positivo (média = 2,85). As emoções reportadas em relação a este acontecimento são mistas, variando entre 'revolta', 'tristeza' e 'alegria'. É difícil compreender por que razão este acontecimento pode suscitar alegria mas é provável que tenha a ver com o reconhecimento da capacidade de resistência e da bravura dos camponeses angolanos contra os colonialistas exploradores. A revolta e a tristeza explicam-se na medida em que se tratou de um acontecimento dramático e sangrento, que traduzia a natureza cruel do colonialismo. Sendo um episódio da resistência nacionalista contra o colonialismo, associado a outros relacionados com o início da luta armada em 1961, e porque remonta a uma era mais recuada da história contemporânea angolana é natural que tenham surgido na mente dos jovens imprecisões em relação ao ano em que este acontecimento ocorreu (1960 ou 1961).

A morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA, ocorrida a 22 de Fevereiro de 2002, foi referida por 20,33% dos jovens, sendo considerada como um acontecimento ligeiramente positivo (média = 4,79), talvez porque, apesar de se tratar de uma morte que ocorreu um contexto violento, contribuiu para o início da ansiada paz. Este acontecimento, embora relevante para a história angolana actual, ainda não figura nos manuais escolares que se reportam a um processo de reforma curricular iniciada em 2004, com expansão gradual aos anos mais avançados do plano de estudos mas, dada a sua importância e actualidade, é abordado no contexto do ensino-aprendizagem. Por ser muito recente e ter tido um impacto significativo e visível, além de

estar directamente relacionado com o acontecimento assinalado em segundo lugar, seria de esperar que este acontecimento se encontrasse entre os mais mencionados. As emoções associadas a este acontecimento são mistas.

O 27 de Maio de 1977 foi o acontecimento referido em sexto lugar pelos jovens (19,23%; média = 2,90). As emoções reportadas em relação ao mesmo são mistas, mas predomina a 'revolta'. Foi nessa data que ocorreu em Angola uma tentativa de golpe de estado contra o regime monopartidário e autoritário do MPLA cujo fracasso levou à repressão violenta por parte do estado, da qual resultou a morte e o desaparecimento de muitos cidadãos angolanos cujos familiares ainda hoje interpelam o governo (Carreira, 1997; Francisco, 2007; Mateus e Mateus, 2007). Passadas mais de três décadas, este assunto, considerado tabu, ainda não foi abordado pelos investigadores das ciências sociais no sentido de estudar as suas causas e consequências. Por ser tabu, não consta nos manuais de história do ensino oficial e raramente é tratado nas aulas. É por essa razão que a memória colectiva sobre esse acontecimento tem sido construída através das conversas do quotidiano e de acções públicas de algumas organizações de direitos humanos, continuando a perpetuar-se o quadro de opacidade. Curiosamente, este acontecimento surge referido duas posições acima de um outro marcante na história de Angola que é a guerra civil, que terminou em 2002. Uma hipótese explicativa pode ter a ver com os efeitos sentidos por estes jovens luandenses em relação aos mesmos. Os efeitos de uma guerra de âmbito nacional são difusos e sentiam-se indirectamente em Luanda ao passo que o golpe de estado teve Luanda como palco e deixou um rasto de muitas mortes.

A abolição da escravatura foi mencionada por 17,03% dos jovens, sendo considerada um acontecimento muito positivo, enquanto o tráfico de escravos foi evocado por 10,44% tendo sido considerado muito negativo. Estes dois acontecimentos ocupam, respectivamente, o sétimo e o nono lugar no ranking das evocações dos participantes, tendo suscitado emoções diferenciadas nos inquiridos: a abolição da escravatura suscitou sobretudo 'alegria' e 'felicidade' por se referir ao fim de uma prática abjecta e condenável, enquanto o tráfico de escravos suscitou sobretudo 'revolta' e 'frustração' por aquilo que representa em termos de repulsa face a um crime contra a humanidade, praticado sob o olhar das outras nações colonizadoras e que roubou do solo pátrio muitos dos seus filhos. Note-se que a escravatura é um tema incontornável na história de África e de Angola pela duração, amplitude e efeitos nefastos produzidos nas sociedades africanas, representando também o lado mais negativo do colonialismo e factor de unidade entre os africanos.

A Guerra Civil foi mencionada por 10,87% dos participantes, sendo considerada um acontecimento muito negativo (média = 2,31). A maioria dos jovens e seus pais foram vítimas desse conflito. A Guerra Civil abrangeu um período muito longo (25 anos, incluindo a 1ª Guerra Civil 1976-1991 e a 2ª Guerra Civil ou Conflito Pós-eleitoral 1992-2002) no qual nasceram muitos destes jovens que, portanto, praticamente não conheceram outra realidade que não a da guerra. Esta Guerra Civil suscitou nos inquiridos emoções muito negativas, sobretudo 'revolta' e 'frustração' na medida

em que representou um período doloroso da história de Angola, em que ocorreram muitas mortes e a destruição de grande parte das infra-estruturas do país, tendo contribuído, portanto, para um retrocesso em termos de desenvolvimento. O mesmo tipo de emoções negativas é associado à “Guerra dos 30 anos”, mencionada por 5,98% dos participantes. A Guerra dos 30 anos inclui a 1ª guerra de libertação nacional (1961-1975 — contra o colonizador), a 2ª guerra de libertação nacional (1975-1976 — contra os invasores sul-africanos e zairenses) e a 1ª guerra civil entre o MPLA e a UNITA, que decorreu de 1976 a 1991.

O dia do herói nacional, 17 de Setembro, correspondente ao aniversário natalício de Agostinho Neto (1922-1979) que foi o líder do MPLA e o primeiro presidente da república de Angola, tendo proclamado a sua independência. Este é o décimo acontecimento mais referido pelos jovens (9,89%; média = 6,14) e que suscitou nos inquiridos sobretudo alegria. Tal emoção pode dever-se à construção social desta personagem como herói nacional, no sentido de representar o orgulho nacional, o patriotismo e o símbolo maior da independência nacional conquistada, sendo em torno da sua figura que se tem procurado fomentar o sentimento patriótico nas novas gerações.

Fora do *top 10*, mas ainda evocados por percentagens significativas de jovens, estão acontecimentos ligados à presença portuguesa em Angola. A “colonização de Angola” foi mencionada por 7,14% dos jovens, sendo considerada como um acontecimento negativo enquanto que a “chegada dos portugueses” (em 1482) foi mencionada por 6,04% dos jovens, sendo considerada um acontecimento neutro. Em ambos os casos, os jovens reportaram emoções ambivalentes: os que se referiram à “colonização portuguesa” ou à “ocupação portuguesa” reportaram sobretudo emoções negativas uma vez que o período colonial representou sofrimento para os angolanos e negação da sua cultura enquanto que os que referiram a “chegada dos portugueses” reportaram, sobretudo, emoções positivas. Estes resultados vão ao encontro dos obtidos junto em outras ex-colónias portuguesas, sendo que a avaliação da “colonização” é sempre negativa enquanto a da “chegada” ou “descoberta” (conforme as designações adoptadas pelos participantes) é considerada neutra ou positiva (Cf. Cabecinhas e Évora, 2008; Cabecinhas e Feijó, 2010).

Alguns acontecimentos com conotação muito negativa ligados à ocupação do território foram mencionados por poucos participantes: as guerras do *kwata-kwata*, no século XVI (4,40%), que ocorreram entre reinos angolanos com o intuito de capturar escravos para alimentar o negócio escravista (Zau, 2009); o regime de trabalho forçado ou “contrato” (1,1%), que substituiu o regime de escravatura (Zau, 2009).

3.2. Personalidades da história de Angola

A tabela 2 apresenta as dez personalidades da história de Angola mais referidas pelos jovens inquiridos. Agostinho Neto (1922-1979) foi mencionado pela larga maioria dos respondentes (86,81%) e a sua acção foi considerada como muito positiva (média = 6,44), suscitando emoções positivas nos inquiridos (admiração, simpatia e orgulho).

Personalidade	Porcentagem	Impacto
Agostinho Neto	86,81%	6,44 (1,62)
Jonas Savimbi	78,02%	3,63 (2,56)
Njinga Mbandi	40,11%	6,73 (0,92)
Mandume	29,67%	6,64 (0,67)
Holden Roberto	27,47%	5,71 (1,44)
José Eduardo dos Santos	18,68%	4,44 (2,02)
Nito Alves	13,74%	6,25 (1,34)
Deolinda Rodrigues	13,19%	6,42 (1,02)
M'Fulumpinga N'Landu Victor	9,34%	6,73 (0,57)
Mário Pinto de Andrade	6,04%	6,67 (0,63)

Tabela 2: Personalidades da história de Angola

Porcentagem (%) = percentagem de respondentes que mencionaram a personalidade
 Impacto = média de impacto atribuído à personalidade (desvios-padrão entre parênteses);
 Escala: 1 = muito negativo; 7 = muito positivo

Agostinho Neto é muito popularizado pela divulgação da sua poesia e exaltado todos os anos por ocasião do seu aniversário natalício. Tal está em consonância com a exaltação desta personalidade histórica efectuada através de palestras, actividades culturais, concursos literários nas escolas, nas associações de escritores, nos bairros e outras instituições. Outro facto relacionado prende-se com a aprovação de um dispositivo legal em que os aniversários das exéquias são considerados feriado nacional. As ciências sociais continuam a apresentar um défice de investigação sobre as principais figuras da história de Angola. Agostinho Neto é mais conhecido pela sua obra poética (*Sagrada Esperança e Renúncia Impossível*)² do que pelo seu protagonismo enquanto chefe de Estado (1975-1979). Mesmo assim, os exemplares da sua obra poética não têm sido regularmente reeditados para não se falar das suas intervenções políticas cujas publicações escasseiam e não chegam aos jovens que estão no ensino secundário.

Jonas Savimbi (1924-2002) foi a segunda personalidade mais invocada (78,02%), sendo o seu impacto na história de Angola considerado negativo pela maior parte dos participantes (média = 3,63). Tal poderá dever-se à sua recusa dos resultados eleitorais de 1992 e à não aplicação dos resultados dos diferentes acordos de paz para

² Algumas iniciativas editoriais sobre a figura de Agostinho Neto como *Agostinho Neto: o pensador e o poeta: Colóquio Internacional*, Roma, Universidade de Roma/Embaixada de Angola; MPLA (1996) *A Voz Igual: Ensaios sobre Agostinho Neto*, Luanda: MPLA; Barradas, Acácio (editor) (2005) *Agostinho Neto: Uma vida sem tréguas 1922-1979*, Lisboa/Luanda, S/Ed.

Angola: Bicesse (1991), Luanda (1994) e os respectivos memorandos do Namibe, Addis-Abeba e Abidjan. Em consequência, voltou às armas e reiniciou a guerra (Valentim, 2010). As emoções sobre Jonas Savimbi são mistas, tanto positivas como negativas, sendo que, por vezes, um mesmo participante indicou emoções opostas, o que denota uma ambivalência em relação a esta personalidade (desde raiva e repulsa até admiração e orgulho). A raiva e repulsa compreendem-se pelo facto de esta personalidade ter protagonizado uma guerra sangrenta e destrutiva na tentativa de tomar o poder político e admiração e orgulho porque foi um nacionalista que lutou pela libertação de Angola do jugo colonial.

A Rainha Njinga Mbandi foi referida por 40,11% dos participantes, sendo o seu impacto considerado muito positivo (média = 6,73). Em consonância, as emoções reportadas em relação a esta personalidade foram muito positivas, maioritariamente orgulho e simpatia. Alguma literatura produzida sobre a figura de Njinga Mbandi (ver, por exemplo: Pacavira, 1988; Parreira, 1990, 2004) é pouco divulgada entre os jovens. No entanto, esta figura tem sido revitalizada nos últimos anos. Njinga Mbandi simboliza a resistência nacional contra o colonialismo português, tendo comandado exércitos para expulsar as tropas portuguesas no século XVII.

Mandume foi mencionado em quarto lugar (29,67%), sendo o seu impacto considerado muito positivo (média = 6,64). Em consonância, as emoções reportadas em relação a esta personalidade foram muito positivas, maioritariamente *admiração e simpatia* pois Mandume foi um soba *kuanhama* que, após ter reunido vários exércitos e tendo-se aliado aos alemães de quem recebeu armas, se rebelou contra a presença portuguesa e opôs-se à penetração portuguesa no sul de Angola (Cunene), no primeiro quartel do século XX. Representa, portanto, um símbolo da resistência angolana contra o colonialismo (Guebe, 2008; Pélissier, 1997).

Holden Roberto (1923-2007) foi mencionado em quinto lugar (27,47%), sendo o seu impacto também considerado muito positivo (média = 5,71). Holden Roberto foi o líder da FNLA, um movimento de libertação que combateu o colonialismo português no norte de Angola e disputou a independência de Angola com o MPLA e a UNITA. As emoções reportadas em relação a esta personalidade foram positivas, maioritariamente ‘simpatia’ e ‘admiração’ na medida em que o seu nome está associado à luta contra o colonialismo (Ganga, 2009).

José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola há 31 anos, foi mencionado por 18,68% dos participantes, sendo o seu impacto considerado positivo por uns e negativo por outros, de que resultou uma média de impacto ligeiramente positiva (média = 4,44). As emoções reportadas sobre José Eduardo dos Santos foram mistas, embora se tenha verificado um predomínio das positivas (maioritariamente ‘simpatia’ e ‘orgulho’, mas também, em menor escala, ‘raiva’ e ‘repulsa’ pois a sua governação também é associada à corrupção).

Nito Alves foi mencionado por 13,19% dos participantes, sendo o seu impacto considerado muito positivo (média = 6,25). As emoções reportadas em relação a esta

personalidade foram positivas ('simpatia' e 'admiração'). Nito Alves era militante do MPLA e, em 1977, liderou uma tentativa de golpe de estado contra o regime e o presidente Agostinho Neto. Esse golpe fracassou e ele foi morto, bem como muitos dos seus seguidores mas também membros do governo (Carreira, 1997; Francisco, 2007; Mateus e Mateus, 2007).

Deolinda Rodrigues foi mencionada por 13,19% dos participantes, sendo o seu impacto considerando muito positivo (média = 6,42). As emoções reportadas em relação a esta personalidade foram positivas (simpatia e admiração). Deolinda Rodrigues foi guerrilheira do MPLA e participou directamente na luta armada, tendo sido morta numa patrulha, juntamente com outras mulheres guerrilheiras. Representa a participação feminina na luta de libertação nacional e é hoje considerada uma heroína nacional e símbolo da organização da mulher angolana (Rodrigues, 2010).

MFulumpinga N'Landu Victor foi mencionado por 9,34% dos participantes, sendo o seu impacto considerado muito positivo (média = 6,73). As emoções reportadas em relação a esta personalidade foram positivas ('admiração' e 'simpatia'). Esta personalidade, para além de ser engenheiro e docente da Universidade, era dirigente de um partido da oposição e membro do Conselho da Revolução, tendo sido assassinado em 2004, sem que até hoje, e apesar da investigação criminal efectuada, se saiba por quem e por que razão (Imprensa angolana).

Mário Pinto de Andrade (1928-1990) foi mencionado por 6,04% dos participantes, sendo o seu impacto considerado muito positivo (média = 6,67). As emoções reportadas em relação a esta personalidade foram positivas (admiração e simpatia). Mário Pinto de Andrade foi um intelectual, ensaísta, nacionalista e dirigente histórico do MPLA, tendo lutado pela independência de Angola (Rocha, 2002: CIDH).

Como podemos constatar na tabela 2, as personalidades históricas mais referidas pelos jovens fazem parte de um passado muito recente ou da actualidade, sendo as personalidades que integram fases mais remotas da história quase esquecidas. A única personalidade anterior ao século XX que consta no *top 10* é a Rainha Njinga Mbandi, dos reinos do Ndongo e Matamba. Foi heroína da resistência angolana contra a ocupação portuguesa no século XVII⁵ e forte opositora ao tráfico de escravos. Assim, verifica-se um total apagamento, na memória colectiva, da história anterior à presença portuguesa no território angolano.

Deve-se referir que a maior parte das personalidades do top 10 são pessoas ligadas à vida política angolana, com destaque para os heróis da resistência contra a ocupação portuguesa. Os nomes ausentes dos manuais escolares e que não fazem parte da vida política recente foram, na generalidade, esquecidos pelos jovens, aliás, mui-

³ Recentemente realizou-se em Roma, Maio de 2010, o primeiro Colóquio Internacional sobre esta personalidade histórica *Njinga Mbandi: Heróica Rainha da Resistência Angolana*. Esta iniciativa, segundo os participantes no evento auscultados pelo *Jornal de Angola* "traduziu-se num inestimável contributo para o estudo aprofundado da História de Angola, enquanto processo imprescindível no resgate da identidade cultural angolana e o consequente reforço da unidade nacional, vistos como a chave mestra para o seu desenvolvimento, depois de ultrajada e distorcida ao longo de séculos" (consultado em *Angola Dicas*, http://www.angoladicas.com/news_detail.asp?ID-721&lang-pt).

tos deles, que tiveram grande influência na luta pela independência nacional e nos primeiros anos da revolução angolana nem sequer chegaram ao conhecimento destes jovens, o que se justifica pelo facto de não existir um processo sistemático de informação por via da literatura, da comunicação social ou do ensino-aprendizagem. Os políticos contemporâneos obtiveram destaque em detrimento de figuras da música, da literatura, da economia, do desporto, com protagonismo na trajectória do país.

Alguns exemplos elucidam bem a falta de destaque dada a figuras da música e da literatura. Rui Mingas, figura de referência da música angolana foi mencionado apenas por três jovens (1,65%) e Manuel Rui Monteiro, escritor e autor do hino nacional (*Angola avante*) não foi referido por qualquer jovem. Escritores com uma produção literária significativa e com prestígio nacional e internacionalmente reconhecidos como Wanhenga Xito, Pepetela, Luandino Vieira, Ruy Duarte de Carvalho, também não foram mencionados por qualquer dos participantes neste estudo.

3.3. Fontes de informação sobre a história de Angola

Como foi referido na metodologia, os participantes neste estudo foram solicitados a indicar quais as suas principais fontes de informações sobre a história de Angola, seleccionando uma ou mais de entre as seguintes opções: internet; televisão; rádio; jornais; livros de estudo; literatura; família e amigos; associações; comemorações; outras fontes. No caso de escolherem a opção “outras fontes” deveriam indicar quais.

A tabela 3 apresenta as percentagens relativas às fontes de informação a que os jovens fizeram referência. Como se pode constatar, os livros de estudo foram considerados pelos jovens a sua principal fonte de informação sobre a história do país. Se

Fontes de informação	Percentagem
Livros de estudo	45,6%
Família e amigos	41,8%
Televisão	40,1%
Rádio	40,1%
Jornais	37,9%
Literatura	28,0%
Comemorações	22,0%
Internet	19,8%
Associações	10,4%
Tradição oral	4,9%
Professores	4,4%
Outras fontes	5,2%

Tabela 3: Principais fontes de informação sobre a história de Angola

a isto juntarmos os “professores” que, embora não constando na lista de fontes colocada para escolha no questionário, foram mencionados espontaneamente por 4,4% dos inquiridos, verifica-se que o sistema educativo surge claramente como a fonte de informação considerada mais importante pelos jovens sobre a história de Angola, daí a grande premência de investir em bons manuais escolares e na formação dos professores nesta área.

A “família e amigos” (41,8%) surgem em segundo lugar como fontes de informação, o que remete para a grande importância da comunicação interpessoal quotidiana na formação das memórias colectivas. Os relatos dos pais, avós, e outros familiares que viveram em primeira mão acontecimentos-chave da história do país constituem uma fonte de informação vivencial, entrando por vezes em contradição com a informação veiculada no sistema de ensino e nos meios de comunicação social, o que gera ambivalências emocionais em relação a determinados acontecimentos, como foi referido por alguns jovens em entrevistas exploratórias. O facto de os familiares mais velhos terem testemunhado ou vivenciado algum acontecimento, leva-os a atribuir sentido a partir de uma dada perspectiva influenciada por valores ou interesses políticos ou culturais. De salientar que a “tradição oral”, embora não constando na lista de fontes colocada para escolha no questionário, foi mencionada espontaneamente por 4,9% dos inquiridos, o que reforça a importância dos processos de comunicação interpessoal na construção das representações da história.

A rádio e a televisão surgem *ex aequo* com 40,1%, seguidos dos jornais (37,9%) e a literatura (28%). A internet é pouco referida como fonte de informação sobre a história de Angola, talvez porque o seu acesso regular ainda é uma miragem para a maior parte dos inquiridos.

As comemorações são referidas por 22% dos jovens. A importância das comemorações na memória colectiva é discutida por diversos autores (e.g. Connerton, 1989/1993; Cunha, 2006).

De entre as “outras fontes” espontaneamente referidas pelos participantes, destacam-se, como já referimos, a “tradição oral” (4,9%) e os professores (4,4%), que, pela sua expressão, foram colocadas na tabela 3. Outras fontes foram referidas muito esporadicamente, como a igreja, o cinema, o teatro, os museus e os debates.

4. Considerações finais

Neste artigo analisámos as percepções de uma amostra de jovens angolanos em Luanda sobre os acontecimentos e as personalidades consideradas mais importantes na história de Angola e as suas fontes de informação sobre a história do país. De um modo geral, os acontecimentos mais evocados pelos jovens foram os que constam nos manuais escolares e/ou enfatizados pelos meios de comunicação social aquando da exaltação das efemérides transformadas em feriados nacionais. Por exemplo, os acontecimentos que são assinalados com feriados nacionais e cujas efe-

mérides são acompanhadas pelos órgãos de comunicação social, como o 4 de Janeiro (a sublevação da Baixa de Kassanje), o 4 de Fevereiro (início da luta armada de libertação nacional que culminou com o 11 de Novembro) estão entre os mais mencionados pelos jovens. Os resultados evidenciam que os acontecimentos que estão mais ausentes dos manuais escolares do ensino secundário são os menos referidos pelos jovens, com a excepção dos acontecimentos muito recentes sobre os quais os jovens dispõem de informação vivencial em primeira mão. O Memorando do Luena e a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi (acontecimentos que ainda não figuram nos manuais de História de Angola), estão mais próximos da juventude do que qualquer outro, uma vez que foram acontecimentos ocorridos, recentemente, constituindo uma memória vivida em primeira mão. Os dez anos de conflito após as eleições de 1992 foram marcantes para a memória colectiva dos angolanos pelo impacto que tiveram na vida das pessoas, obrigando-as a deslocações forçadas em busca de segurança, impondo restrições à circulação devido à destruição das vias terrestres, impedindo a tomada de opções pessoais dada a incerteza do futuro, condicionando o futuro dos jovens (Zau, 2009).

No que respeita às personalidades nacionais, a maior parte das personalidades evocadas pelos jovens são pessoas ligadas à vida política angolana, com destaque para os heróis da resistência contra a ocupação portuguesa. Os nomes ausentes dos manuais escolares e que não fazem parte da vida política recente foram, na generalidade, esquecidos pelos jovens. Os políticos contemporâneos obtiveram destaque em detrimento de figuras da música, da literatura, da economia, do desporto, com protagonismo na trajectória do país.

De qualquer modo, a realização deste estudo exploratório sobre as representações da história de Angola e a sua relação com a identidade ilustra bem a necessidade de se trabalhar com maior seriedade as questões dos conteúdos dos manuais escolares, do teor das actividades extra-escolares, da natureza das acções do associativismo juvenil e da investigação científica sobre os factos históricos para que os jovens em formação tenham acesso a informação de qualidade sobre a realidade e a história do país.

Os novos programas de história aplicados no ensino secundário à luz da reforma educativa ficaram distorcidos não levando em linha de conta a articulação vertical dos conteúdos. Por essa razão, acontecimentos e figuras da história de Angola nos diferentes períodos do seu percurso foram omitidos. Os planificadores dos programas e conteúdos de história negligenciaram a produção historiográfica feita em Angola nas últimas duas décadas. Estas acções não foram acompanhadas com políticas culturais consistentes em que a literatura (poesia, romance e ensaio) fosse acessível devido à alta dos preços e a falta de bibliotecas nas escolas do ensino secundário. Estes factores levaram os jovens a não criarem hábitos de leitura.

No que concerne às fontes de informação sobre a história de Angola, o sistema educativo surge claramente como a fonte de informação considerada mais importante pelos jovens (nomeadamente os livros de estudo). A comunicação interpessoal quotidiana (relatos dos familiares e amigos, etc.) afigura-se também de grande

importância na formação das memórias colectivas. As fontes de informação vivencial, por vezes, entram em contradição com a informação veiculada no sistema de ensino e nos meios de comunicação social, o que gera ambivalências emocionais nos jovens.

Os jovens recorrem, algumas vezes, à imprensa diária e semanal, à rádio e à televisão. Mesmo nessa área, o número de exemplares da imprensa que circulam em Luanda é exígua, a preços altos. Para as televisões o acesso é limitado pelas dificuldades das famílias no acesso à electricidade. Apesar dessas limitações, os meios de comunicação social, nomeadamente, a rádio, a televisão e os jornais foram também bastante mencionados pelos jovens, sendo a internet pouco referida comparativamente com os outros suportes. Tal poderá dever-se ao facto de o acesso diário aos meios digitais ainda estar reservado a uma elite. No entanto, esta realidade está em rápida mutação e é bastante provável que os meios digitais venham a assumir um papel cada vez mais preponderante, não só como meio de informação sobre a história e cultura de Angola, mas também enquanto meio de discussão de assuntos que não encontram eco em outros suportes.

Bibliografia

- AAVV (2002) *Agostinho Neto: o Pensador e o Poeta: Colóquio Internacional*, Roma: Universidade de Roma / Embaixada de Angola.
- Andrade, H. P. (2010) *Mário Pinto de Andrade. Um olhar íntimo*, Luanda: Xá de Caxinde.
- Baptista, M. M. (Ed.) (2009) *Cultura: Metodologias e Investigação*, Lisboa: Ver o Verso Edições.
- Barradas, A. (Ed.) (2005) *Agostinho Neto: Uma vida sem tréguas 1922-1979*, Lisboa/Luanda: s/ed.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994) *Investigação qualitativa em Educação. Uma introdução à Teoria e aos métodos*, Porto: Porto Editora.
- Cabecinhas R. & Évora, S. L. (2008) 'Visões do mundo e da nação: jovens cabo-verdianos face à história' in M. Martins & M. Pinto (Org.). *Comunicação e cidadania. Actas do 5º congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, pp. 2685-2706. <http://hdl.handle.net/1822/9222>
- Cabecinhas, R. & Feijó, J. (2010) 'Collective Memories of Portuguese Colonial Action in Africa: Representations of the Colonial Past among Mozambicans and Portuguese Youths', *International Journal of Conflict and Violence*, 4 (1), pp. 28-44. <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0070-ijcv-2010111>
- Cabecinhas, R. & Nhaga, N. (2008) 'Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais: Guiné-Bissau e Portugal' in R. Cabecinhas, & L. Cunha (Eds.) *Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios*, Porto: Campo das letras, pp. 109-132. <http://hdl.handle.net/1822/9320>
- Cabecinhas, R., Lima, M. & Chaves, A. (2006) 'Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história' in J. Miranda & M. I. João (Eds.), *Identidades Nacionais em Debate*, Oeiras: Celta, pp. 67-92 [<http://hdl.handle.net/1822/6165>]
- Carreira, I. (1997) *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Lisboa: Dom Quixote.
- Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA (2008), *História do MPLA* (Volumes I e II), Luanda: CDIH.
- Coelho, V. (2010) *Em Busca de Kábäsa!. Estudos e Reflexões sobre o Reino do Ndongo. Contribuições para a História de Angola*, Luanda: Kilombelombe.
- Connerton, P. (1989/1993) *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta.
- Cosme, L. (2004) *Agostinho Neto e o seu Tempo*, Lisboa: Campo de Letras.

- Cunha, L. (2006) *Memória Social em Campo Maior: Usos e Percursos da Fronteira*, Lisboa: Dom Quixote.
- Doise, W. (1982) *L'Explication en Psychologie Sociale*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Feijó, J. & Cabecinhas, R. (2009) 'Representações da história de Moçambique por parte de estudantes universitários de Maputo' in Martins, M. & Cabecinhas, R., *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, Braga: Universidade do Minho/Grácio Editor, pp. 37-52.
- Francisco, M. (2007) *Nwem Negra o Drama do 27 de Maio de 1977*, Lisboa: Clássica Editora.
- Ganga, J. P. (2009) *O Pai do Nacionalismo Angolano: Memórias de Holden Roberto*, Luanda: Edição do Autor.
- Guebe, A. (2008) *Resistência à Ocupação Colonial do Sul de Angola - Região dos Va-Nyaneka-va-Nkumbi e dos Va-Ambo (1850-1917)*, Luanda: Arte Viva.
- Halbwachs, M. (1950/1997) *La mémoire collective*, Paris: Albin Michel.
- László, J. (2003) 'History, identity and narratives' in J. László & W. Wagner (Eds.), *Theories and controversies in societal psychology*, Budapest: New Mandate Publisher, pp. 180-192.
- Lessard-Hébert, M., Goyete, G. & Boutin, G. (1994) *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Licata, L., Klein, O. & Gély, R. (2007) 'Mémoire des conflits, conflits de mémoires: Une approche psychosociale et philosophique du rôle de la mémoire collective dans les processus de réconciliation intergroupe', *Social Science Information*, 46(4), pp. 563-589.
- Liu, J. H. & Hilton, D. (2005) 'How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories', *British Journal of Social Psychology*, 44, pp. 537-556.
- Lorenzi-Cioldi, F. (2002) *Les Représentations des Groupes Dominants et Dominés. Collections et Agrégats*, Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Mateus, D. C. & Mateus, Á. (2007) *Purga em Angola: O 27 de Maio de 1977*, Porto: ASA.
- Mendes, J. (2008) *A África nos programas de História do ensino médio*, Dissertação de Mestrado. Luanda: Universidade Agostinho Neto.
- Moscovici, S. (1998) 'The history and actuality of social representations' in U. Flick (Ed.), *The Psychology of the social*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 209-247.
- MPLA (1996) *A Voz Igual, Ensaios sobre Agostinho Neto*, MPLA: Luanda.
- Neto, I. A. (1998) *Angola à Flôr da Pele*, Luanda: INALD.
- Ntongo, Z. & Fernandes, J. (2004) *Angola. Povos e Línguas*, Luanda: Nzila.
- Pacavira, M. P. (1998) *Jinga Mbandi*, Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- Parreira, A. (1990) *Economia e Sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga: Século XVII*, Lisboa: Estampa.
- Parreira, A. (2004) *Dicionário das Biografias Angolanas*, Luanda: Kulonga.
- Pélissier, R. (1997) *História das Campanhas de Angola: Resistências e Revoltas 1845-1941*, Lisboa: Estampa.
- Rocha, E. (2002) *Angola: Contribuição ao Estudo do Nacionalismo Moderno Angolano, (Período 1950-1964) testemunho e estudo documental*, Luanda: Kilombelombe.
- Rodrigues, L.J. (2010) *Heróinas de Angola*, Luanda: Mayamba.
- Sobral, J. M. (2006) 'Memória e identidade nacional: considerações de carácter geral e o caso português' in Silva, M. C. (Org.), *Nação e Estado: Entre o Global e o Local*, Porto: Afrontamento, pp. 27-49.
- Tajfel, H. (1981/1983) *Grupos Humanos e Categorias Sociais* (Volumes I e II), Lisboa: Livros Horizonte.
- Valentim, J. (2010) *Caminhos para Paz e Reconciliação Nacional. De Gbagdolite a Bicesse (1989-1992)*, Luanda: Mayamba.
- Zau, F. (2009) *Educação em Angola. Novos Trilhos para o Desenvolvimento*, Lisboa: Movilivros.

Desportista africano ou símbolo de uma nação europeia? — Media, desporto e guerra colonial nos anos 60

José Ricardo Carvalheiro*

Resumo

Entre os finais do século XIX e o período da sua desagregação, o colonialismo português pode ser visto como uma narrativa que vai sendo popularizada em redor de um núcleo de ideias centrais para a própria construção da identidade nacional e da ideologia nacionalista. Tendo em conta esse longo percurso da nação narrada, procede-se aqui a uma pesquisa dentro de um tempo específico — a década de 1960 —, examinando-se os discursos relevantes para a representação nacional num determinado órgão de imprensa — a revista *Flama* — e particularmente dentro de certos temas — a guerra colonial e o fenómeno desportivo. Argumenta-se que a articulação dos processos políticos com antigos eixos ideológicos e com o ímpeto das indústrias culturais acabou por condensar a narrativa nacional num símbolo de novo tipo, oriundo da cultura popular, mas que se enraíza em aspectos mais profundos do que a propaganda do regime salazarista.

Palavras-chave: Nação, narrativa, colonialismo, desporto, media

Abstract

Contrary to the idea expressed by Paul Gilroy about symbolic homogeneity in European colonial and post-colonial nations, the representation of racial difference was highly ambivalent and nuanced in Portugal's symbolic field during the last decades as colonial power (the 1960's and the 1970's). Media, sports and colonial war converged at the time to articulate ideas of nation and race around a particular figure, the Mozambican football player Eusébio, who arguably would remain the main male face for Portugalness abroad until the 1980's, thus carrying its meanings from colonial to post-colonial times, and also linking national self-image to transnational imagination. I argue that Eusébio's representations in the media of the 1960's can be approached as a symbolic knot, resulting from the compression of a range of forces: from war led by liberation movements in African colonies and the wider international political context, to new trends in the media towards a visual and transnational culture, going through the part played by sports in the symbolic rearrangement of nations in a post-world war and decolonizing period. Here I pro-

* Laboratório de Comunicação On-line (LABCOM), Universidade da Beira Interior - jrpe@ubi.pt

pose to examine some core periods (1961 and 1966) in the newsmagazine *Flama*, a salient example in use of image and colour at the time, and where political issues went hand in hand with articles about culture, show-business and celebrities.

Keywords: Nation, narrative, colonialism, sport, media

Teóricos do pós-colonialismo como Paul Gilroy (1991) notaram nas nações europeias a persistência de uma forte homogeneidade simbólica no que toca à representação racial ou étnica. Ora, em Portugal o caso parece ser distinto: a representação da diferença racial tornou-se ambivalente e matizada dentro do próprio período colonial, sobretudo na década de 1960.

A herança desse tipo de representação acerca da interacção racial — que faz parte das teses conhecidas como luso-tropicalistas — é tida por influente ainda hoje na auto-concepção de portugalidade (Vala, Lopes & Lima, 2008). Ela explicaria, em parte, que existindo em Portugal preconceitos racistas semelhantes aos da restante Europa, houvesse porém uma especificidade importante: a inexistência de ligações evidentes entre o nacionalismo português e os preconceitos raciais (Vala, 1999). Ou seja, o racismo existe em Portugal, mas o nacionalismo português — ao contrário de outros nacionalismos europeus — não se baseia em sentimentos de superioridade racial ou cultural face aos imigrantes.

A compreensão deste traço da identidade portuguesa implica, do meu ponto de vista, a sua inserção numa narrativa histórica de longa duração acerca da portugalidade e também implica ter em atenção o desdobrar de discursos acerca de África e dos africanos que se foi dando no tempo do império.

Aqui, abordarei um período limitado (alguns anos da década de 1960) e centrar-me-ei em aspectos específicos — a guerra colonial, o desporto e os media — cuja articulação sugiro haver resultado num ponto charneira da narrativa nacional e que surge como que condensada numa figura: o futebolista Eusébio.

Abordar a figura de Eusébio significa examinar o campo das chamadas indústrias culturais, ou da cultura popular, num sentido de cultura apropriada pelo povo, onde o desporto e os media se tornaram elementos fulcrais. Nesse sentido, o objecto de análise privilegiado aqui será a revista *Flama*.

Mistura de conteúdos informativos e mundanos, na revista *Flama* cruzam-se traços típicos dos media portugueses da época — como a censura política e as primeiras brechas no consenso ideológico (Tengarrinha, 2006) — com um conjunto de tendências que, num tempo em que acabara de emergir a televisão, estavam a transformar a paisagem mediática — preeminência da imagem, crescente personalização, conteúdos transnacionais e auto-referencialidade ao campo dos media.¹

¹ Fundada em 1937 pela Juventude Escolar Católica, a *Flama* passaria em 1948 a ser propriedade da União Gráfica, mas permanece sempre ligada a círculos católicos (Fonseca, 2007). Na década de 60, os conteúdos da revista são altamente diversificados e laicos, embora mantendo uma perspectiva cristã de fundo, e o grafismo também se moderniza com a introdução da cor e o aumento de formato.

A revista foi abordada, num primeiro momento, através de um escrutínio à totalidade das suas edições (semanais) dos anos 1961 e 1966. A escolha destes dois períodos prende-se, no primeiro caso com o eclodir da guerra colonial e, simultaneamente, com a emergência de Eusébio como figura pública. A selecção do ano de 1966 visa, por sua vez, apreender em paralelo a evolução das representações sobre a guerra, os discursos coloniais e um campo desportivo marcado pela presença de figuras oriundas das colónias, no ano de um particular momento simbólico no campo do desporto, com a participação de uma equipa nacional de futebol numa competição mundial especialmente mediatizada.

O escrutínio das edições da Flama conduziu a uma triagem de textos e à sua colocação em cinco categorias previamente definidas de acordo com os objectivos da pesquisa: política, guerra, desporto, indústrias culturais e quotidiano. Desta triagem resultou um corpus constituído por 178 peças (90 das edições de 1961; 88 de 1966).² Estes textos compreendem elementos verbais e imagens, com uma grande variedade de dimensões e formatos, desde breves peças noticiosas até artigos e reportagens que preenchem várias páginas. O critério foi o de seleccionar as peças referentes aos três eixos conceptuais da investigação: (1) textos directamente sobre a guerra colonial (categoria “guerra”) ou sobre política nacional ou internacional ligada às questões coloniais (categoria “política”); (2) textos sobre figuras desportivas e competições internacionais (categoria “desporto”); (3) textos sobre o campo dos media, capazes de caracterizar o perfil geral da própria revista e as tendências mediáticas, quer na vertente de entretenimento (categoria “indústrias culturais”) quer na vertente jornalística (categoria “quotidiano”).³

Nas peças das categorias “política”, “guerra” e “desporto” foram depois analisadas qualitativamente as representações ligadas à ideia de nação (presentes nos enunciados sobre a pátria, Portugal, os portugueses; mas também no uso de símbolos nacionais; e ainda nas alusões às colónias africanas ou às suas populações). Daí resultou um conjunto menor de textos particularmente significativos, cujas componentes verbais e visuais foram sujeitas a uma análise mais atenta. Nestes, a linguagem verbal foi submetida a análise do discurso, com incidência sobre a representação dos actores sociais, adaptando proposta de Van Leuween (1997).

Na apreciação das imagens, quis-se dar atenção a aspectos semióticos de certos signos em particular, de acordo com os clássicos conceitos de denotação, conotação e mito (Barthes, 1957). Mas também se procurou avaliar um conjunto de imagens à luz da ideia de sintaxe visual (Kress & Van Leuween, 2006), ou seja, de que os signos são usados e combinados de modos que produzem significados dentro de uma gramática das imagens.

² Este corpus foi constituído por 52 textos da categoria “política” (31 de 1961; 21 de 1966), 29 da categoria “guerra” (24/5), 37 de “desporto” (7/30), 18 de “indústrias culturais” (18/22) e 20 de “quotidiano” (10/10).

³ Na impossibilidade de observar toda a produção da revista nos vastos campos do entretenimento e do jornalismo, restringiu-se a selecção a um certo número de textos, em que se privilegiou, por um lado, os textos relativos a eventos e figuras do universo dos media e da cultura popular (“indústrias culturais”), por outro lado, as peças do género reportagem dentro de um registo realista sobre temas do país (“quotidiano”).

Adoptou-se, também, o conceito de narrativa e a abordagem de Barthes (1977) acerca das suas estruturas, como forma de evitar uma análise estática e fragmentada dos textos, tentando-se, em vez disso, dar à sequência diacrónica de acontecimentos e personagens o relevo que é necessário numa pesquisa sobre um processo histórico.

1. Um nacionalismo colonialista

Antes de analisar a época em causa, é indispensável fazer referência ao lastro histórico de representações da portugalidade anteriores ao período em análise.

Desde há séculos que a identidade nacional portuguesa é penetrada pelo projecto imperial, sentido como factor da própria manutenção da independência no quadro ibérico. Mas, para não recuar demasiado no tempo, basta assinalar o *ultimatum* britânico como momento crucial no reequacionar do nacionalismo português. Na sua magnitude de humilhação nacional, os acontecimentos de 1890 “investiram o nacionalismo português de uma matriz colonial” (Teixeira, 1998: 503) e os anos seguintes desenvolveram “o processo de integração da ideologia colonial na ideologia nacional” (Léonard, 1998: 537). As “guerras de pacificação”, que na verdade eram ofensivas de ocupação do território angolano e moçambicano, mostram a disposição do regime monárquico em relação às colónias. A República, que tivera no *ultimatum* uma espécie de “primavera” política, prosseguiu a veia imperialista do nacionalismo português: a definição de Portugal como “uno e indivisível” é de Afonso Costa; e a manutenção das colónias africanas terá sido um dos principais motivos para a participação do país na I Guerra Mundial.

Os sucessivos regimes — a monarquia, a república e o Estado Novo — evidenciaram uma continuidade quanto a conceber o projecto colonial como central para a nação e partilharam do “mito da herança sagrada” (Alexandre, 2000), através do qual se considerou a conservação das colónias um imperativo de honra face aos feitos históricos da pátria. Ao longo dos regimes políticos foram-se desenvolvendo as ideias de “missão civilizadora”, de “vocaçao colonial” e de singularidade do império português. Alguns destes atributos eram igualmente proclamados por outros países colonizadores. Mas o que é central para entender o nacionalismo colonial português é o seu foco num “registo simbólico” (Léonard, 1998: 526): um suposto dom de colonizar, não tanto pela economia e pelos aspectos materiais, mas através da acção espiritual. Sendo o reverso da incapacidade para a exploração capitalista de África, este foco simbólico preparou o terreno para a ideia de uma capacidade especial de interagir com os nativos.

Na verdade, a nação apelava ao passado glorioso e a qualidades espirituais como compensação para debilidades materiais e irrelevância na cena internacional. Mais do que isso: a ideia colonial tornou-se constitutiva da própria identidade nacional, figurando no seu núcleo como não acontecia nas outras potências europeias. O império passou mesmo a funcionar como “imaginação do centro” (Ribeiro, 2004: 27), ou seja, a nação usava ideologicamente o império para se imaginar no centro de um sistema mundial do qual fora arredado pelas circunstâncias históricas.

O Estado Novo caracterizou-se por aprofundar a fusão entre nacionalismo e imperialismo. O Acto Colonial de 1930 declarou-a oficialmente, considerando que o património colonial e a independência nacional eram indissociáveis.⁴ Esta orientação política foi acompanhada pela organização de uma ofensiva ideológica e mediática na metrópole em torno da ideia colonial: ensino, exposições, revistas, literatura, cinema, programas de rádio (Matos, 2006; Rosas, 1994). Com isso vai popularizar uma certa ideia do papel português no mundo e criar novos heróis como Mouzinho de Albuquerque, dentro de uma verdadeira mística imperial.

Depois, na década de 50, o regime faria uma inflexão, respondendo aos “ventos de descolonização” e à crescente pressão internacional. Baniu o uso dos termos império e colónias. Redefiniu Portugal como “nação pluri-continental” com “províncias ultramarinas”. Negou a existência de práticas racistas institucionalizadas. Reclamou uma tendência natural para a harmonização racial na África portuguesa.

Há pois uma narrativa acerca do papel português no mundo, mas que vai mudando de rumo consoante os períodos históricos. No núcleo dessa narrativa vão estando os discursos, também eles mutáveis, sobre África e os africanos. Pode, aqui, identificar-se três tipos de discurso.

Um primeiro, a que chamo “discurso da diferença”, exprime a ideia de essências raciais intransponíveis e de incontestável supremacia branca; é enunciado por Oliveira Martins na defesa de uma “colonização sem escrúpulos”, nas comparações do republicano Brito Camacho entre o preto e o macaco, nas descomplexadas referências de Salazar aos africanos como “raças inferiores”.

O segundo discurso é o “discurso da assimilação”; tributário ao mesmo tempo de uma ideologia humanista e de menosprezo pelas culturas africanas, manifesta-se na crença de que a civilização portuguesa é capaz de elevar os indígenas absorvendo-os culturalmente. Este discurso atravessa o império português desde o anti-esclavagismo de Sá da Bandeira, aos projectos de Norton de Matos para instruir os nativos, ao paternalismo do ministro Armindo Monteiro que, nos anos 30, ambiciona converter, ensinar e proteger os africanos. Incluindo no conceito de discurso — no sentido foucaultiano — a ideia de que eles configuram formas de conhecimento e de subjectividade e que se materializam em práticas mais ou menos coerentes, o discurso da assimilação concretizou-se no estatuto do indigenato com que a legislação colonial instituiu, entre as décadas de 1930 e 1950, a figura do assimilado. Não passaram, porém, de ínfimas as percentagens de “indígenas” que nos territórios da África continental foram considerados culturalmente equiparáveis aos portugueses e a quem foi atribuído o estatuto de cidadãos.⁵

⁴ O Acto Colonial definiu ser “da essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas” (apud Cunha, 2001: 104).

⁵ O estatuto do indigenato, revisto nos anos 50 mas mantido em Angola, Moçambique e Guiné, declarava (segundo a lei de 1954) “favorecer, por etapas, a assimilação total e a obtenção de cidadania portuguesa” e definia os indígenas como os “indivíduos de raça negra, ou os seus descendentes (...) que ainda não possuem a educação e os hábitos sociais considerados necessários para a aplicação integral do direito público e privado português” (apud Léonard, 1999: 37). A possibilidade teórica de todos acederem à cidadania pelo critério dos hábitos culturais e não por critério racial, revelou-se uma falácia. Na prática, as autoridades administrativas mobilizaram-se “para travar a multiplicação dos assimilados” (Henriques, 1999: 228).

O terceiro discurso é um “discurso da interacção”, que nos anos 50 começa a desenvolver as ideias de unidade e fraternidade entre todos os componentes do império. Adoptando a tese luso-tropicalista do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, este discurso aprofunda a ideia de que o colonialismo português é original (leia-se melhor — mais humanista — do que os outros) e que um dos seus traços é a propensão para a mestiçagem. Um dos prosélitos do luso-tropicalismo em Portugal é Adriano Moreira, que já em 1958, antes de ser ministro das colónias, defendia o aumento de casamentos inter-raciais em Angola. Já na chefia do ministério, Adriano Moreira dirige-se à “comunidade das nações” afirmando “a decisão nacional de continuar a política de integração multirracial sem a qual não haverá paz nem civilização na África Negra” (apud. Almeida, 2000: 196).

Estes discursos, e as inflexões narrativas a que estão ligados, mudaram mais facilmente do que a realidade das relações raciais nas colónias. Mas para perceber as representações da portugalidade, interessam realmente mais as narrativas e os discursos do que a factualidade histórica nos territórios africanos. Porque há neste “espaço português” uma particularidade decisiva, que é o facto de todo o sistema de normas, práticas e relacionamentos raciais se passar em África, mas a sua representação discursiva — e apenas ela — circular de forma permanente na metrópole.

É fácil reconhecer hoje o discurso da interacção, porque ele veio a constituir-se como um marco auto-identitário da nação e do que é ser português, desempenhando a importante função de nos distinguir positivamente do resto da Europa. Ele impregnou o património ideológico da portugalidade com um conjunto de ideias-feitas que continuam a ser-nos familiares: o português é tolerante (e não racista como os outros europeus); o português mistura-se facilmente com outros povos e “raças”; o português está presente em todo o lado, porque se adapta como ninguém a qualquer contexto.

2. O desporto como representação da igualdade

O desporto colonial é um dos campos em que se pode observar a materialização prática destes discursos. É conhecido o papel do desporto moderno enquanto prática regulamentadora e disciplinadora ligada à urbanização da Europa e à expansão imperial britânica, mas também a rápida apropriação de algumas das suas modalidades pelo povo. Na África portuguesa, o futebol penetrou através das cidades portuárias, como Lourenço Marques, logo no início do século XX. Funcionários das empresas britânicas e colonos portugueses formaram clubes e organizaram competições, das quais ficavam excluídos os nativos. Os africanos organizavam um campeonato paralelo, mantida a segregação racial a que o desporto colonial os obrigava. Era esse o cenário nos anos 50, quando Eusébio começou a jogar num clube do seu “bairro indígena”.

Mas, à medida que o discurso essencialista sobre a diferença racial ia perdendo terreno para um discurso assimilacionista (e que o estatuto do indígena fomentava

a assimilação e o acesso à cidadania de um pequeno número de nativos) o desporto também se ia alterando. Os clubes de colonos em Moçambique começaram a contratar os nativos mais talentosos e os próprios clubes de Lisboa já vinham chamando jogadores das colónias, brancos ou negros. No final dos anos 50, quando Eusébio passa a integrar o Sporting de Lourenço Marques, este tem uma equipa claramente pluri-racial.⁶



Figura 1

Imagens como a dessa equipa de futebol adequavam-se perfeitamente ao discurso luso-tropicalista então utilizado como resposta ao anti-colonialismo internacional. E escondiam o facto de, nessa altura, as equipas indígenas continuarem a não poder competir no campeonato oficial. E também silenciavam outras práticas de segregação que o império albergava, baseadas no discurso da diferença, como a organização de jogos desportivos considerados pelos colonos como adequados aos indígenas, onde havia modalidades como o lançamento de terra com uma pá.

Na verdade, o desporto — e particularmente um jogo colectivo e acessível como o futebol — constitui um campo privilegiado para a representação da igualdade individual. A incorporação de jogadores africanos em equipas das colónias ou da metrópole e o seu simbolismo — por vezes apontados como casos de ascensão social impossíveis por outras vias (Serrado, 2010) ou exemplos de criouliização cultural (Domingos, 2006) — não resolviam, no entanto, o problema da sistemática subalternização dos colonizados, nem alteravam a dura hierarquia das relações raciais em África (Booth, 1998).

⁶ A figura 1 — pormenor de uma foto publicada na edição 973 da *Flama*, pp. 26-27 — é aquilo a que Kress e van Leeuwen (2006: 79) consideram um tipo de “representação conceptual” onde os actores, ou “participantes”, são colocados numa composição simétrica e dados a ler como membros de uma mesma classe.

Como a população da metrópole pouco sabia, porém, acerca do quotidiano das colónias e a nada tinha acesso que contrariasse seriamente a enraizada ideia de que Portugal possuía um direito histórico sagrado sobre os territórios africanos, as crenças nacionalistas não tinham que se defrontar com a realidade e mesmo a oposição política ao regime salazarista pouco questionou a presença colonial em África.

3. O reabrir de uma narrativa racializada

Nos últimos dias de 1960, Eusébio chegou a Lisboa, disputado polemicamente por vários clubes. Na primeira edição de 1961, a revista *Flama* destacava como facto mais saliente do ano anterior “os ataques de que Portugal tem sido alvo” nas Nações Unidas, “desvirtuando o verdadeiro significado que têm para todos nós (...) as nossas províncias espalhadas por todo o mundo”. O texto era ilustrado com uma composição fotográfica de Salazar sobre uma multidão de apoiantes do regime colonial em frente da Assembleia Nacional.

O controlo da imprensa e a propaganda política já não atingiam, porém, o consenso ideológico que havia caracterizado décadas anteriores. Os anos 60 corresponderam a uma face de degradação das relações com a opinião pública, assim como a um despertar de tendências críticas na imprensa (Tengarrinha, 2006). Isso não significou um aliviar da vigilância censória, mas antes um reajustamento quanto aos assuntos primordiais para o regime. Estando a questão colonial no âmago do próprio Estado Novo, a turbulência que a afectava fez com que passasse a constituir a prioridade absoluta em termos de controlo ideológico exercido pela censura.

Em sentido contrário, outros temas adquiriram uma maior tolerância relativa. Assim, a partir de meados de 1961, a *Flama* publica regularmente reportagens de fundo acerca de problemas sociais: pobreza, delinquência juvenil, contrabando, prostituição, aumento do custo de vida, baixos salários, discriminação legal das mulheres. Mas os textos sobre África ou política internacional, mostram um absoluto contraste com aquelas abordagens acerca da metrópole, limitando-se a uma pequena variação das fórmulas ideologicamente consagradas pelo regime (“terra portuguesa”; “o mundo que os portugueses criaram e civilizaram”; “um povo que sabe o que a História lhe legou”). Dentro das próprias redacções parecia haver alguma complacência em relação à censura sobre a questão colonial (Correia & Baptista, 2010). Ou seja, apesar de crescentes aspirações a mais liberdade e abertura no país, mantinha-se um consenso alargado em relação à presença portuguesa em África, conjugado com as mais severas restrições informativas sobre o ultramar (Vaz, 1997).

Uma análise ao conjunto de textos nas primeiras edições de 1961, mostra como a narrativa colonial de longa duração está presente na imprensa: a necessidade de Portugal defender direitos históricos; o confronto com os hábitos selvagens dos nativos; o esforço continuado para civilizá-los. Mostra também que o facto de um tipo de discurso emergir num dado período, não significa que os anteriores sejam erradicados.

Na verdade, os vários tipos de discurso acerca de África e dos africanos constituem camadas, com os mais recentes acomodando-se sobre os já instituídos.⁷ Portanto, os vários discursos vão se manifestando consoante as ocasiões, os enunciadores e os objectos a que se referem — e por vezes competem entre si.

Olhando para as representações do colonialismo português podemos vê-lo, então, como narrativa de um povo com “vocação ultramarina” que vai ao encontro de outros povos para civilizá-los, assimilá-los, interagir com eles ou misturar-se.

Uso aqui o conceito de narrativa não porque a história aconteça como um movimento linear de eventos sequenciais, mas porque essa   a forma como ela   popularrizada e comumente interpretada:   dado sentido a um evento ligando-o a eventos anteriores.

Na sua abordagem estrutural da narrativa, Roland Barthes aponta certo tipo de ac es como “cardinais”, por abrirem um enredo que passa a requerer um desenvolvimento (Barthes, 1977: 94). Ou seja, ac es que inauguram uma incerteza ou “bifurca o”, uma sequência onde são possíveis distintas alternativas. A expansão portuguesa e a coloniza o de África podem ser vistas como ac es cardinais, em que quem age (os portugueses) provoca necessariamente uma reac o da parte de quem sofre o impacto da ac o (os africanos), seja aceitando-a, rejeitando-a ou adaptando-se a ela. Os vários discursos e os objectos culturais produzidos pelo Estado Novo haviam resolvido, por assim dizer, esta bifurca o narrativa; haviam colocado a narrativa num ponto de descanso, ao contarem   metrópole várias versões de como colonizadores e colonizados se acomodavam mutuamente.

Nesse contexto, os primeiros ataques de guerrilha em Março de 1961, no norte de Angola, matando centenas de fazendeiros e trabalhadores, constituem um novo ponto cardinal, vêm abrir uma nova sequência na narrativa colonial portuguesa. E nas subseqüentes notícias e reportagens da Flama sobre a guerra ao longo de 1961, há dois aspectos que merecem saliência.

O primeiro   que a figura do “herói portugês” — de que Mouzinho era uma das mais óbvias versões   época —   actualizada no soldado comum. Os soldados são incorporados na ideia de na o eterna e representam “um povo que sabe o que a história lhe legou” ou “uma família que vive e luta em todos os continentes”.⁸ Os novos militares são, pois, inscritos na longa narrativa do nacionalismo imperialista.

O segundo aspecto saliente   a representa o dos actores, quer verbal quer visualmente. Ao nível verbal, os textos fazem a distin o sistemática entre “terro-

⁷ Um texto em particular — um conto intitulado “Coroamento negro” (n  677, 25/02/61, p.9) — assemelha-se a um comp ndio de extremas representa es exóticas dos actores africanos (“negros revestidos de fantásticas pinturas”; “milhares de feras humanas”; “massa bruta do gentio”), justificando a ac o civilizadora do portug s (“o g nio assimilador”; “o pioneiro gigantesco”).

⁸ Enunciados extraídos, respectivamente, das reportagens “Aos que por feitos gloriosos se vão da lei da morte libertando (edi o n  679, 10/03/61) e “De Portugal para Portugal” (n  686, 28/04/61). O discurso sobre os soldados que partem para as col nias (ou delas regressam) inscreve-os no mito da herança dourada, como baluartes de uma pátria unida (um “povo”, uma “família”); discurso esse que comea antes mesmo do eclidir da guerra, como   o caso do primeiro excerto, que evoca as vítimas do assalto   cadeia de Luanda, ainda antes do início do conflito.

ristas” e nativos de Angola. O que corresponde à estratégia ideológica do regime, cujo objectivo é negar a existência de rebelião colectiva e de apoio popular aos movimentos independentistas.

Desde a primeira reportagem da Flama em Angola, a preocupação em evidenciar que não há uma motivação racial para o conflito traduz-se, paradoxalmente, na referência obsessiva a categorias raciais: “brancos e pretos saudavam-nos”; “portugueses brancos e de cor cada vez mais unidos”; “de hora a hora sai uma ronda [com] cipaios negros e europeus”.⁹ Estes enunciados verbais por vezes concretizam aquilo a que Van Leeuwen (1997: 197-199) considera uma “associação” semântica: os actores são associados num grupo sem nome composto por vários grupos que se nomeia (brancos e pretos), dando-se a entender que a associação é circunstancial e os grupos nomeados é que são perenes. Noutras vezes, os enunciados procedem a uma “diferenciação” discursiva (brancos e de cor) dentro de um grupo social explicitamente definido (os portugueses), o que indica uma distinção significativa dentro de um determinado grupo, neste caso nacional.

Por outro lado, no contexto da guerra e da política, as edições da Flama em 1961 têm como regra quase absoluta não representarem os actores africanos através da “nomeação”, sob uma identidade individual. Nem os representam com categorias funcionais (ligadas ao trabalho, por exemplo), ou relacionais (ligadas ao parentesco ou a outro tipo de relações). Representam-nos, sim, através de classes genéricas, colectivas, que sendo variáveis remetem quase sempre para categorias raciais ou étnicas (indígenas, nativos, pretos, negros, de cor), entre as quais predomina a classificação como “pretos”. Para Van Leeuwen (1997: 202-205), a identificação através deste tipo de classificação indica as principais categorias que uma sociedade — a colonizadora, que se exprime através da Flama — usa para diferenciar as pessoas. Este tipo de classificação é predominante quando os actores são vistos como excêntricos em relação à norma cultural.¹⁰

Também as legendas das fotografias convidam o leitor a ver sempre nas imagens dois tipos de actores: brancos e negros. Em alguns casos, o texto fixa significados potencialmente ambíguos (figura 2: a imagem mostra um grupo de pessoas agindo na mesma direcção; a legenda dá-nos a perceber subgrupos: negros ameaçados, brancos a protegerem-nos). Noutros casos, as legendas introduzem uma leitura racializante mesmo onde não existem acções distintas entre os participantes (na figura 3, a legenda diz: “Na paragem central dos autocarros em Luanda, onde brancos e pretos têm os mesmos direitos” — dando significado à presença de dois tipos diferentes de pessoas, segundo a raça).¹¹

⁹ Expressões retiradas, respectivamente, dos artigos “Roteiro pelo Portugal de África” (nº 682, 31/03/61), “Na capital portuguesa: vigorosa manifestação contra os inimigos de Portugal” (nº 683, 07/03/61), “Os vigilantes do Cacuaco” (nº 691, 02/06/61).

¹⁰ Ao contrário, os colonos são regularmente nomeados e especificados. Por exemplo, numa reportagem (“Defensores do Cacuaco: o nosso lugar é aqui”) sobre milícias no Norte de Angola: “Ali estava, no seu posto e de arma bem firme nas mãos, junto do pai, Cipriano Alves dos Santos” (nº 691, 02/06/61, pp. 9-11).

¹¹ Figuras 1 e 2 extraídas, respectivamente, das edições 695 (30/06/61, p. 19) e 683 (07/04/61, p. 13).



Este tipo de imagens, que funcionam como processos narrativos, usando “vectores” visuais — linhas de olhar e inclinação dos membros — para representar acções e eventos entre os participantes (Kress & Van Leeuwen, 2006: 59), pode ser visto aqui como incorporações dos discursos coloniais: a figura 2 dentro do discurso da assimilação, protector dos “pretos”; a figura 3 como parte do discurso da interacção, apologista da “mistura” racial.

Existe um outro conjunto de imagens que projecta ostensivamente um *nacionalismo multiracial*, representando “Portugueses de cor” como agentes patrióticos activos em conjugação com símbolos nacionais e debaixo de classificações raciais (figura 4).¹² Nestes casos, mostra-se africanos como vanguarda de uma concepção nacionalista imperial. Estas representações visuais são congruentes com a viragem ideológica da época, em que o regime, pela própria voz de Salazar, chegou a proclamar que Portugal não era uma nação europeia. É evidente o oportunismo destas proclamações e da imagética para ele construída em face das tensões políticas e do próprio conflito militar, uma vez que nunca antes os indígenas dos territórios continentais de África haviam sequer sido considerados portugueses.



Figura 4

A mesma imprensa que antes, com grande naturalidade, usava marcadores raciais para caracterizar figuras como Louis Armstrong ou Pelé (indicando a relevância cultural atribuída ao fenótipo em Portugal), passa a fazer um esforço para negar que a raça tenha qualquer significado no contexto do império português. Mas o que realmente faz, ao sublinhar constantemente as pertenças raciais, é reforçar a racialização como quadro de leitura da nação.

A verdade é que a partir da eclosão da guerra, a distinção oficial entre indígenas e assimilados desaparece também das páginas da Flama. Em seu lugar, a lealdade à nação torna-se o principal eixo de avaliação dos africanos e a forma de os situar na bifurcação narrativa aberta pelo início do conflito. Passam a existir duas classes de africanos: os leais e os traidores.¹³

¹² A figura 4 (n.º 683, 07/04/61, p. 15), ilustra uma reportagem sobre uma manifestação de repúdio, em Lisboa, à política norte-americana e tem como legenda: “Os portugueses nascidos no Ultramar eram constantemente alvo de carinho”.

¹³ Este dado é congruente com os apontados por Luís Cunha a propósito da imagem do negro na banda desenhada durante o Estado Novo. Nessa análise, identifica-se uma transição da representação dúplice do negro no pós-guerra — exótico/negativo ou civilizado/positivo — para uma imagem que, nos anos 60, faz da fidelidade à nação portuguesa o principal traço positivo (Cunha, 1995, pp. 16-17).

4. Metonímia da lealdade simbólica

Eusébio, entretanto impedido de jogar devido a problemas de inscrição, é mantido num limbo exactamente durante o período de início da guerra e da sua maior mediatização.

A Flama, escolhendo habitualmente celebridades diversas — de Grace Kelly a Reza Pahlevi — para rosto da revista, só por três vezes em 1961 põe na capa imagens de pessoas comuns, todos eles relativos ao palco de guerra: soldados em Angola, membros das milícias e aquilo a que chama um “preto leal”.

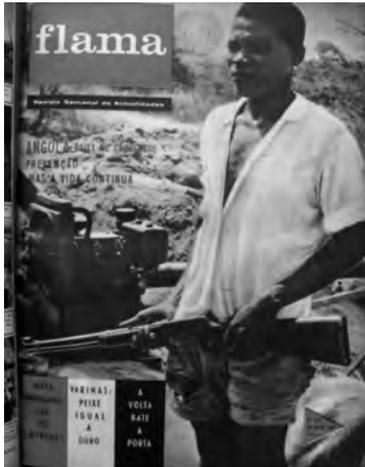


Figura 5

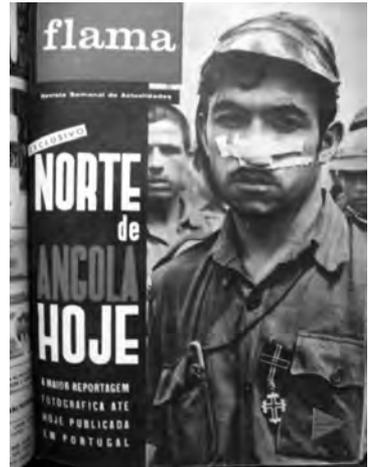


Figura 6

Uma diferença entre estas duas imagens de capa (figuras 5 e 6)¹⁴ dá-se ao nível dos “sentidos interactivos” que nelas estão codificados, ou seja no tipo de interacção que propõem elas aos leitores. Segundo Kress e Van Leeuwen (2006: 115-119), as imagens de figuras cujas linhas do olhar interpelam directamente o do leitor distinguem-se das imagens de figuras cujo olhar se dirige a outro ponto. Enquanto as primeiras “pedem” algo, estimulando no leitor uma relação imaginária com o actor representado; as segundas “oferecem” alguma espécie de ideal (positivo ou negativo), que se dá a ver como objecto de contemplação impessoal por parte do sujeito leitor.¹⁵

Além daquilo que Barthes menciona como “índices”, ou seja elementos conceptuais — como o quadro racial e a dicotomia entre negros traidores e leais — que fornecem significados no interior de uma narrativa (1977: 92-96), nas edições da Flama em 1961 também se pode identificar uma sequência de “funções”: elementos narra-

¹⁴ Respectivamente das edições 699 (28/06/61) e 713 (05/11/61).

¹⁵ Qual o tipo de relação depende de outros elementos, como a distância, o ângulo e a expressão facial, elementos que no caso da imagem do soldado sugerem uma relação de identificação entre o leitor e o actor representado.

tivos que vão apresentando acções, propriamente ditas. Neste caso a acção que se narra parte do ataque ao território português, seguida da suspeição entre brancos e negros, passando depois à recuperação da confiança entre “raças” e para acabar por chegar ao sucesso militar e ao anúncio de pacificação.¹⁶

A altura em que a narrativa se aproxima da pacificação é precisamente o momento em que Eusébio aparece como figura mediática, em Outubro de 1961. Dentro do quadro racial construído ao longo dos meses iniciais de guerra, a Flama lança a segunda capa com uma figura africana, agora uma celebridade emergente — o próprio Eusébio, definido em título como “um homem de alma simples” –, no que pode ser lido como uma metonímia dos africanos leais à nação (figura 7).¹⁷

A selecção de futebol acabara de sofrer um resultado dito humilhante, mas Eusébio fora apontado como a honrosa excepção num grupo de homens que não honrara



Figura 7

os símbolos nacionais — como que a provar que o patriotismo, também no campo simbólico do desporto, pode ser encarnado por portugueses das “províncias ultramarinas”.

A reportagem da Flama sobre Eusébio não é, porém, acerca de futebol. Destina-se, antes, a revelar o homem. Mostra o apartamento, fala de dinheiro e de roupas modernas, exhibe um jovem africano em vias de modernização. O subtexto é que os bons africanos se deixam assimilar pela cultura portuguesa, mas mantêm a sua natureza de almas simples. Com a figura de Eusébio num ângulo superior e a olhar para a distância, a imagem

da capa é daquelas que, mais do que interpelar os leitores para uma relação de cumplicidade, “oferece um ideal” para os portugueses contemplarem.

Através do desporto e dos media, as audiências metropolitanas — que pouco sabiam das relações raciais nas colónias — recebiam a evidência simbólica de uma nação-império multiracial e, embora na ausência de diversidade na metrópole, recebiam sobretudo um impulso dado pela cultura popular à auto-concepção de portugalidade como tolerância, inclusão e maleabilidade relacional: exprime-o a figura de Eusébio e o ideal de lealdade patriótica que ele parece incorporar.

¹⁶ Grandes reportagens sobre os êxitos militares e o imaginado fim da guerra surgem na Flama em Agosto e Setembro; por exemplo, “Nambuangongo: difícil até ao fim” (nº 703, 25/08/61), “AB3: êxito aéreo em Angola” (nº 704, 01/09/61), “Angola: rumo ao fim” (nº 706, 15/09/61).

¹⁷ Capa da edição 710, de 03/10/61.

Entretanto, havia um conjunto de características favoráveis à ascensão mediática de Eusébio. Ao contrário do também moçambicano Mário Coluna, capitão da equipa nacional que privilegiava um estilo de jogo colectivo e era considerado o “cérebro” em campo, Eusébio notabilizou-se principalmente pela acção individual e a sua forma de jogar correspondia aos conhecidos estereótipos do atleta africano: intuição, vigor físico, agilidade espectacular — qualidades resumidas no epíteto “pantera negra”.

A tendência para a personalização e para o uso saliente da imagem, que então emergia nos media (com a Flama entre os pioneiros em Portugal), tinha pois em Eusébio uma figura adequada dentro do campo de jogo, mas também fora dele. Partindo de origens sociais humildes, o jovem futebolista moçambicano iniciou-se como personagem tímida e solitária que iria ganhar reconhecimento devido ao talento pessoal e ao mérito. A sua trajectória em breve incluiria um casamento com uma esposa fotogénica (igualmente moçambicana) disposta a abrir as portas do lar aos fotógrafos da imprensa, a revelar os hábitos pessoais e mesmo a comentar publicamente boatos sobre o casal.

Quando Eusébio passou a ser alguém na imprensa internacional e alcançou popularidade na Europa, a sua figura tornou-se irresistível para um país que lutava contra a irrelevância internacional, e começou a ser investido como símbolo nacional. Tratava-se de um novo tipo de símbolo nacional, possibilitado pelo processo histórico de espectacularização do desporto popular e da sua radicação como economia, um movimento em que os media se tornaram axiais (Stead, 2003). Mas também alicerçado pela transformação do desporto em terreno central da disputa simbólica entre nações, que se vinha afirmando ao longo do século XX — basta pensar nos jogos olímpicos dos anos 30 — e que adquiriu novo alcance com o reposicionamento dos estados após a II Guerra Mundial (Mandell, 1984).

É preciso ter em conta que Portugal atravessa estas décadas isolado da cena internacional, enclausurado numa espécie de sonho rural do seu ditador, vastamente iletrado, marginal para o resto do mundo e sem figuras reconhecidas no exterior. Os anos 60 marcam o início de uma gradual reinscrição do país nas dinâmicas globais, na economia (com a adesão à EFTA e o investimento estrangeiro), na política (com a própria guerra colonial a inviabilizar o apagamento internacional), nos media (com fluxos crescentes na informação e nas indústrias culturais). O desporto espectáculo inscreve-se igualmente neste movimento: equipas portuguesas adquirem maior nível competitivo e pela primeira vez vencem torneios europeus. Eusébio é o rosto principal nesse processo.

5. Cultura popular e nacionalismo multiracial

Como a guerra não acabou em 1961, antes vindo a abrir novas frentes nos anos seguintes, a figura de Eusébio ganharia um valor simbólico acrescido. Face ao conflito que reabriria brutalmente a narrativa colonial — e que abalara as crenças acerca do mundo português —, as acções de Eusébio (acções patrióticas no campo

simbólico) podem ser vistas como “acções correlatas” (Barthes, 1977), acções que respondem à bifurcação criada, contribuindo para resolvê-la num certo sentido — conforme com a ideologia do regime, mas também com a crença na plurirraciedade que o português saberia gerar.

A partir do momento em que a nação portuguesa foi simbolicamente reconceptualizada de forma a incluir os africanos — mas ao mesmo tempo reenquadrada segundo linhas raciais —, qualquer acção de personagens vistas como “negras” estava destinada a ser lida como atitude face à portugalidade.

Assim, texto e imagens acerca da lealdade dos africanos e do nacionalismo multiracial — que emergiram no contexto da guerra — abriram caminho para que as imagens posteriores de atletas negros portugueses pudessem ser interpretadas dentro do mesmo quadro patriótico.

Nesse âmbito, o ano de 1966 apaga a guerra colonial das páginas da Flama (reduzindo-a a breves apontamentos esporádicos) e substitui-a pelo palco simbólico da competição desportiva internacional enquanto terreno de referências nacionalistas. Nesse ano, a selecção de futebol disputa pela primeira vez a fase final do campeonato do mundo — competição já organizada como grande “cerimónia mediática” onde Portugal nunca estivera representado —, é mais um momento de reinscrição do país na arena internacional e o pico simbólico do nacionalismo multiracial.



Figura 8

Ainda no período anterior à competição vamos reencontrar Eusébio, na capa (já a cores) da Flama, como celebridade nacional em cuja figura se interceptam dois fenómenos: a popularização do espectáculo desportivo e o campo das chamadas indústrias culturais, com o próprio desporto a fornecer material simbólico que extravasa das respectivas secções e órgãos especializados da imprensa. Ou seja, Eusébio está entre os actores tomados pela indústria dos media como objectos em que se apoia uma produção simbólica visando largas audiências, fazendo-o frequentemente pelo desvendar de facetas privadas em pessoas públicas.¹⁸

¹⁸ Capa da edição 953, de 10/06/66. A título comparativo, aponte-se outros actores representados na capa da Flama durante o primeiro semestre de 1966, nomeadamente estrelas da indústria cinematográfica (Julie Andrews, Roger Moore, Sofia Loren) e figuras de vários sectores da cultura popular mediatizada (cantoras como Simone de Oliveira e Madalena Iglésias ou o toureiro El Cordobés).

Através deste tipo de imagens (figura 8) e dos respectivos textos, as audiências são convidadas a aceder às vidas, às casas, aos pensamentos e às sensações de figuras alvo de uma mediatização personalizada. A reportagem desta edição da revista — cujo título é “Eusébio e Flora: ‘Somos felizes’” — é das poucas que na época surgem assinadas por uma jornalista na Flama e introduz um ângulo feminino capaz de popularizar Eusébio junto de uma audiência transversal; para além, portanto, do domínio quase exclusivamente masculino que na altura era o futebol em Portugal. Esse ângulo feminino é introduzido logo pela abertura da peça: “Foi depois do jogo Benfica-Manchester que começaram a correr os boatos de que eu e o Eusébio nos íamos separar.” O texto, mesmo se elaborado por uma redactora, é escrito do ponto de vista de uma esposa, a de Eusébio, e maioritariamente narrado na primeira pessoa.

Mais uma vez, a imagem “oferece” um ideal: o Eusébio homem de família, num cenário de apartamento que conota com a classe média. Esta imagem pertence ao tipo particular das “representações narrativas”, cuja gramática visual, assente em vectores de olhar, exprime uma transacção entre duas personagens — neste caso, emanando dela um sentido de casal em harmonia. A elisão da diferença étnica atinge nesta reportagem um ponto total: é puramente um casal português que se representa na Flama, sem qualquer alusão sequer à “província ultramarina” de origem. Se a peça contém significados raciais, eles são produzidos pela audiência e por uma descodificação cultural que leva à sua leitura. Em vésperas de representar Portugal na arena do desporto mundial, Eusébio surge assimilado pela nação — como que a mostrar a irrelevância da diferença racial quando há assimilação cultural e adesão simbólica à pátria.

O contexto em que a selecção nacional de futebol — com vários jogadores moçambicanos — enfrenta um mediatizado campeonato do mundo é o contexto de uma nação a oscilar entre os complexos de pequeno país e as aspirações a um heroísmo que faça jus às glórias do passado histórico (Coelho, 2001). Os pontos de contacto entre este campo de batalha simbólico e as anteriores representações sobre a guerra em África e a política colonial vão acabar por emergir.

Além das conhecidas metáforas bélicas que são correntemente empregues no campo desportivo (Eusébio é um “artilheiro”), também encontramos paralelismos entre a representação visual dos heróis e dos mártires da guerra e do desporto (surge fotografias de soldados feridos e de futebolistas magoados com ângulos semelhantes e participantes em posições análogas). Findo o campeonato do mundo, a representação da equipa no regresso a Lisboa é análoga à usada em reportagens políticas de 1961, como na manifestação de protesto junto à embaixada dos Estados Unidos no início da guerra. A saliência visual de elementos que constituem aquilo a que chamei *nacionalismo multirracial* dá-se tanto no campo político como no campo desportivo: em ambos se faz a articulação de símbolos nacionais com marcadores raciais. (figura 9).¹⁹

¹⁹ A figura 9 mostra parte da composição fotográfica que reporta sobre a chegada da equipa a Lisboa (n° 961, 05/09/66, p. 27). O paralelismo com imagens como a da figura 4 é evidente.



Figura 9

Mas o ponto simbolicamente culminante desta narrativa colonial portuguesa é constituído pelas fotos que mostram Eusébio chorando após a derrota no jogo da meia-final com a Inglaterra (amplamente reproduzidas na imprensa nacional). Estas fotos assumem um destaque invulgar na Flama: a imagem é publicada por três vezes, em edições diferentes, e na primeira publicação — figura 10 (n.º 961, p. 18) — ela ocupa uma página interior completa (caso único nos anos analisados).

Esse é o tipo de foto classificável como imagem dinâmica, uma imagem com estrutura narrativa em si própria (Kress & Van Leeuwen, 2006), traço instituído pela existência de “vectores”, que têm funções análogas às dos verbos nos enunciados verbais e que visualmente são desempenhadas por membros e outras partes de corpos (representação de gestos, movimentos) ou por linhas de olhar (representando interacções entre participantes da imagem). É precisamente quando os participantes da imagem estão ligados por vectores que são representadas acções de uns sobre outros, sendo “actor” o participante de quem o vector parte e “destinatário” aquele a quem o vector se dirige. Trata-se, neste caso, de uma estrutura transitiva.



Figura 10

Na imagem em causa, as legendas dizem simplesmente “Eusébio chorou” ou “Eusébio sucumbiu às lágrimas”, mas a gramática visual exprime mais do que isso. As legendas não são enunciados verbais transitivos: o actor não chora para alguém, nem chora algo, está simplesmente a chorar. A imagem, por seu lado, mostra Eusé-

bio como actor cujo destinatário é a sua própria camisola. Não uma qualquer camisola, mas a camisola da equipa nacional. O que, em termos verbais, poderia ser traduzido como “Eusébio limpa as suas lágrimas com a camisola portuguesa”.²⁰

Além disso, nesta imagem Eusébio é simultaneamente actor e destinatário, porque existe um outro membro — um braço português — funcionando como vector, que o abraça por detrás, significando consolo e protecção. Pode, pois, argumentar-se que a estrutura desta imagem é uma transacção circular, em que Eusébio age e é ao mesmo tempo destinatário de acção, com a própria camisola nacional a constituir-se também como outro actor desta gramática visual, cuja diagonal é mais um vector que oferece conforto ao futebolista. Verbalmente, poderia igualmente dizer-se que “a camisola portuguesa enxuga as lágrimas de Eusébio”. O sentido é circular: um patriota chora pela nação; a nação conforta o seu herói.

Isto convoca também os conceitos de conotação e mito, utilizados por Roland Barthes para abordar os signos visuais (1957). Além de uma camisola se tornar um signo com sentido conotativo de patriotismo, a imagem no seu todo pode também adquirir um “nível mítico” que a liga a temas mais vastos. Os mitos contemporâneos, de acordo com Barthes, circulam em fragmentos sob várias formas mediáticas e o seu sentido provém, precisamente, de um sentido de narrativa que funciona como meta-linguagem. A narrativa da nação como vocação ultramarina, interacção humanista com povos distantes e ligação com “raças” diversas aparece condensada nesta imagem para reforçar o mito acerca do sentido essencial da portugalidade. Em resposta a um jornalista britânico que considerou desadequado um moçambicano jogar pela equipa portuguesa, foi este sentido mítico que autorizou um jornalista português a argumentar que Eusébio chorou “lágrimas portuguesas”.

Entretanto, as edições da Flama em 1966 mostram como a guerra colonial, mau grado a sua extensão, tinha sido mediaticamente normalizada e domesticada, ficando reduzida ao relato de acções militares pontuais. Com o conflito resguardado dos media, também as reportagens e notícias sobre as “províncias ultramarinas” se desvaneceram. A questão colonial permaneceu apenas no âmbito do comentário político, sobretudo em conexão com assuntos de política internacional.

Igualmente notório foi o desaparecimento das páginas da Flama do rótulo racial “pretos”, profusamente utilizado em 1961. É claro que esta transformação vocabular não significou a súbita irrelevância, de facto, do aspecto racial no contexto da nação e do império portugueses. Antes, a racialização previamente usada como quadro sistemático de leitura da realidade possibilitou o apagamento das referências explícitas sem perda de significação da “raça”. Esta tornou-se ambivalente — ao

²⁰ Kress e Van Leeuwen consideram que qualquer discurso pode ser multi-modal, ou seja, é susceptível de ser enunciado sob vários modos, entre eles a forma verbal ou a forma visual. O que é diverso são as “gramáticas” de cada uma das modalidades enunciativas, cada uma contendo as suas lógicas próprias. Dentro desta concepção teórica, pode-se conceber, por exemplo, que o discurso assimilacionista praticado no período colonial português em relação aos africanos possa surgir tanto em modalidades verbais como visuais, certos textos e imagens podendo transportar significados análogos embora expressos em gramáticas diferentes.

mesmo tempo notada e não mencionada, porque supostamente sem significado social ou político. É possível argumentar que este é um traço que hoje permanece no modo português de lidar com a “raça” em público.

6. Notas conclusivas

A figura de Eusébio corporizou, afinal, um nó narrativo da portugalidade. Devido a um conjunto de circunstâncias, ela não foi simplesmente um instrumento ideológico do regime colonial, mas representou crenças profundas que os portugueses mantinham há décadas. A emergência de novas dinâmicas nos media nos anos 60, e a reinscrição do país na cena internacional, permitiu-lhe tornar-se numa espécie de herói da cultura popular (personalização, espectacularização da imagem do corpo, exposição da vida privada, revelação biográfica) que encaixou na narrativa do heroísmo patriótico.

O aspecto relevante acerca da revista *Flama* é que representa um espaço mediático disposto a colocar uma variedade de temas e actores ao mesmo nível: tanto reporta sobre problemas sociais como acerca de programas de entretenimento, sobre eventos e protagonistas da política internacional como sobre figuras do desporto ou da música ligeira, sobre literatura ou ópera como sobre artigos para donas de casa. Fazendo isto, participa numa “indústria cultural” emergente no espaço mediático português que dá uma semelhante dignidade simbólica a áreas distintas e populariza figuras do entretenimento com um estatuto antes reservado às esferas política, militar ou da alta cultura. E ao incluir uma figura africana com tanta relevância, esta prática dos media terá contribuído também para a representação de uma certa portugalidade de forma contínua e banal (Billig, 1995) ajudando a criar — no registo simbólico que sempre caracterizou o colonialismo português — uma comunidade imaginada como multiracial (Anderson, 1991).

Contudo, noutros textos publicados pela *Flama* em 1966 — por exemplo, sobre os direitos civis nos Estados Unidos, o presidente N’Krumah do Gana ou o futebolista brasileiro Pelé — reencontramos a prevalência de discursos que atribuem grande relevância à “raça”. O ponto de vista assimilacionista tornou-se hegemónico no espaço público, mas o discurso acerca das diferenças essenciais não foi erradicado. E o discurso luso-tropicalista surge raramente, sugerindo que ele não penetrara realmente na forma de a sociedade portuguesa ver os africanos em geral.

Tal como o discurso luso-tropicalista, a narrativa que incorpora Eusébio não é de facto acerca da interacção entre grupos no interior da nação, nem acerca do africano. Antes se trata de discursos acerca dos próprios portugueses (da metrópole), acerca das suas qualidades, da sua influência nos outros, do seu reconhecimento pelos outros. Eusébio foi integrado num poderoso movimento simbólico destinado a provar que a nação tinha uma vocação multirracial — um movimento de contornos ideológicos mais profundos do que a mera propaganda do regime. Só que, aparte dos

movimentos simbólicos, o dualismo racial podia prosseguir incólume em Portugal como poderosa lente de leitura da realidade quotidiana. E pode continuar a coexistir hoje com a crença numa tolerância natural nos portugueses relativamente aos relacionamentos raciais.

Referências bibliográficas

- Alexandre, V. (2000) *Velho Brasil, Novas Africa: Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto: Afrontamento.
- Almeida, M. V. (2000) *Um Mar da Cor da Terra*, Oeiras: Celta.
- Anderson, B. (1991) *Imagined Communities*, Londres: Verso.
- Barthes, R. (1957) *Mythologies*, Paris: Seuil.
- Barthes, R. (1977) *Image, Music, Text*, Londres: Fontana Press.
- Billig, M. (1995) *Banal Nationalism*, Londres: Sage.
- Booth, D. (1998) *The Race Game: Sport and Politics in South Africa*, Londres: Frank Cass.
- Coelho, J. N. (2001) *Portugal, a equipa de todos nós: Nacionalismo, futebol e media*, Porto: Afrontamento.
- Correia, F. & Baptista, C. (2010) *Memórias Vivas do Jornalismo*, Lisboa: Caminho.
- Cunha, L. (1995) 'A imagem do negro na BD do Estado Novo: algumas propostas exploratórias', *Cadernos do Noroeste*, 8 — 1, pp: 89-112.
- Cunha, L. (2001) *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*, Porto: Afrontamento.
- Domingos, N. (2006) 'Futebol e colonialismo, dominação, apropriação: sobre o caso moçambicano', *Análise Social*, Vol. XLI, 179: 397-416.
- Fonseca, P. (2007) 'A pioneira Flama', *Jornalismo & Jornalistas*, nº 31: 54-65.
- Gilroy, P. (1991) *'There Ain't No Black in the Union Jack': The cultural politics of race and nation*, Chicago: Chicago University Press.
- Henriques, I. C. (1998) 'A sociedade colonial em África: Ideologias, hierarquias, quotidianos' in Bethencourt, F. & Chauduri, K. (dirs.) (1998) *História da Expansão Portuguesa*, Volume 5, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 216-274.
- Kress, G. & Van Leeuwen, T. (2006) *Reading Images: The Grammar of Visual Design*, Londres: Routledge.
- Léonard, Y. (1998) 'A ideia colonial, olhares cruzados' in Bethencourt, F. & Chauduri, K. (dirs.) (1998) *História da Expansão Portuguesa*, Volume 4, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 521-550.
- Léonard, Y. (1998) 'O ultramar português' in Bethencourt, F. & Chauduri, K. (dirs.) (1998) *História da Expansão Portuguesa*, Volume 5, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 31-50.
- Mandell, R. (1984) *Sport: A Cultural History*, Nova Iorque: Columbia University Press.
- Matos, P. F. (2006) *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ribeiro, M. C. (2004) *Uma História de Regressos: império, guerra colonial e pós-modernismo*, Porto: Afrontamento.
- Rosas, F. (1994) 'O Estado Novo nos anos 30', in J. Mattoso (dir.) (1994) *História de Portugal — Sétimo volume*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 243-299.
- Serrado, R. (2010) *História do Futebol Português: Das origens ao 25 de Abril*, S/L: Prime Books.
- Stead, D. (2003) 'Sport and the media' in Houlihan, B. (ed.) (2003), *Sport and Society*, Londres: Sage, pp. 184-200.
- Teixeira, N. S. (1998) 'Colónias e colonização portuguesa na cena internacional' in Bethencourt, F. & Chauduri, K. (dirs.) (1998) *História da Expansão Portuguesa*, Volume 4, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 494-520.

Tengarrinha, J. (2006) *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra: MinervaCoimbra.

Vala, J. (org.) (1999) *Novos Racismos: perspectivas comparadas*, Oeiras: Celta.

Vala, J., Lopes, D. & Lima, M. (2008) 'Black Immigrants in Portugal: Luso-Tropicalism and Prejudice', *Journal of Social Issues*, Vol. 64, n° 2: 287-302.

Van Leeuwen, T. (1997) 'A representação dos actores sociais' in Pedro, E. (ed.) (1997) *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa: Caminho, pp. 169-222.

Vaz, N. M. (1997) *Opiniões Públicas durante as Guerras de África: 1961/74*, Lisboa: Quetzal Editores.

Da lanza ao portátil. Ao redor de certas estratexias de representación na fotografía galega

Vitor Vaqueiro*

Resumo

Alicerzando en varias figuras chaves da fotografía galega do século XX, como son as de Joaquin Pintos, Luis Casado, José Suárez, Virxilio Vieitez e Manuel Vilariño, o artigo leva a cabo un percurso que, comezando na década dos anos trinta, remata na fronteira que separa os séculos XX e XXI. Dito traxecto serve para analizar certas estratexias de representación, así como para pasar revista a obxectos de grande fortaleza simbólica que se achan inseridos na cultura tradicional galega, quer na súa vertente material, quer na inmaterial, da cal a festa e a morte son dúas manifestacións sobranceiras. O percurso serve, aliás, para reflectir sobre as ideas de modernidade, establecendo comparanzas entre a obra de certos autores galegos e os seus homólogos contemporáneos.

Palabras-chave: Arquetipos, Fotografía, Modernidade, Representación, Símbolos.

Abstract

Starting from several outstanding figures of Galician photography, such as Joaquin Pintos, Luis Casado, José Suárez, Virxilio Vieitez and Manuel Vilariño, the following article tries to develop an approach which begins in the thirties and gets to its completion in the XIX and XX centuries frontier. This approach analyses some representation subjects that have always had a large and symbolic strength in Galician traditional culture as in its material and immaterial perspectives, such as festival or death. Finally, it allows us to reflect on Modernity ideas, establishing comparisons between some Galician photographers and their contemporary colleagues.

Keywords: Archetype, Photography, Modernity, Representation, Symbol

* Universidade de Santiago de Compostela vitor.vaqueiro@usc.es

Posibelmente estea a se achegar o tempo no que o ensaio fotográfico, na súa dupla vía, crítica ou histórica, deba levar a cabo na Galiza un balanço sistematizador verbo da maneira en que o novo medio aparecido en 1839 condicionou a visión da sociedade ao redor de factores como a cultura, os obxectos ou as relacións sociais. En definitiva, o tempo de proceder á análise da forma na que a propia fotografía incidiu socialmente para fornecer de nova significación a elementos que, até a súa chegada, se percibían baixo outras perspectivas. Nun artigo reiteradamente citado, Walter Benjamin sinalou a incidencia da fotografía na interpretación da arte. O estudo do insaísta alemán que se privou da vida en Port Bou, fuxindo da barbarie nazi e falanxista, cumpriría xeneralizalo a outros ámbitos e establecer, polo tanto, a faceta de construción do imaxinario social que é preciso outorgar á fotografía. Sendo isto certo para a xeneralidade de países e de clases sociais, de persoas, de etnias, colectivos e ambientes, comprenderase que, en moita maior medida, será aplicábel ao pobo galego e á fotografía desenvolvida na Galiza. En grande medida, a construción do noso imaxinario tense fabricado desde o exterior, de maneira non sempre xusta, e desa construción tampouco non podía fuxir a fotografía. Noutro lugar teño xa comentado o caso dun viaxeiro e fotógrafo estranxeiro, Aubrey F. G. Bell, e como a súa minudenciosa e desprexuízada descrición literaria da indumentaria que loce o pobo galego —alá polos anos vinte— fica lonxe de se achar embrullada dos aspectos sinistros e medoños cos que a miúdo se lle agasalla.

Ese carácter de espallador ideolóxico por parte da fotografía comezou xa no século XIX através de revistas. Naturalmente, os meios técnicos aínda non se achaban o suficientemente desenvolvidos como para posibilitaren a impresión directa da imaxe fotoquímica. Será a fusión das profisións de fotógrafo e gravador a que faga factíbel, partindo de fotografías, a realización de gravados que serán os que aparezan nas publicacións, moitas delas de excelente cualidade. Por sinalar un caso coñecido por nós, o italiano afincado en Vigo Filippo Prospero verá aparecer, mediante a posterior, e costumeira, conversión en gravados, fotografías súas da vila de Tui, do lugar de Sabarís e da cidade de Vigo, feitas nos anos 1879, 1882 e 1890, en *La Ilustración Gallega y Asturiana*, *La Ilustración Cantábrica* e *La Ilustración Española y Americana*, respectivamente. Será, porén, o nacemento, en 1909, dunha publicación chave, *Vida Gallega*, cunha tiraxe masiva —70.000 exemplares decenais nos anos trinta— o que porá en marcha ese proceso de construción da realidade ao que acabamos de facer alusión. Non é pequena a fracción de verdade que conteñen as palabras de John Tagg cando afirma que a imaxe fotográfica constitúe unha formación complexa de significados, múltiples, palpábeis e —sinaladamente— construídos; construcións retóricas dúbidasas que se ancoran mediante pés de foto para así mascararen a súa ambigüidade (Tagg, 2005). E precisamente serán os pés de foto un dos elementos —non o único— que se revelen como decisivos á hora de proceder a esa construción.

As estratexias fotográficas de representación debedoras dunha ollada documental beben, pola filosofía que subxace á súa acción, directamente do mundo circundante, reflectindo, por iso, aspectos esenciais —ou tidos por esenciais— da contorna

cultural representada. Obxectos, pautas sociais, costumes, sexos ou paisaxe vense fortemente normados —case me atrevería a dicir tabuados— á hora de pasar á fase representativa. O dito costumeiro, e irónico, que proclama que, na Galiza, todos somos de aldea —querendo significar que, mesmo os urbanitas, fincan as súas raíces, sen máis que recuar unha ou dúas xeracións, no mundo rural— ten a súa repercusión, no campo fotográfico, no feito de termos que agardar aos anos trinta do século XX e á persoa de José Suárez (Allariz, 1902—A Guarda, 1974) para acharmos un punto de vista fotográfico que asente nos principios da Modernidade. Nada coñecemos, até o momento, que poida lembrar as vanguardas fotográficas europeas ou norteamericanas. Tense dito que a Galiza non tivo ninguén que tentase tripar a liña de Man Ray ou John Heartfield. Tampouco quen se aliñase nas posicións de Atget do desfecho do século XIX. A contrapartida dese feito, que, en principio, poderíamos ter como empobrecedor, foi, por outra parte, a profunda ancoraxe da fotografía galega no país, de tal maneira que, nos anos oitenta do século XX, Manuel Vilariño (A Coruña, 1952), mostra na súa obra *Bestias involuntarias* unha espectacular colección de obxectos procedentes da cultura material galega, practicamente todos eles xa desaparecidos ou en proceso de desaparición: brosas, fouciños, machados, picachóns son algúns dos exemplos. Nesta obra, Vilariño remóntase ao pasado e constrúe unha ponte sobre o tempo coa etnografía, o simbolismo e a historia como pano de fondo. Unha década despois, coa súa serie *Orixes* (1996), mostrará a muller contemporánea, urbana e seminúa, portando na cabeza zocas, ramallos, vimbios, elementos do tempo devanceiro, obxectos que fincan a súa aparición xustamente no tempo das orixes, no tempo no que dous elementos, auga e lume, comezaban a mostrar o que neles había de magnético ao ser humano, para que este iniciase o proceso de engaiolamento que, no día de hoxe, prosegue en termos practicamente idénticos. A visión arrepiante do incendio ou a penetrante pesquisa do vello mariñeiro desde peirao sobre o mar da lembranza así nolo confirman.

Conectemos ideas e persoas que vimos de mencionar: Modernidade, obxectos, cultura material, José Suárez. Para simbolizar ese conxunto de aspectos de diversas orixes, escollamos unha imaxe do fotógrafo alaricano das pertencentes ao seu traballo *Oleiros*, datada ao redor dos anos 30. A fotografía representa unha chea de vasillas, colocadas unhas a carón doutras, supostamente no chan. Un rexistro do que Suárez tirou todos os elementos que puidesen axudar á contextualización, á definición do entorno no que se acha inserido. Vén caracterizado por unha iluminación lateral que diseña volumes e, alicercando na xugulación da escala, sitúa a imaxe no ámbito da abstracción e da análise formal, moi perto da carretilla con flores —*Wheelbarrow with flower pots* (1920)— da autoría de Edward Steichen. Ambos



J. Suárez. Serie *Oleiros*. ca. 1930

registros pertencen a un mesmo tempo histórico —período de entreguerras e vangardas— e ambos os dous delatan, para alén da anecdótica coincidencia do tema, unha mesma intencionalidade, unha moi semellante consideración da realidade fotográfica, unha concepción análoga do feito de fotografar, unhas sensibilidades extraordinariamente achegadas e un tratamento desde a austeridade que procura a captura de liñas, planos, volumes ao servizo da creación dun forte simbolismo (Suárez Canal, 1981).

No meio da década dos trinta, Suárez leva a cabo *Mariñeiros*, un dos traballos fulcrais de toda a súa actividade fotográfica. Do noso punto de vista, será neste traballo, decisivo na súa obra, onde os obxectos adquirirán unha entidade tal que definirán, metaforicamente, certos matices das diferentes circunstancias e factores humanos. En *Mariñeiros*, unha patela é máis que unha patela, como se pode ver na imaxe na que un home, co mar ás súas costas, leva na súa cabeza unha chea de cestas —se cadra, unha vintena— encaixadas unhas noutras, constituíndo unha inmensa estrutura circular, como se dunha coroa (popular) se tratase. Na lóxica da foto, as patelas, obxectos materiais, funcionan como elementos constitutivos da anatomía humana, inherentes a ela como a coroa á testa do monarca, subliñando a identificación entre o home e as súas condicións materiais que chegan a se inserir no seu corpo como un proxecto primordial de ciborg, remitindo, ao mesmo tempo, ao panorama fotográfico do momento, xa que é difícil, ao vermos esta imaxe, non pensarmos na fotografía que Albert Renger-Pätzsch tirou en 1926 representando unha pescadora das illas Halligen.

Esa anatomía humana da que se falou defínese, ás veces, mediante o dispositivo combinado da presenza do obxecto e a ausencia do corpo, como ocorre na fotografía representativa dunha chaqueta de mariñeiro, supostamente colocada a secar. Definida por dous eixos —o vertical desempeñando a función do tronco humano; o oblicuo os brazos esticados— esa imaxe podería actuar como elemento suxerente dunha crucifixión ou do marteiro desenvolvido por certos penitentes da semana de Paixón



J. Suárez. *Mariñeiros*. 1936.

que o cristianismo ensaia; tamén, como un eixo do mundo que termase do home; mesmo como espantallo indecifrábel e dotado, así, dun certo carácter surrealista. Esa chaqueta merecería, pola textura que emerxe como resultado da iluminación, ser de materiais metálicos levados por afoutos *firemen* —non confundir con *fishermen*— da contemporaneidade, empurrados ao combate nun filme de catástrofes. Ese obxecto—figura humana definida cos trazos elementais

antropomórficos propios de certos petroglifos, que enuncia o seu isolamento e o seu enigma, obtívose empregando un punto de vista contrapicado, un dos elementos característicos da Modernidade que implican un achegamento á realidade desde maneiras non acostumadas, condición imposta polas formulacións físicas de natureza relativista, que propoñen unha nova conceición do espazo, e polas consecuencias da Revolución de Outubro, que postulan unha diferente expectativa na definición do home novo, que Moholy—Nagy haberá de sistematizar (Moholy-Nagy, 1997) e Aleksander Rodchenko executar de maneira impecábel. Suárez, na liña de certos achados da *Nova Visión*, delongará esa forma de fotografar noutras temáticas, como nas caveiras nos dominios do Polo Sul ou nos traballos onde medran as neves e, posibelmente, alastrará a súa pegada até certas fotografías de Blanco-Amor, a quen as conceicións de José Suárez non lle habían pasar despercebidas.

Dentro desa chaqueta de augas resulta difícil non imaxinar un corpo vivo. Da mesma maneira que detrás desa rede non agroma a evidencia dun rostro humano, porque esa face encuberta pola rede semella unha mutación evolutiva que xerara un novo ser anfibio a quen o uso reiterado do aparello mariñeiro acabara por mudar a súa propia estrutura corporal. Suárez, insistindo no seu labor personificativo de entes inanimados dota a devandita aparelaxe pesqueira dunha entidade que as chega ás roupas. Como os cestos dos que falamos antes, as redes chegan a ser unha prolongación do corpo, ditando unha compacta interacción entre o home e as súas condicións materiais de traballo: o obxecto-rede metamorfosearase en obxecto-rede-abrigo, rede-máscara, rede-carapucho, rede-barco e, abranxendo todos eses exemplos, a rede chega a mudar na rede-casa, como exprime con claridade a fotografía coñecida polo nome de *A procesión do mar* —toda ela unha metáfora do esforzo, do sacrificio, do traballo— coas redes desenvolvendo o papel de tellado e o eterno esteo, mantedor da trabe petrucial, termendo do fogar e da existencia. Da existencia que



J. Suárez. *A procesión do mar*. ca. 1935.

Suárez define através da materia. En Pacheco, as maxestosas redes da praia de Bouzas, que actúan como bandeira ao vento, como vela de barco, testemuñan o obxecto. As redes de Suárez, a experiencia.

A modernidade da visión de José Suárez maniféstase —alén dos aspectos sinalados— na afouteza á hora de levar a cabo certos encadramentos. O fotógrafo ourensán non dubidará na execución de propostas radicais: corpos seccionados por pernas ou cintura para mostrar aquilo que el ten por esencial nese instante concreto: os zocos, as sardiñas na man, as cortizas, os remendos nas calzas, a áncora, a nuez dos pes. Sabemos que o par constituído por tradición e modernidade resulta paradigmático en moitas circunstancias históricas, xa que o novo se enuncia en presenza do vello e, durante un certo tempo, pasado e futuro han convivir inexorabelmente. Isto acontece en torno do ano 1935 e personifícase nas figuras de Suárez e Ksado.

No interior da monumentalidade do país que as estampas galegas e compostelanas supoñen, Luis Casado (Ávila, 1888—Compostela, 1972) introducirá unha fenda,



J. Pacheco. *Peirao de Bouzas*. ca. 1920

coñecida pol'A *Naiciña*, que vai ocupar un posto de honra no conxunto da retratística galega, xa que, desde o momento da súa realización, adquirirá a función de afortalamiento, no noso imaxinario, da imaxe da muller labrega e, por extensión, da representación feminina do país vinculada á maternidade. Unha versión desta fotografía, baixo o apelativo de *O Tesouro*, aparecerá publicada na capa do número 643 de *Vida Gallega*,

correspondente ao 10 de outubro do ano 1935. Aí estableceranse abertamente as vinculacións coa nai, implicitamente, coa nación —*viva a nosa nai Galiza, viva sempre a Nosa Terra*, di a cantiga popular— e, explicitamente, con Asorey, o “escultor da raza”. As palabras que se adxuntan ao texto son, neste sentido, ben significativas: “o tesouro da nai, sangue do seu sangue, o que máis se ha querer a todo o largo dunha vida”. A representación é absolutamente frontal, coa ollada dirixida á cámara, e contén un amplo conxunto de duplicidades: as mans no mesmo aceno en nai e filla como se estarmos en presenza dun plaxio, os panos de cabeza anoados de idéntica maneira, o colariño e gola de cor branca que nos dous casos circundan os pescozos, as mangas, nas dúas situacións, lixeiramente refucidas, a semellanza de ambos os dous vestidos nos que se intúe o liño como materia prima, fornecen unha continuidade entre as dúas mulleres que vai alén da que se outorga á simples continuidade

biolóxica, ao tempo que suxiren a pervivencia no traspaso dos costumes, a herdanza —xenética e cultural— e, como consecuencia, unha especie de eternidade do *ser* galego e unha gabanza á nosa sociedade tradicional, moi en liña non só cos postulados da *Xeración Nós*, senón con outros puntos de vista presentes en Europa e nos Estados Unidos (Jeffrey, 1999).

A gabanza do mundo rural á que se acaba de facer referencia conéctase, mesmo xa no século XIX, coa cuestión do celtismo, cando Murguía sinala que, no noso país, todo comeza cos celtas (Murguía, 1982). A esencialidade celta coa correspondente idealización “racial”, é o que, entre outras cousas, emerge das imaxes de Ksado e Asorey. A representación da muller, vencellada aos costumes seculares da produción, e inserida no fogar —de novo a casa como elemento referencial— fica manifestada en imaxes como a da muller que está a facer manteiga ou a que —o camiño de unión coa fogueira telúrica— olla o lume da lareira simbólica. O lume de liñaxe prehistórica, encarregado de manter a calor —e, por liña indirecta, a saúde— do fogar, o vencedor das sombras, o duplicado terrestre do sol, o lume como símbolo de fecundidade, xogando un papel parenteado co canastro que contén as riquezas agrarias que proceden da terra, que acolle no seu seo, como un xigantesco útero, as colleitas que a terra subministra, sementes de futuro e de vida.

Poucas construcións do mundo rural galego son máis recurrentes que o canastro á hora de levar a cabo a simbolización da cultura tradicional. Mesmo hoxe, instalados xa na contemporaneidade, o hórreo, exhibido en multitude de postos para turistas, semella ser un dos emblemas nacionais, xunto co cruceiro, que, polo que parece, nos identifica con maior eficacia cara ao exterior e, probabelmente, cara a nós mesmos. Así o deberon entender un número considerábel de fotógrafos que rexistraron con xenerosidade a estrutura desa cabana. Certamente, debemos sinalar que este elemento a partir dos anos cincuenta e sesenta do século XX, cando comeza o proceso de desintegración acelerada da sociedade tradicional, verá diminuír vagariñamente o seu carácter simbólico. Nos fondos dos estudos fotográficos da primeira metade do século pasado, o cruceiro, o canastro e o palleiro constituían en moitas ocasións a terna basililar. Raniero Fernández realizou, por volta dos anos finais da década dos cincuenta, fotografías de canastros en diversos puntos do país. Probabelmente, de ter coñecido a Bernd e Hilla Becher, o fotógrafo vigués houbese podido crear series tipolóxicas semel-



Ksado. *A Naiciña*. 1935.

lantes á da parella de fotógrafos alemá. Comparando canastros, Raniero chega mesmo a definir a pasaxe do tempo, como fai nunha imaxe de título *Onte e hoxe* (1960).

Ese horreo, deseñado de maneira teimuda sobre os fondos de estudio, muda en horreo real nunha fotografía de Virxilio Vieitez (Soutelo de Montes, 1930—2008). A imaxe, unha das máis coñecidas do seu autor, presenta unha muller, aínda nova, que ten na súa man dereita unhas prendas de abrigo, quizais un xersei, talvez unha chaqueta, en canto acolle na súa man esquerda a dereita dunha crianza que fica ao seu carón. Diante da parella, un can olla ao fóra de campo e nel vemos un duplicado simétrico do can que, dúas décadas antes, figuraba na capa do catálogo da exposición de José Suárez do ano 1935 en París. Detrás da parella de Virxilio, un canastro sitúanos nun ambiente inequivocamente galego. O lixeiro desenfocamento que presenta ese armacén rural de millo lémbra-nos, por un instante, os fon-



V. Vieitez. *San Marcos*. ca. 1960

dos das galerías fotográficas do tempo no que se tirou esa fotografía (*San Marcos*, ca. 1958). Entre a parella e o hórreo, emerxe —como se se tratase dun parachuvas nunha mesa de operacións cirúrxicas— un *haiga*, por empregarmos un vocábulo daquel tempo e de Joan Fontcuberta (Fontcuberta, 2000). Na matrícula da viatura, un nome identificador: Panamá, e, ao seu carón, unha letra e algúns números semicultos. Eis a inscrición identificativa, Panamá, como símbolo exótico e brasón da terra prometida, confrontada a esta terra na que convive o haiga coa meiga.

Nesta imaxe —podíamos ter escollido outras moitas como exemplo— do fotógrafo de Soutelo de Montes descóbrese o que vai ser unha das actitudes principais na estratexia fotográfica de Virxilio Vieitez: tirar o estudio do seu contexto habitual de fondos, lámpadas, flashes e mobilia variada e proxectalo na rúa. Esta acción posúe implicacións profundas: tradicionalmente, a galería fotográfica era o lugar onde se encenaba unha ficción e calquera acto que alí se desenvolvese estaba destinado a adicionar esforzos, encamiñados á construción dunha nova realidade na que, mediante diferentes obxectos e artificios, o fotógrafo —o número de fotografías era ben escaso— criaba, coa súa iniciativa, un personaxe, no sentido teatral do termo, ou propiciaba o nacemento dun suxeito. Nese estudio, que fendía as súas raíces nos tempos recuados do Segundo Imperio, as persoas, apoiadas en columnas ou mesas, finxían concentración, aparentaban ler, adquirían novas individualidades e, en

resumo, mostraban a súa auténtica máscara. Alicerzados, metaforicamente, polos fondos de estudio víanse trasladados a lugares bucólicos dunha Arcadia inicial ou a terras herdeiras da pegada do Romantismo. En harmonía con este contexto, diferentes procedimentos técnicos —obxectivos de foco suave, gasas, tapados no proceso de revelaxe— convertían, en grande medida, o acto fotográfico nunha interpretación ideolóxica. Se pensamos nas imaxes de estudio de Jaime Pacheco e analizamos a profunda diferenza á hora de fotografar homes e mulleres, comprenderemos o carácter de construción do imaxinario social que o retrato de estudio posuía, como o poderían testemuñar, por poñermos un caso, as fotografías de Alfredo Pérez Viondi ou Daniel Castelao.

É, xustamente, toda esta estratexia representativa a que Vieitez se propón dinamitar. Ao levar os retratos á rúa, obriga á interacción do suxeito fotografado coa contorna da súa propia contemporaneidade. Onde antes existía un palleiro pintado, agora se sitúa un canastro real; as antigas paisaxes deseñadas foron substituídas por verdadeiras masas vexetais —como as que Arthur Rothstein colocara detrás da súa parella de camponeses, en 1938— do mesmo xeito que os bancos, veladores ou cadeiras deixaron paso ao avión de xoguete, á radio, ao carro americano ou á Vespa. Será desta maneira como se comece a levar a cabo un proceso de interacción cos obxectos, que son, como sinala Suárez Canal, elementos imprescindíbeis á hora de connotar a imaxe (Suárez Canal, 2000). O pequeno avión representa, metonímicamente, a penetración dunha cultura urbana nos ambientes rurais, substituíndo os vellos xogos do pincho ou do pateiro, da mesma maneira que o aparello de radio simboliza este mesmo aspecto, para alén do carácter de comunicación e —obvio nun país de forte emigración— de portador de novas de lugares afastados nos que moran familiares ausentes. Son eses familiares ou viciños os que patentearán o seu éxito mostrando viaturas ostentosas que os traballos (moitas veces, forzados) noutras terras chegaron a lles fornecer e será a Vespa a responsábel de anunciar, fotográficamente, o proceso de motorización masiva que se vai producir nos vindeiros anos.

Alén do sinalado, Virxilio Vieitez completará o proceso de inversión situando no espazo exterior elementos propios do interior dos estudos fotográficos. Desta maneira poderemos ver tres mulleres, enfeitadas con vestidos que suxiren a asistencia a alguna cerimonia sobranceira,



V. Vieitez. *Barro de Arén*. 1959

ao carón dunha corredoira, todas tres en fileira e frontalmente fotografadas, ollando con vigorosidade á cámara (*Barro de Arén*, 1959). O grupo fica enmarcado, á dereita e esquerda, por dúas peañas que terman de cadanseu maceteiro con flores, como se se tratase de dúas columnas que protexesen a entrada a algún lugar sagrado, ou á morte. Desde a orixe da Historia, a parella de columnas manifesta o significado da estabilidade e o espazo comprendido entre elas, a entrada á eternidade (Cirlot, 1985) —habemos de voltar sobre a columna—. Coñecemos retratos con varandas ou mesas que, nas vellas galerías fotográficas, axudaban a ancorar o suxeito, mais o acto do fotógrafo da Terra de Montes consiste en desprazar os obxectos ao lugar dos suxeitos. Así acontece con esa rapariga —vestido de cadros, debaixo do que emerxe unha chombra branca— que, apoiada nun coche americano, terma nas súas mans un costureiro; así ocorre con esa moza de branco, cun meniño no colo, onde o pano de fondo é unha parede de pedra; así con ese grupo de homes e mulleres e crianzas que posan tras dunha mesa na que existen, novamente, macetas, pequenos vasos de posíbeis licores; así coas mulleres que xorden da follaxe como se fosen imaxes de Rousseau ou Aduaneiro. Esa connotación da que antes falabamos, arránxase, por veces, desde o absurdo. Probabelmente, porque así era a vida naquel tempo difícil.

Mais ese tempo difícil comezara nunha época precedente á da realización, por parte de Vieitez, do esencial do seu traballo fotográfico. E, décadas antes, Ramón Caamaño, na Costa da Morte que o viu nacer, ensaiara con notoria eficacia ese desprazamento dos obxectos do interior ao exterior da súa galería. E afastado do interior do que podía ser o seu estudio —aínda que sen renunciar totalmente a el— coído como pano de fondo, empregará insistentemente a columna e o eixo basilar que esta constitúe. Apoiadas na columna, as persoas individuais ou as parellas serán as encargadas de manifestaren ese carácter de eixo, de mastro, de sostén do individuo —e do mundo— que a columna manifesta. Os suxeitos fotografados, quer en exteriores, quer en interiores, proclamarán a importancia dese elemento: as mulleres termarán, ás veces cun aceno de inseguridade, outras de agarimo hierático, da maceta situada na parte superior do esteo-maceteiro, que ha servir, noutras ocasións, para que o home apoie lixeiramente nel a súa man esquerda, a rapariga o cóbado, aquela que adiviñamos nai, a súa crianza, a xove acompañada por un xove, a punta dos seus dedos, como se temese luxar o pano —se callar, crivos de Camariñas— no que se apoia o vaso de barro coas flores. É persistente a reiteración que Caamaño mostra na exhibición dun elemento que proclame, de maneira simbólica, a necesidade de todo ser humano de posuir un punto de soporte arquimediano co que poder soste a vida: columnas, cadeiras, mesas, brazos ou respaldos de cadeiras; calquera elemento resulta utilizábel para o fotógrafo muxián á hora de definir, o fulcro imprescindible para encarar a vida, para explanar que, na existencia, é capital ter algo ou alguén que sirva de apoio.

Apoio para encarar a vida que é simplemente, se seguimos a Borges, camiño para a morte. A morte, reflectida de maneira oblicua por Virxilio Vieitez, en *Millarada*, 1960 onde se nos sinala que, detrás da nenez, alén da mocidade, a morte fica á

esprita. Outras veces o pasamento móstrase, de maneira directa, en fotografías nas que o propio Vieitez alarga a magnífica tradición galega de representación da morte en contextos populares. Morte representada en toda a súa núez nunha longa ringleira de fotógrafos galegos —Vieitez, Caamaño, Pintos, a relación sería interminábel— que obteñen un rexistro dese momento no que semella se interromperen as cousas: o instante no que a vida xa esvaeceu, mais o defunto aínda non comezou a súa comprida paseata cara ao País dos Mortos. O tempo no que, no cadaleito —que ás veces semella simplemente o leito— o falecido consolida o seu novo estatus social (de la Cruz, 2007) e tempo, ao cabo, que fornece, como a práctica totalidade da acción fotográfica, a posibilidade de presenciarmos a falsificación e vermos como —perante a imposibilidade de obter a imaxe dunha persoa morta— o fotógrafo opta por colocar unha substituta viva no ataúde e proceder, con naturalidade, á tomada que mesmo abraiará pola súa perfección a nai da falecida (Acuña, 1985), constituíndo unha inmensa lección da cuestión fotográfica que enfrenta realidade, verdade e verosimillanza.

Ese carácter de suspensión do tempo queda reflectido na profunda ambigüidade que embrulla o rostro do finado, que podería chegar a ser confundido cun simples durminte se a contorna non fose a propia do retrato *post mortem*: guirlandas, cadaleito, vestidos inequívocos, candeas, crucifixos, flores, estampas relixiosas, brancura inmaculada nos meniños, intransixente loito nos adultos. Ambigüidade que se multiplica se consideramos a proliferación de lugares —do



J. Pintos. *Sen título*, 1905

interior e o exterior do fogar— capaces de acolleren o ataúde e que atinxe un exemplo grandioso na foto de Pacheco na que unha crianza xace, dentro da súa caixa branca, sobre a mesa dun comedor; nos planos posteriores, un maceteiro —de novo o maceiteiro— e un aparador con algunhas botellas dan fe certa de se tratar desta dependencia do fogar. Detrás dese conxunto de fotografías de tema mortuorio intúese a visión tradicional galega, hoxe xa en proceso de desaparecemento, que concibe a morte como algo inevitábel, preciso, moi achegado á vida e, polo tanto, representábel. As lendas tradicionais galegas que fan citación da Santa Compañía ou doutras temáticas colindantes, subliñan ese carácter de camaradaxe entre a vida e a morte antes de que comezase o proceso de extirpación desta última do espazo familiar para inserila na asepsia mascaradora e vergoñenta do tanatorio. A exhibición da morte tiña, por tanto, no dominio da fotografía, unha correspondencia lóxica coa súa significación social.

Unha fotografía de Joaquín Pintos (Vigo, 1881—Pontevedra, 1967) presenta ese aspecto de mostra e mesmo encenación teatral que o tránsito supuña. Nela, unha muller, de aparencia idosa, fica deitada nun leito que preside un inmenso crucifixo. Ao redor da defunta, sete persoas —delas, cinco mulleres— adoptan posicións rexidas polo dó, aínda que, ao mesmo tempo, as súas faces e as súas actitudes presaxien unha certa sensación de serenidade. Ao carón do tálamo mortuorio, axoentado e coas súas mans xuntas, o que suxire a execución dunha pregaria, un crego constitúese como o elemento principal da cena. Como ocorre con regularidade, algunhas das persoas ollan con decisión a cámara, establecendo o diálogo tantas veces presente entre o fotografado e o fotógrafo-espectador. No mundo tradicional galego a solidariedade entre o sagrado e o profano fai difícil establecer a fronteira entre a morte, a relixión e a festa. A presenza do ex-voto, a procesión, a pulpeira, a campa, o baile, o cadaleito, a oración aos defuntos, probabelmente o encontro sexual, no mesmo espazo físico de ritualidade, mostran a dificultade de deseñar o límite que o avanzo da contemporaneidade non parece, simbolicamente, capaz de rescindir con claridade, como hoxe proba a aplicación á viatura de rituais protectores que antigamente se lle aplicaban ao carro do país.

Esta reconversión do pasado ao presente ou, dito doutra maneira, a pervivencia da ritualidade, móstrase no traballo que Manuel Vilariño leva a cabo no ano 1996 e que terá por significativo título *Orixes*. Nel, o fotógrafo coruñés desenvolverá o asunto de representación do corpo feminino cunha perspectiva dual, como duplicidade de tempos fusionados no que se sintetizan diferentes perspectivas contrapostas: a da muller núa —ou, para sermos precisos, seminúa— enfrontada á vestida; a muller profundamente urbana comparada á rural que é ela mesma, como se se tratase do resultado dunha escisión e, ao tempo, dunha síntese. Escisión, porque, entre esas dúas persoas, a cultura e a historia instituíron un tallo pronunciado. Síntese,



M. Vilariño. Serie *Orixes*. 1996

porque os obxectos que colaboran na construción das imaxes fixan unha continuidade, afirman, máis unha vez, ese “todas somos de aldea” e prolongan a liña que conduce desde a lanza ao portátil, pesquisando elementos comúns entre a unha e o outro, procurando o carácter de acta de defunción dunha forma de vida e, ao tempo, a posíbel crónica da súa reconversión. Os corpos de mulleres cidadás, vestindo traxes de chaqueta ou abrigos de peles, terman nas súas cabezas trebellos e artefactos que, secularmente, se asignaron ás súas compañeiras de procedencia agraria. Articulado —coherentemente con ese procedemento derivado do Dous— baixo a forma de dípticos, para así enfatizar esa duplicidade, Vilariño aproveita o seu traballo para redefinir un aspecto que —aínda que en claro proceso de desaparición— contribuíu en grande medida a establecer o perfil estereotipado da muller rural galega até ben entrado o século XX. Referímonos ás carregas na cabeza, esa tradicional maneira de transporte, herdanza —xustamente, ao pé do hórreo— do que certos autores teñen chamado o eterno campesiño neolítico (Alonso del Real, 1969). Algunhas das mulleres de *Orixes* levan na cabeza as mesmas zocas que Ruth Matilda Anderson reflectiu, por volta do ano 1925, en imaxes como *Countryman and woman* (Anderson: 1939). Cabezas portadoras de pesos sobre as que voltará a reincidir, a finais da década dos 50, Jean Dieuzaide (2002) nas fotos de Palas de Rei ou A Toxa. Sobre esas cabezas capturadas por Manuel Vilariño, pertencentes con seguranza a experientes profesionais, aparecen os feixes de madeira para o lume que proceden da fraga, os vimbios ou as canas que haberían de fornecer servizos impagábeis como cordas até xa ben entrado o século pasado e que hoxe son únicamente unha pegada remota. Como se comprenderá, o vocábulo *Orixes*, asignado ao conxunto, tenciona non deixar ningunha fírgoa nen nengún cabo solto á interpretación, xa de por si evidente. *Orixes* establece un amplo percurso que vén desde o Comezo, definindo o que fica de permanente no ser humano unha vez que a cultura se desbota, constituíndo o conxunto unha chamada ao rexistro ancestral. Esa ancestralidade remárcase nos corpos das mulleres con sinais ambiguos, en forma de grosas liñas sobre a pel que suxiren unha lectura aberta: pegadas que deixou o avance entre árbores queimadas, cicatrices dunha loita pasada, pinturas rituais para executar a danza, o sacrificio ou o rito iniciático. En calquera caso, sinais que nos remiten ás orixes, ao pasado tribal e que, ao seren contempladas tan de perto, levan a reflectir na fracción de tribo que fica aínda na contemporaneidade onde a guerra e a dor e a fame e o delirio restauran ao presente o lobo hobbesiano.

Nas liñas anteriores —fortemente condicionadas pola inexorábel limitación de espazo— tentáronse subliñar algúns perfís presentes no conxunto de autores que, do noso punto de vista, constitúen os eixos basilares da fotografía galega. Nalgúns casos desexouse exemplificar o carácter de ausencia que, latexando na representación, é, xustamente, o encargado de dotar a esta de significado. Noutros, fíxose fincapé na relación existente entre as condicións materiais da contorna e a correspondente aparición de distintas metodoloxías, salientando a pervivencia de obxectos que —tanto no interior como fóra dos estudos fotográficos— polo seu forte carácter connotativo,

estabeleceron, historicamente, eses significados nunha sociedade que só desde hai unhas poucas décadas comeza a se desprender da súa base radicalmente rural e mariñeira. Ao cabo noutros mostrouse como a utilización deses mesmos vestixios seculares serviu para o ingreso da nosa fotografía no delongado espazo da fotografía e a arte contemporáneas.

Bibliografía

- Acuña, X. E. (1985) *Pintos. Unha vida na fotografía. 1881-1967*, Pontevedra: Xunta de Galicia-Deputación Provincial de Pontevedra.
- Alonso del Real, C. (1969) 'Las raíces de Galicia', *Grial*, 24: 166, Vigo: Galaxia.
- Anderson, R. M. (1939) *Pontevedra and La Coruña*, New York: The Hispanic Society of America.
- Cirlot, J.-E. (1985) *Diccionario de símbolos*, Barcelona: Labor.
- de la Cruz Lichet, V. (2007) 'Memento mori: Fotografías dos mortos, recordos para os vivos. Galicia e o retrato fotográfico fúnebre', *Adra* 2: 62, Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego.
- Dieuzaide, J. (2002) *La Galice*, Xunta de Galicia: Universidade de Santiago de Compostela.
- Fontcuberta, J. (2000) 'Haigas y meigas. Fotografía de identidad, identidad de la fotografía', *Photovisión* 29: 79-88, Utrera, Sevilla.
- Jeffrey, I. (1999) *La fotografía*, Barcelona: Destino.
- Moholy—Nagy, L. (1997) *La nueva visión*, Buenos Aires: Infinito.
- Murguía, M.I (1982) *Galicia*, Vigo: Xerais.
- Suárez Canal, X.L. (1981) *José Suárez. Galicia. Terra, mar e xentes*, Vigo: Xerais.
- Suárez Canal, X. L. (2000) 'Usos do retrato', en VV.AA. *Virxilio Vieitez. O retrato* (2000) Vigo: Grupo de Investigacións Fotográficas.
- Tagg, J. (2005) *El peso de la representación*, Barcelona: Gustavo Gili

Aquilo de que não se fala, não existe. Um estudo de caso sobre a Censura ao teatro no período salazarista

Carla de Araujo Risso*

Resumo

Tomando como base os processos de censura teatral originados no Secretariado Nacional de Informação — que hoje encontram-se no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo — e o conteúdo impresso nos principais jornais diários da cidade do Porto, o objectivo deste trabalho é delinear as relações de poder que estruturaram a prática censória no teatro e na imprensa em Portugal.

A partir de um estudo de caso — a peça *A Promessa*, de Bernardo Santareno, de 1957 — essa investigação, fixando-se no território da estrutura simbólica da língua portuguesa, procurou detectar a influência da Igreja Católica junto aos censores e à opinião pública frente a conteúdos delicados do ponto de vista da moral da época.

Esse estudo evidencia que, mesmo no contexto de regimes totalitários nos quais a informação é quase que totalmente negada à população, ainda é capaz de existir prova documental de algum tipo de manifestação pública, seja ela pró ou contra os interesses do regime.

Palavras-chave: Censura, Teatro, Estado Novo, Imprensa, Opinião Pública

Abstract

Based on the processes of theatrical censorship, originated in the Secretariado Nacional de Informação (National Information Office) — now available at the Instituto dos Arquivos Nacionais (Institute of National Archives) / Torre do Tombo — and the print content on the main daily newspapers of Oporto, the aim of this paper is to outline the relationships of power that shaped the practice censorship in the theater and the press in Portugal.

From a case study — the theater text named *A Promessa* (The Promise), from Bernardo Santareno, 1957 — this research, settling within the symbolic structure of the Portuguese language, aimed to detect the influence of the Catholic Church next to the censors and the public opinion, when faced with the delicate contents from the standpoint of contemporary morals.

* Doutoranda em Teoria e Pesquisa em Comunicação - ECA/USP, participante do Programa Santander de Bolsas Mobilidade Internacional no instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. É docente no Centro Universitário FIEO e está vinculada ao Grupo de Pesquisa “Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas” e ao Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura — USP” carlarisso@yahoo.com

This study shows that even in the context of totalitarian regimes in which information is almost totally denied to the population, is still capable of existing documentary evidence of some kind of public expression, whether for or against the interests of the regime.

Keywords: Censorship, Theatre, New State, Press, Public Opinion

Introdução

A história da censura institucionalizada e da perseguição às liberdades individuais em Portugal remete-se ao século XV. O jornalista Luís Humberto Marcos afirma que “no seu conjunto, foram quase 450 anos (437) de censura em cerca de 500 anos de imprensa em Portugal. Ou seja, quase 90% do tempo de produção intelectual portuguesa, entre a aplicação da arte de Gutenberg e 1974, foi marcado pelo policiamento dos censores.” (Marcos, 1999:11)

Durante o século XX, Portugal é palco de várias mudanças políticas e golpes de estado. O primeiro deles, em de 5 de Outubro de 1910, põe termo à monarquia constitucional e proclama a República Portuguesa. A Primeira República (1910-1926) se mostra um sistema político instável a ponto de, num período de 16 anos, ter constituído sete Parlamentos, oito Presidentes da República e 45 governos. Essa instabilidade política resulta no Golpe de 28 de Maio de 1926 que acaba com a Primeira República Portuguesa, levando à implantação da auto-denominada Ditadura Nacional.

Dentre as primeiras medidas do novo regime está a dissolução do parlamento e a suspensão das liberdades políticas e individuais. A partir do 24 de Junho de 1926, todos os jornais à venda passam a apresentar a seguinte informação obrigatória: “Este número foi visado pela Comissão de Censura” — frase que permanece na mídia impressa até Junho de 1972, quando é substituída pela terminologia eufemística do governo de Marcello Caetano: “Este jornal foi sujeito a exame prévio”.

Mas, nos seus primeiros anos, a Ditadura Nacional não é capaz de estabilizar a situação económico-financeira em Portugal. Em 1928, na busca por uma solução administrativa, António de Oliveira Salazar é convidado para assumir as funções de Ministro das Finanças e, com a conquista do equilíbrio económico, ganha prestígio e é nomeado Presidente do Conselho de Ministros, em 1932. Neste mesmo ano, Salazar declara que “autoridade e liberdade são dois conceitos incompatíveis... Onde existe uma não pode existir a outra” (Salazar, 1933, cit. Forte, 2000: 23).

E é por meio de um plebiscito nacional, realizado dia 19 de Março de 1933, que o regime consegue a implantação de uma nova Constituição em Portugal. O governo português, dentro da legalidade, instaura mediante o voto uma das ditaduras mais longas da Europa.

A Constituição de 1933 — sancionada dia 11 de Abril — marca o início do período histórico conhecido como Estado Novo, regime que se mantém no poder em Portugal até a Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974. Em seu texto, a Carta Magna

Portuguesa garante a liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma. Essa é também a primeira constituição portuguesa a dar o direito de voto às mulheres e a assegurar determinadas regalias para as chamadas classes operárias. Mas, apesar do texto aparentemente liberal, o § 2.º, artigo 8.º, traz o seguinte aviso: “Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão do pensamento, de ensino, de reunião e de associação, devendo, quanto à primeira, impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social, e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos.” (República Portuguesa, 1933: 6)

Para mostrar a relevância da opinião pública para o regime, o texto da Constituição de 1933 declara:

Art. 20.º A opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum.

Desta forma, a opinião pública passa a ser considerada como uma questão de Estado. Está assim instituída constitucionalmente a censura à imprensa em Portugal.

A censura no Estado Novo

O Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) foi criado em 25 de Setembro de 1933, directamente subordinado ao presidente do conselho — Salazar — e extinto em 1944 para ser integrado ao recém-criado Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). O SPN, concebido para “integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação”, tinha duas funções primordiais: 1) ser o aparelho central de fiscalização e censura de todas as formas de expressão pública; 2) coordenar e dinamizar a propaganda do regime, divulgando os valores políticos, ideológicos e culturais do Estado Novo (Azevedo, 1999: 155).

A Censura em Portugal teve uma área de actuação vastíssima e abarcava, praticamente, todas as formas de manifestação intelectual. Por lei, a imprensa devidamente autorizada — jornais, revistas, ilustrações, magazines e publicações semelhantes — independentemente da periodicidade, estava sujeita à censura prévia exercida por um corpo de funcionários do Estado, de um modo geral, oficiais de baixa patente e sargentos do Exército. As empresas editoras de jornais e revistas, para além das pesadas multas, estavam sujeitas a ver o confisco de suas publicações. Os prejuízos não só punham em causa a viabilidade económico-financeira das empresas, mas também funcionavam como meio de pressão sobre os homens de imprensa, reforçando a existência de uma autocensura.

O jornalista José Carlos de Vasconcelos, em depoimento a Cândido Azevedo (1999: 482), atesta que “mais importante era o que a Censura nem chegava a precisar de cortar, porque já não se escrevia”. Em entrevista, em 1961, Salazar reconhece que décadas de censura sobre a imprensa deixaram suas marcas:

O Governo conseguiu disciplinar a Imprensa, torná-la elemento construtivo e não uma força deletéria, demolidora. Hoje, os nossos jornalistas não precisam de cen-

sura, porque actuam não apenas nos termos da lei, mas segundo uma ética de comediamento, de equilíbrio, como convém ao interesse nacional. (Salazar, 1961, cit. Azevedo, 1999:341-342)

Em outro depoimento a Cândido de Azevedo (1999: 364), o jornalista Mário Ventura expõe que, no âmbito do funcionamento da censura à imprensa, a regra era “aquilo de que não se fala, não existe”.

O jornalista César Príncipe relata como era a metodologia da Censura à imprensa. Os periódicos nacionais mandavam as provas de granel ao Serviço da Censura. No mesmo dia, buscava-se o material que vinha com um carimbo de “proibido”, “livre” ou “suspenso”. A suspensão indicava a presença de material suspeito e, muitas vezes, utilizava-se a suspensão para atrasar o fechamento da publicação. A interrupção no fluxo de edição podia acarretar prejuízos imensos na produção, distribuição e venda do veículo de comunicação afectado. Portanto, para além dos cortes, havia uma espécie de chantagem económica, que pode ser considerado outro tipo de censura¹ (informação verbal).

César Príncipe publicou também um livro com as determinações dos censores que colecionou, por anos, ao trabalhar no *Jornal de Notícias* (Porto). O jornalista exemplifica os assuntos normalmente censurados:

“Não havia” EXAME PRÉVIO. Nem presos políticos. Nem suicídios. Nem barracas. Nem cólera. Nem aumentos de preços. Nem abortos. Nem guerra. Nem hippies. Nem crises. Nem massacres. Nem nudismo. Nem inundações. Nem febre-amarela. Nem imperialismo. Nem fome. Nem violações. Nem poluição. Nem descarrilamentos. Nem tifo. Nem Partido Comunista. Nem fraudes. Nem poisos extraconjugais. Nem racismo. (Príncipe, 1999: 12)

Hoje, temos um problema muito sério para estudar a censura em Portugal. Isso se dá porque as provas documentais são escassas e as fontes do regime, em parte, desapareceram. José Carlos de Vasconcelos relata que

Infelizmente, os próprios arquivos da censura foram destruídos (assistimos a parte disso, impotentes, da varanda do *República*, no dia 27 de Abril de 1974) ou desapareceram, os órgãos de comunicação social também não os tinham organizados ou perderam-nos. (Azevedo, 1999: 488)

Citando Foucault, a História é

“o que transforma os documentos em monumentos e que, onde se decifravam traços deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer no recorte do vazio aquilo que os homens haviam sido, desdobra uma massa de elementos que se trata de isolar, de agrupar, de tornar pertinentes, de pôr em relação, de constituir em conjuntos” (Foucault, 2005:33)

¹ Informação fornecida por César Príncipe em entrevista concedida em Matosinhos, em 29 de Junho de 2010.

E é muito difícil procurar reconstituir os *monumentos* do passado recente de um país que viveu sob um regime ditatorial por quase cinquenta anos — essa tarefa se torna ainda mais árdua pela proximidade dos fatos e pela sua duração.

O teatro português e a censura

A censura prévia ao teatro funcionou durante todo o Estado Novo e, mesmo subordinada a outro órgão, foi tão incisiva quanto a censura à imprensa. Era feita pela Inspeção-Geral dos Teatros, instituída em 1927 com poderes para suspender espetáculos e para fiscalizar, à luz da “moral e dos bons costumes”, todos os recintos que abrigassem espetáculos ou divertimentos públicos.

Actuando de modo idêntico à legislação vigente no Brasil, a metodologia censória em Portugal para qualquer actividade cultural ou de lazer público também obri-gava os interessados, após o pagamento de diversas taxas, a efectuar um requerimento para submeter os originais e receber o visto de aprovação da censura teatral. Os censores podiam aprovar totalmente, aprovar com cortes ou interditar. As peças interdidadas ficavam proibidas de ser representadas em todo o território nacional. Depois da aprovação do texto, os censores compareciam ao ensaio geral para uma verificação dos cenários, dos adereços e figurinos e, obviamente, se os cortes foram respeitados.

Em 1959, a Inspeção-Geral do Espectáculos (Decreto-Lei n. 42663, de 1959) foi integrada ao Secretariado Nacional de Informação como organismo autónomo. Neste período, a ação sobre o teatro se tornou mais dura e houve um aumento do número de peças proibidas e de intervenções sobre as peças em cena. Ana Cabrera ressalta que neste momento “o rigor dos censores recrudescer em relação aos aspectos de natureza moral e de natureza política, tanto mais que a candidatura de Humberto Delgado² à Presidência da República estava a provocar um ‘terramoto político’” (Cabrera, 2009: 29). A Comissão orientou-se, então, para uma supervisão sistemática aos espetáculos, tanto por parte dos censores, como por parte da Inspeção aos Espectáculos. “O teatro português é reduzido a uma arte menor, ‘um teatro castrado’” (Santos, 2004: 29).

Sob a ação do Estado Novo, até a década de quarenta, a actividade teatral portuguesa concentrou-se exclusivamente na capital e todo o resto do país permanecia no vazio cultural. E o Teatro do Povo do governo salazarista — um “teatro ambulante” que, inserido na “Política do Espírito” do SPN — salvo excepções, caracterizou-se “pelo moralismo primário e por um folclorismo medíocre, quando não por um didactismo de baixo nível” (Santos, 2004: 172-173).

Em Lisboa, o teatro português era dominado pela companhia Reis Colaço-Robles Monteiro, que seguia uma linha clássica. Para além deste, havia apenas o teatro de

² Humberto da Silva Delgado (1906-1965) foi um militar português que corporizou a principal tentativa de derrubada da ditadura salazarista através de eleições em 1958. Foi derrotado nas urnas num processo eleitoral fraudulento que deu a vitória ao candidato do regime ditatorial vigente, Américo Tomás.

revista. E a forte ação censória também colaborava para tornar a arte dramática portuguesa inexpressiva. Júlio Gago, actor, director teatral, presidente e director artístico do Teatro Experimental do Porto (TEP), expõe que, por conta da Censura, o teatro que se fazia em Portugal era extremamente fraco: “e não eram só os contemporâneos que estavam proibidos. Havia até alguns autores portugueses do século XIX com proibição absoluta. Caso, por exemplo, da *Sabina Freire* e outros textos que são lapidares e que estavam proibidos”³ (informação verbal).

Com o objectivo de estimular a formação de agrupamentos artísticos homogéneos e, conseqüentemente, o renascimento do gosto do público pelos espetáculos teatrais, o regime adoptou uma nova política teatral: a criação do Fundo de Teatro em 1950 e a extinção do Teatro do Povo em 1955. O Fundo de Teatro, um apoio financeiro condicionado por uma regulamentação, muitas vezes, impeditiva, funcionou nas instalações do SNI.

Na verdade, só se abriram novos horizontes ao teatro português, em 1956, com a criação da Fundação Calouste Gulbenkian⁴, que passou a dar subsídios ao teatro experimental e ao teatro universitário. Surgiram, então, vários grupos, como o Teatro Experimental do Porto (1955), o Teatro Experimental de Cascais (1965), o Teatro-Estúdio de Lisboa (1964), Os Bonecreiros (1971), o Comuna (1971), o Cornucópia (1973) e o Seiva Trupe (1973). Estas companhias, algumas existentes até hoje, introduziram uma nova linguagem teatral no universo português. Graça dos Santos (2004:341) acredita que o fato de a reinvenção da prática teatral ter sido lançada e formulada pelo teatro amador é um reflexo do desgaste das estruturas do teatro profissional da época. Foi necessário encontrar uma fórmula diferente para reformular o cenário artístico do país.

E foi nesse contexto que surgiu *A Promessa*, de Bernardo Santareno. A peça, encenada pelo Teatro Experimental do Porto com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, foi uma pedrada no charco para o teatro português que se encontrava estagnado.

Bernardo Santareno

Bernardo Santareno é o pseudónimo de António Martinho do Rosário, nascido em Santarém, em 1920. Apesar da infância atribulada pelas convicções políticas de seu pai — Joaquim Martinho do Rosário, um republicano, grande oposicionista do regime e visceralmente anticlerical —, desde muito cedo, manifestou uma grande inclinação para o teatro — por volta dos doze anos escrevia embriões de peças que representava junto com seus primos. Por toda a vida, Santareno viu-se dividido entre a revolucionária figura paterna e a doce figura materna — uma mulher simples e

³ Informação fornecida por Júlio Gago em entrevista concedida em Vila Nova de Gaia, em 24 de Agosto de 2010.

⁴ Instituição portuguesa de direito privado, com sede em Lisboa, criada por disposição testamentária de Calouste Sarkis Gulbenkian.

de formação católica –, num conflito permanente entre o masculino e o feminino, entre o anticlerical e a religião.

António Martinho do Rosário licenciou-se em medicina psiquiátrica pela Universidade de Coimbra, em 1950. Para Vicente Batalha — actor, encenador e presidente do Instituto Bernardo Santareno — a Psiquiatria não foi uma escolha aleatória: Santareno era homossexual e teve grandes problemas com a sua sexualidade⁵. Sua orientação sexual foi determinante na primeira fase de sua obra e está presente em *O pecado de João Agonia* e *A Promessa*. “A Psiquiatria veio suprir a necessidade que ele tinha de estudar os comportamentos, de aprofundar os mecanismos humanos.”⁶ (informação verbal).

Em meio a suas contradições, surgiu uma outra personalidade para além do médico: a do escritor e dramaturgo, sob o pseudônimo de Bernardo Santareno — uma homenagem a sua cidade natal, Santarém.

Como escritor, Bernardo Santareno começou por publicar poesia (*Morte na Raiz* em 1954, *Romances do Mar* em 1955 e *Os Olhos da Víbora* em 1957). O próprio Santareno, contudo, tinha a consciência de que não era bom poeta e parou. Na altura, a profissão de médico também não corria muito bem. Para arranjar sustento, em 1957, empregou-se como médico nas viagens de pesca ao bacalhau. Esse foi um período muito produtivo para o dramaturgo que incorporou o mar e o universo dos pescadores em algumas de suas obras. Essa temática aparece pela primeira vez em *A Promessa*.

Segundo Vicente Batalha, a obra de Bernardo Santareno pode ser dividida em dois ciclos. O primeiro insere-se em um naturalismo poético, apoiado numa linguagem coloquial e estruturado sobre uma problemática sexual — com temas como o adultério, a virgindade, o papel da mulher no casamento e a moral religiosa — e cuja acção tende a finais trágicos. São desse ciclo: *A Promessa*, *O Bailarino*, *A Exco-mungada* (1957); *O Lugre*, *O Crime de Aldeia Velha* (1959); *António Marinheiro ou o Édipo de Alfama* (1960); *Os Anjos e o Sangue*, *O Duelo*, *O Pecado de João Agonia* (1961); *Anunciação* (1962).

A partir de 1966, inspirado em Brecht, o dramaturgo adopta o teatro épico e a temática de turbulência social. As peças dessa fase são: *O Judeu* (1966), *O Inferno* (1967), *A Traição do Padre Martinho* (1969) e *Português, Escritor, 45 Anos de Idade* (1974). Em 1979, publicou o livro *Os Marginais e a Revolução*, uma compilação de quatro peças — *Restos*, *A Confissão*, *Monsanto* e *Vida Breve em Três Fotografias*. Há ainda a peça *O Punho*, publicada em livro postumamente em 1987 — o dramaturgo faleceu em 29 de Agosto de 1980.

Na revista *O Tempo e o Modo*, Santareno escreveu: “uma peça de teatro tem de ser conflito — claro e escuro, belo e feio, verdade e mentira, natural e monstruoso. Nunca

⁵ Lembrar que até 1973, a orientação sexual não-heterossexual constava na lista de doenças mentais nos Estados Unidos e só foi removida da revista de Classificação Internacional de Doenças, editada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1993.

⁶ Informação fornecida por Vicente Batalha em entrevista concedida em Santarém, em 12 de Agosto de 2010.

foi, nem pode ser outra coisa” (Santareno, 1967: 633). Coerente com esse pensamento, Santareno sempre escreveu de acordo com esta definição e, assim sendo, teve muitas dificuldades com a censura e poucas de suas peças foram representadas no período do Estado Novo. *O Judeu*, por exemplo, escrita em 1966, só estreou em Janeiro de 1981.

Vicente Batalha lembra que, mesmo com o cerceamento da censura, “para grande parte dos especialistas, Bernardo Santareno é o melhor dramaturgo português do século XX. Não temos uma obra tão sólida como a sua.”⁷ (informação verbal).

Segundo o teatrólogo Deniz Jacinto, “ao primeiro contacto, o teatro de Santareno dá uma ideia de força e plenitude dramáticas raramente atingidas entre nós. Meia dúzia de frases, e o público — leitor ou espectador — sente-se arrastado na ação e adere ao conflito” (Jacinto, 1961, cit. Porto, 1997: 83).

O reconhecimento público de seu talento veio a partir de 1962, quando Santareno foi distinguido com o *Prêmio Imprensa* por três anos consecutivos. Enquanto isso, em 1963, António Martinho do Rosário foi trabalhar como terapeuta de deficientes visuais na Fundação Sain — primeiro centro de reabilitação de cegos adultos na Europa –, função que exerceu até a morte.

A Promessa

Para Santareno “o Teatro dá-nos o desenho completo de nós mesmos, a tragédia ou a comédia totais das nossas vidas prisioneiras (Santareno, 1967: 10). E foi trilhando o caminho da tragédia que este dramaturgo estreou nos palcos com *A Promessa*, uma peça de três actos, encenada pela primeira vez em 23 de Novembro de 1957, que marcou também a estreia do Teatro Experimental do Porto como companhia profissional. Seu enredo gira em torno da promessa de castidade feita por um jovem casal — Maria do Mar e José — para que o pai do rapaz voltasse vivo de uma tempestade em alto mar. Trata-se de um drama no qual a principal personagem feminina se sente rejeitada pela obstinação religiosa do marido. Eis que entra em cena António Labareda, um jovem forasteiro muito bonito, sensual e irónico, que tenta seduzir Maria do Mar. Certo da traição, numa fúria de ciúme, José “cortou-lhe, primeiro, as partes vergonhosas... E depois, acabou de o matar, com três tiros no peito.” (Santareno, 1991: 46). E, antes de ser preso, volta para contar à mulher o que fez e para quebrar a promessa de uma maneira feroz. Só aí José constata que Maria do Mar era ainda virgem.

Vicente Batalha, ao comentar *A Promessa*, destaca que para muitos especialistas Maria do Mar é a grande personagem feminina do Santareno: “é a mulher inquieta que vence redimida como uma santa, embora ainda impere a mentalidade retrógrada e tradicionalista das velhas da aldeia”⁸ (informação verbal). Cabe ressaltar o nome dos personagens escolhidos por Santareno: Maria é a protagonista,

⁷ Cf. Vicente Batalha, 2010.

⁸ Cf. Vicente Batalha, Santarém, 2010.

José é o marido, Jesus é o cunhado cego e Salvador é o sogro. E que a polémica central de *A Promessa* é se Maria era virgem ou não.

Imediatamente a seguir a estreia, surgiu uma controvérsia nos órgãos da comunicação social decorrente da problemática abordada na peça. Os protestos vinham, sobretudo, a partir da *Rádio Renascença* — ainda hoje, emissora católica portuguesa —, que proclamava os valores mais conservadores da religião católica.

Conforme Vicente Batalha, foi um escândalo terrível depois que um padre encabeçou uma campanha de maneira feroz na rádio pedindo a intervenção da censura. Só que, ao contrário de suas pretensões, o escândalo acabou por contribuir enormemente para o êxito do espetáculo. Deniz Jacinto declara que, logo na estreia, a peça “chocou o público e perturbou a crítica, pouco habituada ao contacto com verdadeiras forças da natureza” (Jacinto, 1961, cit. Porto, 1997: 83).

Em frente ao Teatro Sá da Bandeira, as pessoas faziam fila pela rua. Júlio Gago conta que há referências de que *A Promessa* do TEP era assunto nos autocarros, nos cafés, em toda a parte. Mesmo com grande afluxo de público, a peça teve apenas oito representações no Porto. Foram 7.500 espectadores em oito dias num teatro cuja lotação era de 1.043 lugares. Algumas fontes mencionam que a censura retirou a peça de cartaz. Já Vicente Batalha é categórico em afirmar que não foi a censura, mas sim a Igreja que forçou a interdição.

No processo de *A Promessa* nos arquivos do SNI, na Torre do Tombo, encontramos os seguintes documentos: solicitação para o comparecimento do Sub-inspector da Censura para a apreciação do ensaio geral; a licença de representação para maiores de 17 anos (neste documento a peça foi classificada no género comédia); o parecer do censor Álvaro Saraiva; o livro da peça (texto a ser analisado pela Comissão de Censura) e um curioso documento com o título de “Informação” assinado pelo “Inspector”.

As folhas timbradas com o parecer do censor traziam os seguintes campos: “Acção”; “Valor literário”; “Valor dramático”; “Valor moral”; “Decisão que se propõe”. No caso de *A Promessa*, apenas foi preenchido o campo “Decisão que se propõe”:

(...) A impressão que colhi, durante o ensaio, foi a de que se trata de uma obra com real valor dramático e literário, como poucas vezes se terá visto em palcos portugueses, servida por um desempenho da maior dignidade profissional.

O tema é, sem dúvida, bastante ousado e há cenas e expressões de certa crueza, mas julgo que, interpretadas devidamente dentro do clima geral da peça não podem ser reputadas como ofensivas à moral.

Parece-me difícil pôr a hipótese de introdução de cortes, dado o risco de se comprometer por essa forma, o equilíbrio da peça e prejudicar a intensidade dramática e o realismo de algumas cenas fundamentais.

Lisboa, 11/11/1957

Saraiva⁹

⁹ Processo n° 5492 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo referenciados em: Secretariado Nacional de Informação, Direcção Geral dos Serviços de Espectáculos (PT-TT-SNI/DGE).

Notar que, nessa época, o censor vinha designado de Lisboa ao Porto, mais um reflexo da concentração da actividade teatral na capital portuguesa. O Sr. Álvaro Saraiva gostou do ensaio que assistiu e atribuiu grande valor dramático e literário, além de coesão estrutural, à obra. Portanto, o parecer da Censura foi muito favorável à peça e liberou-a sem cortes.

O processo ainda contém o seguinte texto dactilografado:

INFORMAÇÃO

(...) Pedido agora o processo e o Relatório do Censor, apura-se:

1º - Que existindo no arquivo a peça “A PROMESSA” registada sob o número 2152 original de Lygia, aprovada em 28/IX/35 pelo Dr. Madeira Pinto e novamente lida em 23/III/52 pelo Dr. Lobo de Oliveira, para efeitos de classificação, o inconsciente funcionário, (agente da P.S.P.) em serviço nesta Inspeção e auxiliar do que está incumbido do registo e arquivo das peças) não reparando no autor, prestou a errada informação de que a peça “A PROMESSA” de Bernardo Santareno estava aprovada e classificada para adultos pois fora esta a decisão da Comissão relativa à peça cuja ficha, existente consultou.

O relatório do primeiro censor que, normalmente, é o que assiste ao ensaio, não se encontra portanto no processo pelo inconsciente equívoco do funcionário, elemento que houve de lançar mão, pela carência do quadro dos que hajam de atender à multiplicidade de serviços atribuídos a esta Inspeção.

Um tal caso, pela primeira vez verificado, não mais se repetirá pois o referido agente foi imediatamente afastado de auxiliar de serviço da censura.

Inspeção de Espectáculos, 3 de Dezembro de 1957.

O INSPECTOR¹⁰

Esse documento, embora não se saiba a quem foi endereçado, presta esclarecimentos sobre a razão pela qual o inspector lisboeta não pôde ler o texto antes de assistir ao ensaio geral. Tratava-se da falha de um “inconsciente” funcionário, agente da Polícia de Segurança Pública (PSP)¹¹ designado para substituir um funcionário da censura que estava em licença médica. O “Inspector” justifica que precisou lançar mão de uma pessoa pouco apta para a função pela carência do quadro de censores e pela multiplicidade de serviços atribuídos à Inspeção de Censura.

A confusão entre o processo número 5492 de *A Promessa*, de Santareno, com o processo número 2152 de *A Promessa*, de Lygia, fundamenta a classificação da peça

¹⁰ Processo nº 5492 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo referenciados em: Secretariado Nacional de Informação, Direcção Geral dos Serviços de Espectáculos (PT-TT-SNI/DGE).

¹¹ A PSP é sobretudo conhecida por ser a força de segurança responsável pelo policiamento fardado e ostensivo nas grandes áreas urbanas de Portugal, estando o policiamento das áreas rurais reservado normalmente à Guarda Nacional Republicana.

de Santareno como comédia como também custou o afastamento imediato do distraído policial.

Mas, então, se não foi a censura, por que *A Promessa*, uma peça que teve a casa cheia, ficou apenas oito dias em cartaz no Teatro Sá da Bandeira? Segundo o diretor artístico do TEP, Júlio Gago, para receber os subsídios do Secretariado Nacional de Informação (SNI), as companhias teatrais tinham que cumprir um calendário que exigia um ritmo verdadeiramente alucinante de trabalho. Assim que passou a companhia profissional com apoio do Fundo de Teatro, o TEP viveu uma temporada frenética com a montagem de oito peças em cinco meses. “Somente o ritmo das encenações, o ritmo de trabalho já seria impeditivo de qualquer deslocamento para fora do Porto”¹² (informação verbal).

No contexto dos espetáculos apresentados na época, de uma maneira geral, muitas montagens em Portugal caíam após a estreia. E poderiam cair por pressões, por cortes posteriores à estreia por parte da Censura e, muitas vezes, por falta de público. Os produtores nunca tinham a noção muito clara do que poderia ocorrer.

O TEP, no período de teatro amador, arrendou o Teatro de Bolso de 134 lugares. Quando se tornou companhia profissional no final de 1957, a direcção apostou num teatro de maior envergadura. Júlio Gago relata que

o Teatro Sá da Bandeira era explorado por uma empresa mais vocacionada para o teatro comercial. E, de uma maneira geral, o TEP só pôde apresentar-se lá nos períodos entre duas produções comerciais. Portanto, não é possível confirmar se a temporada de *A Promessa* estava planejada para apenas oito apresentações. Mas direi que, provavelmente, foram marcadas aquelas apresentações iniciais para lá e depois, se houvesse possibilidade, prolongava-se.¹³ (informação verbal)

Temos a evidência de que a peça não saiu de cartaz por determinação da censura no anúncio publicado no *Jornal de Notícias*, dia 29 de Novembro de 1957. No texto lê-se que “Rocha Brito conseguiu mais 3 únicos dias de representações com a peça em 3 actos e 3 quadros de Bernardo Santareno”. Ou seja, o anúncio informa que a temporada foi, na verdade, estendida por mais três dias além do previsto.

Quanto ao fato da peça não ter ido em *tournee* para outras cidades, Júlio Gago diz que não pode afirmar categoricamente que a Censura impediria o espetáculo de prosseguir em outros locais, “mas sabemos que a polémica em torno de *A Promessa* mexeu ferozmente com o status, digamos, e poderia mesmo vir a ser impedida em outros locais”¹⁴(informação verbal).

Como na imprensa, a autocensura era uma realidade também ao teatro português. A censura oficial em Portugal não deixava muitos rastros, não gostava de deixar documentação. Os autores e as companhias teatrais, na maioria das vezes, não sabiam a

¹² Cf. Júlio Gago, 2010.

¹³ Cf. Júlio Gago, 2010.

¹⁴ Cf. Júlio Gago, 2010.

razão pela qual as suas peças haviam sido interditas. “Muitas vezes a resposta era ‘não’, está proibida e mais nada, sem qualquer explicação”¹⁵. (informação verbal)

Por medo de prejuízos financeiros, quando havia a noção de que o texto poderia ter problemas, muitas vezes avançava-se para a autocensura. Júlio Gago recorda-se, por exemplo, do caso do *Canto do Espantalho Lusitano*, de Peter Weiss, cujo texto chegou a Portugal e ninguém o submeteu à censura — simplesmente, porque o “espantalho lusitano” era o regime salazarista e todos sabiam que a peça não ia ser aprovada de forma nenhuma. A autocensura então pode ter desencorajado António Pedro a prosseguir com a peça por outras cidades.

A Promessa na imprensa

Saíram apenas quatro artigos sobre a peça na imprensa do Porto, no ano de 1957: três no *Jornal de Notícias*, um em *O Primeiro de Janeiro*, nenhum no *Comércio do Porto* — os três jornais diários de maior circulação da cidade.

Na véspera da estreia de *A Promessa*, no artigo intitulado “Uma peça portuguesa”, Ramos de Almeida relata no *Jornal de Notícias* que

“*uma bicha interminável*”, abeirava-se lentamente da porta do “Teatro de Algi-beira”, ali na Travessa de Passos Manuel. Eram os sócios do Teatro Experimental que iam buscar os seus bilhetes par o espetáculo de sábado com o qual se inaugura a Temporada Teatral de 57/58.

Tanto demonstra só por si, sem mais argumentos, que existe um entusiasmo vivo e sempre novo pela obra do “Círculo de Cultura Teatral” e que essa obra é antes de mais nada realização colectiva da parte mais culta e mais civilizada da nossa cidade. Essa “*bicha interminável*” assim o demonstrava, pois era composta, na sua maioria, por escritores, artistas, jornalistas, professores, médicos, advogados, engenheiros, estudantes, isto é, todo um escol intelectual insatisfeito e ansioso. (...) (Ramos de Almeida, 22 de Novembro de 1957:7).

Os sócios aos quais Ramos de Almeida se refere estão ligados ao Círculo de Cultura Teatral, uma associação que dirige o Teatro Experimental do Porto (TEP). E o anúncio publicado no *Jornal de Notícias*, apresentando a estreia de *A Promessa* no dia 23 de Novembro, foi dirigido aos associados que, na época, contavam-se em torno de três mil. Eis o motivo de haver uma “*bicha interminável*” no dia anterior para pegar os ingressos.

A seguir, alguns trechos publicados nos jornais da época.

“A Promessa” — peça em três actos de Bernardo Santareno

Foi um acontecimento a noite de ontem no “Sá da Bandeira”. Um acontecimento raro, de expectativa, de alvoroço, de casa repleta, onde se pode dizer que não caberia nem mais uma palheira. (...)

¹⁵ Cf. Júlio Gago, 2010.

(...) Bernardo Santareno é um jovem dramaturgo que surge com autoridade surpreendente, na sua primeira peça, por assim dizer.

(...) Não queremos discuti-lo, precisamente porque ele é... discutível, sob diferentes aspectos, desde o religioso (católico) até ao natural, ao humano, ao moral e ao fisiológico.

Abstraindo, porém, da essência, (...) a peça é, indubitavelmente, um modelo! (...)

(*Jornal de Notícias*, 24 de Novembro de 1957:5)

Primeiras representações

(...) As primeiras palavras de louvor merece-as o Círculo de Cultura Teatral, por haver dado a conhecer um novo dramaturgo português. E, mais e melhor, um dramaturgo que, procurando temas ousados, revela grandes qualidades como escritor teatral.

(...) O autor traçou com firmeza a história realista, trágica, não se preocupando com os escolhos. Levou-a como se fosse o próprio mar encapelado, nem se importou com susceptibilidades de qualquer natureza, até onde a sua imaginação havia pousado.

(...) O que não há dúvida é que o autor soube prender e interessar o público, levá-lo até a supor que se dera a desonra, para, depois, nos mostrar toda a intensidade da paixão de “Maria”, aquela que era clara como a espuma do mar. A maneira como o faz vem demonstrar-nos que estamos em presença dum autor com quem o nosso Teatro pode contar para o engrandecer. As personagens principais estão bem observadas, são humanas, e se a história, além de ousada, pode parecer pesada, o certo é que a peça, como espectáculo, o não é!...

(...) António Pedro apaixonou-se pela peça e deu-lhe todo o seu carinho e todo seu bem conhecido sentido artístico.

(...) No final, e com justiça, o Dr. Martinho do Rosário, António Pedro e restantes colaboradores vieram ao palco e ao lado dos intérpretes ouviram grandes aplausos. Iniciou-se bem a temporada do Teatro Experimental do Porto. (...) (*O Primeiro de Janeiro*, 24 de Novembro de 1957:5)

No dia seguinte à estreia o *Jornal de Notícias* apresenta Bernardo Santareno como um jovem dramaturgo que escreveu uma peça densa, com equilíbrio da ação e que transborda poesia. Ressalta, porém, que se deve abstrair da essência da peça, capaz de provocar polémicas sob o aspecto religioso (católico), moral e fisiológico.

O Primeiro de Janeiro louva a iniciativa do Círculo de Cultura Teatral de encenar um novo dramaturgo português com grandes qualidades.

O artigo “Primeiras representações” faz uma crítica enveredada pelo lado técnico, ressaltando os vários aspectos da encenação como a duração dos actos, a construção das personagens, o cenário, a marcação de cena, a interpretação, a direcção de António Pedro.

O Primeiro de Janeiro ressalta que a história pode até ser ousada e parecer pesada, mas a peça em si não o é. E informa que a plateia aplaudiu muito ao término do espetáculo.

Cinco dias depois da estreia, Ramos de Almeida volta a escrever no *Jornal de Notícias*:

Ainda, depois e sempre: o Teatro Português

(...) no Porto, a peça que empolgou a parte culta da cidade — que pelo menos a discutiu entusiasmada — pertence a um jovem autor português.

(...) O que digo é que estamos em face de um caso extraordinário, que António Pedro teve o talento e a coragem necessários para colocar em pé de igualdade com ‘os maiores nomes que já preencheram o repertório do “Experimental” (...).

Bernardo Santareno concebeu e realizou uma “Peça”, cujo miolo foi arrancá-lo ao mais íntimo do Povo Português, muito particularmente à gente da beira-mar: à sua alma supersticiosa, que não raciocina nem pensa, que não conhece *os argumentos da razão e da natureza*, embora, como é óbvio acabe por ser aniquilada por eles, mas continua imperturbável entregue à maldição de sua ignorância. *A Promessa* é a prova mais concludente dessa religião-superstição. Bernardo Santareno levou-a até as suas últimas consequências e soube fazê-lo com mão de mestre. (...)

António Pedro foi o encenador de sempre: consciencioso, probo, talentoso. (...) Bem haja, o público do Porto, pela maneira como aplaudiu, compreendeu e discutiu esta “peça”, que marcará um surto renovador do Teatro Português. (Ramos de Almeida, 29 de Novembro de 1957: 6).

Neste segundo texto para o *Jornal de Notícias*, Ramos de Almeida exalta a “Resurreição” do teatro em Portugal com a encenação de uma peça de um jovem autor português que “empolgou a parte culta da cidade”. Menciona também as conversas de café e as discussões entusiasmadas sobre *A Promessa*.

Para Ramos de Almeida surgiu um autor muito sério, que deve ser respeitado. Em seu artigo, elogia mais uma vez a peça que, no seu entendimento, conseguiu expressar o íntimo do povo português: a “alma supersticiosa, que não raciocina nem pensa, (...) entregue à maldição de sua ignorância”. Aqui, cabe notar o pensamento salazarista permeando o discurso de Ramos de Almeida.

Para Salazar, o português comum era classificado como uma pessoa “não violenta” mas também incapaz de pensar pela sua própria cabeça. Ingênuos, na perspectiva do chefe do Estado Novo, os portugueses eram influenciáveis por correntes de oposição e por isso, constantemente, deviam ser educados e controlados politicamente. A propaganda e a censura, então, foram “os meios utilizados pelo regime para concretizar os objectivos essenciais, no sentido de garantir a perenidade do salazarismo; porque politicamente só existe o que o público sabe que existe” (Santos, 2004: 55).

Ramos de Almeida vê o povo português com ressalvas e proclama uma elite “de boa fé, de bom senso, de boa vontade, de consciência e inteligência esclarecidas” e A

Promessa “é antes de mais nada realização colectiva da parte mais culta e mais civilizada da nossa cidade”.

Para explicar a existência de discursos de uma origem secreta, situada em um ponto historicamente indefinido, Foucault afirma que “o discurso manifesto não seria mais, afinal de contas, que a presença repressiva daquilo que não diz; e esse não-dito seria um vazio escavado que mina do interior tudo o que se diz.” (Foucault, 2005: 53)

Assim, a narrativa de todo discurso manifesto estaria ligada a um “Nunca dito”, “um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa como um sopro, uma escuta que não é senão o vazio escavado do seu próprio traço”. (Foucault, 2005: 53)

Em Portugal, além desse “Não dito” presente nos discursos manifestos, temos também o interdito, o “Não dito” imposto pela censura que também deixou traços. A repressão da Censura foi tão intensa que o fato de *A Promessa* ter saído de cartaz no apogeu de seu sucesso fez com que algumas pessoas viessem a acreditar que a peça foi censurada. O que não ocorreu.

A polémica criada por um padre na *Rádio Renascença*, contudo, não passou sem deixar suas marcas. Se, directamente, não provocou a interdição da censura, pode ter desencorajado a encenação em outras localidades e estimulou o desligamento de alguns sócios do Círculo Cultural de Teatro.

O semanário católico *A Voz do Pastor* publicou dois textos que nos indicam o teor das crónicas veiculadas pela *Rádio Renascença*:

(...) uma peça indigna de plateias cristãs. Indigna pelo indecoroso de certas situações e pela falsidade da tese.

(...) Não é séria a “promessa”, não é séria a figura do padre que diz o que não deve dizer e faz o que não deve fazer, não é sério o género de catolicismo que se tenta interpretar, não é séria a desenvoltura com que se ofende o pudor público. Se algo de novo há na peça, é a desvergonha.

(...) digno de ser retirado da “circulação”, como o foram as duas primeiras peças do autor.

(...) os devassos, os amorais e os imorais, os inconscientes, todos esses que gostam e saboreiam, como é natural; as pessoas ainda não corrompidas, os pais que têm a noção das suas responsabilidades, esses enojam-se e queixam-se amargamente da audácia de uns e da inércia de outros. (...) (*A Voz do Pastor*, 7 de Dezembro 1957: 1).

A Promessa, de Bernardo Santareno

(...) o propósito do autor: deformar o catolicismo para que este seja arrumado como um complexo inibitório.

(...) *A promessa*. (...) Supondo-a válida: o matrimónio era válido uma vez que expressamente se não desejava evitar um dos fins primários desse sacramento: a geração dos filhos; os cônjuges deram-se direito sobre os seus corpos para a geração, embora não o usassem (caso do casamento entre Nossa Senhora e S. José — deve ser a isto

que o autor se quer referir, até pela escolha dos nomes dos dois cônjuges); (...) Quando o prior da peça diz que os dois são o melhor casal da paróquia, fala falsamente, dá como que a aprovação da Igreja a uma mentira. O autor não conhece então a moral católica, ou vê esta como um emaranhado de complexos que impedem o desenvolvimento natural e legítimo do homem e de suas forças naturais.

Como o tema é escabroso, as insinuações, ou as falas abertas, de sentido duvidoso, apimentam a peça: ela anda em torno de tudo isso e não se compreende sem esse palavreado. Algumas cenas são imorais, abertamente: as relações sexuais em cena, preparadas, demoradas e mencionadas pelo seu nome, o ambiente erótico de todo o diálogo, os gestos, o ambiente de religiosidade erótica.

(...) Valor artístico. Em si mesmo, o valor artístico da peça não é grande. É até diminuto.

(...) Se a peça fosse apresentada por uma companhia profissional de teatro ou de cinema, talvez passasse despercebida. Porém, o facto de ser apresentada por um agrupamento amador de sentido cultural ou formativo espanta: a arte da peça não justifica em si, nem justificaria se existisse, a sua apresentação quando o fundo é imoral artisticamente: não está de acordo com a realidade e atinge os valores sérios e a ter em conta da moral.

(...) Lida, *A Promessa* pode não ser muito perigosa, a não ser que se possua uma grande imaginação de teatro. (...) Porém, representada em teatro, *A Promessa* é sumamente nociva: a arte actuará como agente de catálise para maior assimilação do erro e do mal, tornando-os aceitáveis, convenientes e até verdadeiros.

(...) Por que aconteceu o público? Pela propaganda feita. Pelo apimentado do assunto e seu escândalo. Porque este público pretende justificar-se com outros exemplos do que vai fazendo pela calada. (...) Pela inconsistência católica: dada a projecção da peça e o seu carácter escandaloso, será difícil eximir de falta de moral a qualquer assistente propositado, uma vez que se expôs a situação próxima de pecado, de perda de fé, de pureza e de verdade, e motivou um escândalo até entre não-católicos. (...) Z.O. (*A Voz do Pastor*, 14 de Dezembro de 1957: 1 e 3)

Para o semanário católico, o Teatro Experimental do Porto resolveu levar à cena uma peça indecorosa e indigna de plateias cristãs. Uma verdadeira desvergonha que especula com os instintos sexuais, destinada só aos devassos, amorais, imorais e inconscientes.

No dia 7 de Dezembro, o texto estampado na capa dizia que *A Promessa* deveria ser retirada da “circulação”, como o foram as duas primeiras peças do autor. Trata-se de um dado impreciso do jornal católico pois, como já foi dito anteriormente, trata-se da estreia de Bernardo Santareno nos palcos. Não se pode precisar se foi um equívoco de quem escreveu ou se foi artifício de convencimento aos leitores. O fato é que essa informação está errada.

Uma semana depois, outro texto na capa de *A Voz do Pastor* é publicado com o intuito de analisar *A Promessa* sob vários aspectos. Do ponto de vista ideológico, por

exemplo, Santareno teria a pretensão de deformar o catolicismo, transformando-o num complexo inibitório da sexualidade humana.

Ao narrar a peça, o autor do artigo (Z. O.) relata que na encenação ocorreram “relações a meia luz, na escuridão, com gestos e ruídos elucidativos”.

O texto prossegue com o questionamento da validade da promessa sob os preceitos da fé católica. Mesmo que fosse válida, a jura poderia ser extinta por iniciativa e acordo entre os cônjuges, sem ter que haver dispensas por parte da Igreja. Uma das coisas que mais incomodam Z. O. é a atitude do padre na peça, que dá a aprovação da Igreja a uma mentira. O autor do artigo reforça, em outra parte do texto, a existência de relações sexuais na peça — cenas imorais e demoradas, num ambiente de “religiosidade erótica”. Na verdade, só há uma menção, no singular, no livro de *A Promessa*. A cena tem a seguinte indicação:

JOSÉ: (...) E eu gostava de ti, maldita! Não via mais ninguém neste mundo... mais ninguém... Tu eras bonita, a mais bonita de todas! Tu és linda, Maria do Mar! (*Beija-a, furiosamente, na boca. Desejo raivoso: posse-luta. No decorrer desta, a candei-a cai e apaga-se: obscuridade completa. Maria do Mar e José rolam pelo chão. Durante momentos, só ruídos animais, ferozes*). (Santareno, 1991:67)

Sobre o modo que a montagem efectuada pelo TEP deu vida a esta ação, temos o parecer do censor Álvaro Saraiva de que a interpretação foi “servida por um desempenho da maior dignidade profissional”¹⁶. Não temos dados suficientes para tentar compreender o que Z. O. identifica como “religiosidade erótica”. Parece-nos outro artifício de retórica para convencer os leitores de *A Voz do Pastor*. Neste sentido, o artigo também desqualifica o valor artístico da peça para depreciar a obra.

Outra afirmação equivocada é a seguinte: “Se a peça fosse apresentada por uma companhia profissional de teatro ou de cinema, talvez passasse desapercibida”. Na verdade, o TEP transformou-se em companhia profissional um mês antes da estreia de *A Promessa* e este foi seu primeiro espetáculo encenado fora do circuito amador.

Posto que para Z.O. o valor moral anda sempre ligado à arte, não se pode “deixar a moral em casa e ir ao teatro ou à vida apenas com o sentimento artístico” — ou seja, sob essa argumentação, não há distinção entre a postura moral a ser adoptada diante de uma obra teatral ou da vida quotidiana. Não há diferenciação no campo da representação entre ficção e realidade. E assim sendo, os espectadores que vão ao teatro assistir uma peça dessas são todos “podres debaixo do verniz”, vivendo em “situação próxima de pecado”.

E por que, então, o espetáculo teve imenso público? A primeira explicação de Z. O. é a propaganda. Essa hipótese também não se sustenta. Afinal, os anúncios de *A Promessa* eram pequenos (2 colunas X 10 cm) e só traziam informações básicas como

¹⁶ Processo n° 5492 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo referenciados em: Secretariado Nacional de Informação, Direcção Geral dos Serviços de Espectáculos (PT-TT-SNI/DGE).

hora, data, local, elenco e restrição de idade. Na verdade, a projecção da peça se deu pelo escândalo causado pelos veículos de comunicação católica, principalmente a *Rádio Renascença*. Trata-se de um fenómeno semelhante ao que ocorreu com a peça *Oh Calcutá*, em São Paulo, na década de 80: o grande estardalhaço de facções da sociedade na defesa do decoro social motivou a ida de 160 mil pessoas ao espetáculo de bailarinos nus (Barreiros, 2005:123).

No contexto português não havia espaço para manifestações públicas — quase sempre impedidas por medo do regime. Sendo assim, além dos artigos publicados no semanário católico, podemos encontrar registo documental de repúdio à temática de *A Promessa* apenas em cartas endereçadas ao Círculo Cultural de Teatro/TEP:

10/12/1957

Vimos por este meio comunicar a V. Exc^a. que pedimos a demissão de sócias do TEP em virtude da última peça apresentada “A Promessa”, de Bernardo Santareno, não estar de acordo com a nossa moral de católicas.

Assinam: Maria Fernanda de Magalhães Ferreira e Sousa (sócia n.º. 866), Perpétua Pompeia Pinto (sócia n.º. 865).

12/12/1957

Por este meio desejamos comunicar a V. Exc^a. que pedimos a demissão de sócias desse organismo cultural, em virtude da peça “A Promessa”, de Bernardo Santareno, não se coadunar com os nossos princípios morais.

Assinam: Dina Eulália Santana Pinto Trindade (sócia n.º. 2684) e Maria Augusta Monteiro (sócia n.º. 2683)

23/12/1957

Não tive ocasião de ver “A Promessa”.

Todavia, pelas referências que li à peça em jornais não confessionais (v.g. como o *O Primeiro de Janeiro*) convenci-me da irreligiosidade da mesma.

E, como católicos e membros da Acção Católica, minha mulher e eu não podemos continuar a ser sócios do Círculo de Cultura Teatral.

Eis porque sinto ter de dizer a V. Exc^a. que nos demitimos de sócios

Assina: José Gualberto de Sá Carneiro (advogado)

Julio Gago estima que foram cerca de três centenas os sócios que pediram a demissão pelo TEP apresentar *A Promessa*. Contudo, apesar da perda de trezentos associados, o Círculo Cultural de Teatro/TEP pôde contar com a adesão de muitos mais. Saíram trezentos e tal mas logo a seguir entraram mil e tal. O TEP em 1958 chegou a ultrapassar os cinco mil sócios, era uma força em termos de número de associados. Repare que o Futebol Clube do Porto, que já na época era o clube de futebol mais conhecido do norte, tinha 6.000 sócios¹⁷ (informação verbal).

Com a repercussão que teve a encenação de *A Promessa*, no Porto, Bernardo Santareno tornou-se rapidamente uma figura nacional. Segundo Vicente Batalha, a perseguição da Igreja teve o efeito contrário: todas as pessoas queriam ver aquela peça.

Dez anos mais tarde, a Companhia de Vasco Morgado apresentou *A Promessa* no Teatro Monumental, em Lisboa. No Arquivo Nacional Torre do Tombo, encontra-se também o processo censório de nº 8414 para essa encenação, datado de 1967. Diferentemente da primeira versão, desta vez os originais continham três cortes.

Esses trechos cortados demonstram a arbitrariedade dos censores na avaliação das obras que lhes eram apresentadas, uma vez que a primeira versão de *A Promessa* foi aprovada sem cortes, exactos dez anos antes. Tanto na imprensa como no teatro, os critérios de avaliação dos censores eram, muitas das vezes, subjectivos.

É natural que houvesse alguma subjectividade no exercício da função. Eles não eram totalmente neutros no aspecto de cumprirem minimamente ordens. Poderia haver uma propensão, uma sensibilidade para um caso ou outro. Admito que sim.

Algum acento próprio, alguma preferência persecutória devido a motivações de formação pessoal, se um é mais moralista que o outro...¹⁸ (informação verbal).

De uma maneira geral, em Portugal, a equipe de censura que se deslocava aos teatros para verificar os ensaios era presidida por um coronel do exército — normalmente aposentado e extremamente conservador. E os artistas teatrais portugueses viviam a mercê da deliberação desses senhores sem direito a recurso ou questionamento.

Felizmente, nas palavras de Graça dos Santos, “após ter sido empurrado para uma situação de autismo”, o teatro português começou a vivenciar o reaprendizado da liberdade depois do 25 de Abril de 1974. “De repente, o teatro estava em todo o lado; já não se contentava com os locais que lhe eram destinados, ia para a rua, para os campos, para as fábricas”. (Santos, 2004, p.345) Depois de um longo silêncio, voltou a ser ouvido e a exercer o seu papel no cenário cultural português. E a primeira voz que se escutou foi a de Bernardo Santareno: *Português, Escritor, 45 Anos de Idade* (1974), uma peça autobiográfica é o primeiro espetáculo representado sem censura depois da Revolução do Cravos.

A obra, escrita ainda no governo de Marcello Caetano, narra os 50 anos da história de Portugal sob o Estado Novo: atravessa as grandes guerras, a ascensão do colonialismo português, a censura, as prisões, as deportações, as mortes, as eleições de 58 e as guerras coloniais. Na cena final, o protagonista desiludido diz: “Deus é deles. A pátria é deles. Tudo é deles. Eles venceram”. Para não terminar nesse anti-clímax, Santareno faz uso de uma técnica de Brecht, na qual os atores despem-se dos personagens e perguntam ao público: “Querem lutar? Vamos lutar!” Era a premonição do que estava por vir. E foi justamente aquilo que Santareno acreditava que era o seu testamento artístico acabou por se tornar o grito de libertação de um país inteiro.

¹⁷ C.f. Júlio Gago, 2010.

¹⁸ César Príncipe, 2010.

Cortes de *A Promessa* (1967)

MARIA DO MAR

(Corre para o quarto de cama, voltando logo depois com um lençol na mão) Cheire, mãe, cheire os meus lençóis: cheiram a incenso, a cera de Igreja... não cheiram a homem, minha mãe, não cheiram a homem! (Arremessa ao chão o lençol. Agarra-se a Rosa, chorando convulsivamente. Exaltação crescente) Ah, minha mãe, diga-me cá, do fundo do seu coração: sou culpada? ~~Esta culpa de adormecer de noite com a impressão de que estou toda molhada de sangue, de que me abriram o ventre!~~ Diga, minha mãe, isto é verdade? Queria ter filhos, como as outras! Nunca os terei, mãe, nunca!... Queria um homem, como o das outras! Tal e qual, tal e qual...

Primeiro Ato – Cena V – página 13

MARIA DO MAR

Ah, minha mãe, eu não entendo o meu homem: ele não é como os outros... Talvez seja melhor, não digo que não: mas eu rebento, não aguento isto, não sou capaz! ~~(Tiver pontada) Toda a noite, ali, deitado ao pé de mim... (Explodindo, a cabeça levantada) É como se eu dormisse com um peixe morto, já podral~~

Primeiro Ato – Cena V – página 16

4.º HOMEM

Dizem que o Zé...lhe deu uma morte horrerosa!...

2.º HOMEM

Cortou-lhe, primeiro, as partes vergonhosas... (Exclamações de horror, de admiração, algumas mulheres benzem-se) E depois, acabou de o matar, com três tiros no peito.

3.º HOMEM

Olha que o Zé sempre me saiu um... Quem havia de pensar?! Sim, quem era capaz de pensar que o Zé, sempre tão manso!...

Terceiro Ato – Cena I – página 79

Anúncios de *A Promessa* (1957)

O CIRCULO DE CULTURA TEATRAL
 SUBSIDIADO PELO FUNDO DE TEATRO
 E PELA FUNDAÇÃO GULBENKIAN
 apresenta HOJE às 21,45
 e m ESTREIA
 PARA OS SEUS ASSOCIADOS
NO TEATRO SÁ DA BANDEIRA
 A COMPANHIA DO
TEATRO EXPERIMENTAL DO PORTO
 dirigida por ANTÓNIO PEDRO
 na peça em 3 actos e 3 quadros
 Original de
 BERNARDO SANTARENO
«A PROMESSA»
 COM
 RUY FURTADO — DALILA ROCHA — JOÃO GUEDES
 CÂNDIDA MARIA — ALEXANDRE VIEIRA — JOSÉ
 PINA — FERNANDA GONÇALVES — ALDA RODRIGUES
 CÂNDIDA DE LACERDA — VASCO DE LIMA COUTO
 BAPTISTA FERNANDES E FIGURAÇÃO COMPOSTA
 PELO GRUPO B DO TEATRO EXPERIMENTAL
 *
 MAIORES DE 17 ANOS

HOJE
 Às 21,45 horas
 1.º ESPECTÁCULO

SÁ DA BANDEIRA

PARA QUE TODO O PÚBLICO POSSA ASSISTIR AO
 SENSACIONAL ESPECTÁCULO QUE A COMPANHIA
 DO TEATRO EXPERIMENTAL DO PORTO LEVOU A
 EFEITO PARA OS SÓCIOS

ROCHA BRITO conseguiu mais 3 ÚNICOS DIAS de representações
 com a peça em 3 actos e 3 quadros de BERNARDO SANTARENO

PROMESSA

Encenação de ANTÓNIO PEDRO com RUY FURTADO — DALILA ROCHA — JOÃO GUEDES — CÂNDIDA MARIA — ALEXANDRE VIEIRA — JOSÉ PINA — FERNANDA GONÇALVES — CÂNDIDA LACERDA — ALDA RODRIGUES — VASCO DE LIMA COUTO e BAPTISTA FERNANDES

BILHETES À VENDA PARA TODOS OS DIAS (17 anos)

PREÇOS POPULARES

Referências bibliográfica

- Processos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo referenciados em Secretariado Nacional de Informação, Direcção Geral dos Serviços de Espectáculos (PT-TT-SNI/DGE).
- Azevedo, C. (1999) *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Lisboa: Editorial Caminho.
- Barreiros, E. (2005) *1985 - O ano em que o Brasil recomeçou*, Ediouro: São Paulo. Cabrera, A. (2008) 'A censura ao teatro no período marcelista', *Revista Media & Jornalismo*, nº 12. Lisboa: Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), disponível na URL: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/viewDownloadInterstitial/6329/5747>, Acesso: 04 ago. 2010.

- Cabrera, A. (2009) 'Censura ao teatro nos anos cinquenta: Política, censores, organização e procedimentos', *Sinais de Cena*, n.º 12: 27-29.
- Constituição Política da República Portuguesa* (1933) Edição Oficial, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Forte, I. (2000) *A censura de Salazar no Jornal de Notícias*, Coimbra: Edições Minerva Coimbra.
- Foucault, M. (2005) *A Arqueologia do Saber*, Coimbra: Edições Almedina.
- Marcos, L. H. (1999) *Imprensa, Censura e Liberdade — 5 séculos de História*, Porto: Instituto da Comunicação Social / Museu Nacional da Imprensa.
- Porto, C. (1997) *O TEP e o teatro em Portugal — histórias e imagens*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- Príncipe, C. (1999) *Os Segredos da Censura*, 3 ed. Lisboa: Editorial Caminho.
- Ramos de Almeida (1957, 22 de Novembro) 'Uma peça portuguesa' in *Jornal de Notícias*, Porto, p. 5.
- Ramos de Almeida (1957, 29 de Novembro) 'Ainda, depois e sempre: o Teatro Português' in *Jornal de Notícias*, Porto, p. 6.
- Noites de estreia — Sá da Bandeira: "A Promessa" — peça em três actos de Bernardo Santareno (1957, 24 de Novembro) in *Jornal de Notícias*, Porto, p. 5.
- Primeiras representações (1957, 24 de Novembro) in *O Primeiro de Janeiro*, Porto, p. 5.
- Salazar morreu há 40 anos: vale a pena recordá-lo? (2010) Disponível na URL: <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/salazar-ditador-tvi24/1180490-4071.html>. Acesso: 05 ago. 2010.
- Santareno, B. (1963) 'Notas Sobre o Teatro' in *O Tempo e o Modo*, Lisboa, n. 9, pp. 10-15.
- Santareno, B. (1967) 'Situação de um Actor Dramático em Portugal' in *O Tempo e o Modo*, Lisboa, n. 50-53, pp. 591-592.
- Santareno, B. (1967) 'Venha o Nosso Teatro!' in *O Tempo e o Modo*, Lisboa, n. 50-53, pp. 632-633.
- Santareno, B. (1991) *Obras completas — 1º volume, 2ª edição*, Lisboa: Editorial Caminho.
- Santos, G. (2004) *O Espectáculo Desvirtuado: O teatro português sob o reinado de Salazar (1933-1968)*, Lisboa: Editorial Caminho.

PARTE IV: ENTREVISTA

“A lusofonia é uma ave migratória” — Entrevista a Olinda Beja, escritora e poetisa são-tomense¹

Lurdes Macedo*

Jorge Adolfo Marques**

“Risonho, o Equador saltita
para o umbigo de Mãe-África
sensualizando-a nos caminhos abertos
às correntes atlânticas
onde as sementeiras proliferam ao deus-dará
como tudo o que é bom.”
(in Pingos de Chuva, Olinda Beja)



Olinda Beja, escritora e poetisa são-tomense com doze obras publicadas e uma no prelo, entre poesia, romance e contos, fala-nos da história do seu país, do panorama literário de São Tomé e Príncipe, do lugar que a língua portuguesa aí ocupa e do seu entendimento sobre o significado da lusofonia.

Lurdes Macedo — Olinda Beja, é para nós um enorme privilégio poder entrevistá-la para o Anuário Internacional de Comunicação Lusófona. Trata-se do primeiro contributo de São Tomé e Príncipe para esta publicação...

Olinda Beja — E para mim é um enorme prazer poder dar esse contributo. Infelizmente, há uma quantidade de factos que levam a que São Tomé e Príncipe seja um país totalmente escondido, totalmente apagado. Eu, quando estou num outro país qualquer e peço um mapa-mundo — gosto que os meus interlocutores tomem contacto com o ponto estratégico que constitui o país onde nasci porque é equatorial e porque está no meio do mundo — fico desiludida quando vejo que São Tomé e Príncipe não está lá. Portanto, não aparece em muitos dos mapas... Depois, porque na história das independências africanas, São Tomé e Príncipe não assumiu qualquer tipo de protagonismo. Enquanto que muitos dos países africanos, como por exemplo Angola, tiveram lutas, tiveram guerras, São Tomé manteve-se num clima de relativo pacifismo. O MLSTP² aparece, nessa altura, mais por uma questão política. Portanto, São Tomé tem uma forma muito espe-

¹ Os autores agradecem o precioso contributo de Isabel Macedo — do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, na transcrição desta entrevista.

* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho mlmacedo71@gmail.com

** Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu - jmarques@esev.ipv.pt

² Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

cial de estar no mundo e de estar no tempo. Distanciou-se dos outros países por várias vias, uma delas a do ininterrupto: não houve guerras. Tivemos umas guerrilhas, tivemos a revolta de Batepá³, em 1953 — que foi muito má — mas os movimentos de libertação pararam aí.

Jorge Adolfo Marques — Não houve, portanto, uma guerra colonial...

OB — Não houve propriamente guerra colonial. Houve fome, houve miséria, houve escravatura e houve muitas outras coisas muito más que eu penso que também influenciaram o facto de nós, são-tomenses, estarmos nesta solidão. São Tomé teve sempre, desde o Século XVI, uma fama terrível, nomeadamente por causa do seu clima poderoso que propiciava a malária (naquela altura chamavam-lhe as febres). Cerca de noventa por cento das pessoas que para lá iam acabavam por morrer, sobretudo os europeus, que não resistiam aos pântanos, aos mosquitos, aos animais selvagens, à célebre cobra preta do café que matava toda a gente. Por esta razão — e eu estudei isto ainda há muito pouco tempo — a maior parte das pessoas condenadas ao degredo cumpriam a sua pena em São Tomé. O Mário Cláudio escreveu um grande livro sobre este tema, *Oríon*, que é em minha opinião uma autêntica maravilha. Nesse livro, o autor retrata o drama das crianças judias que D. João II arrancou aos pais, que recusavam mudar de religião, deportando-as para São Tomé e Príncipe. A maior parte delas pereceram porque de Lisboa a São Tomé a viagem era dura; muitas meninas foram violentadas...enfim, os que chegaram ao seu destino ficaram lá, entregues à sua sorte. D. João II — a quem chamamos o Príncipe Perfeito — fez coisas abomináveis. O Mário Cláudio pesquisou todos estes dados na Torre do Tombo⁴; trata-se, portanto, de um romance histórico. Felizmente, há uns cinco ou seis anos, realizou-se uma cerimónia em memória destas crianças, em São Tomé e Príncipe, com a presença do primeiro-ministro de Israel.

JAM — Era uma espécie de Ilha do Inferno...

OB — Era, à época, uma espécie de Tarrafal⁵. Só que em São Tomé não foi preciso construir um centro de reclusão, porque a própria ilha já o era, com o seu clima pavoroso, com a sua floresta onde as pessoas se metiam e nunca mais eram vistas, dando origem a várias lendas. Portanto, os crimes maiores eram punidos com a deportação para São Tomé. Tudo isso leva a que São Tomé tenha um memorial histórico triste e dramático. Não é por acaso que a canção de Cesária Évora, cantora cabo-verdiana, nos diz “Quem mostra’ bo/Ess caminho longe?/Quem mostra’ bo/Ess caminho longe?/Ess caminho/Pa São Tomé”.

³ Confronto que opôs os negros são-tomenses aos colonos portugueses, entre 3 e 8 de Fevereiro de 1953, devido ao regime laboral de “contrato” — uma quase escravatura — levado a cabo nas roças. A repressão policial, autorizada por Carlos de Sousa Gorgulho, Governador-Geral de São Tomé e Príncipe, vitimou, em escassos dias, cerca de mil negros.

⁴ Arquivo Central do Estado Português, desde a Idade Média, encontra-se actualmente instalado no edifício da Torre do Tombo, em Lisboa.

⁵ Colónia penal do Tarrafal, localizada na ilha de Santiago, em Cabo Verde, construída entre as décadas de 20 e 30 do século passado, para onde foram enviados muitos dos opositores ao regime ditatorial português.

JAM — E como é que os são-tomenses olham, hoje, para essa história?

OB — Cada grupo social tem a sua maneira particular de olhar para a história de São Tomé e Príncipe. O antigo trabalhador de roça — a quem faltava a liberdade, mas que tinha a barriga cheia — mesmo que até, por vezes, tivesse levado com o chicote diz: “ah, o tempo do colono é que foi bom, quem dera o tempo do colono”. Eu já ouvi pessoas mais velhas dizerem-me “Dona, o colono foi mais que Deus para nós, no tempo do colono eu nunca passei fome, eu quando queria um médico eu tinha”, porque todas as roças tinham um hospital e todos os hospitais tinham dois, três médicos e vários enfermeiros. O meu pai foi sempre enfermeiro de roça. As roças eram propriedades de grande dimensão e dentro delas havia tudo: a casa do patrão, a casa grande, a casa do guarda-livros, os escritórios, o hospital, a cantina, o cemitério, os mercados. Ali trabalhavam quatro mil, cinco mil, seis mil pessoas.

LM — O colonizador visto como um protector...

OB — Sim, para o antigo trabalhador de roça o colono era visto como um protector. Depois há aquele trabalhador de roça mais instruído, aquele que não aceitava a sua condição, que vê que foi ludibriado, que assinou por três anos e que o obrigaram a ficar trinta...a esse trabalhador, aos seus filhos e aos seus netos, a história de São Tomé causa revolta. Nem podem ouvir falar... Eu vou todos os dias à net ver o jornal virtual e quando alguém faz comentários do tipo “mas olha que vocês agora estão pior”, lá vêm logo, dez, doze ou mais dizendo coisas como “cala a boca porque tu não sabes o que dizes, eu é que sei porque o meu avô contava e o meu pai conta que nas roças era terrível”. De facto, o poder era do roceiro, os roceiros eram pequenos governadores dentro das suas comunidades. Ao mesmo tempo, São Tomé produziu ouro, São Tomé produziu cacau — foi o maior produtor mundial de cacau — produziu café, teve o poder das roças. Todo este contexto gerou uma sociedade mestiça que se acomodou e se aculturou.

JAM — Aculturou-se a Portugal, à realidade europeia?

OB — Sim, à realidade europeia. Essa comunidade mestiça em São Tomé é quase que uma comunidade à parte e é mal vista pelos negros. Trata-se de uma situação que vem do tempo do Almada Negreiros⁶ e do Francisco José Tenreiro⁷. O mulato regressava da metrópole onde tinha estudado, era acolhido pelo pai branco que tinha pago esses estudos e nunca pela mãe negra. Aí gerava-se outro dilema, o dilema da mulher negra a quem diziam sobre o seu próprio filho “ele vai ali, mas tu não lhe tocas porque...”.

LM — O mulato visto não só como um híbrido racial, mas também como um híbrido cultural...

OB — ...e sentimental e social. Tanto assim é que, quando eu regresssei, tive tias e tios que se puseram de joelhos, vieram a rastejar até mim e beijaram-me os pés.

⁶ José de Almada Negreiros, pintor, escritor, poeta, ensaísta, dramaturgo e romancista português, de origem são-tomense, ligado ao movimento modernista.

⁷ Francisco José Tenreiro, poeta são-tomense, pertenceu à corrente de intelectuais negros que proclamava o direito a uma identidade africana, em meados do século XX.

Eu, surpreendida, perguntei: “mas porque fazem isto?”. E eles responderam-me: “porque nunca nenhum mulato voltou à terra para beijar a mãe”.

LM — Poder-se-á dizer que a sociedade são-tomense não está ainda reconciliada com a sua própria história...

OB — Não está. Sobre este assunto, tenho no prelo um conto intitulado “Lembras-te”, no qual eu coloco um habitante de São Tomé, um negro, no cais, a recordar o seu tetravô, que em 1680 lá aportou. E ele próprio, negro, se admira por ter aquela cor, uma vez que tem antepassados de todas as etnias e proveniências. Pela boca deste personagem faço uma análise histórica e cultural das raízes do povo são-tomense. O meu editor no Brasil advertiu-me para o facto deste conto poder constituir uma “revolução” em São Tomé e Príncipe. Mas é isso mesmo que eu pretendo... abanar as cabeças dos meus conterrâneos, fazê-los ver que não é por terem a pele totalmente escura que podem esquecer os seus ascendentes que vieram de Portugal, de Angola, de Moçambique, do Brasil, de Génova e que fizeram a sua viagem em sentido inverso. Toda esta gente foi para São Tomé, teve filhos mestiços que depois se acasalaram com negros e lá está... geraram negros com as mais variadas ascendências. É engraçado porque uma vez entrei numa casa tradicional de madeira, como é a minha, como é a da minha mãe, e a um canto da casa estava uma mulher muito velhinha — teria perto de 100 anos — no chão a falar baixinho. Toda a sua família era negra. Reparei que numa parede estavam duas enormes fotografias antigas, a preto e branco, da mesma pessoa. Tratava-se de um jovem branco, com olhos claros, com a mãozinha no queixo. A mim, pareceu-me o Clark Gable ou um qualquer outro actor de cinema daquela época. A mulher, surpreendida com o meu comentário, atirou-me: “Quê dona, o que é que dona está a dizer? Aquele que ali está é meu trisavô, branco, de Viseu”. Quem é que hoje, ao olhar para aquela mulher e para a sua família, poderia adivinhar-lhe tal ascendência?

LM — O seu percurso literário, com doze obras publicadas e mais uma no prelo, conta com poemas, romance e contos. Trata-se de um percurso já longo e muito diverso, sempre de inspiração africana, mais concretamente são-tomense...

OB — Com a excepção do romance “A pedra de Vila Nova”, toda a minha obra tem uma marcada inspiração africana. É assim... eu sempre escrevi, desde os 15 ou 16 anos, aquela idade em que eu acho que todos nós escrevemos. Eram os diários, as paixões escondidas, os segredos que a gente não quer que os outros saibam e também a revolta que havia dentro de mim. Quando tinha discussões com a minha mãe adoptiva, quando o meu pai não mandava a mensalidade, lá estava eu a escrever, a explanar no papel o que me ia na alma. Depois chega-se àquela idade em que se deitam todos esses escritos fora, em que aquilo não é nada quando comparado com outras coisas que descobrimos, com novos mundos literários. Ao redescobrir a minha África — uma redescoberta dramática, mas bela, poderosa e muito forte, que se me entranhou mesmo no corpo — o deslumbramento foi tal que começo novamente a escrever. Toda a minha escrita é, de facto, uma escrita afri-

cana. No romance “15 dias de regresso” teço um dilema, que é o dilema do mestiço, do homem dos dois mundos, como dizia o Francisco José Tenreiro. Por vezes, mesmo os especialistas em literatura e os críticos literários não conseguem entender esta dualidade: não podemos negar o mundo da mãe, que é negra, nem o mundo do pai, que é branco, que nos pagou os estudos e que nos deu a oportunidade de conhecermos uma outra realidade. E isto é muito complicado. O que é que eu tento retratar nas minhas obras? O mundo mais desprotegido...e o desprotegido é o africano, por mais voltas que a gente dê. Ora, se o meu país tem apenas 160 mil habitantes, se é desconhecido, porque é que eu não hei-de escrever sobre ele? Por vezes, sou criticada por não escrever sobre o mundo que me foi dado pelo meu pai, sobre o mundo dos europeus...mas esses não precisam que eu escreva sobre eles.

LM — O território africano, em termos literários, é mais inexplorado...

OB — Sim, em parte, é mais inexplorado...e é somente em parte porque, por exemplo, nós temos em Angola uma quantidade considerável de escritores, temos agora o Ondjaki. Temos, em Moçambique, o Mia Couto. Nós, em São Tomé, temos muito menos escritores. Depois, em São Tomé não há editoras, não há tipografias, não há nada. Nós temos que ter sempre a ajuda de outros, temos, por exemplo, que ir editar a Angola. Daí resulta a minha vontade e a minha inspiração para escrever sobre São Tomé e Príncipe. Com o livro de contos “Pé de Perfume” ganhei dois prémios literários que se traduziram em duas bolsas de criação literária, atribuídas pelo Centro Nacional de Cultura e pelo Instituto Camões⁸. A segunda bolsa foi contestada, mas justificada por eu estar a explorar um campo que ninguém conhecia. Quando se fala de São Tomé, ninguém sabe o que é o “Tchiloli”⁹, por exemplo. Quando se fala sobre aspectos relacionados com Angola ou com Moçambique, as pessoas estão muito mais familiarizadas. Num curso que frequentei sobre Literaturas Africanas, as próprias professoras me agradeceram tudo quanto eu lhes ensinei, por desconhecem São Tomé e Príncipe. Quando se fala de escritores são-tomenses, a maioria das pessoas fica um pouco perdida. Algumas poderão conhecer a Alda Espírito Santo¹⁰ e pouco mais...quando nós tivemos o Francisco José Tenreiro e o Almada Negreiros, que embora tivesse vivido em Portugal, era são-tomense, nasceu em São Tomé e Príncipe. Aquele poema que ele escreveu à mãe, “mãe, deixa-me encostar a minha cabeça no teu regaço”, foi inspirado pelo facto de a mãe dele, também são-tomense, ter morrido quando ele tinha apenas dois anos e meio. É muito interessante perceber que a componente paisagística do último quadro que ele pinta na sua vida é uma representação de São Tomé e Príncipe.

⁸ Organismo sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, cuja missão é promover e divulgar a cultura portuguesa.

⁹ Manifestação cultural de enorme importância em São Tomé e Príncipe. Consiste na encenação de uma peça - de origem europeia incerta e levada para o país pelos portugueses no século XVI - com inspiração religiosa, sobre a paixão de Cristo e o Imperador Carlos Magno.

¹⁰ Alda Espírito Santo, são-tomense, uma das mais conhecidas poetisas africanas de língua portuguesa.

Portanto, há nele sempre uma saudade, uma lembrança...

LM — E o Francisco José Tenreiro...?

OB — ...voltando ao Francisco José Tenreiro, quanto a mim, a figura maior da poesia de São Tomé e Príncipe... ele foi o poeta da negritude que, embora assumindo os dois mundos, defendeu sempre o mundo negro. No final da vida — morreu muitíssimo novo, com quarenta anos — é designado deputado para a Assembleia Nacional por Salazar, situação que lhe trouxe muitos dissabores. Pensa-se que a pressão de que foi alvo abreviou a sua morte. Ele tinha a tensão muito alta ...e era um homem dos dois mundos. Francisco José Tenreiro diz nos seus poemas “quando amo a negra, sou negro, quando amo a branca, sou branco” ...mas ele defendeu sempre mais, muito mais, a cultura negra. Os seus livros “Ilha do Nome Santo” e “Coração em África” são exemplo disso.

LM — Percebe-se que o Francisco José Tenreiro se encontra entre as suas referências...

OB — Sim, tal como os clássicos portugueses — Camões, Eça ou Camilo — e tal como o Jorge Amado. Com “Subterrâneos da Liberdade” — quando eu começo a descobrir o Jorge Amado — e depois com “Capitães de Areia” e com “Gabriela, Cravo e Canela”, todo esse mundo relacionado com África me encanta, com as mães de santo, com os terreiros...

LM — É o mundo da Bahia e a Bahia é...

OB — ...é o mundo de África no Brasil. Só depois do Jorge Amado é que descubro os africanos. Gosto muito do Germano de Almeida, nomeadamente do “Testamento do Sr. Napumoceno”. Actualmente, leio muito o Agualusa. Gosto muito, muito do Agualusa, acho que “As mulheres de meu pai” e “Nação Crioula” são obras incontornáveis.

JAM — Poder-se-á dizer que as suas preferências literárias, neste momento, recaem sobretudo sobre a literatura africana...

OB — Ou de temática africana, ou de raízes africanas...

JAM — Não a entusiasma a literatura que se produz hoje em Portugal, o Saramago ou António Lobo Antunes?

OB — Li tudo quanto saiu do Saramago. Leio Saramago, leio Lobo Antunes e leio a Agustina Bessa Luís. De todos, prefiro a Agustina...é de difícil leitura, mas as suas descrições são soberbas. Gosto muito da Agustina, não por ser mulher, mas por aquilo que produziu ao longo da sua vida. Mas há um sabor diferente na literatura africana, há uma visão, há até um recriar paisagístico que nos transporta para além do horizonte. Eu costumo dizer que quando nós lemos um autor africano, por pior que ele seja, há sempre uma magia. Diga-me, no panorama da literatura contemporânea portuguesa, onde encontra a magia do Mia Couto ou do Ondjaki? Não encontra, eu penso que não encontra.

JAM — É, de facto, um tipo de literatura mágica...

OB — Mágica, talvez porque o escritor africano ainda se apoia nas raízes, na ancestralidade. Quando escrevi o “Pé de Perfume”, estive um ano inteiro no interior de São Tomé em contacto com velhos contadores de histórias e ouvi histórias de

magia, coisas que espantaram as pessoas. Os escritores portugueses não dispõem deste tipo de fontes.

JAM — Gosta mais de escrever poesia ou prosa?

OB — Eu considero que não há prosa... eu nasci numa ilha e acho que os ilhéus têm muito mais apetência para escrever poesia do que prosa.

JAM — Também se diz que Portugal é um país de poetas...

OB — É um país de poetas, sim.

LM — Como descreveria o panorama literário de São Tomé e Príncipe?

OB — São Tomé e Príncipe foi um país pioneiro no panorama da literatura africana. Logo na segunda metade do século XIX, aparece Caetano da Costa Alegre que vem estudar para Portugal e publica, a título póstumo — porque ele morreu muito novo, morreu tuberculoso — os seus poemas. Esta obra foi publicada já no início do século XX. Nesta época, nem Angola, nem Moçambique tinham produções literárias. Depois, com um grande intervalo, tivemos o Tomás de Medeiros, também poeta, e mais tarde o Francisco José Tenreiro, de quem já falámos. O Marcelo da Veiga, da Ilha do Príncipe, foi um grande poeta, com uma extensa obra produzida desde os anos 30 do século passado, tendo esta sido publicada, em parte, apenas em 1970. A Maria Manuela Margarido, que nem sequer tem obra publicada, tem poesia dispersa, lindíssima... Depois a Manuela Margarido foi nomeada embaixadora e deixou de ter tempo para a poesia. E chegamos à Alda Espírito Santo que é considerada uma mulher de cultura. Tinha um único livro publicado e já no final da sua vida, há uns dez anos atrás, eu e um grupo de amigos incentivamos-a a publicar os seus contos, o que deu uma nova vida à literatura de São Tomé. A Alda teve um percurso cultural, político e humano muito difícil de igualar... abdicou da família, abdicou dos seus amores — porque também os teve — para viver para a comunidade, para o povo. Ela estava permanentemente na UNEA — União de Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe — onde ensinava a ler e a escrever gratuitamente. E agora temos a Conceição Lima, que foi jornalista em Londres na BBC. Publicou duas obras poéticas pela Caminho¹¹ e escreve muitíssimo bem.

LM — Em São Tomé e Príncipe a língua oficial é o português, embora coexista com vários crioulos são-tomenses. Como é gerida esta coexistência?

OB — O português é a língua mãe e o crioulo é a língua materna. No tempo colonial era expressamente proibido falar crioulo, ou falar dialecto, como nós antigamente lhe chamávamos. Nós temos três crioulos: um na Ilha do Príncipe e dois na Ilha de São Tomé (um no sul e outro no resto da ilha). É engraçado porque sendo o português a língua oficial — e os são-tomenses esmeram-se por falar bem português — sempre que se conversa sobre coisas mais típicas passa-se imediatamente ao crioulo, que é a língua dos afectos. Toda a gente é bilingue, desde que nasce até que morre.

LM — Se existem três crioulos, e são estas as línguas dos afectos, o que é que significa falar português no seu país?

¹¹ Editora portuguesa de grande dimensão e prestígio, detentora dos direitos de publicação da obra de José Saramago.

OB — A língua portuguesa é um factor de coesão, porque é uma língua que nos liga. Por exemplo, eu só falo um dos crioulos, o forro. Quando eu vou ao sul, onde se fala outro crioulo que eu não domino, temos que falar todos em português. Portanto, é a língua de coesão, é a língua que nos une, é a língua que nos projecta além-fronteiras. Somos 160 mil pessoas...se nos pusermos a falar exclusivamente crioulo uns com os outros, “morremos” ali mesmo. Temos que ter uma língua de projecção: o português.

LM — Num território tão pequeno, a coexistência destas línguas é pacífica?

OB — Sim, sempre pacífica. Embora, como eu digo, no tempo colonial havia uma imposição, ninguém podia falar crioulo. Onde é que se falava crioulo? Nas canções, cantava-se...ainda hoje não se encontra nenhum cantor, mesmo dos actuais, que cante em português. Todas as canções são cantadas em crioulo. Porquê? Porque as festas dos negros eram realizadas à parte e aos colonos a canção não interessava. Afinal, a canção acabou por representar a sobrevivência destas línguas proibidas. Na época, fez-se uma canção que falava do tubarão que traduzida, é mais ou menos isto: “Deus deu-te a supremacia sobre todos os peixes do mar, mas lembra-te que embora te alimentes deles, tu também precisas deles”.

LM — O que no fundo era uma metáfora...

OB — Uma metáfora ao governador Gorgulho, já com a revolta de 1953 a ferver...

LM — Enquanto poetisa e escritora de língua portuguesa, o que significa para si a palavra lusofonia?

OB — Eu escrevi um poema sobre a definição de lusofonia...eu acho que a lusofonia é uma ave migratória que está no coração de todos nós! Enquanto a quisermos ter — porque nem todos entendem a lusofonia da mesma maneira — a lusofonia é darmos as mãos e fazermos todos as mesmas migrações...é andarmos todos cá e lá, nos mesmos navios, com os mesmos dilemas e conseguirmos estar todos, como dizia a Alda Espírito Santo, do mesmo lado da canoa. E isso é que é mais complicado... A lusofonia é aceitarmos as diferenças, é entender o outro e estarmos com ele. Só assim é que conseguimos chegar a um bom porto da lusofonia.

LM — Uma lusofonia plural, uma lusofonia que respeita a diversidade cultural...

OB — E não só...a lusofonia respeita, aceita e integra essa diversidade. Se eu estou em Moçambique, devo dançar o tufu, que é uma expressão cultural deste país. Se eu estou em Angola, devo comer o funge com a mão porque essa é a expressão cultural gastronómica do povo angolano. É assim que eu aceito o outro, é assim que eu aceito a diversidade e a pluralidade. Isto para mim é que é a lusofonia. A lusofonia não pode ser uma nostalgia (isso é outro sentimento!), porque isso impede que comunguemos todos do mesmo espírito. Houve um ano em que visitei Timor com um grupo de poetas e adorei a experiência porque percebi que há uma afinidade cultural entre São Tomé e Timor.

JAM — E de que afinidade se trata?

OB — Nos anos 20 do século passado, houve uma tentativa de revolta em São Tomé. Os contratados das roças, ajudados por mestiços já com alguma cultura, tentaram

revoltar-se, acantonando-se nas roças. Os revoltosos foram condenados à deportação para Timor. Depois, houve muitos que voltaram. Se nós virmos bem, nós pomos o nosso xaile tradicional da mesma forma que se põe em Timor e até os nossos tecidos e roupas tradicionais são muito parecidos com os de Timor. E isto é lusofonia.

LM — O que pensa do acordo ortográfico?

OB — Não concordo com o acordo ortográfico. Não é que traga desvantagens, mas também não traz vantagens. Porque é que nós havemos de mexer numa coisa que se desenvolve espontaneamente? Todos nós sabemos que a língua é dinâmica... O português da Idade Medieval não é o mesmo português de hoje. A própria língua se encarrega da sua reformulação. O “Desacordo Ortográfico”, uma antologia de contos na qual participei, é um livro escrito por vários escritores lusófonos que respeitaram o seu português particular no momento da escrita. Nós, em São Tomé, falamos ainda o português com alguns arcaísmos, o que também acontece no Brasil ou em Angola. Nós dizemos “eu estou a fazer o nojo¹² pela minha mãe”, o que em Portugal já só se utiliza em documentos. Porque é que nós não havemos de continuar, em São Tomé, com o nosso português africanizado, o português são-tomense? Penso que será interessante preservar a nossa variante da língua portuguesa. Penso também que, subjacente ao acordo, há um certo interesse brasileiro em impor a sua variante do português, até pelo trabalho que se está a fazer em África. Os brasileiros estão muito presentes, com escolas em Angola e em São Tomé. Enquanto isso, o centro cultural português já quase não existe... tiraram de lá o ar condicionado, deixaram os buracos no prédio, estão pássaros a fazer os ninhos nos livros do Almada Negreiros... houve quem tirasse fotografias para enviar à Ana Paula Laborinho, a presidente do Instituto Camões. Ao mesmo tempo, vê-se publicidade às inúmeras actividades do centro cultural brasileiro. A juventude já não entra no centro cultural português...

LM — A Olinda Beja é utilizadora do ciberespaço?

OB — De vez em quando...

LM — Vai àqueles fóruns e blogues aos quais já fez referência...

OB — Sim, sim, no tempo actual somos mesmo empurrados para isso. No Google, sou capaz de ficar uma noite inteira...

LM — O português é a quinta língua com maior representatividade na internet...

OB — Nós, lusófonos, não nos lembramos disso...

LM — Na sua opinião, o ciberespaço, pode constituir um novo lugar para a lusofonia?

OB — Eu acho que sim, que a internet pode ser, de facto, um lugar de partilha de informação e de ideias entre lusófonos que estão dispersos pelo mundo. Veja uma coisa... São Tomé, que é tão pequenino, tem um jornal virtual e às vezes, quando estou a ler as opiniões deixadas pelos cibernautas, penso que aquelas pessoas estão todas em São Tomé... e de repente apercebo-me que estão em Londres ou no Brasil! Penso que isto é bonito, que isto é, na realidade, uma virtude fundamen-

¹² Luto.

tal da internet. Podermos expor os nossos pontos de vista, tomar contacto com outras pessoas...e estarmos cada um num ponto do mundo diferente. O ciberespaço foi um benefício enorme que o género humano adquiriu.

LM — Embora São Tomé e Príncipe seja um país com poucas políticas públicas para a sociedade de informação, curiosamente, os são-tomenses são uma comunidade que usa a internet muito acima do expectável...

OB — Eu penso que os são-tomenses sentem muito a insularidade. É uma das coisas que mais marcaram, e continuam a marcar, o povo de São Tomé. No meu país, há o dia de São Navio e o dia de Santo Avião. Ainda hoje, quando chega o avião, há muita gente que está do lado de fora da rede e que não está à espera de ninguém...apenas querem ver o avião, aquilo que vem do outro lado do mundo. Quando a internet entra, passa a ser também o seu avião e o seu navio...entra qualquer coisa que lhes dá acesso ao mundo, ao exterior, àquilo que eles não conhecem, porque nem todos têm possibilidade de viajar. As viagens são caríssimas. Ainda hoje, cerca de 50% dos jovens não consegue sair do país. Portanto, quando a internet aparece, há que fazer-lhe uma boa recepção. Os centros de internet estão sempre a abarrotar, sobretudo agora que a embaixada do Brasil disponibilizou três. Portugal só lá tem um. Nós devemos isso ao Brasil: os jovens têm sempre, desde manhã até à noite, a internet a funcionar em São Tomé, o que é muitíssimo bom. Acho mesmo que de todos os países da lusofonia, São Tomé foi aquele que mais sentiu a necessidade da internet.

Obra publicada de Olinda Beja

- 1992 — Bô Tendê? (poemas)
- 1993 — Leve, Leve (poemas)
- 1993 — 15 dias de regresso (romance)
- 1996 — No País do Tchiloli (poemas)
- 1999 — A Pedra de Vila Nova (romance)
- 1999 — Pingos de Chuva (conto poético)
- 2000 — Paga Dêvê (fotografia e poemas)
- 2001 — Quebra-Mar (poemas)
- 2002 — Água Crioula (poemas)
- 2003 — A Ilha de Izunari (romance)
- 2004 — Pé de Perfume (contos)
- 2009 - Aromas de Cajamanga (poemas)
- (no prelo) - História de Granava (romance)

PARTE V: RECENSÕES

Castells, Manuel, Fernández-Ardèvol, Mireia, Qiu, Jack Linchuan & Sey, Ara (eds.) (2009) *Comunicação Móvel e Sociedade. Uma Perspectiva Global*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 393 pp.

Vitor de Sousa*

As redes sem fios são as que tiveram o crescimento mais rápido da história das comunicações. A disseminação global dos telefones móveis é a face visível desse crescimento. Mas será que os telefones móveis são expressões de identidade, dispositivos de moda ou congregam ambos os aspectos? A estas perguntas dão-se pistas para respostas no livro “Comunicação Móvel e Sociedade. Uma Perspectiva Global”, edição portuguesa de um livro inicialmente publicado em 2006.

Manuel Castells é o nome mais conhecido da equipa de estudiosos que direccionou a sua investigação na tentativa de saber qual a forma de difusão desta comunicação e quais as tendências que se perspectivam, procurando explicações para questões que condicionam políticas públicas, estratégias empresariais e decisões dos indivíduos. É dada uma relevância especial à profunda ligação entre a comunicação sem fios e a ascensão de uma cultura jovem, numa investigação que durou mais de dois anos e que se estendeu por três continentes. Pretendeu-se saber como é que a possibilidade de a comunicação multimodal — de qualquer lugar para qualquer lugar a qualquer momento -, afecta a vida diária ao nível global e local, se existe homogeneidade ou diferenças à escala mundial, de que maneira está a ser usada, que mudanças implica no conceito do tempo e do espaço, e como está a provocar transformações da linguagem pelo uso do *texting*¹.

Já em 1998 Derrick de Kerckhove sublinhava que a “connectedness” (a ligação mental entre pessoas) era, a par da interactividade e da hipertextualidade, uma das condições fundamentais “para a nova ecologia de redes e os novos hábitos cognitivos sociais e pessoais que a mantêm” (Kerckhove, 1998:29). Se bem que, na altura, as redes móveis estivessem longe do desenvolvimento actual, o autor falava na mudança de escala que permitia ter um acesso directo ao Mundo, pelo que seria de esperar “que um novo tipo de sensibilidade conectiva, uma nova psicologia” (*idem, ibidem*, p. 35), pudesse emergir.

Para quem pretende ficar a par de alguns indicadores sobre o caminho provável da sociedade de consumo e da comunicação, este livro proporciona algumas refle-

* Mestrando em Ciências da Comunicação — Informação e Jornalismo (Universidade do Minho) — vitordesousa@gmail.com

¹ Ver «Text Messaging Abbreviations, Part I: ‘Guide to Understanding Online Chat Acronyms & Smiley Faces’» [http://www.webopedia.com/quick_ref/textmessageabbreviations.asp, acessado em 2/11/09].

xões assentes em vários estudos empíricos. No primeiro capítulo é traçado o panorama da “Difusão Mundial da Comunicação Móvel” (pp. 1-46), em que se verificou, à escala global, uma expansão extraordinária das comunicações móveis, em particular dos telemóveis, tendo-se que observar, no entanto, que a adopção desta tecnologia é influenciada por vários motivos, nas diferentes economias, e que as novas lógicas têm impactos sociais e culturais.

O serviço telefónico móvel registou taxas de difusão diferenciadas nas várias regiões do mundo, embora seja necessário fazer a distinção entre o crescimento de assinantes (número de assinantes) e as taxas de penetração (número de assinantes de serviço telefónico móvel por cada 100 habitantes). “Da totalidade de assinantes, 41 por cento estavam na Ásia-Pacífico, 32 por cento na Europa; 21 por cento nas Américas, 4 por cento em África e um por cento na Oceânia” (p. 4). Em 2004, em termos de penetração do telemóvel, a Europa liderava com 71,5 por cento, seguida pela América do Norte, com 66 por cento.

Em relação às taxas de penetração, a América do Norte registou, em 1992, os índices mais elevados. Nove anos mais tarde, a Europa atingiu a liderança, em resultado de um grande crescimento verificado entre 1997 e 2000. Na América Latina, a taxa de penetração foi de 62 por cento no Chile, 36 no Brasil e 0,7 em Cuba. Em África os números variam entre o menos um por cento e os 60 por cento.

A maior parte de África, da Ásia-Pacífico e da América do Sul “ainda se encontram nas primeiras fases de adopção tecnológica, apresentando taxas de penetração até dez vezes inferiores às registadas nas regiões desenvolvidas” (p. 6). O Brasil é considerado uma excepção na América-Latina, já que é o sexto maior mercado mundial de telemóveis, sendo o serviço móvel considerado “um importante contributo para a teledensidade” (p. 14), embora a pobreza “tenha constituído uma significativa barreira ao crescimento e à manutenção das telecomunicações fixas” (p. 14). Entre 1994 e 2004, os telemóveis cresceram 8 mil por cento, sendo o fenómeno mais visível nas áreas urbanas.

Em África, devido ao facto de as redes de telecomunicações móveis terem um desenvolvimento relativamente recente, o crescimento tem sido grande, sendo que “a maior parte dos assinantes de linhas telefónicas corresponde a assinantes de linhas de telemóvel (74,6 por cento)” (p. 23). Apesar dos níveis elevados de assinaturas de telemóveis, “a penetração global dos serviços de telecomunicações é baixa em África” (p. 24), registando todo o continente, um índice de nove aparelhos por cada 100 habitantes, verificando-se, ainda, diferenças acentuadas na teledensidade entre os países e no interior de cada país.

A “Diferenciação social dos utilizadores da comunicação móvel: idade, género, etnicidade e estatuto socioeconómico” é feita no segundo capítulo (pp. 48-96), em que se destaca o facto de o serviço telefónico móvel ter aberto o acesso à comunicação, com vantagens evidentes para as minorias étnicas em diferentes países, bem como para populações imigrantes e deslocadas. Faz-se notar que a tecnologia, tal como é praticada define a sociedade e, simultaneamente, incorpora-a, seguindo caminhos dife-

renciados na difusão e uso segundo a idade, o género, a etnicidade, a raça e a cultura, sendo apropriada pelos indivíduos de acordo com os seus valores e necessidades.

No terceiro capítulo traça-se a “Comunicação e mobilidade na vida quotidiana” (pp. 97-162) em que se concluiu, com base nos dados analisados, que a comunicação móvel é, à escala global, um meio de comunicação invasivo, mediando a prática social em todas as esferas da vida humana. Exemplificando, as tecnologias de comunicações permitem, materialmente, que a família pós-patriarcal possa sobreviver como uma rede de pessoas íntimas, nas suas necessidades simultâneas de autonomia e de apoio e suporte recíprocos.

A existência de uma “cultura jovem”, estudada no quarto capítulo do livro (pp. 163-218), intitulado “A Cultura Jovem Móvel”, aquela a que é dedicada mais atenção, e que disponibiliza indicadores sobre toda a nova lógica decorrente dos utilizadores nativos das novas tecnologias, parece confirmar o prognóstico de Kerckhove (1998) atrás referido. Os autores começam mesmo por definir o conceito de “cultura jovem”: “O sistema específico de valores e crenças que informa o comportamento de um determinado grupo etário, de modo que este apresenta características distintivas de outros grupos etários” (p. 163) e delimitam-na no contexto da sociedade em rede, que tem um papel estruturante e para cuja compreensão recomendam um vasto rol de leituras.

Grande parte da investigação existente sobre a cultura jovem móvel concentra-se na Europa. A difusão da comunicação móvel nos anos 1990 foi quase exponencial e o facto de ter sido adoptada pelos jovens pode ser explicada por uma combinação de factores, em que se incluem “a abertura dos jovens às novas tecnologias e a sua capacidade de apropriação e uso da tecnologia para os seus objectivos específicos” (p. 164).

Os telemóveis tornaram-se, também, num símbolo de reconhecimento entre pares e, para além disso, têm uma particularidade relacionada com a ergonomia e a idade, sendo que os idosos têm mais dificuldade em manusear os aparelhos, o que se traduz num “hiato geracional” (p. 165). Rapidamente também se tornaram numa parte integrante do quotidiano, sendo que hoje é difícil a concepção do mundo sem eles. Para além de permitirem telefonar, também servem para várias outras actividades, numa lógica de ambiente digital em que se realizam vários tipos de tarefas em simultâneo (*multitasking*), e em que a fronteira entre produtores e consumidores está cada vez mais esbatida.

Baseando-se em dados recolhidos em diferentes partes do mundo (Portugal ficou de fora desta análise), os autores tentaram identificar a especificidade de cada contexto, mas também encontrar tendências comuns e similaridades através das culturas que reivindicam a singularidade da comunicação sem fios enquanto processo sociotécnico. Esta tensão entre o local e o global, o cultural e o tecnológico está presente ao longo do livro, de que o capítulo em análise não é excepção. Para cada tema houve circulação entre a Europa, o Japão, os Estados Unidos, África e América Latina, com leituras assentes em estudos qualitativos e quantitativos, utilizadas para elaborar e reforçar os argumentos que os autores apresentaram.

Os japoneses lideram os índices de utilização de telemóvel em várias categorias, como por exemplo o uso da Internet. Um dado que este estudo justifica com a miniaturização pela ausência de espaço físico e a avassaladora conquista da difusão da Internet via *wireless*. Ao contrário, a alta penetração de Internet através do computador pessoal nos EUA, parece justificar o pouco interesse pela Internet móvel.

A Europa segue à frente no sector da difusão, sendo avançado como explicação o facto de, desde o início do desenvolvimento da tecnologia móvel, ter sido adoptado o GSM. Como consequência, “os jovens adolescentes e os jovens adultos não só constituem a maior proporção de utilizadores como também de adoptantes iniciais, inventando usos que não tinham sido previstos pelos *designers* que inicialmente conceberam a tecnologia” (pp. 165-166).

Ao invés, “a indústria norte-americana de comunicação sem fios só muito recentemente começou a orientar-se para o mercado jovem” (p. 172), pelo que este ainda não é crítico para o mercado americano da comunicação sem fios. A tendência é a mesma que se verifica na Europa e noutras partes do mundo: “os adolescentes e os jovens adultos estão a incorporar a tecnologia de comunicação sem fios nas suas vidas quotidianas” (p. 173).

Na América-Latina, embora os dados sejam muito escassos, sabe-se, por exemplo, que as receitas das operadoras com a difusão de *sms* foram doze vezes superiores em 2003 face a 2000 (as receitas foram 12 vezes superiores em 2003 face a 2000). Os países que contribuíram mais para as receitas foram o México (29,5 por cento do total de 587 milhões de dólares americanos), o Brasil (25,6 por cento) e a Venezuela (20,9 por cento) (p. 176); “entre os jovens inquiridos, o sistema pré-pago é o mais popular, com 93 por cento da totalidade de assinaturas” (p. 177).

Em África, a natureza e a distribuição do telemóvel também está pouco documentada, embora se saiba que quem os usa mais sejam os jovens adultos, especialmente no grupo etário dos 20-35 anos. Não obstante da falta de dados empíricos, os autores referem que é possível estabelecer deduções sobre possíveis tendências, “baseando-se no que é observável na população em geral”: “a comunicação móvel é ainda inalcançável para a maioria dos jovens, os quais, ou frequentam a escola, ou estão desempregados” (p. 178).

Na região Ásia-Pacífico é seguida a tendência que se verifica no resto do mundo, com o enfoque a ser direccionado para o consumismo, destacando-se as Filipinas na utilização do serviço de *sms* que faz com que o país seja conhecido como “a capital mundial das mensagens escritas” (p. 180).

Em síntese, constata-se que está a emergir uma cultura jovem por toda a Europa, Américas e Ásia-Pacífico e por todo o mundo os jovens mostraram rapidez na adopção e apropriação de tecnologias móveis, utilizando a tecnologia para todo o tipo de finalidades. Como resultado, “transformaram-se num importante grupo social, que está constantemente conectado em rede através das comunicações móveis” (p. 215).

Sugere-se a existência de padrões emergentes de uso global ao longo das linhas de consumo, entretenimento, sociabilidade e comunidade. Igualmente interessante,

é o facto de se argumentar que o telemóvel “não leva ao enfraquecimento da relação de dependência entre os jovens e as instituições sociais tradicionais, especialmente a família” (p. 216).

A cultura jovem móvel é uma cultura tipicamente em rede, tendo na base, frequentemente, os grupos de pares formados na escola ou na comunidade. A popularização do telemóvel reforça e amplia as redes de jovens já existentes e eleva-as a um nível mais alto da sociabilidade “onde a interacção face-a-face é equivalente à comunicação através do telemóvel e onde se forma uma ‘comunicação íntima a tempo inteiro’” (p. 216).

O telemóvel é visto como um aparelho central na construção da identidade individual dos jovens e é a partir da cultura jovem móvel que emerge uma nova identidade colectiva, com relevância global reflectindo-se na linguagem partilhada (*sms*), que é um indicador proeminente da cultura observada. “Esta identidade colectiva não anula a identidade individual, pelo contrário, afirma-a” (p. 217). São disso exemplos a denominada “geração *txt*” nas Filipinas ou os grupos de jovens do movimento antiglobalização, que podem constituir-se como motores de mudanças sociais.

Paralelamente observam-se algumas variáveis na formação da cultura jovem móvel, ao comparar a Europa, os Estados Unidos e a Ásia-Pacífico: a posição dos jovens no mercado dos telemóveis e o seu poder de compra. Um indicador que carece de uma maior investigação é saber até que ponto as culturas e subculturas jovens existentes nas diferentes sociedades estão a modelar a cultura jovem móvel. Os autores defendem a existência de uma clara correspondência entre o surgimento de uma cultura jovem global, a interacção das relações sociais em rede e a conectividade potencial proporcionada pelas tecnologias de comunicação móveis, sendo que “os três processos reforçam-se mutuamente” (p. 218).

O livro trata outras temáticas, como “O espaço de fluxos, o tempo atemporal e as redes móveis”, título do capítulo 5 (pp. 219- 228) e “A linguagem da comunicação móvel”, capítulo 6 (pp. 229-236). O capítulo 7 versa sobre “A sociedade civil móvel: movimentos sociais, poder político e redes de comunicação” (pp. 237-274), sendo que o oitavo capítulo, aborda a “Comunicação móvel e desenvolvimento global: novas questões, novas estratégias” (pp. 275-316), em que se referem os casos do Uganda, da África do Sul e do Gana em que existe o sistema de telemóvel público. É, também, feita uma referência à “Internet wi-fi para o desenvolvimento”, nomeadamente no que respeita à América-Latina, destacando-se o facto de, embora este tipo de comunicação não ser “uma panaceia para o desenvolvimento”, se observar que “projectos de desenvolvimento, de todos os cantos do planeta, estão a abraçar o potencial das novas tecnologias e estão a utilizá-lo para os seus próprios fins” (p. 315). Não sendo, por isso, de estranhar que tenha havido um aumento dos serviços de telecomunicações nas áreas rurais da América-Latina (Brasil, Chile, Colômbia e Peru), em serviços essencialmente assentes na tecnologia VSAT (*very small aperture terminal*), “que utilizam software livre de código-fonte aberto e equipamento informático acessível em termos de custos” (p. 312).

O livro termina com uma conclusão subordinada ao tema “A sociedade em rede móvel” (pp. 317-334), em que se faz notar que a comunicação móvel expande e reforça a plataforma tecnológica da sociedade em rede e que as tecnologias de comunicação sem fios ampliam a lógica em rede da organização e da prática social, em qualquer lugar e em todos os contextos, com a única condição de se fazer parte da rede móvel. Não obstante a diversidade de uso da tecnologia decorrente de diferentes contextos culturais e institucionais, “a tecnologia de comunicação sem fios tem poderosos efeitos sociais ao generalizar e aprofundar a lógica em rede, que define a experiência humana na actualidade” (p. 334).

Pese embora a escassez de dados em relação a algumas áreas geográficas estudadas, os autores foram capazes de sustentar o conceito de “cultura jovem móvel”. Os cruzamentos de tendências permitem uma compreensão alargada do tema e podem servir de ponto de partida para outras investigações. Aos leitores não são dadas respostas definitivas em relação ao futuro, mas enfatiza-se que a tecnologia de comunicação móvel tem poder para que a lógica das redes de relacionamento seja assente na ubiquidade. Trata-se de um estudo longe de estar completo, disso nos dando conta os próprios autores, nomeadamente no que respeita à necessidade de uma comparação mais sustentada de diferentes países e contextos no quadro do denominado “salto tecnológico”, partindo da ideia de que a conectividade constitui uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento do mundo globalizado. É por isso que se evidencia que a “sociedade em rede móvel”, dominada pela “cultura jovem móvel” não exclui os países em desenvolvimento.

Se hoje o uso da Internet nos telemóveis ainda não é muito evidente (excepção feita à realidade japonesa) “devido não só ao seu custo, que permanece relativamente alto, mas também por limitações de ordem tecnológica e relacionadas com o tipo de conteúdos”, a tendência vai para a criação de uma plataforma que concentre todas estas práticas, assente no princípio de que “no futuro teremos simplesmente tudo em rede”³.

Referências bibliográficas:

Kerckhove, D. (1998) *Inteligência Conectiva*, Lisboa: Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação.

OberCom (2009) *Apropriações do Telemóvel na Sociedade em Rede* [http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=fr5_sr_2008.pdf, acessado em 3/11/09].

Reiter, H.-E. (2009) ‘50 Billion The Future Internet’ in *The Future Internet - a connected world*, (19º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações, 18-19 de Novembro, Lisboa) [<http://tinyurl.com/ydxg3wb>, acessado em 22/11/09].

<http://www.webopedia.com>

² Informação constante de um estudo do OberCom (Julho de 2009), coordenado por Gustavo Cardoso e Rita Espanha (“Apropriações do Telemóvel na Sociedade em Rede”) [http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=fr5_sr_2008.pdf, acessado em 3/11/09].

³ Ideia defendida por Hans-Erhard Reiter (Ericsson Telecomunicações, Lda.), durante o 19º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC), realizado nos dias 18 e 19 de Novembro de 2009, em Lisboa, durante o painel “The Future Internet - a connected world” [<http://tinyurl.com/ydxg3wb>, acessado em 22/11/09].

Enders, Armelle (1997) *História da África Lusófona*, Lisboa: Editorial Inquérito, 135 pp.

“História da África Lusófona” — uma abordagem ao passado dos territórios africanos de língua oficial portuguesa.

João Rocha Nunes*

Pretende-se, com esta recensão, analisar um livro de Armelle Enders que tem por título “História da África Lusófona”. Trata-se de uma obra dada à estampa em 1994, sendo que a edição portuguesa data de 1997. Este estudo não tem tido a devida atenção, quer por parte da comunidade científica, quer pelos leitores em geral¹. Justifica-se tal facto? Ou pelo contrário trata-se de um título que merece outro tipo de projecção?

No que respeita à estrutura do livro, verifica-se que está dividida em cinco capítulos, ordenados de forma diacrónica, a saber: *Capítulo Primeiro: De um mundo novo a outro*; *Capítulo Segundo: A África no império português — séculos XVI-XVIII*; *Capítulo Terceiro: A construção do “Terceiro Império” (1822-1926)*; *Capítulo Quarto: A África na Ditadura (1926-1974)*; *Capítulo Cinco: Histórias Separadas*.

O primeiro capítulo, como seria de esperar, principia precisamente pela crise de 1383-85 e a afirmação da dinastia de Avis (período fulcral para a compreensão da emergência de Portugal enquanto potência marítima). O texto prossegue com a conquista de Ceuta e as vicissitudes da expansão portuguesa no decurso do século XV, centrando-se sobretudo nas políticas régias e nas viagens marítimas.

O “Capítulo Segundo” divide-se em duas partes. Primeiramente, ocupa-se da política africana no reinado de D. João III e do desastre de Alcácer-Quibir. Numa segunda parte, foca as relações dos portugueses com alguns potentados da África subsaariana, designadamente os reinos do Congo, Dongo e Monomatapa. Termina com uma menção às trocas comerciais, dando particular ênfase ao tráfico negreiro e à tentativa de revigoração do mercado de matérias-primas em meados do século XVIII.

A realidade colonial no período da Monarquia Constitucional dá o mote ao terceiro capítulo, no qual se sublinham as dificuldades de Portugal em exercer a autoridade nos territórios africanos no decurso da centúria de Oitocentos. Com efeito, parcelas destes territórios eram governadas por mercadores, sobretudo ligados ao tráfico de escravos. Curiosa a descrição de um destes indivíduos, Francisco Félix de Sousa, particularmente no que tange à forma de vestir e ao seu séquito. A questão da escravatura acaba por ser, igualmente, focada no contexto das pressões interna-

* Mestre em História Moderna. Docente da Escola Superior de Educação de Viseu. E-mail: jnunes@esev.ipv.pt

¹ Não abundam as citações a esta obra em artigos científicos. Por outro lado, à excepção de uma reedição em 2008, desconhece-se a existência de outras edições do livro.

cionais para a sua abolição. São também feitas referências à economia colonial do século XIX, mormente à cana-de-açúcar, tinturaria e café. O cerne do capítulo passa, contudo, pelas questões coloniais que na segunda parte do século XIX opuseram Portugal a diversos estados europeus, em particular à Inglaterra e que determinaram a geografia de parte considerável do continente Africano.

O capítulo quarto remete, fundamentalmente, para o período do Estado Novo, sobretudo para o Portugal colonial da época salazarista. Enders releva, todavia, a afirmação de movimentos nacionalistas no pós-Segunda Guerra Mundial e a Guerra Colonial. O 25 de Abril e a descolonização encerram o capítulo.

O capítulo quinto é designado de “Histórias separadas”. Aqui faz-se referência às vicissitudes políticas dos diversos estados africanos no período pós-independência, nomeadamente às guerras civis que assolaram Angola e Moçambique nas décadas de 70 a 90 do século XX.

Como se verifica, Armelle Enders realizou um estudo centrado no plano institucional/político da África lusófona dos últimos cinco séculos. Pese embora este seja o pano de fundo, as referências às realidades económicas e sociais são também frequentes no texto, nomeadamente à economia dos territórios africanos (as formas de exploração da terra/as matérias-primas; o comércio/tráfico negreiro). A clareza do discurso, a forma como construiu a narrativa valorizando aspectos históricos relevantes possibilitam ao leitor, menos familiarizado com a matéria, entrever instituições, formas de ocupação e o ordenamento de territórios com ligações profundas a Portugal no tempo longo. Em suma, trata-se de uma obra particularmente útil ao leitor que almejar conhecer, nos seus aspectos mais genéricos, a história económica e sobretudo institucional e política dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Todavia, se a autora, na narrativa histórica, valoriza o plano institucional/político, ao invés negligencia os vectores culturais da história da África lusófona. Com efeito, as referências culturais são parcas. A prática religiosa não merece particular atenção, a despeito de alusões pontuais, como por exemplo à missionação, ao “Tchiloli” de S. Tomé e à conversão dos reis do Congo. Acresce que optou por não fazer qualquer menção à arte, quer religiosa, quer laica. Ora, a dimensão cultural é fundamental para uma melhor compreensão da realidade histórica. De assinalar, a título de exemplo, os estudos de Wolfgang Reinhard (1982: 13-37) e Heinz Schilling (1992: 205-245), que ao sublinharem o papel desempenhado pelas confissões religiosas no processo de disciplinamento social na Época Moderna, destacaram a importância dos contextos culturais no processo de conformação de identidades sociais e políticas. A historiografia alemã contribuiu, assim, para problematizar a questão das identidades. Estas não podem apenas ser consideradas como decorrentes da afirmação dos Estados-Nação no século XIX (Palomo, 2006: 10-14).

Nesta obra não se evidencia, igualmente, qualquer desígnio da autora em questionar a realidade histórica, problematizando-a. Enders limita-se à narração de um conjunto de factos e acontecimentos. É possível que o tenha feito de forma deliberada; um texto meramente descritivo, pela sua própria natureza, é mais acessível aos leitores. De assinalar, que a obra é sobretudo dirigida ao público em geral.

Importa, ainda, referir que a perspectiva de análise é europeia. Esta perspectiva torna-se particularmente visível quando Armelle Enders aborda o passado dos territórios africanos na Época Moderna. Nos três primeiros capítulos, a história destes espaços geográficos confunde-se com o périplo da expansão portuguesa. Por outras palavras, a análise centra-se, maioritariamente, nas relações entre Portugal e África. E nesta questão perfilha o que os historiadores portugueses têm dito sobre o assunto (Bethencourt & Chauduri, 1998). Não se pense, contudo, que esta visão decorre da circunstância de a historiadora ser europeia. Infelizmente hoje, tal como em 1994 (ano da 1ª edição do livro, recorde-se), não abundam estudos de monta sobre história africana noutras perspectivas que não a europeia. Nota-se, todavia, para o Período Contemporâneo (época em que as fontes são mais prolixas) um esforço em perscrutar a realidade histórica, perspectivando-a a partir do continente africano que não apenas nas relações de países europeus com África. Testemunham-no as referências aos movimentos nacionalistas ou aos meandros da política africana no pós-1975. E esta é, sem dúvida, uma mais-valia da obra. Consequentemente este livro mereceria outro tipo de atenção.

Por fim, refira-se, que Armelle Enders não acredita na lusofonia. Para ela a utilização do conceito não “tem qualquer sentido”, afirmando que apenas uma ínfima minoria de africanos que estiveram sujeitos à administração colonial se expressa na actualidade em língua portuguesa. Considera, ainda, que África lusófona “é uma maneira cómoda de designar os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa” (p.7). Quer isto dizer que a historiadora francesa vincula o conceito a uma questão meramente linguística. Hoje, tal como em 1994, a lusofonia ainda é vista com desconfiança por sectores intelectuais. Por outro lado, há quem a associe a uma certa nostalgia do tipo imperial. Não é propósito desta recensão entrar nesta problemática, o que extravasaria o seu próprio sentido. Não obstante, e tal como refere Moisés de Lemos Martins (2006: 79), a lusofonia “transcende largamente a questão linguística”. Ou seja, deve ser entendida como imaginário plural, agregador das identidades de diversos países que partilham um património comum (Martins, 2006).

Referências Bibliográficas

- Bethencourt, F. & Chauduri, K. (1998) *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Enders, A. (1997) *História da África Lusófona*, Lisboa: Editorial Inquérito.
- Martins, M. L. (2006) 'A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico' in Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) (2006) *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Porto: Campo das Letras, pp. 79-87.
- Palomo, F. (2006) *A Contra Reforma em Portugal (1540-1700)*, Lisboa: Livros do Horizonte.
- Reinhard, W. (1982) 'Confessionalizzazione forzata? Prolegomeni ad una teoria dell'età confessionale', *Annali dell'Istituto storico italo-germanico in Trento*, 8.
- Schilling, H. (1992) 'Confessionalization in the Empire: Religious and Societal Change in Germany' in *Essays in German and Dutch History*, E. j. Brill, Leiden - Nova Iorque, pp. 205-245.

Agradecimentos aos revisores

Os artigos publicados no Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010 foram sujeitos a um processo de *blind peer review*.

Agradecemos aos colegas que conosco colaboraram enquanto revisores dos artigos submetidos para publicação nesta edição do Anuário e aos quais exprimimos o nosso reconhecimento pelo seu valioso contributo:

Albertino Gonçalves, Carla Cerqueira, Catarina Moura, Francine Oliveira, Helena Sousa, Isabel Babo-Lança, Ivone Ferreira, João Canavilhas, João Feijó, José Azevedo, José Miguel Braga, José Pinheiro Neves, Luís Cunha, Lurdes Macedo, Madalena Oliveira, Maria Manuel Baptista, Mário Camarão, Moisés de Lemos Martins, Neusa Barbosa Bastos, Paulo Bernardo Vaz, Renné Oliveira França, Regina Brito, Roberto Martinez Pecino, Rosa Cabecinhas, Sérgio Denicolti, Sílvia Correia, Vera Hanna e Zara Pinto Coelho.

ANUÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO LUSÓFONA 2010 LUSOFONIA E SOCIEDADE EM REDE

Subordinado ao tema “Lusofonia e Sociedade em Rede”, este Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010 analisa de forma crítica alguns dos desafios que se colocam aos processos de comunicação e às práticas culturais no espaço lusófono contemporâneo, constituído não só pelo conjunto de nações e de comunidades de língua portuguesa, mas também — e cada vez mais — por um conjunto de fluxos e de redes que se configuram no ciberespaço.

A complexa construção da(s) identidade(s) lusófona(s) é, desta vez, trazida à luz e discutida em textos de investigadores que tomam como ponto de partida os desafios da sociedade em rede e das políticas da língua, bem como as questões da memória e dos símbolos nacionais. Empenhados em aprofundar o conhecimento sobre o impacto destes fenómenos na (re)configuração da comunidade lusófona, os autores apresentam-nos artigos nos quais as perspectivas teóricas e as propostas metodológicas se multiplicam.

Organizado conjuntamente pela Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (LUSOCOM) e pela Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), o Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010 pretende constituir, assim, mais uma oportunidade para se reflectir sobre a relação entre comunicação, cultura e lusofonia na contemporaneidade.

